



CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

crítica epistemológica e historiográfica

GUSTAVO SALDANHA

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Crítica epistemológica e historiográfica

Esta publicação está disponível em acesso livre ao abrigo da licença Attribution-ShareAlike 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>). Ao utilizar o conteúdo da presente publicação, os usuários aceitam os termos de uso do Repositório UNESCO de acesso livre (www.unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-port).

Esta publicação tem a cooperação da UNESCO no âmbito do projeto “Ampliação e Modernização das Ações do IBICT relacionadas às Atividades de Coleta, Armazenamento, Sistematização, Análise, Disseminação e Preservação de Dados e Informações Relativos à Ciência, Tecnologia e Inovação” (Prodoc 914BRZ2005). As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites. As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.



COLEÇÃO PPGCI 50 ANOS

CONSELHO EXECUTIVO

- Gustavo Saldanha (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio)
- Paulo César Castro (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

CONSELHO CIENTÍFICO

- Cecília Leite (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT)
- Miguel Ángel Rendón Rojas (Universidade Nacional Autónoma de México – UNAM)
- Muniz Sodré (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)
- Ivana Bentes (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)
- Naira Christofolletti Silveira (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio)
- Rafael Capurro (Stuttgart Media University)

CONSELHO CIENTÍFICO AD HOC

- Alberto Calil Júnior (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio)
- Carlos Alberto Ávila Araújo (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG)
- Giulia Crippa (Universidade de Bolonha – UNIBO)
- Marco Antônio Almeida (Universidade de São Paulo – USP)
- Miguel Ángel Rendón Rojas (Universidade Nacional Autónoma de México – UNAM)
- Rafael Capurro (Stuttgart Media University)

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Crítica epistemológica e historiográfica

GUSTAVO SALDANHA



Rio de Janeiro
Primavera, 2020

Revisão: Isabelle Nunes, Amanda Salomão, Diogo Xavier da Mata.
Revisão técnica: Isabelle Nunes, Amanda Salomão, Diogo Xavier da Mata.
Capa: Fernanda Estevam
Projeto gráfico e diagramação: Paulo César Castro
Agradecimentos: Ao Ecce Liber e ao TriviumLab, casas de desenvolvimento das ideias aqui esquematizadas.

Essa obra tem o financiamento do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação Carlos Chagas de Apoio à Pesquisa Científica do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ, Brasil)

S162

Saldanha, Gustavo

Ciência da Informação : Crítica epistemológica e historiográfica / Gustavo Saldanha – Rio de Janeiro: IBICT, 2020.

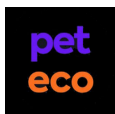
ISBN 978-65-89167-01-3

1. Ciência da Informação. 2. Epistemologia. 3. Historiografia. 4. Teoria crítica. I. Título.

CDD: 002.89

Índice para catálogo sistemático:

1. Ciência da Informação 320.073



Projeto editorial em colaboração com o Programa de Educação Tutorial (PET) da Escola de Comunicação (ECO-UFRJ): Paulo César Castro (tutor) / aluno(a)s: Ana Clara Cerqueira, Carolina Nalin, Carolina Torres, Emanuelle Bordallo, Henry Fragel, Lianne Henriques, Mariana da Paz, Ludmila Rancan, Moniqui Frazão, Robertha Braga, Sara Maluf e Sofia Leão.



Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (IBICT/MCTI) em convênio com a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ).

Rua Lauro Muller, 455 – 4º andar
Botafogo – Rio de Janeiro – RJ
CEP 22290-160
<http://www.ppgci.ufrj.br>

A pesquisa que resulta na publicação obteve o fomento de

CNPq
FAPERJ
Capes

& com o apoio de

Unesco
IBICT
CENACIN
UNIRIO
UFRJ
UFMG

Escrito sob o som de Banda de Pau e Corda

Para as mulheres que construíram o campo informacional em nosso país

Para toda a comunidade Ecce Liber

*Eu sou do mesmo santo
Eu sou do mesmo nome*

Banda de Pau e Corda

*As cidades se reconhecem pelo
andar, como as pessoas.*

Robert Musil

*De fato, a civilização dita ocidental – cuja localização na Europa apagou-se há
muito tempo – considera que uma de suas principais contribuições para a espécie
humana foi o racionalismo científico com sua universalidade, sua coerência em
todos os níveis, seu positivismo também e seu método experimental.*

Abraham Moles

*A ciência, no final das contas,
não é um Segundo Advento tecnológico.*

Wright Mills

Sumário

- 15** APRESENTAÇÃO
• Rafael Capurro
- 18** PREFÁCIO
A informação e o epistemicídio do sentido (tautologia desnecessária)
• Vinícios Souza de Menezes
- 26** PREÂMBULO
A fundamentação da inexistência da Ciência da Informação
- 33** MITOS, NARRATIVAS E ECONOMIA POLÍTICA DE UMA EPISTEME
- 35** EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA E CRÍTICA-POÉTICA
A chama bachelardiana acesa como pavio
- 43** ISSO NÃO É UMA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
A traição epistemológica sob provocações magrittianas
- 50** MITOS DE ORIGEM
As narrativas e seus fragmentos (a história que escolhemos inventar)
- 57** A HISTÓRIA SOCIAL E OS USOS DE UM NOME
O termo “ciência da informação” e as declarações
- 79** EXPRESSO BELO HORIZONTE – COPENHAGUE
Ensaio noturno para variações dissimuladas sob-sobre um mesmo tema?

- 134** NUNCA FOMOS INTERDISCIPLINARES
A invenção neopositivista da natureza
- 158** DESUSOS DO MESSIANISMO DO PARADIGMA
A corrida para desinventar tradições
- 188** FÁBULA DA CRIAÇÃO
Uma sociedade sem informação e sua ciência
- 209** IPÁSIA RESISTE
Advinda da retórica e da filologia
- 223** ESTAS (OUTRAS) HISTÓRIAS
Travessias
- 240** POSFÁCIO
Mais de cem anos de resistência epistemológica: a
Biblioteconomia Negra e a invenção da Ciência da Informação
• Franciéle Carneiro Garcês da Silva
- 247** Sobre o autor

Levando em consideração a unidade de ambos os aspectos, o metodológico e o pragmático, a heurística da informação e a hermenêutica da informação, a ciência da informação pode ser considerada uma subdisciplina da retórica.

CAPURRO, 1992.

NO INÍCIO DOS ANOS 1990, ESCREVI UMA CONTRIBUIÇÃO INTITULADA “PARA que serve a informação? Uma reflexão filosófica”, apresentada na conferência “Concepções de Biblioteconomia e Ciência da Informação: perspectivas históricas, empíricas e teóricas”¹, na ocasião do 20º aniversário do Departamento de Estudos da Informação da Universidade de Tampere, Finlândia, que foi comemorado em 1991.

Eu não tinha muita esperança de que esta posição se apresentasse como um contraste à autoconcepção dominante de Ciência da Informação, a saber, como uma subdisciplina da computação, pudesse ser entendida, muito menos aceita, embora a realidade já estivesse começando a vislumbrar cada vez mais claramente até que se manifestasse totalmente com a rede digital e a World Wide Web e o surgimento das chamadas “mídias sociais” alguns anos depois. Agora, um quarto de século depois, acredito que essa visão de Ciência da Informação de uma perspectiva retórica é tão evidente que muitos não ficarão impressionados ou pensarão que é necessário justificá-la teoricamente – muito menos na prática.

É por isso que saúdo com grande prazer e apreço o livro de Gustavo Saldanha, que assume esta iniciativa e a conecta com a realidade atual e futura daquilo a que

1 O texto foi publicado em VAKKARI, Pertti, CRONIN, Blaise (eds.). *Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives. Proceedings of the International Conference for the celebration of 20th anniversary of the Department of Information Studies*, University of Tampere, Finland, 26-28, 1991. London, Los Angeles: Taylor Graham, 1992. p. 82-92. Versão online em: <<http://www.capurro.de/tampere91.htm>>.

se designou a sociedade da informação nos seus primórdios. Espero que este livro leve a uma visão de Ciência da Informação apropriada a este século, que busca mais do que nunca um lugar onde possa ser reconhecida criticamente e se distancie de suas obsessões, buscando novos caminhos para o futuro em uma releitura do passado.

A pergunta: para que serve a “Ciência da Informação?” é uma questão retórica no sentido de que a ciência da informação, concebida como uma subdisciplina da retórica, implica uma metodologia de mão-dupla. Deve realizar uma autorreflexão de uma forma interpretativa formal, bem como de uma forma histórico-cultural. Precisa resistir à tentação de se tornar apenas uma heurística técnica ou uma metadisciplina que abraça a ética e a política.

Como subdisciplina da retórica, pertence a outras técnicas deliberativas. Como parte delas, é diferente das formas jurídicas e literárias de discurso, mas certamente implica aspectos de persuasão e prazer. Essa relação entre retórica e estética dentro da ciência da informação precisa ser mais enfatizada do que estou fazendo aqui. Isso não implica apenas na facilidade de uso ou no design ergonômico dos sistemas de informação, ou seja, a aliança entre a ciência da informação e o design da informação, como Orna e Stevens² observam, mas também leva em consideração, muito mais basicamente, o corpo ou dimensão estética (grego: *aisthesis* = percepção) da existência humana. Devemos estudar como as tecnologias de informação influenciam as possibilidades corporais dos usuários. Em outras palavras, precisamos de uma estética da ciência da informação intimamente relacionada a uma ética da ciência da informação, ou seja, a uma análise crítica das formas em que as estruturas de poder são impostas aos (corpos dos) usuários ou, vice-versa, para tomar consciência das situações e das condições em que a tecnologia da informação se torna, individual e socialmente, um campo aberto de autocriação.

Uma maneira de fazer isso é, como propôs Frohmann, por meio da análise do discurso. A ciência da informação é uma ciência hermenêutica simplesmente porque não há separação definitiva entre informação e desinformação. Ciência da informação é a ciência da informação e desinformação.

Estamos preocupados, como sugeriu Popper, com problemas e não com campos temáticos precisamente, porque os problemas sempre surgem dentro de horizontes ou campos. De expectativas mutáveis (culturais e históricas). Esses termos pertencem, aliás, à mesma metáfora geográfica (problema = lançar antecipadamente, precipitar).

2 Cf. ORNA, E.; STEVENS, G. Information design and information science: a new alliance? *Journal of Information Science*, v. 17, p. 197-208, 1991.

A pergunta “para que serve a informação?” leva à pergunta “para que serve a ciência da informação?” já que a ciência da informação, concebida como uma disciplina hermenêutico-retórica, estuda as dimensões pragmáticas contextuais dentro das quais o conhecimento é compartilhado positivamente como informação e negativamente como desinformação, particularmente por meio de formas técnicas de comunicação. Essa concepção de ciência da informação é importante se quisermos que os sistemas de informação se tornem parte do pano de fundo de várias formas de vida.

A informação e o epistemicídio do sentido (tautologia desnecessária)

Vinícios Souza de Menezes

Para escrever nossa declaração de independência é preciso ter a pele de um homem branco como pergaminho, seu crânio como tinteiro, seu sangue como tinta e uma baioneta como pena.

Jean-Jacques Dessalines

Ex-escravizado e um dos líderes libertadores da Revolução do Haiti

SUDA É UM LÉXICO BIZANTINO TARDIO E UMA DAS PRIMEIRAS ENCICLOPÉDIAS do mundo. Redigida no século X, compila biobibliografias do mundo da Antiguidade Clássica e Tardia. A *Suda*, no verbete dedicado a Aristóteles, escreveu: *Aristóteles tês phýseos grammateùs ên, tòn kálamon apobréchon eis noûn*. Na tradução de Giorgio Agamben (2013, p. 23): “Aristóteles era o escrivão da natureza, que molhava a pena no pensamento”. Séculos depois, Hölderlin rememora esta frase da *Suda* em suas traduções do *Édipo Rei* de Sófocles, na tentativa de explicar “a natureza do sentido” da exposição trágica. Hölderlin reescreve a passagem da seguinte maneira: *Tês phýseos grammateùs ên tòn kálamon apobréchon eunoûn*. Em lugar da *eis noûn* da *Suda*, Hölderlin escreve “*eunoûn*” e a reescrita do trecho modifica a sentença: “Era o escrivão da natureza, que molhava a pena benévola.” Aristóteles, mestre do pensamento e da natureza do sentido, untava, para Hölderlin, a sua pena benévola na natureza da tragédia humana. Neste cenário de figuração da escrita, o humano se delinea perante as categorias do pensamento, da natureza, do sentido e do bem. Aristóteles é o escrivão do sentido. “O leitor”, como o chamava Platão, seu “mestre”, entorna de natureza o pensamento, um bem exclusivo do *anthropos*, o benévolo humano.

Na história de longa duração do conceito de informação, informar é uma formulação latina (*informatio*) que intentava, através da instrução cidadina, traduzir o sentido do pensamento grego. A forma que radicaliza a palavra informação está

inscrita na ontologia do mundo grego. Por meio da *paideia*, a cultura romana buscou a essência, as formas platônicas (*eidōs*) e aristotélica (*ousía*) de dar sentido ao mundo. Em busca de informar as suas práticas com o espírito de civilização dos gregos, os latinos informaram não só o mundo do Império, mas toda a tessitura das línguas românicas que enredam o pensamento do mundo Ocidental. Assim, “dar a forma a algo”, expressão por excelência da ontologia informacional, é uma ação de representar a identidade de si no incerto outro. Em outras palavras, trata-se de imprimir e dilatar as coordenadas ontológicas do mapa do Ocidente para todas as províncias do mapa-*múndi* – dar ao mundo o sentido e a benevolência do pensamento civilizado, isto é, dotar de humanidade a selvagem natureza.

Rafael Capurro, ao longo das suas pesquisas sobre os aspectos etimológicos e históricos do conceito de informação (*informatio*), nos mostrou como através dos latinos, dos árabes, dos islâmicos e hebreus, o pensamento de Aristóteles se disseminou nas traduções e incorporações interculturais da ontologia informacional, seja em seu aspecto ontológico clássico da Antiguidade, seja na guinada epistemológica da Modernidade. A sagacidade panorâmica e sintética de Capurro (2014) nos leva a identificar que através das interpretações de Aristóteles, perante as múltiplas sutilezas exegéticas dos seus comentadores, o conceito de informação manteve-se associado à dimensão noética do pensamento reflexivo (*noēsis*), ora pela via ontológica da razão, ora pela via epistêmica do discurso. Eventualmente associado ao pensar (*te noeîn*) e ao intelecto (*nous*), a informação é um *noēma*, uma verbalização nominal por meio da qual damos *ser* ao ser, isto é, efetuamos o ser por meio do dizer. Dar a forma a algo é nomear, expressar em *noēma*, ou seja, mediante um signo de reconhecimento, as afecções da alma – escrever a natureza através das inscrições do pensamento. Em outras palavras, informar é apresentar pela via noética da razão e do discurso, o ser. Através da realização do *nous*, o ser se diz como algo verdadeiro. E por “ser”, entende-se o “ser humano” (*anthropos*), pois o *nous* é *idion tou anthropou* – “o próprio do homem”. Dar a forma a algo é a abertura de doação de sentido realizada (*energeia*) pelo *nous*, o princípio ativo de origem e comando (*arkheion*) das demonstrações exclusivas dos sujeitos. Portanto, informar é uma ideia noética do um¹ do sentido, um privilégio humano, uma exclusividade do homem livre – “fala, se és um homem” (CASSIN, 2005, p. 97).

Intérpretes do campo informacional como Maria Nélide González de Gómez (2012), Lídia Silva de Freitas (2003), Miguel Ángel Rendón Rojas (2005, p. 90-91),

1 Em Aristóteles, o sentido é identidade, posto que é “um”. Umberto Eco (2013, p. 21) argumenta, a partir da discussão dos números de Aristóteles nos *Segundos Analíticos*, que “para os gregos o um não era um número (mas a fonte e a medida de todos os outros números).”

Rafael Capurro (1992), dentre outras pessoas, assinalaram em suas pesquisas as proximidades do conceito de informação com o conceito de sentido. Uma história desta relação encontra-se na ontologia informacional de Aristóteles. Em apoio ao princípio de identidade da não-contradição, “o mais firme de todos os princípios sem exceção”, Aristóteles formula a “decisão do sentido” (2002, §1005b 5-30-1006b 1-15, p. 143-149). O sentido define o humano, informa-o a partir do princípio formal e afirmativo de atualização do sentido. A obra (*ergon*) do humano é significar. O ponto de partida, nos diz Aristóteles, não é que se diga que algo é, ou não é, mas que, ao menos, signifique algo, tanto para si quanto para um outro (*sêmeinein ge ti kai autôi kai allôi*). Este princípio de reconhecimento por meio do sentido é um princípio de determinação do humano. Dar a forma a algo é atribuir à coisa o um do sentido. Informar não é significar uma infinidade de coisas, deste modo não haveria discurso (*ouk an eiê logos*). Não significar uma única coisa é não significar nada absolutamente (*to gar mê hen sêmeinein outhen sêmeinen estin*), pois não se pode pensar em nada sem pensar em algo único. Se não há uma palavra única para significar “algo”, destrói-se a possibilidade de dialogar uns com os outros, visto que não sustenta discurso sobre nada (*ton mêthenos ekhonta logon*), não diz nada (*an de mêthen*). Sem realização do sentido, tal sujeito é semelhante a uma planta (*homois phutôi*), não sustenta nenhum discurso (*mêthena ekhei logon*). Ao falar por falar (*logou kharin legousin*), sem pretensões de significar e dar forma a algo único, o sujeito aristotélico cai no seu impróprio lugar, a animalidade, ou, como é o caso do *logos* de planta: vegeta. Privado de razão e discurso (*aneu logon*), o sujeito primitiva-se em um não-humano (*alogon pragma*). Sem obra é informe (sem forma – *informis*). Nestes termos, Aristóteles formula uma ontologia informacional da máquina antropológica do Ocidente.

Propriedade ativa do intelecto (*nous*), o ato de dar a forma a algo é obra da natureza do ser humano. A sua obra é o ser-em-ato da alma segundo o *logos* (*ergon anthropou psyches energia katà logon*). Informar é uma disposição da alma. Em termos modernos, informar é um trabalho intelectual, uma herança moderna do *formare per intellectum* dos comentadores medievais. Mas isto não é tudo. À diferença do ser humano ontologicamente significativo, cuja obra de dominação e sujeição é formar a mundanidade do humano, existe o seu simetricamente oposto, o humano sem obra (*argos*) ou cuja obra não diz respeito aos caracteres distintivos da humanidade: pensamento, intelecto, sentido ou bem. Este humano outro, em negativo, na estrutura social e política da metafísica da colonialidade é o escravo²

2 Um esclarecimento terminológico: o uso da palavra “escravo” está associado com a teoria aristotélica do escravo natural. Dentro da metafísica da colonialidade, “escravo” seria uma categoria

e seus afins – seres informes (não-seres do ser)³. Decaído à condição informe, a obra imperfeita do escravo é o “uso dos corpos” (*he tou somatos chresis*). Fora do *nous*, a obra do escravo é não-humana (*ergon doulou*), enquanto a do ser humano livre, reafirma a sua exclusividade senhorial (*ergon anthropou*): informa. A alma comanda o corpo com um comando despótico, enquanto o intelecto comanda o apetite com um comando político. Em outras palavras, a alma está para o corpo assim como o senhor está para o escravo. No escravo, o corpo encontra-se em uso, enquanto no ser humano livre, a alma está em obra segundo a razão (ARISTÓTELES, 1988, §1254b, p. 57-59). O conceito de documento em Paul Otlet guarda o ideário desta relação fundamental do Ocidente entre senhores e escravos. Caso interpretemos o suporte como a dimensão material do corpo e os signos representativos dos dados intelectuais como as impressões ativas que informam (*nous*) a superfície do corpo material (*somatos*), reconstruímos a máquina conceitual da Documentação otletiana: “a definição mais geral que se pode dar de livro ou documento é: um suporte, feito de determinado material e com determinada dimensão, onde se colocam os signos representativos de certos dados intelectuais.” (OTLET, 2018, p. 59) A pergunta que fica é: será que o jovem Mayalé, filho de um chefe do Congo, sequestrado e escravizado na propriedade da família Otlet em 1886 (WRIGHT, 2014, p. 53), seria capaz de produzir um documento segundo os pressupostos de Paul Otlet, sem posse do *nous* e somente com “o uso do corpo”?

A informação como “dar a forma a algo” (*informo*) é um ato senhorial e despótico do sentido na *oikonomia* dos humanos. Por outro lado, a informação como “privar a forma de algo” (*informis*) é um uso corporal isento de obra, cujo sentido perdeu-se na multiplicidade da alteridade radical. Não partilhando das operações humanas da *poiesis* (um meio para um fim – produção), nem da *práxis* (um fim em si mesmo – agir bem), o informe é um meio sem fim, não efetua, nem realiza, só usa (*usus facti*) a partir de uma desapropriada maneira.

in natura dada na estrutura ontológica da organização política do mundo grego e, por consequências históricas, Ocidental. O uso da palavra “escravizado” está associado à colonialidade da metafísica e às operações de subjugação e produção do “escravo”. Particularmente, opto por usar “escravizado”, pois tanto “escravo” quanto “escravizado” são categorias produzidas por relações de força. Contudo, para preservar os contextos da argumentação teórica acionada, faço tal distinção para deixar acentuado que a máquina antropológica do Ocidente opera tanto na dimensão ontológica de produção das categorias da colonialidade, criando as suas possibilidades de existir, quanto na dimensão política de produção dos dispositivos de captura e subalternização do diferente ao maquinário de desumanização do humano, criando as suas condições de comandar.

3 Para um exemplo de ser informe afim ao escravizado no pensamento ontológico informacional de tradição aristotélica, conferir o texto *A mulher como informe: uma maculatura desclassificada na tipografia do informar* (MENEZES, 2018).

Informes e sem obra, os não-seres são por natureza semelhantes a escravos – um espaço vazio naturalizado na estrutura da organização social da *pólis* ocidental, pronto para ser ocupado pelas capturas das operações de colonialidade da metafísica e seus processos de escravização. Fora do sentido humano, a condição colonial dos seres informes é de não-ser, não-poder e não-saber. Epistemicida, o sentido nega a alteridade e a legitimidade dos sujeitos de conhecimento, das maneiras de organização social e dos modos de conhecer do Outro. Caso tomemos como interlocução as proposições de Barbara Cassin (2017, p. 179-180), o sentido é um (*hen*) e nega tudo aquilo que simplesmente não está no reino do “um” ou que é múltiplo. Suas partículas negativas podem ser divididas em: i) objetivas, *ouden hen*, “nem mesmo um”, e ii) subjetivas, *mêden*, “nem mesmo, e sobretudo nem, um”. As partículas negativas do sentido simbolizam alguma coisa que não pode e que não deve ser (o nada objetivo) e alguma coisa que não é e não possui um “al” – o nada existencial. Excluindo aquilo que o torna possível, o sentido é a primeira entidade que não pode tolerar a contradição (CASSIN, 2005, p. 96) e o não-contraditório é a essência formal do ser humano. O sentido é feito de tal modo que algo ou tem sentido ou não é, ou seja, “é da natureza do sentido o fato de ser totalitário, quer dizer, reduzir a si mesmo tudo o que não é ele” (CASSIN, 2005, p. 84-85).

O escravo, que se define por intermédio desse ‘uso do corpo’, é o homem sem obra que torna possível a realização da obra do homem, aquele ser vivo que, embora sendo humano, é excluído da humanidade – e, por essa exclusão, incluído nela – para que os homens possam ter uma vida humana, ou seja, política. (AGAMBEN, 2017, p. 41)

Com as invasões do continente americano, as teorias racistas e as atrocidades da modernidade, a condição das humanidades subalternizadas pelas ontologias da efetividade do ser e do comando dos vivos se alongou num “devir-informe”. Nas Grandes Antilhas, alguns anos após a invasão da América, os espanhóis enviavam comissões de inquérito para investigar se os indígenas tinham ou não uma alma (LÉVI-STRAUSS, 1952, p. 384) – se eram capazes de informar o seu próprio mundo. Em agosto de 1530, em Valladolid, Juan Ginés de Sepúlveda, jurista espanhol, invocou a autoridade de Aristóteles e declarou, conforme a teoria aristotélica da escravidão natural, que todos os indígenas do Novo Mundo eram “escravos naturais” (HANKE, 1959, p. 43). Anos mais tarde, em 1549, o jesuíta Manuel da Nóbrega, cronista do descobrimento, após o seu encontro com os Tupinambás no litoral brasileiro, afirma que estes são como homens de cera, prontos para a impressão de uma forma. A antropologia racista de Gilberto Freyre (2006) criou na interpreta-

ção do Brasil uma imagética vegetal dos índios. Rememorando os homens-plantas aristotélicos, justamente pela inconstância dos seus hábitos e seu relacionismo radical com o corpo do mundo, os indígenas são tidos como informes – ágeis e inacessíveis à forma do sentido. Serafim Leite, eminente historiador da Companhia de Jesus no Brasil, Gabriel Soares de Souza, Alexandre Rodrigues Ferreira, Capistrano de Abreu, dentre outros, são unânimes ao assinalar a “amorfia da alma selvagem” (CASTRO, 2017, p. 186-188). Selvagens, regidos pelos usos dos seus corpos, os “índios não conseguiam acreditar nem em Deus, nem no terceiro excluído [aristotélico]” (CASTRO, 2017, p. 214). A forma escorregava nas dobras do corpo ameríndio e encontrava no chão a imanência da vida, cuja condição de humanidade variava ao modo da perspectiva que habitava. Semiófagos, os ameríndios são imunes às tramas identitárias do sentido. A variação do corpo selvagem é a expressão ontológica de um modo de ser relacional onde a troca e não a identidade é o valor fundamental.

Tais qualidades incertas da inconstância legaram aos povos indígenas da América os predicados do verbete “informe” (*informis*) do *Thesaurus Linguae Latinae* (1900, p. 1474-1477). Os ameríndios avessos à doação de sentido da ontologia informacional foram descritos como sem enredo – sem história e sem retórica –, feios, torpes, amorfos, bárbaros – de língua áspera e balbuciante –, incompostos e inacabados (não absolutos), infames – não eruditos –, bastardos e idiotas – inabilitados a falar na *pólis*. Mas não se encerra aí. A literatura latina ainda diz que, feito um indígena, o informe é um orador invisível (sem discurso), um corpo sem espírito (fora dos caracteres da *pólis*) e sem alma (em busca da graça de Deus), corpo com som de natureza (de fala incoerente, com sons incompreensíveis e inarticulados), corpo maculado pelo pecado (sem ídolos ou hábitos próprios e uniformes). No que o *Thesaurus Linguae Latinae* reserva à “*matéria mundi*”, o informe é sem unidade de mundo, confuso, inquietante e caótico. Os seres informes são metamorfos, proteiformes, monstros, bestas deformadas. Seu reino é a matéria mãe, como, por exemplo, *Pachamama*. Semelhantes à cera, os seres informes são desprovidos de poder e avessos à sabedoria ocidental, selvagens feito as selvas e florestas cujas maneiras de ensino e aprendizagem devem ser apagadas. Eis o epistemicídio do sentido, o apagamento e a invisibilização dos saberes informes nas camadas da alma da razão informacional. Parar este epistemicídio, que inventou e retirou das narrativas de origem da Ciência da Informação as humanidades subalternizadas, é uma tarefa que vem. Afastados do imperativo informacional que governa as sociedades Ocidentais contemporâneas, libertos de todo sentido único, os saberes ameríndios são forças informes capazes de narrar um mundo outro.

Justamente sobre um mundo outro do campo informacional que este livro trata. Uma reescrita da nossa declaração de independência. Fora dos sentidos convencionais, dentro das nossas histórias sociais, este livro reserva ao leitor uma mudança de linguagem, não meramente das palavras, mas das coisas e seus lugares. Walter Benjamin (2009, p. 13-14), analisando o papel da crítica, distingue entre o crítico e o comentarista. Enquanto o comentarista está vinculado ao assunto temático da obra, o crítico é como um paleógrafo diante de um pergaminho cujo texto apagado está coberto pelos contornos fortes de uma escrita do sentido, sendo a sua tarefa mostrar os estratos do obliterado, o fora do sentido que sobrevive enquanto inominável na história dos vencedores. Numa analogia com a dimensão crítica deste livro, supondo que a obra em questão fosse uma pira funerária, o comentarista pode ser comparado ao químico e o crítico a um alquimista – enquanto o primeiro retém a lenha e as cinzas (*lignium*) como únicos objetos de análise, o último se preocupa com a ambiguidade da chama: o enigma de estar viva (*silva*). Signo ambíguo, o crítico, um ser informe absorvido pela hibridizadora narrativa da chama ou do palimpsesto, lê o que sobrevive nas camadas oprimidas da escritura do sentido. Gustavo, o crítico, lê o que nunca foi escrito pelo sentido, o livro da vida informe, as rasuras gramaticais das línguas menores sob a tábua do palimpsesto vital do nosso campo informacional. Molha sua pena no corpo do mundo e escreve o livro por escrever.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *A potência do pensamento*. Lisboa: Relógio D'água, 2013.
- AGAMBEN, Giorgio. *O uso dos corpos*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ARISTÓTELES. *Política*. Madrid: Gredos, 1988.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. São Paulo: Loyola, 2002.
- BENJAMIN, Walter. *Ensaio reunidos: escritos sobre Goethe*. São Paulo: Ed. 34, 2009.
- CAPURRO, Rafael. *Apud Arabes: notes on Greek, Latin, Arabic, Persian, and Hebrew roots of the concept of information*. 2014. Disponível em: <http://www.capurro.de/iran.html>. Acesso em: 19 nov. de 2020.
- CAPURRO, Rafael. What is Information Science for? a philosophical reflection. In: VAKKARI, Pertti; CRONIN, Blaise (ed.). *Conceptions of Library and Information Science: historical, empirical and theoretical perspectives*. London: Taylor Graham, 1992. p. 82-96.
- CASSIN, Barbara. *O efeito sofisticado*. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- CASSIN, Barbara. *Jacques, o Sofista: Lacan, logos e psicanálise*. Rio de Janeiro: Autêntica, 2017.

- CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2017.
- ECO, Umberto. *Da árvore ao labirinto: estudos históricos sobre o signo e a interpretação*. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- FREITAS, Lídia Silva de. Sentidos da história e história dos sentidos da Ciência da Informação: um esboço arqueológico. *Morpheus*, Ano 2, n. 2, 2003.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Global, 2006.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. As Ciências Sociais e as questões da informação. *Morpheus*, Ano 9, n. 14, p. 18-37, 2012.
- HANKE, Lewis. Aristóteles e os índios americanos: um estudo do preconceito de raça no Mundo Moderno. *Revista de História*, v. 18, n. 37, p. 15-43, 1959.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e História*. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1952.
- MENEZES, Vinícios Souza de. A mulher como informação: uma maculatura desclassificada na tipografia do informar. *Liinc em Revista*, v. 14, n. 2, p. 136-151, 2018.
- OTLET, Paul. *Tratado de Documentação: o livro sobre o livro: teoria e prática*. Brasília: Briquet de Lemos, 2018.
- RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. *Bases teóricas y filosóficas de la bibliotecología*. México: UNAM, 2005.
- THESAURUS *linguae latinae*. Leipzig: Teubner, 1900.
- WRIGHT, Alex. *Cataloging the world: Paul Otlet and the birth of the information age*. New York: Oxford University Press, 2014.



PREÂMBULO

A fundamentação da inexistência da Ciência da Informação

*E pensei: eu ia sair, logo, fugir, também dali;
mas, lá, deixaria o Livro.*

João Guimarães Rosa

OS ESTUDOS SOBRE A INEXISTÊNCIA DE ALGO CHAMADO “CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO” (CI) atingiram seu auge em três grandes momentos:

- A publicação do *Annual Review of Information Science and Technology*, em 1966: um repertório metabibliográfico que só podia (dado que era retrospectivo) tratar de uma história precedente e vasta (e não de um fato novo) na década de seu aparecimento;
- A fundamental revisão de Lloyd Houser, de 1988, que realizou profunda anatomia da construção de nosso campo via o *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, apontando que ali, no final dos anos 1980, as centenas de definições da expressão *information science*, e descrevendo toda a mutação terminológica para métodos e teorias já constituídas antes da terminologia dos anos 1960 e 1970; ou seja, provando que não havia nada de novo no front no âmbito epistemológico;
- A Trilogia Nitecki, que navegou em Platão e Aristóteles para nos mostrar das raízes filosóficas até as lutas epistemológicas do campo (e suas fundamentais redundâncias para a constituição de seu léxico entre o Oitocentos e o Novecentos).

Mas o equívoco de optar por esses estudos já apresentaria um problema de método: são eles redutores da realidade da inexistência da CI, dado que partem já,

estruturalmente, de um olhar ocidental-anglo-americano. Parecem desconhecer a produção de Ásia, de África, de América Latina e Caribe, e mesmo o Leste Europeu no século XIX. Caso partíssemos de uma abordagem epistemológica horizontal, perceberíamos de pronto que essa condição é muito mais ampla do que a discursividade de nosso campo esconde.

Podemos então mais diretamente chegar à decisão clara:

- A tese de Solange Puntel Mostafa, de 1985, que descortina a construção neoliberal do fazer bibliométrico;
- A dissertação de Alcenir Soares dos Reis (1990), feita no calor dos acontecimentos no Brasil pré-criação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação, a ANPQ; ou seja, uma pesquisa realizada entre 1983 e 1990, que deixa muito clara a construção social do campo a partir da Biblioteconomia.

Uma trindade de hipóteses estabeleceu o percurso dessa obra ao longo de 15 anos de reflexão, desvelada pela crítica ao pretense movimento paradigmático do campo via classificações epistemológicas triádicas, como aquelas de Miguel Ángel Rendón Rojas e Rafael Capurro:

- a) A Ciência da Informação não tem por objeto a informação;
- b) A Ciência da Informação não é interdisciplinar;
- c) A Ciência da Informação não é uma ciência do século XX.

O percurso que se segue é a busca pela comprovação teórico-empírica (as teorias aplicadas ao universo teórico do e no espaço-tempo do campo). Essas hipóteses podem, de todo modo, ser respondidas pelas grandes questões aporéticas da própria reflexão.

Para o argumento assertivo a), perguntamos:

Por que negar a pluralidade semântica em um conceito redutor da expressão social e crítica do campo (postura aceita dos enfoques neutralistas – que creem na neutralidade científica - aos enfoques emancipatórios, que creem na construção social dos artefatos), pluralidade tal com no mínimo 500 anos de produção intensa de obras sobre os dilemas do livro, do documento, do texto, do discurso, do signo, da mensagem, do esquema, do conhecimento, do dado?

Para b):

Por que a insistência no discurso interdisciplinar como *modus* de ser do campo em sua pretensa constituição tardia (o que contestamos no terceiro ponto), quando a própria argumentação sob a noção de interdisciplinaridade se constitui contra o movimento crítico-social da própria interdisciplinaridade, e se desenvolve contra a

mesma (dada a profunda luta do campo por se emancipar desde o discurso epistemológico de Gabriel Peignot em 1802)?

Para c):

Por que a casmurra batalha por afirmar que a disciplina tem “seus nascimentos” no pós-2ª Guerra quando, o que ocorre, é um (e não o único) processo de mutação de nomenclaturas em razão de movimentações históricas do campo (como a cada década ocorre, antes e depois do citado contexto), processo esse inacabado, inconcluso, e que remonta, por exemplo, a um termo já usado largamente no campo no século XIX no ideário do próprio campo, a saber, o termo “informação”, e um horizonte igualmente base do enfoque do Oitocentos, a saber, o cenário científico?

Quinze anos após o início da redação desse texto, atravessadas estações distintas de leitura para a busca do horizonte das hipóteses apontadas, as assertivas se tornam cada vez mais claras. As diferentes indisciplinas metodológicas experimentadas no percurso 2005-2020, a saber:

- a) Apresentação panorâmica,
- b) Pragmática filosófica,
- c) Hermenêutica,
- d) Filosofia do não,
- e) Epistemologia histórica,
- f) Epistemologia crítica,
- g) Epistemologia horizontal,
- h) Organização ordinária de saberes socialmente oprimidos,

apenas ampliaram as possibilidades de confirmação da trindade.

É preciso deixar claro, sob uma mínima visão crítica da construção epistemológica do campo, que o termo “ciência da informação” não representa em sua epifania uma ciência (no sentido de uma disciplina, exemplo, a sociologia dentro das ciências sociais), muito menos um campo científico, mas, quando muito, um método neopositivista de análise de revistas científicas (já existente – e, principalmente, já estabelecido e consistente –, antes do surgimento do termo “ciência da informação”, a saber, a bibliografia estatística ou bibliometria); cuja própria atenção de fundamentação não é dada às revistas científicas e sim ao livro como empiricamente comprovado por Vinícios Menezes (2014).

Os desusos micro e macro do termo “ciência da informação”, a partir de sua criação biblioteconômica (o uso pelo bibliotecário Robert Taylor nos anos 1960), como opções em diferentes partes do mundo, legaram ao seu potencial retórico a cobertura estética de grupos de pesquisa, formações de ensino superior, departamentos, centros, escolas, eventos. E pronto.

A aplicação do termo em uma placa na entrada de um edifício nunca fez constituir uma ciência, senão (em grande parte) especializar e reduzir um campo vasto (com as milhares de páginas produzidas no século XIX sobre os dilemas da preservação e do acesso ao conhecimento registrado, de continentes e conteúdos, das comunidades interseccionalizadas sob o contexto das argumentações e, principalmente, da organização da massa documental científica) a alguns aspectos que não representam nem de perto a amplitude dos estudos que passaram a ser chamados de “biblioteconômico-informacionais” – vide o uso estadunidense intensivo da expressão *Library and Information Science* desde então – ou apenas “informacionais” (para contribuir com a enorme e a-científica confusão com o já absolutamente desgastado termo “informação” nos anos 1960 – lembrando, o uso desse termo já era presente de modo emergente nas últimas três décadas do Oitocentos na tradição anglófona).

O decurso de uma década e meia até aqui é assim descrito:

- a) Primeiramente, com a indicação do cenário retórico por trás de tudo, a saber, o fetiche dos mitos de origem, as narrativas epistemológicas e o desenvolvimento econômico-político, já com as desdobradas análises do período 2014-2020;
- b) Em segundo lugar, a epistemologia crítico-poética, espécie aberta de metodologia do percurso, recuperando os aspectos do *modo* tecidos entre 2006 e 2011;
- c) O outro passo, presente na dissertação de 2008, recupera a querela do paradigma e a miséria de seu uso;
- d) Em seguida, também fruto primeiro da dissertação de mestrado de 2008, a crítica propriamente dita sobre os mitos de origem e suas narrativas, chegando ao foco da economia política da epistemologia em jogo;
- e) O “expresso BH-Copenhague” retoma também a inspiração das leituras de 2005 a 2008, constituídas sob a via da epistemologia da imaginação;
- f) O mesmo percurso é estruturado com a discussão sobre a história social da terminologia macroepistemológica do campo;
- g) Em *Nunca Fomos Interdisciplinares*, desvelamos a produção do período (década de 2000), com as abordagens das pesquisas posteriores;
- h) A discussão sobre a incongruência do uso da teoria paradigmática do século XX está presente também na dissertação e na publicação inaugural de 2008 na revista *Informação & Informação*;
- i) *A Fábula da Criação* sintetiza as tautologias afirmadas ao longo da pesquisa;
- j) *Ipásia Vive fundamenta*, a partir da discussão da virada da década (2000 – 2010), sob as figurações do período de produção 2015-2020, a condição da linguagem como “ato” epistêmico do campo;

k) Estas Histórias procuram alguma forma de conclusão das críticas epistemológicas e historiográficas constituídas.

Em síntese, as fontes centrais para a construção das ideias aqui presentes advêm do diálogo a partir das fontes a seguir:

- SALDANHA, G. S.; MENEZES, V. S. O mapa angelicó de Rafael Capurro de través: cartografias da Epistemologia da Ciência da Informação. *Brazilian Journal of Information Science*, v. 12, p. 7-21, 2018.
- SALDANHA, G. S.; MENEZES, V. S.; BOZZETTI, R. P. The philosophy of information as an ethical application of social epistemology: informational ontogenesis and philosophical-symbolic dilemmas. In: GORDANA DODIG-CRNKOVIĆ ; MARK BURGİN. (Org.). *Philosophy and methodology of information the study of information in a transdisciplinary perspective*. Singapura: World Scientific, 2019. v. 1, p. 147-168.
- SALDANHA, G. S. Transgramáticas: filosofia da Ciência da Informação, linguagem e realidade simbólica. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 6, p. 01-30, 2013.
- FERNANDES, G. C.; SALDANHA, G. S. Contribuições de Marteleto e González de Gómez ao entendimento do informacional: diálogos com três aportes da informação. *PontodeAcesso*, v. 6, p. 2-31, 2012.
- SALDANHA, G. S. O Imperativo mimético: a filosofia da informação e o caminho da quinta imitação. *Datagramazero*, v. 13, s.p., 2012.
- SALDANHA, G. S. Humano inumano pós-humano: o homem na, da e para a Ciência da Informação. *PontodeAcesso*, v. 6, p. 72-107, 2012.
- SALDANHA, G. S. Ipásia e a Ciência da Informação no território das Humanidades: a virada linguística informacional em um diálogo entre Rorty e Habermas. *Datagramazero*, v. 12, p. 01-12, 2011.
- SALDANHA, G. S. Entre a Retórica e a Filologia: do pragmatismo ao humanismo na epistemologia da Ciência da Informação. In: *CID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, v. 2, p. 47-67, 2011.
- SALDANHA, G. S. Tradições epistemológicas nos estudos de organização dos saberes: uma leitura histórico-epistêmica a partir da filosofia da linguagem. *Liinc em Revista*, v. 6, p. 300-315, 2010.
- SALDANHA, G. S. Classification et lutte épistémique: un regard critique sur les Sciences de l'Information et de la Communication en France. In: CHAUDIRON, S.; TARDY, C.; JACQUEMIN, B. (org.). *Médiations des savoirs: la mémoire dans la construction documentaire*. Lille: Université de Lille, 2019, p. 31-40.

- SALDANHA, G. S. O que é Ciência da Informação? Desafios imediatos e impactos hipotéticos da “distinção” bourdieusiana na socioepistemologia dos estudos informacionais. In: MARTELETO, R. M.; PIMENTA, R. M. (Org.). *Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2017, v. 1, p. 72-101.
- SALDANHA, G. S. Mediação e filosofia da ausência: a invenção gramatical da mediação humana e a super-ação do humano. In: RENDÓN ROJAS, M. Á. (coord.). *La mediación en el campo informativo documental*. Cidade do México: UNAM, 2017. p. 53-80.
- SALDANHA, G. S. Épistémologie historique des sciences de l’information et de la communication: la méthode architecturale de Viviane Couzinet entre les concepts-artefacts et les artefacts conceptuels. In: FRAYSSE, P.; GARDIÈS, C.; FABRE, I. (Org.). *Sur les sciences de l’information et de la communication: contributions hybrides autour des travaux de Viviane Couzinet*. Toulouse: Cepaduès, 2017, v. 1, p. 43-60.
- SALDANHA, G. S. Sobre a O²S²O, de Tesouro à Bourdieu: linguagem simbólica e a organização ordinária dos saberes socialmente oprimidos. In: LUCAS, E. R. de O.; SILVEIRA, M. A. A. Silveira. (Org.). *A Ciência da informação encontra Pierre Bourdieu*. Recife: UFPE, 2017, p. 173-196.
- SALDANHA, G. S. Vastu-tantra: sobre a pragmática transcendental em Ranganathan. In: LUCAS, E. R. de O.; CORRÊA, E. C. D.; EGGERT-STEINDEL, G. (Org.). *As contribuições de Ranganathan para a Biblioteconomia: reflexões e desafios*. São Paulo: FEBAB, 2016. p. 47-56.
- SALDANHA, G. S. The demon in the gap of language: Capurro, Ethics and Language in divided Germany. In: KELLY, M.; BIELBY, J. (Org.). *Information Cultures in the Digital Age*. Berlim: Springer, 2016. p. 253-270.
- SALDANHA, G. S. Imago e vivência: uma reflexão filosófica sobre o essencialismo e o pragmatismo na Ciência da Informação. In.: Ciência da Informação. In: SILVA, F. C. C.; SALES, R. (org.). *Cenários da Organização do Conhecimento: linguagens documentárias em cena*. Brasília: Thesaurus, 2011, p. 87-110.
- SALDANHA, G. S. A filologia bibliológica: sobre os estudos da linguagem na Bibliologia de Paul Otlet. In: MOLLICA, M. C.; GONZALES, M. (Org.). *Linguística e Ciência da Informação: diálogos possíveis*. Curitiba: Appris, 2011. p. 31-54.
- SALDANHA, G. S. Entre o silêncio e o alarido: Wittgenstein na Ciência da Informação. In: LARA, M. L. G.; SMIT, J. W. (Org.). *Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil*. São Paulo: Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo, 2010. p. 65-84.

- SALDANHA, G. S. Thomas Kuhn na epistemologia da Ciência da Informação: uma reflexão crítica. *Informação & informação* (UEL), v. 13, p. 56-78, 2008.
- SALDANHA, G. S. *Viagem aos becos e travessas da tradição pragmática da Ciência da Informação*: uma leitura em diálogo com Wittgenstein. Belo Horizonte, 2008. 337 f. (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

MITOS, NARRATIVAS E ECONOMIA POLÍTICA DE UMA EPISTEME

*Sorria-me, um sorriso ingenuamente amistoso.
E, o que ele me estendia, era um livro, o Livro.*

João Guimarães Rosa

QUAIS SERIAM OS CAMINHOS MAIS CURTOS E ÚTEIS PARA NÃO LER ESSE LIVRO? A encruzilhada é grande. Sugerimos inicialmente 3 vias, ancorando assim a trindade hipotética.

Lendo as 1.500 páginas escritas por Gabriel Peignot em 1802, em seu “Dicionário sistemático de Bibliologia” influência de formação epistemológica da tardia obra de Paul Otlet, sobre a existência de uma ciência liberal dedicada a sustentar as demais ciências, dando acesso ao conhecimento que localiza, preserva e fomenta o saber científico da Modernidade;

Lendo as 1.200 páginas de “Bibliotecas Públicas nos Estados Unidos da América”, de 1876, um *vade mecum* sobre teoria da metarrepresentação, informação científica, democracia informacional e popularização da ciência;

Relendo a “sempre atual” “Trilogia Nitecki”, ou seja, compreendendo como e quando, Platão e Aristóteles sustentam o desenvolvimento filosófico, epistemológico, teórico, metodológico e conceitual de nosso campo em sua face de filosofia prática na Modernidade.

Mas poderíamos buscar outras. Por exemplo, partir do contemporâneo. Se a condição da “epistemologia normativa” é fundamental para nos fundamentar, como muito bem detalhado foi em González de Gómez (2001), e se a economia política da epistemologia via neoliberalismo é tão claramente deflagrada pela clínica dialética de Mostafa (1985), já poderíamos concluir: o século XX é só o conjunto de epistemologias tardias dos estudos voltados para o registro do conhecimento,

sua *cientifização*, sua politização. Ou seja, poderíamos economizar algumas mil páginas lendo duzentas.

Os caminhos da não-leitura aqui compreendidos lançam luz à crítica aos mitos de origem, à narrativa epistemológica e ao desenvolvimento político do campo. Em primeiro lugar, compreende-se um bem desenhado quadro com imagens maravilhosas dos milagres do pós-guerra para os mitos de origem (como se isso não fosse novidade para a geração miraculosa estadunidense de 1876 ou para a alvorada do Oitocentos, com o repertório científico peignotiano). Tantos são os discursos para o oráculo eletrônico que se abrem que se confunde epistemologia com terminologia, bibliometria com racionalidade pura (neste caso, com o perdão do Círculo de Viena).

A narrativa epistemológica encontra o coração do discurso, a trama da criação. O modo como se tece cada argumento estabelece um gênero curioso de historiografia, pouco dedicado à ruptura, posto que muito além dela concebe-se o quadro de “origens” a cada nova efeméride técnica. E a ciência se transmuta em conjunto de novos sinais vistos no horizonte, no cartório da árvore do conhecimento.

O desenvolvimento político ganha, com os mitos e suas narrativas, uma cadeia de eventos sísmicos sequenciais entre os anos 1950 e os dias atuais, como se dependêssemos de uma sustentação em solo frágil para dizer que nossa altitude basta independentemente da labirintite. Do liberalismo ao neoliberalismo, o salto é fabuloso na economia política da epistemologia do que se passa a chamar de *Library and Information Science*. Tudo se justifica pelo capital em estado informacional, inclusive a própria noção de informação (a retirada sumária do sentido, como na Teoria Matemática da Comunicação), a própria noção sem contrato de trabalho de interdisciplinaridade (contra a *estrutura* disciplinar justificada e sindical), a visão sincrônica do *big bang* como metáfora sumária de onde nascem as coisas (como se nascessem de explosões epistemicidas, de fato, e não fossem criações clarividentes de interesses econômicos).

Esse é o percurso que aqui corremos. Ecce Liber.

EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA E CRÍTICA-POÉTICA

A chama bachelardiana acesa como pavio

*Há sonhos premonitórios. Esta cidade eu já a avistara,
já a tinha conhecido, de antigo, distante pesadelo.*

João Guimarães Rosa

ÉA PARTIR DO FILÓSOFO DA CIÊNCIA GASTON BACHELARD QUE DAMOS VIDA À estrutura teórica desta incursão. Para Bachelard (1974, p. 162), é necessário, na filosofia da ciência, um trabalho permanente de reflexão em torno da coerência e da unidade do pensamento que se voltam para a síntese do saber. Sua preocupação epistêmica gira em torno da distância entre a metafísica propriamente dita e os trabalhos práticos particulares de cada atuação científica.

Em Bachelard, a epistemologia caminha na relação entre estes extremos do saber, nunca diretamente vinculada à metafísica, nem à aplicabilidade. Conforme reflete o filósofo, ao ater-se a um destes polos, a cientificidade torna-se frágil.

[citação] Enfraquece-se contra os dois obstáculos epistemológicos contrários que limitam todo o pensamento: o geral e o imediato. Ora valoriza o *a priori*, ora o *a posteriori*, abstraindo das transmutações de valores epistemológicos que o pensamento científico contemporâneo permanentemente opera entre o *a priori* e o *a posteriori*, entre os valores experimentais e os valores racionais. (BACHELARD, 1974, p. 162)

Assim, para o epistemólogo, precisamos de uma filosofia do “entre”, capaz de operar entre a objetividade e a subjetividade que permeiam a atividade científica. Em outras palavras, “o empirismo precisa de ser compreendido; o racionalismo precisa de ser aplicado” (BACHELARD, 1974, p. 162). Bachelard (1974, p. 163) convoca para uma epistemologia dos dois polos, uma epistemologia que sobrevive através de um desenvolvimento dialético, multilateral. “Pensar cientificamente é colocar-se no campo epistemológico intermediário entre teoria e prática, entre

matemática e experiência. Conhecer cientificamente uma lei natural é conhecê-la simultaneamente como fenômeno e como número” (BACHELARD, 1974, p. 163). Trazendo para o discurso específico das ciências humanas, trata-se de pensar a lei natural também como fetiche, também como produto de imaginários que podem conduzir às mais diversas interpretações (RORTY, 1997).

No olhar de Bachelard (1983, p. 20), a epistemologia indica a fenomenologia do ser humano cotidiano no seu permanente processo de estudo. Desta forma, a função da jornada epistemológica é descrever a rivalidade e a cooperação do esforço teórico e da pesquisa – em outro olhar, sua função é buscar narrativas que reconhecem o ser humano em sua condição coletiva de pesquisador. Em sua formulação do novo espírito científico, Bachelard (1968, p. 54) acredita que a predisposição científica “não pode se contentar com pensar a experiência presente em seus traços marcantes”, é preciso que ela “pense todas as possibilidades experimentais”.

Ao encontro de Bachelard esta reflexão se aproxima, uma vez que pretende pensar a epistemologia como ação, como processo dinâmico de intercâmbio entre pesquisadores que são, antes de tudo, indivíduos inseridos em ambientes sociais. Trata-se de abordar a epistemologia como aquilo que o autor chama de “drama” cotidiano do estudo cotidiano (BACHELARD, 1983, p. 20) ou o estudo dos becos e travessas onde o pesquisar se faz vivo e ativo.

Do mesmo modo, esta pesquisa visa, por um lado, apreender o estudo da ciência como uma filosofia sem um cerne único de investigação, mas aberta aos pontos de vista que se chocam e se distribuem no debate teórico; por outro, propõe combater o espírito não-científico, do processo epistemológico imediatista, fazendo uso frequente da ideia bachelardiana de que a “essência da reflexão é compreender que não se havia compreendido” (BACHELARD, 1983, p. 112). Julgando este modelo de indagar permanentemente pela compreensão revisitada, revisando os passos epistemológicos da ciência, suas permanências e rupturas – e, principalmente, as primeiras –, este trabalho procurará reencontrar o debate sobre a leitura pragmática da informação e refletir seus pressupostos, trazendo as contribuições do filósofo Wittgenstein para a arena de sedimentação deste enfoque em CI.

A abordagem epistemológica contextual e dinâmica aqui defendida vem dialogar também com Francelin (2003b) e Santos (1989), na preocupação em torno do plano do reconhecimento da informação no cotidiano. Independentemente da conceituação destes autores acerca da pós-modernidade, que aqui não nos caberá analisar, encontramos em Francelin (2003b) e Santos (1989) a preocupação com uma leitura do mundo científico próxima àquela pensada por Bachelard (1983) e por Wittgenstein (1979). Trata-se de compreender a construção do conhecimento como um processo de recontextualização de sentidos, de verificação rigorosa dos intercâmbios

culturais no solo das relações sociais. Em outras palavras, trata-se de reencontrar um humanismo (e suas tragédias) aparentemente afastado dos estudos de organização do conhecimento, mas que pode ser desvelado, em nossa hipótese, a partir do estudo da longa duração de uma certa tradição pragmática – que aborda nossos objetos de estudo como práticas de sentido, *poesis*, construção, contextualidade.

Em Santos (1989, p. 77), temos

que todo conhecimento é contextual. O conhecimento científico é duplamente contextualizado, pela comunidade científica e pela sociedade. O contexto desta última é, por sua vez, internamente diversificado [...]. A dupla contextualização do conhecimento científico significa que ele é simultaneamente uma prática científica e uma prática social e que suas dimensões não podem ser separadas senão para fins heurísticos.

O conceito de “abertura” no pensamento do espírito científico que aparece em Bachelard evoca uma discussão subjetiva que aponta para a necessidade de estudo não apenas do pensar científico, mas também do sonho e da poética da construção científica, pois, como apontado em Santos (1989), a prática social, imersa em imaginários coletivos, é intrinsecamente enraizada na prática científica. “O conhecimento coerente”, nos lembra Bachelard (1974, p. 242), “é um produto, não da razão arquitetônica, mas sim da razão polêmica”. Bachelard, dessa forma, trata de tornar a epistemologia mais sensível e menos rígida, ainda que rigorosa, para compreender a complexidade da ciência e de seus pormenores não-totalizantes. Assim como no pragmatismo, o filósofo preocupa-se fundamentalmente com sensibilidades e menos com verdades – como é comum na história da epistemologia.

Ao preocupar-se com a compreensão, Bachelard (1974) toma a dialética como arma contra essa rigidez – através do permanente diálogo entre as teorias e métodos podemos, com mais aguda coerência, tecer apontamentos e revisões sobre a construção da ciência. Neste contexto, o filósofo identifica a importância de substituição do ponto de vista do pluralismo vertical – buscar apenas o que há no interior da substância fixa, como no caso da Química – para um pluralismo horizontal, ou seja, das “vizinhanças” que constroem as “condições de detecção na definição da substância” (BACHELARD, 1974, p. 190). É este pluralismo das vizinhanças que nos permite pensar as semelhanças de família de Wittgenstein (1979), perceber a tessitura de tradições em uma história de longa duração dos estudos informacionais – o que nos parece de suma importância em uma área do conhecimento como a CI, tão atenta aos eventos paradigmáticos que aparentemente transformam a ciência, suas nomenclaturas e modos de pesquisar.

Ainda: este pluralismo das vizinhanças é outra maneira de pensar a metáfora dos becos e travessas do campo, ou seja, para conhecer a epistemologia é preciso visitar os discursos circunvizinhos, adentrar suas argumentações e explorar seus diálogos. Trata-se, dito de outra forma, de definir uma “substância pela ‘coerência’ dos princípios racionais que servem para coordenar os seus caracteres, e não fundamentalmente pela ‘coesão’ interna afirmada pelo realismo” (BACHELARD, 1974, p. 204). A exploração desta coerência é, em resumo, a primeira procura de uma tradição pragmática. (RORTY, 1997)

No “novo espírito científico” de Gaston Bachelard (1974, p. 213), encontramos a classificação do sonho epistemológico: o sonho que interroga. Baseado em uma filosofia do não, a argumentação epistêmica se depara com as “paisagens sociais” e indaga: por que não? A coerência da resposta estará na capacidade de diálogo com outros pontos de vista – ou solidariedade de interpretação, ou percepção de semelhanças de família entre os jogos de linguagem –, que contribuirão para um olhar mais amplo diante da complexidade da paisagem que se apresenta, viva e intensa. O racionalismo defendido por Bachelard (1974, p. 221) – um racionalismo de ordem flexível e móvel, ou seja, uma racionalidade com base humanista – é que nos levará a conceber para esta viagem uma epistemologia da imaginação. Esta, que a seguir descrevemos, não reflete apenas a extensão bachelardiana que procuramos nesta viagem. Reflete também como e porque chegamos até aqui, e como sonhamos concluir esta jornada.

Uma epistemologia da imaginação...

Explicitamos, através da noção de uma epistemologia da imaginação, a condução da vida que se leva na viagem que se propõe: a apresentação do perfil do viajante e de sua bagagem. Em suma, buscamos descrever os materiais utilizados e a técnica adotada para compor a obra, explicitando ao leitor a biografia dos passos do narrador. Traduzindo para a pedagogia millsiana do cientista social aprendiz, isto significaria: eis aqui o eu metodólogo, nossa proposta de rota para expedição (MILLS, 1975, p. 135). Acreditamos que a perspectiva pragmática dos hoje ditos estudos informacionais – ao preocupar-se com as intersubjetividades e com um “conhecimento comum”, com uma hermenêutica dos jogos de linguagem – convida-nos para uma substantiva imaginação epistemológica, para uma desburocratização dos princípios metodológicos, para uma criatividade no pensamento. Isso o fizera, desde o século XVII, Emanuele Tesauro – caminho para investigarmos a invenção semiótica do campo, se assim desejarmos.

Chamamos de uma epistemologia da imaginação nosso modo de conceber a filosofia da ciência – um pensamento que nasce de nossa vivência em bibliotecas,

salas de aula e gabinetes de pesquisa, bem como em todos os outros ambientes favoráveis ao conhecimento, como lanchonetes, salas de cinema, mesas de café, corredores – e da própria filosofia do não bachelardiana. Uma epistemologia da imaginação não impõe regras. Ela observa as regras que os pesquisadores vêm praticando e descreve as outras regras incontáveis que cercam seu modo de fazer. Não vislumbra, desta maneira, a busca pela verdade. Investiga as condições de constituição de padrões sociais de configuração de coerências, ou seja, narrativas e seus imaginários. Apreendemos, assim, os viajantes dos séculos XV ao XIX, como outros, representantes dos grandes espíritos científicos. Ali, a metodologia científica era: a) imaginar; b) caminhar por imaginários; c) interpretar; d) narrar.

Para uma epistemologia da imaginação não podemos dominar e conter as relações sociais, fotografá-las; mas podemos acompanhar, através de narrativas, a história da sedimentação de seus hábitos. Trata-se da construção de uma fenomenologia convocada tanto por Bachelard quanto por Wittgenstein. Podemos, sim, compartilhar imaginários; participar para ouvir; e ouvindo, imaginar (e não decifrar ou reter), a partir de indícios de costumes e crenças, os modos (usos) do termo ciência que se faz – o social imagina, o social é o que está imerso em imaginários. A epistemologia da imaginação poderia sugerir/descrever os seguintes hábitos para uma pesquisa imaginária/imaginativa: conviver e ouvir através dos becos e travessas antes de classificar e afirmar. E, após conviver e ouvir, sugerir. A sugestão imaginativa é o verso capitular da poética da imaginação epistemológica, metáfora refletida no pensamento de Richard Rorty (1997, 2000): a sugestão como um incremento de sensibilidade.

Como então poderíamos responder à terminologia dos métodos científicos o local onde se encaixa este trabalho? Uma pesquisa retórica, com enfoque hermenêutico e social, seria uma resposta inicial, mas que parece excessivamente poluída de significados múltiplos. Poderíamos sugerir: esta pesquisa é uma narrativa de viagem, uma pequena caixa de cartas provocativas, ou uma história provocativa das ideias, um poema do cotidiano da CI, um relato de remotas e recentes sensibilidades, uma reunião de crônicas, uma coletânea de fábulas, um ideário, uma memória das formações discursivas, um ensaio sobre as travessias do pensamento.

Uma epistemologia da imaginação é uma provocação à criatividade informacional, à cultura científica das disciplinas da informação. Desta forma, esta é uma viagem que poderia se dizer: de epistemologia, de história, de filosofia, de organização do conhecimento. Diremos, antes, da imaginação. Qual imaginação? Uma certa imaginação dos saberes: entendendo estas categorias imersas em narrativas como provocação à sensibilidade leitora; entendendo leitor como o que é passível de se sentir conhecer; entendendo conhecimento, como Bachelard (1974), como o que incomoda, como a polêmica do conhecer.

Falamos, pois, de um pensamento científico que se basearia na ideia pragmática da investigação mundana, a investigação dos silêncios/ruídos do cotidiano, a diversidade e suas semelhanças de família – ou a variedade millsiana (MILLS, 1975, p. 144). Em outras palavras, o modelo de investigação tanto sociológico quanto filosófico, como o fez Wittgenstein ao longo de sua vida intelectual: o permanente deslocamento entre a universidade e as esquinas do mundo, a guerra, o vilarejo desconhecido, o lago inóspito; entre os becos e travessas onde o conhecimento se dá.

A tradição pragmática, como outras linhas de pensamento dentro da epistemologia informacional, propõe uma outra forma de cientificidade – não necessariamente inédita – para os estudos informacionais. Se propõe uma outra cientificidade, convoca o pensamento do cientista social para uma outra epistemologia. É neste ponto que procuramos uma epistemologia desvelada por uma tradição pragmática e pelo cruzamento com outros pensamentos – entre as quais incluímos a Antropologia, a Sociologia, a Estética e a Crítica literária.

Uma epistemologia da imaginação que procuramos aqui praticar – e que pode ganhar outros nomes, como epistemologia da sensibilidade, no vocabulário de Rorty (1997), ou poética da investigação científica, no vocabulário bachelardiano (1974) – é já presente em diferentes narrativas científicas – produzidas dentro de academias ou não, pois por epistemologia da imaginação compreendemos uma investigação de hábitos e experiências comuns do conhecer, como o fez Euclides da Cunha, em *Os sertões*; Guimarães Rosa, em *Grande Sertão: Veredas*; Manoel de Barros (1994), em seus poemas; os irmãos Villas-Boas, em toda a trajetória de suas vidas, conhecida como trajetória sertanista.

Esta epistemologia tem inspiração direta e profunda – não podemos dizer que é fruto de apenas uma influência, senão do convívio de vários pensamentos em nossa imaginação – nas narrativas de Richard Rorty (1997, 2000) – e o incremento de sensibilidade autoral –; Bachelard (1968, 1983, 1993) – e o espírito científico poético –; Euclides da Cunha (1985) – e a denúncia sistematicamente lírica de um olhar sob a barbárie; Mills (1975) – e o manifesto por uma pedagogia da imaginação sociológica –; Ítalo Calvino (1990) – e as narrativas do imaginário –; Win Wenders (1994, 1976) – e o silêncio do cotidiano como tecido de significados –; Saramago (1998) – e a teoria do viajante a caminho –; e, por fim, Wittgenstein – e a viagem aos ambientes de gestação dos jogos de linguagem.

Uma epistemologia da imaginação abarca a ideia da investigação científica – incluindo metodologia e redação – vinculada a três das cinco propostas de Ítalo Calvino (1990) para o novo milênio¹. São elas: leveza, exatidão e visibilidade

1 O escritor Ítalo Calvino, em 1985, iniciou uma série de palestras sobre literatura nas *Charles*

– apontadas, em grande medida, pela vasta obra sobre a Bibliografia de Alfredo Serrai. Para Calvino, a leveza diz respeito à retirada do peso da estrutura das narrativas e da própria linguagem, ou seja, o processo de harmonizar a comunicação. Essa harmonia obtida provê uma quebra nas barreiras de comunicação, uma transparência maior nos discursos. A leveza está diretamente associada à precisão e à determinação. Estas instâncias são imprescindíveis, pois a leveza conduz a uma clarificação da linguagem utilizada pelos indivíduos – ou pesquisadores –, e deve preocupar-se com o afastamento do vago, do aleatório e do redundante. Não se trata, claro, da precisão e da determinação de objetos, ou coisificação da natureza social, mas da busca pelo equilíbrio coerente das narrativas.

A exatidão – outro termo que pode ser associado ao positivismo, mas é aqui sensibilizado a partir de uma outra semântica – diz respeito à necessidade de evocação de imagens nítidas e incisivas. Por esta categoria, podemos refletir as situações de produção de uma linguagem precisa, com traduções claras. Em suma, a exatidão procura permanentemente o justo emprego da linguagem, os projetos bem definidos e delineados, assim como buscava o pragmatismo metodológico. Outra proposta, a visibilidade põe em xeque a necessidade de enxergar aquilo que está oculto, de ver além do que é mostrado. Desta maneira, pensar a visibilidade é pensar o olhar criativo. Este olhar investe a amplitude de sua vista além do que lhe é mostrado, busca nos silêncios do objeto ou do fato as nuances que constituem significados encobertos.

Evocamos a imagem do epistemólogo da imaginação como narrador – o velho narrador nômade das narrativas de expedições dos viajantes. Em um olhar mais direto, o epistemólogo pragmático Winter, o pescador de sons ou ruídos de Win Wenders (1994, 1976) em “Sob o céu de Lisboa”; ou o Winter, de “No decurso do tempo”, “homem comum” – sendo e não sendo o caminhoneiro do documentário de Carlos Nader, que descobre o simbólico ao longo da estrada –, viajante, observador das pequenas cidades e vilas alemãs. Um narrador que é, ao mesmo tempo, como na imagem da epistemologia millsiana (MILLS, 1975, p. 240), seu próprio cartógrafo, seu próprio gravurista, seu próprio escritor. Isso não pressupõe um narrador isolado.

Ao contrário, identifica um viajante que colhe saberes das mais diferentes comunidades e imaginários, e na transinterpretação destas experiências – na leitura

Eliot Norton Poetry Lectures, tratando daquele que foi, em suas palavras, “o milênio do livro”, e refletiu sobre cinco propostas para o novo milênio que iam além da narrativa literária, mas para qualquer narrativa. A sexta proposta ficou guardada para leituras mais sensíveis e imaginativas, uma vez que o autor faleceu antes de pronunciá-la. As cinco propostas são: leveza, rapidez, visibilidade, exatidão, multiplicidade.

dialógica e diacrônica –, constrói seu relato sobre o que viu pelo mundo que atravessou. Através do contato com diferentes sensibilidades dentro da epistemologia informacional, identificamos o entrecruzamento de relatos que nos fazem compreender as semelhanças de família – as vizinhanças – da diversidade histórica dos teóricos da organização do conhecimento.

ISSO NÃO É UMA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A traição epistemológica sob provocações magrittianas

É como na prisão de um espelho. Num espelho em que meus olhos soçobraram. O espelho, tão cislúcido, somente. Um espelho abaixo de zero.

João Guimarães Rosa

NOSSO OBJETIVO AQUI É TECER A CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO EPISTEMOLÓGICO da CI, de maneira a coletar nas narrativas os fragmentos que vão tecendo a tradição de invenção e um tipo de discursividade com frágil sustentação. É na década de 1960 que tal discursividade apontara que a CI se estabelece institucionalmente, quando o próprio termo “ciência da informação” é legitimado dentro do escopo dos estudos de organização do conhecimento – ou estudos de meta-representação. Encontramos ali o nascimento de seu mais sólido documento científico para repertório de narrativas dos textos informacionais, o *Annual Review of Information Science and Technology* (ARIST). No entanto, os percursos e manifestos que levam a essa constituição e sua formalização nas décadas precedentes aparecem como fragmentos de um certo mito de origem.

Há, entre diferentes discursos, inúmeras formas de narrar o nascimento da CI, de conceituá-la e de categorizar suas tradições, correntes, paradigmas ou modelos epistemológicos. Como no retorno da ciência ao senso comum, apontado por Boaventura Santos (1989) como segunda ruptura epistemológica, identificamos também, dentro da análise epistemológica que aqui comungamos, a aproximação a uma das mais remotas rupturas dentro da procura pelo conhecimento, aquela que diz respeito a nossa negação do mito, manifestada pelos gregos.

Caso tomemos aqui os discursos meta-científicos como conjunto simbólico de narrativas que vão constituindo e sedimentando imaginários – estes que conduzem, orientam e dão segurança aos pesquisadores -, entendemos que o somatório

dessas vozes formula, tácita e lentamente, mitologias de origem e a manutenção de uma coesão comunicacional, sob as quais os investigadores científicos se baseiam para conferir vivência e vigência às suas argumentações.

Desta maneira, nos acostumamos – nos habituamos, no vocabulário wittgensteiniano (WITTGENSTEIN, 1979) e peirceano (PEIRCE, 1974a) -, devido a uma miríade de discursos que tratam da questão de origem a partir de uma ótica – comum a um certo jogo de linguagem –, a afirmar que a CI nasceu no contexto da Segunda Guerra Mundial. Muitas são as dissertações, trabalhos, artigos e outras narrativas científicas que partem dessa formulação para dar vida ao seu problema de pesquisa, para justificá-lo, posicioná-lo e imputar-lhe significados.

Para a epistemologia histórica crítico-poética de Bachelard (1974), em diálogo com nossa proposta epistemológica por uma imaginação e com nosso companheiro de viagem, o segundo Wittgenstein, o encontro da imaginação com a razão, o retorno à constituição do discurso científico é também a exploração crítica sobre os fragmentos que tecem esse discurso, as narrativas que constroem constelações de mitos de origem que asseguram ao pesquisador seu lugar como cientista, asseguram seu problema de pesquisa como objeto científico; asseguram, ainda, sua estratégia de exploração como metodologia científica. Desta maneira, apresentamos aqui, nesta visita, uma viagem crítica à epistemologia da CI.

Mais longa visita nesta viagem, este passo é circunstancial para compreender e contextualizar nosso horizonte de pesquisa, ou seja, a tradição pragmática, bem como as possibilidades de leitura que suas narrativas oferecem. Desta maneira, é aqui, na exaustiva – mas nem de longe totalizadora – revisão histórico-epistemológica da CI desenvolvida que poderemos identificar os fragmentos, ou “pormenores” no escopo da epistemologia, como nos fala Bachelard (1974), que vão tácita ou explicitamente tecendo uma tradição, abrindo caminhos para uma outra forma de vida, a partir de fragmentos de discursos, discursos e complexos de discursos dispersos nos becos e travessas da comunicação científica – revistas, anais de congressos, livros, como também corredores, salas de aula, ambientes de convivência etc. Ademais, a exaustividade é fundamentalmente justificada pela discussão anteriormente aberta sobre a sonolência dos trabalhos teóricos dentro da CI e a possibilidade de uma vigência reducionista do praticalismo. Ao descrever e discutir alguns textos da paisagem social da epistemologia dos estudos informacionais, procuramos, implicitamente, “acordar” tais trabalhos e demonstrar a profundidade, às vezes obscurecida, de nossa argumentação teórica.

Como afirma Lena Vania R. Pinheiro (2002, p. 63), a origem da CI, “estreita e profundamente relacionada à sua natureza interdisciplinar e complexidade do seu objeto (informação), é questão arduamente debatida na literatura estrangei-

ra e comporta múltiplos enfoques”. Na caminhada rumo ao horizonte da tradição pragmática, sob a base da epistemologia histórica bachelardiana – aquela também adotada por Pinheiro (1997, 2002) em suas narrativas histórico-epistemológicas -, procuramos apresentar o nosso enfoque particular, do viajante-narrador que aqui avança. Trata-se da explicitada exploração, na nossa visita metodológica, da “relação do indivíduo consciente com o humano genérico”, nas palavras de Heller (1985, p. 40), ou do “eu metodólogo”, no discurso de Mills (1975, p. 135).

Desta forma, nossa linha historiográfica percorrida procura observar, diferente de Pinheiro (2002) e Robredo (2003), entre muitos outros, uma narrativa não necessariamente vinculada ao discurso da “natureza interdisciplinar” da área – ou, dito de outra forma, uma história sem uma essência interdisciplinar, mas com possíveis desdobramentos que podem nos conduzir à importante discussão sobre a interdisciplinaridade na CI. Procuramos também compreender a história da CI para além do termo “ciência da informação”, assim como Ortega (2007)¹ propõe, porém sob outros aspectos. Em outras palavras, buscamos uma historiografia para além da teoria da representação e da abordagem epistemológica de Thomas Kuhn sobre o desenvolvimento científico.

Nesta linha, também não partimos da noção de Pinheiro (2002, p. 63), que não considera a versão histórica da CI como “um prolongamento ou dimensão maior da Biblioteconomia”. Em nossa narrativa, este “prolongamento” – mas não a questão de grau da “dimensão maior” – não só é apresentado como um olhar possível e demarcado dentro de todo o desenvolvimento dos estudos de organização do conhecimento – cujo nome seria substituído por organização da informação a partir dos anos 1960, basicamente, porém com vasto recuo posterior -, como desdobra-se em uma circularidade discursiva ocultada pelo simulacro das transformações da terminologia da área, o enfeitiçamento da linguagem Wittgenstein.

Do mesmo modo, não adotamos como linha de compreensão do caminhar da ciência a filosofia de Thomas Kuhn, adotada, por exemplo, por Oliveira (2005) e Capurro (2003), dentre tantos outros. Preferimos, assim, falar em tradições e não em paradigmas. Acreditamos que a adoção de Kuhn para a epistemologia da CI tende a dificultar a clarificação de diferentes elementos de nossa história, ainda que não seja incongruente em toda a sua aproximação aos estudos da informação, como nesta visita, em certos passos, procuraremos demonstrar. Lembramos, junto de Cañedo Andalia (2004), que a fragmentação das investigações episódicas dentro

1 Ortega (2007), no VII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), realiza um profundo estudo sobre a Ciência da Documentação, desenvolvida em torno dos trabalhos de Paul Otlet, com o objetivo de fundamentar a importância desta ciência como uma das principais bases epistemológicas da CI.

da CI e o forte caráter aplicado destas impossibilita a acumulação e a edificação de um conhecimento profundo. A análise do caminhar da CI através de paradigmas, revoluções e teorias não-cumulativas, como Kuhn (1975), permitir-nos-ia apenas concluir: está aí a fragilidade da área, fragilidade que vai desde sua epistemologia, até suas justificações e a definição de sua própria nomenclatura.

Assim, percebemos também que, para nossa análise, o próprio termo “prolongamento” pode parecer conflituoso, pois tende a conduzir ao entendimento de que uma área, como a CI, é uma “dimensão maior” da Biblioteconomia, uma vez que se estende mais além dela nos discursos ordenados na história. Ao percebermos, em nossa caminhada, uma circularidade, acreditamos, pois, que o que há é um permanente jogo de encontros e reencontros discursivos e práticos, que ora convergem de forma explícita na prática, na teoria e na terminologia, ora parecem se afastar exatamente por uma dispersão terminológica, mas que apresentam, em grande parte de suas aplicações, a mesma atitude teórica envolvida por termos diferentes.

Nossa indagação neste passo é a seguinte: em quais terrenos se encontra a epistemologia da CI e como os fragmentos discursivos vão costurando uma tradição dentro desta arena científica? No encaixe da resposta para essa questão, pretendemos mapear, a partir do estudo crítico dos discursos que narram nossa constituição enquanto arena científica, as rotas abertas para o desenvolvimento de uma tradição pragmática dentro da epistemologia informacional.

As sensibilidades que procuramos *provocar* nesse mais longo passo da viagem sugerida atravessam as seguintes arenas:

- a) a origem da CI é fruto, antes de acontecimentos científicos, de discursos que procuram justificar para demarcar – e por vezes demarcar antes de justificar – sua experiência de nascimento e constituição, e procuramos aqui apresentar brevemente algumas narrativas que contribuem para tecer nosso mito fundador;
- b) há, ano após ano, desde a primeira década do século XIX – repetimos, século XIX – um deslocamento nas narrativas epistemológicas dentro dos estudos informacionais na direção de um pensamento mais pragmático, de cunho sociológico-antropológico, que está fragmentado já nas discussões iniciais da área, mas se tornará cada vez mais amplo e profundo em nossos discursos contemporâneos; procuramos, pois, através do estudo de algumas definições da área, pontuar esses deslocamentos;
- c) a expressão/termo “ciência da informação” ganha, nesse deslocamento, os mais diferentes significados. Partimos nessa viagem, como já apresentado, da noção de significado enquanto uso, a definição pragmática da filosofia

da linguagem do segundo Wittgenstein. Desta forma, visitamos, também sucintamente, alguns usos da expressão dentro dos discursos científicos dos estudos informacionais para compreender os desdobramentos práticos que a adoção de ciência da informação pode repercutir;

- d) os usos e desusos da expressão “ciência da informação” virão identificar a dificuldade de justificar sistematicamente – e, por conseguinte, de demarcar – a CI e suas subáreas de investigação prática. Dessa maneira, a fragilidade da expressão discutida a partir de uma análise epistemológica termina por encaminhar tal fragilidade a outros termos da área, o que nos faz visitar rapidamente o conceito de interdisciplinaridade – esse, usado tanto para justificar quanto para demarcar epistemologicamente o escopo de exploração dos estudos informacionais.

Em sua leitura de um dos quadros da série “A traição das imagens”, de René Magritte, Michel Foucault (1988) reflete sobre a possibilidade de significação, os diversos horizontes de interpretação que uma simples imagem, uma representação, podem conduzir – bem como suas possibilidades de simulação e disfarce. O quadro em questão apresenta um cachimbo no centro e sob ele, a legenda, em francês: Isto não é um cachimbo.

Nas palavras de Foucault (1988, p. 13),

há dois cachimbos. Não seria necessário dizer, em vez disso: dois desenhos de um mesmo cachimbo? Ou ainda, um cachimbo e seu desenho, ou ainda dois desenhos representando cada um deles um cachimbo, ou ainda dois desenhos dos quais um representa um cachimbo mas o outro não, ou ainda dois desenhos que, nem um nem outro são ou representam cachimbos, ou ainda, um desenho representando não um cachimbo, mas um outro desenho que, ele, representa um cachimbo, de tal forma que sou obrigado a perguntar: a que se refere a frase escrita no quadro?

O mesmo nos provoca a inscrição “ciência da informação” afixada sob um modelo epistemológico, um mapa teórico ou uma cartografia interdisciplinar. A informação hoje é categoria comum nos discursos das mais diferentes áreas. Em CI, ela é fonte de investigações que vão de abordagens positivistas a construtivistas, passando por um emaranhado de outras correntes filosóficas.

O desenho de Magritte, reflete Foucault (1988, p. 19), “é tão simples quanto uma página tomada de um manual de botânica: uma figura e o texto que a nomeia”.

Assim se apresenta o conceito de “ciência da informação”: um conceito que procurava, em sua origem, esclarecer o foco de um campo de estudos que tem por objeto a informação. No entanto, as indagações, ao longo das últimas décadas, acerca do que pode ser reconhecido como “informação” permitir-nos-ia reconstituir o parágrafo acima apresentado, alterando o termo cachimbo pelo termo “informação”. A indeterminação deste conceito contribuirá para a própria dificuldade de conceituação da ciência que buscava, a princípio, dominá-lo – sob uma abordagem fisicalista, positivista. E, posteriormente, compreendê-lo, sob uma abordagem pragmático-hermenêutica.

Dizer, “Isto é Ciência da Informação” é cada vez mais uma tarefa difícil, mas seus graus de possibilidade de afirmação coerente são fundamentais para o desenvolvimento da área que apresenta uma profunda responsabilidade social histórica: o desafio de organizar o conhecimento. Se nos perdermos no relativismo do objeto “informação” como categoria múltipla, às vezes patrocinado pelo discurso da natureza interdisciplinar da área, talvez possamos dizer que tudo é uma “ciência da informação”. Chegaríamos, por certo, a uma crônica situação. Como Foucault (1988, p. 34), poderíamos dizer: “Em nenhum lugar há cachimbo”. Ou seja, no fundo, em nenhum lugar há uma “ciência da informação”.

René Magritte, em grande parte de sua obra, constrói o que podemos chamar de “jogos conceituais”. O artista produz estes jogos através da “mudança de contextos” – “bosques formados por vigas ou balaústres de madeira, guizos que flutuam no ar” -, da “associação conflitante” – “um rosto formado por um tronco feminino desnudo, tendo seios como olhos e o sexo como boca” -, e de associações paradoxais – “nuvens que penetram por portas abertas, paisagens que se confundem com a realidade que representam”. Em resumo, os jogos conceituais-contextuais de Magritte se dão a partir da “combinação insólita de imagens comuns” (MAGRITTE, 1995). Nos dizeres de Paquet (1992, p. 71), a “combinação de objetos e etiquetas feita por Magritte pode ser interpretada como uma infiltração da ordem existente, que pode e deve sugerir associação inesperada”. Os jogos de Magritte se assemelham aos jogos do Índice Categórico de Emanuele Tesauro e aos jogos de linguagem de Wittgenstein – ambos espalham objetos e palavras por contextos diferentes, demonstrando a dinâmica que dá vida aos mesmos e que impossibilita representações estáticas ou essências/naturezas atingíveis.

É desta maneira que o artista e o filósofo colocam em debate o conceito de representação. Para além deste conceito, Magritte “realiza fenômenos de transferência com os objetos”. As transferências magritianas demonstram a “fragilidade das convenções sobre as quais se fundamenta a linguagem” (PAQUET, 1992, p. 67). A CI sustentou boa parte de sua filosofia sob o guarda-chuva de uma filosofia da

representação. São, tanto a tradição física, como a tradição cognitiva, como as tradições documentalista, bibliográfica e tantas outras, estruturalmente influenciadas por esta filosofia.

Uma vez que sua principal e mais identitária prática científica, a meta-representação do conhecimento (científico) – a mesma prática fundamental da Documentação, da Bibliografia e da Biblioteconomia –, já estava diretamente ligada aos estudos da filosofia representacional, a CI eleva a representação à categoria política nos estudos da informação, para além dos estudos epistemológicos. Com a formação de uma tradição pragmática e o próprio criticismo meta-científico contemporâneo, com profundas raízes na sociologia e na antropologia da ciência, os becos sem saída e os paradoxos atingidos pelo pensamento representacional parecem ficar mais nítidos. Usando o vocabulário de Magritte, a traição das imagens é desvelada.

A preocupação em representar com acuidade as possibilidades teóricas da área e possibilidades práticas de atuação de seus indivíduos, fez da CI uma linha discursiva fascinada por uma linguagem ideal, como alerta Wittgenstein (1979), uma disciplina orientada epistemológica e politicamente para a exploração de termos – imagens – que pudessem designar com perfeição aquilo que a suposta “essência” dos significados refletia. As dificuldades de definir seus núcleos e suas fronteiras e de se autodefinir, bem como os entraves na construção de sua historiografia, são, em muitas vezes, consequências de uma filosofia representacional levada até os discursos políticos das instituições que cuidam da organização do conhecimento, como faculdades de Biblioteconomia e institutos de Bibliografia e Documentação.

Como a leitura de Foucault (1988) da obra de Magritte, tecemos a seguir uma historiografia interpretativa e crítica das imagens criadas ao longo dos mitos de fundação e desenvolvimento da CI, os jogos de linguagem que teceram as razões epistêmicas e institucionais da área, problematizando que, em diferentes momentos em que se afirmou “isto é ciência da informação”, a própria representação das práticas informacionais demonstrava, traindo o classificador, como na ironia magrittiana, que aquilo poderia significar “isto não é ciência da informação”.

MITOS DE ORIGEM

As narrativas e seus fragmentos (a história que escolhemos inventar)

A ciência? Uma ficção entre outras.

Toffin

COMO LEMBRAM BUCKLAND E LIU (1995), A HISTORIOGRAFIA EPISTEMOLÓGICA em CI não representa uma área madura. Porém, mesmo a autoria não consultara uma historiografia crítica e horizontal para dizê-lo. Desta maneira, podemos observar que, quando uma outra grande tradição epistemológica começar a se sedimentar a partir de um encontro possível de discursos simultâneos, a memória meta-científica dos estudos informacionais ainda dependia de maiores expedições, reflexões e registros.

Em 1975, Wersig e Nevelling lembravam, do mesmo modo, que era tardia a entrada das investigações sobre a “ciência da ciência” dentro da CI. Essas evidências colaboram para a compreensão pelos diferentes modos de abordar as origens da área dos estudos informacionais, seja como ciência oriunda da Biblioteconomia, ou ciência que nasce do encontro da Recuperação da Informação e da Documentação, dentre outras. Em paralelo com a questão, Wersig e Nevelling (1975) nos chamam atenção para o fato de que disciplinas como ciências sociais, ciência da ciência e teoria da comunicação entram atrasadas na discussão sobre a CI. Do mesmo modo, Guzmán Gómez (2005) demonstrará que dentro das disciplinas que se aproximarão da legitimação e institucionalização de uma “ciência da informação” não aparecerão a Antropologia e a Sociologia.

É noção comum encontrar o início da historiografia da CI ligado ao contexto da Segunda Guerra Mundial, como visto nas cartografias apresentadas anteriormente. Como em Goffman (1975, p. 3), as origens da CI estão relacionadas com a proliferação de publicações científicas no pós-guerra – assim, um grupo de cientistas se dedicará a tratar da “explosão informacional” e dos problemas críticos

da comunicação científica. O período da guerra foi marcado pela emergência da necessidade de informações imediatas e eficientes. O desenvolvimento da computação está, assim, intimamente ligado à corrida pelo controle e o intercâmbio restrito de informações.

Desta maneira, muitos dos problemas da “explosão da informação” poderiam ser resolvidos substituindo processadores humanos por computadores que podiam responder a esta emergência de forma mais “precisa” e “eficiente” (GOFFMAN, 1975, p. 4). Esta noção comum ultrapassa a evidência de que, antes de uma ciência, o que aparece no bojo da Segunda Guerra Mundial é um complexo de narrativas, estruturado em uma filosofia representacional, que procurará legitimar um novo termo, “ciência da informação”, para velhas práticas, institucionalizando-o sobre organizações que realizavam estas últimas.

No contexto de sua origem institucional e terminológica, a CI aparece envolvida em um complexo movimento de transformação

das sociedades contemporâneas que passaram a considerar o conhecimento, a comunicação, os sistemas de significado e os usos da linguagem como objetos de pesquisa científica e domínios de intervenção tecnológica. Poderíamos dizer que ao mesmo tempo em que entravam em crise alguns dos pressupostos epistemológicos que legitimavam a imagem da ciência moderna, começava a se formar esse novo campo científico que assumiria uma parte importante do meta-discurso ocidental sobre as ciências, discurso que seria construído agora a partir de resultados formalizados da produção de conhecimentos e conforme metodologias observacionais e quantitativas. A Ciência da Informação constituir-se-ia assim, ao mesmo tempo, como uma nova demanda de cientificidade e como um sintoma das mudanças em curso que afetariam a produção e direção do conhecimento no ocidente. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000, p. 2)

Para Freire (2006), a área tem como marco-zero a utopia de Otlet e La Fontaine sobre “o valor e a universalidade da documentação”, utopia que dizia respeito a uma preocupação básica da sociedade contemporânea, de desenvolver métodos para armazenar o conhecimento registrado e torna-lo disponível. Para Loureiro (1999), como para Pinheiro (1997), a construção da CI parte de momentos diferenciados, ligados aos encontros discursivos da bibliografia/documentação e da recuperação da informação.

Por sua vez, para Le Coadic (1996, p. 2), a CI tem uma origem anglo-saxônica, originada, em seu primórdio elementar, a partir da Biblioteconomia. Por isso, seu

objeto de estudo inicial esteve ligado à informação sediada em bibliotecas públicas, universitárias, especializadas, bem como centros de documentação.

A leitura pública e histórica do livro constituiu então a matéria dos primeiros estudos que foram realizados. Mais tarde, a informação referente às ciências, às técnicas, às indústrias e ao Estado tomou a dianteira sobre esses assuntos, dinamizada pelo advento da tecnologia da informação e as necessidades crescentes de informação dos setores científicos, técnicos e industriais, bem como do grande público. (LE COADIC, 1996, p. 2-3)

Para o historiador informacional francês, a nascitura “sociedade da informação” – expressão visivelmente fundamentada pela crescente indústria informacional, lembrada também por Buckland e Liu (1995) – necessitava de uma ciência para atender suas demandas (LE COADIC, 1996). Assim, a CI surge a partir da tríplice influência: “desenvolvimento da produção e das necessidades de informação científica e técnica”; “surgimento de um setor industrial das indústrias de informação”; e “surgimento das tecnologias da informação”.

Estas mudanças teriam provocado movimentações epistemológicas que reorientaram as unidades de investigação dos estudos informacionais, do livro e da biblioteca em Biblioteconomia, da bibliografia em Documentação, dos documentos administrativos em Arquivologia e do objeto em sua unicidade em Museologia, para “apenas” a informação. Esta “informação” nada mais era que um outro termo para discutir a meta-representação realizada por estas disciplinas, artes, ciências ou técnicas. No plano da CI, um termo utilizado inicialmente para delimitar a meta-representação de cunho tecnológico e científico.

Para Capurro (2003a), a CI apresenta duas raízes gerais:

Uma é a biblioteconomia clássica ou, em termos gerais, o estudo dos problemas relacionados com a transmissão de mensagens, sendo a outra a computação digital. A primeira raiz nos leva às próprias origens, certamente obscuras, da sociedade humana entendida como um entrelaçamento ou uma rede de relações [...]. A outra raiz é de caráter tecnológico recente e se refere ao impacto da computação nos processos de produção, coleta, organização, interpretação, armazenagem, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação, e em especial da informação científica registrada em documentos impressos.

Os seguintes momentos – eventos –, na história dos estudos informacionais de Robredo (2003), são delimitadores da ideia de origem da CI:

- a) dos pioneiros da documentação à Primeira Guerra Mundial (movimento da documentação, reflexos do trabalho de Paul Otlet, Henri La Fontaine e outros, em que se pensa um esforço mundial para o controle dos documentos);
- b) o período compreendido entre 1919 e a Segunda Guerra Mundial (período de constituição do Instituto Internacional de Documentação – IID –, invenção da biblioteca portátil de microfilmes; é publicado o Tratado de Documentação, de Otlet);
- c) do pós-guerra até a Conferência Internacional sobre Informação Científica, em 1958 (grande movimentação em torno do fenômeno da “explosão informacional”; há, a partir de Bush, uma campanha para desenvolver uma teoria que possibilitasse o acesso aos documentos; consolidação da *American Documentation Institute* – ADI; bibliotecários generalistas e documentalistas coexistem nas profissões da informação; o conceito de CI começa a se generalizar);
- d) o ínterim dos anos 1960 e 1980 (fase de discussões sobre a definição da ciência da informação; início da publicação do *Annual Review of Information Science and Technology* – ARIST; Borko publica sua clássica definição de Ciência da Informação, nada mais do que a reprodução do discurso bibliotecônômico presente nos encontros do Instituto de Tecnologia da Geórgia no início da mesma década; o ADI altera seu nome para a então *American Society of Information Science* – ASIS);
- e) e a contemporaneidade considerada pelo autor a partir dos anos 1990.

Robredo (2003) apresenta, em sua memória dos mitos de origem da CI, o argumento crítico que refuta as raízes dos autores que procuram remontar esses passos a partir dos babilônicos, das tabuletas de argila, da Biblioteca de Alexandria, dos papiros e incunábulo, além da imprensa de Johannes Gutenberg. No pensamento do pesquisador, esta linha evolutiva é um tanto “forçada” – e a história não parte daí, mas de eventos paradigmáticos. Assim, para Robredo (2003), há fatos balizadores na idade que determinam a origem da CI – e seriam estes representantes do nosso horizonte mais remoto.

Como já exposto, partimos de um outro olhar. Não será objeto de discussão do trabalho, mas a própria ideia de uma tradição pragmática, aqui sob a luz de uma epistemologia da imaginação, reflete uma concepção de ciência que não parte de eventos emblemáticos dentro da linguagem científica, mas de heranças de um

mundo ordinário, laços do cotidiano que um dia, reunidas em alguns contextos, separadas em outros, serão conhecidas e sedimentadas sob o termo “ciência da informação”. Ao invés de “forçada”, para esta pesquisa, pensar as origens da CI a partir de vestígios remotos da necessidade de classificar, organizar e dar significados – mitos de fundação –, como também da institucionalização destes processos, constitui as origens das disciplinas da informação.

Também Shera e Cleveland (1977) apontam eventos importantes na construção da CI, eventos dentre os quais, recuperados por Pinheiro (2002, p. 68-69), estão a criação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), em 1895; a transformação do IIB, em 1931, em Instituto Internacional de Documentação; em 1935, a publicação do Tratado de Documentação, de Paul Otlet; em 1937, a fundação do *American Documentation Institute* (ADI), posteriormente chamado de ASIS; e em 1938, alteração do IIB para Federação Internacional de Documentação.

Em resumo, Pinheiro (2002, p. 72) representa a história do nascimento da CI a partir

- a) “do avanço científico e tecnológico, principalmente em função da 2ª Guerra Mundial e, conseqüentemente, a “explosão bibliográfica”;
- b) “a necessidade social, histórica, cultural e política do registro e transmissão dos conhecimentos e informações, produto do processo de desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia”;
- c) “o surgimento de novas tecnologias a partir do microfilme e, principalmente, do computador”.

Goffman (1970) observa que a “explosão informacional” vivenciada após a Segunda Guerra Mundial começou a tomar lugar na sociedade e os problemas críticos relativos à comunicação alcançaram a comunidade científica. Simultaneamente, convivia-se com o desenvolvimento de tecnologias, fruto das experiências do tempo da guerra, que contribuíram para o contexto de identificação de soluções para a expansão de conteúdos informacionais – enquanto, há quinhentos anos, com a engenharia de Gutenberg veríamos a expansão demográfica de objetos informacionais.

Segundo Saracevic (1996), três são as características estruturais que constituem a razão de existir da CI e definem as causas de sua evolução: trata-se, em primeiro lugar, de uma área que nasce da ampla troca interdisciplinar; em segundo lugar, seu surgimento também está intimamente relacionado com a aparição das tecnologias da informação e comunicação; e, por último, a CI é participante direta da história recente da chamada sociedade da informação e, por isso, desenvolve-se e problematiza-se junto da modernização e das rupturas sociais desta.

Os primeiros passos de institucionalização do termo “ciência da informação”

serão “localizados” no bojo da revolução técnica e científica que cerca os anos anteriores à Segunda Guerra Mundial. Em um enfoque específico, esses passos são marcados, segundo Saracevic (1996), pelo pensamento de Vannevar Bush diante da preocupação com a “explosão da informação”. Em 1945, Bush procurará um mecanismo técnico, a construção de uma máquina, para solucionar os problemas ligados a essa propagação incontrolável de informação (SARACEVIC, 1996).

Uma vez inseridos no contexto da chamada “explosão informacional”, diversos pesquisadores de diferentes áreas voltarão seus olhares para a construção de saídas para a rápida produção e dispersão do conhecimento. Como afirma Le Coadic (1996, p. 2),

o desenvolvimento da produção de informações (informações gerais, científicas e técnicas) e de sistemas de informação tornou necessária uma ciência que tivesse por objeto de estudo a informação, ou seja, uma ciência da informação, bem como uma tecnologia e técnicas resultantes das descobertas feitas por essa ciência.

Desta forma, a informação começa a ser cientificada – torna-se objeto de investigação acadêmica e não apenas de práticas do mundo ordinário e de instituições que não levam ainda o nome de universidades – por vários ângulos, o que corroboraria, na prática, por um ângulo, a suposta origem interdisciplinar da CI. Le Coadic (1996, p. 22) enumera uma série de disciplinas fronteiriças, que se entrecruzam diante das preocupações da área, dentre elas: psicologia, linguística, sociologia, informática, lógica, economia, filosofia. Para Saracevic (1996), as áreas que mais evidenciarão essa interdisciplinaridade serão: Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciência Cognitiva e Comunicação.

Para Brookes (1980a), a CI se constrói ocupada em um oceano de aplicações práticas do senso comum – aplicações que envolvem cada vez mais o computador. Sua fundação, desta forma, descansa sobre o fundo falso de uma construção teórica – a “flutuação do limbo filosófico” no vocabulário brookesiano. Como uma epistemologia da imaginação já observou, as bases ligadas a “explosão informacional”, à tecnologia da informação, à uma certa sociedade dita da informação, à emergência da interdisciplinaridade,, indicam apenas um praticalismo fundacional, a resposta instantânea por uma demanda, não a construção filosófica profunda e permanentemente refundada. Assim, afirma Brookes (1980a), a CI não apresentou, em seus mitos originais, uma fundação teórica.

Wersig e Nevelling (1975) estão entre aqueles que veem o nascimento da CI a partir de modelos práticos, oriundos da Documentação e da Recuperação da

Informação. As áreas da aplicação, segundo os autores, estavam ligadas a Ciência da Computação, a Ciência das Bibliotecas, a Filosofia e Taxonomia, a Linguística, a Teoria da Informação, a Cibernética e a Matemática. Os pesquisadores observam que, diante do crescimento da complexidade de processos de comunicação social e do desenvolvimento das tecnologias, uma nova área (que nada tem de nova) é necessária para responder socialmente a um novo conjunto de expectativas (nada inéditos).

Como visto, grande parte dos historiadores da CI, mesmo aqueles que veem o nascimento desta vinculado à Biblioteconomia, identificam a formalização da área a partir da especialização de cunho tecnológico e científico, voltada para a resolução de problemas circunstanciais, ligados às questões específicas de meados do século XX, período marcado pela Segunda Guerra Mundial. No âmbito dessa formalização, o termo “ciência da informação” será apresentado a partir de diferentes olhares. Do seu aparecimento até a contemporaneidade, as definições se multiplicaram e se dispersaram. Tratamos, a seguir, de uma linha compreensiva dessas composições, em paralelo com as tradições que permeiam a história recente desta área dos estudos de organização do conhecimento. Através da descrição das definições e sua problematização, procuramos identificar os fragmentos das narrativas que vão tecendo uma certa tradição pragmática na epistemologia informacional, para posteriormente compreender a complexa memória institucional de legitimação destes termos.

É impressionante que todas essas narrativas, em geral, de modo a-sistemático, reproduzem uma historiografia sincrônica, ocultando a vasta produção de uma teoria crítica presente no campo nos anos 1960 – independentemente do nome do próprio campo. Podemos, por exemplo, recontar a mesma história dizendo como, ao contrário da criação de um dado saber disciplinado nos anos 1960, constitui-se ali nossa mais profícua teoria crítica, via epistemologia histórica, reconhecendo o papel de Gabriel Peignot na construção de nossa ciência no século XIX e a enorme sistematização metodológica de mais de 40 anos de pesquisa social de Nicolas Roubakine (1988a, 1988b), entre 1890 e 1930. Estamos aqui apenas apontando, em uma epistemologia horizontal, para outras décadas de pesquisa científica no campo: a tradição bibliológica fundada por Robert Estivals justamente na década crônica de 1960. É como se essa história simplesmente inexistisse.

A HISTÓRIA SOCIAL E OS USOS DE UM NOME

O termo “ciência da informação” e as declarações

Como o número 17, a física pode ser descrita de uma infinidade de maneiras, e nenhuma dessas descrições é a privilegiada.

Richard Rorty

NO CONTEXTO DE PREOCUPAÇÃO COM A PROLIFERAÇÃO DE CONTEÚDOS – A pandemia de mensagens na atmosfera bélica dos anos 1940 – vários serão os nomes dados para as atividades que se voltarão para o enfrentamento do “incontrolável”. Como afirma Goffman (1970), por vezes, “documentação”, “recuperação da informação”, “ciências da informação” e “ciência da informação” serão termos e expressões que responderão pela mesma procura: o controle da dimensão dos conteúdos multiplicados – ou, em outras palavras, a organização do conhecimento; ou, ainda, para o humanismo, a leitura do livro do mundo. Alguns são tomados definitivamente como sinônimos e/ou extensões – fruto direto da noção de “evolução” de traços disciplinares dos estudos informacionais que leva até a institucionalização de uma “ciência da informação”, ou seja, em uma parcial/superficial perspectiva linear, da Biblioteconomia avança-se para a Biblioteconomia Especializada, desta para a Bibliografia, desta para Documentação, desta para Documentação microfotográfica e desta avança-se para a Ciência da Informação. Buckland e Liu (1995) são autores que demonstram essa constatação ao afirmarem que fazem, por vezes, o uso dos termos Documentação e CI como sinônimos.¹

1 Buckland e Liu (1995) preferem o conceito CI em dois sentidos: o primeiro, de cunho prático, ligado às áreas de aplicação, como aquelas sediadas em arquivos, bibliotecas e serviços informacionais corporativos, junto das especialidades da CI; o segundo, de cunho teórico, em que é necessário dividir a teoria da Biblioteconomia e da Documentação da teoria da CI. No entanto, se acompanharmos a historiografia dos pesquisadores, há a afirmação de que o que é central para a disciplina CI é a análise e representação de objetos potencialmente informativos, ou seja, a CI,

Como afirma Heilprin (1989), o termo “ciência da informação”, cunhado em 1960, revela um fato e uma ilusão. O fato se relaciona com o já citado desenvolvimento da produção, dos processos e dos usos da informação. A ilusão é compreendida pela questão de que o termo é, até ali, nos fins dos anos 1980, apenas um conceito fragmentário – característica ligada a imensa diversidade de tecnologias e olhares sobre o chamado fenômeno informacional. Como lembram Wersig e Nevelling (1975), as barreiras de definição são causadas, por exemplo, pelas diferentes abordagens dos participantes, pela origem histórica dispersa dos estudos informacionais enquanto área científica e pelas diferenças terminológicas do termo “informação” – esta, que sofre de um “caso extremo de polissemia”.

O discurso historiográfico dirá que nos primeiros anos dessa investigação pouco se fez em termos teóricos, como se pôde observar, mas também em termos práticos as respostas científicas foram escassas – ainda não podia se afirmar que o problema era físico ou identificar a natureza de sua expansão. E talvez aí vivesse a questão científica deflagrada: diante da grande influência da epistemologia da Física, os primeiros olhares só poderiam procurar respostas objetivas e mensuráveis para o problema – por isso era preciso, antes de mais nada, fundamentar que a “questão da informação” era uma questão da Física. Em outro olhar, podemos identificar também os sintomas da sonolência das subsequentes narrativas teóricas dentro da área: os estudos informacionais da suposta “nova” ciência respondem por uma demanda circunstancial – a “explosão da informação” – e deverão apenas cumprir esta árdua missão: equacionar um problema, antes de qualquer coisa – antes mesmo de compreendê-lo.

Os processos de institucionalização da CI partem sob essa sombra epistemológica – e se apressam na angústia de solucionar com o controle imediato técnico um desafio de ordem político-social – e inicialmente, de ordem bélica, voltada para uma demanda dos ministérios de defesa dos principais países envolvidos na chamada guerra fria, contexto de paz negociada sob a intensa corrida pela produção de equipamentos de guerra e captura/acumulação de segredos de estratégias geopolíticas, a preparação para um possível conflito mundial mais intenso. A princípio, observou-se uma relação próxima do escopo da CI com uma epistemolo-

nesta narrativa, apresenta um foco de investigação absolutamente vinculado à teoria da Biblioteconomia. Do mesmo modo, ao analisar as áreas de aplicação da CI apresentadas pela revisão de buckland-liuiana, encontramos os seguintes tópicos: sistemas de organização informacional; serviços de referência e serviços bibliográficos; bibliotecas; administração de arquivos e gerenciamento de registros; serviços públicos e comunitários de informação; editoração; e museus. São, declaradamente, práticas biblioteconômicas, todas elas, incluindo as práticas museológicas em bibliotecas nacionais, porém, voltamos a ressaltar, fundamentadas sob diferentes graus.

gia das práticas em bibliotecas, espaços onde a revolução da informação era mais densamente manifestada. No entanto, a abrangência do desafio – a demanda por inovações metodológicas que acompanhassem as invenções tecnológicas – vinculada à incerteza da superprodução de conteúdos, parecia transcender os currículos tradicionais das escolas biblioteconômicas. (GOFFMAN, 1970)

Nos anos 1950, ainda na véspera das discussões sobre o termo “ciência da informação” para os estudos de organização do conhecimento, Jesse Shera² conceituava a área dos estudos de organização do conhecimento a partir de uma epistemologia social, onde, antes de uma filosofia da representação, a base teórica para esta esfera científica, seja ela chamada de Bibliografia, Ciência da Informação, Biblioteconomia, Documentação, é uma filosofia da comunicação, baseada na ideia do conhecimento como ação, a partir de estudos perceptivos e compreensivos da sociedade (BUDD, 2002; FALLIS, 2002). Assim, no bojo de institucionalização do termo “ciência da informação”, no decorrer das décadas de 1950 e 1960, Shera apresentará sensibilidades – fragmentos remotos de um humanismo perdido – que mais tarde serão diretamente incorporadas pela tradição pragmática: a chamada CI como ciência social, estruturada em uma filosofia da ação, voltada para a análise de contextos – situações – de uso da informação; a necessidade de uma hermenêutica das práticas informacionais. Em outras palavras, o ser humano e suas relações sociais como objeto de estudo de uma “ciência da informação”. (SHERA, 1973)

Para Shera e Cleveland (1977, p. 264), a definição oriunda das conferências no *Georgia Institute of Technology* entre outubro de 1961 e abril de 1962 ganhará reflexos em diferentes discursos. Para os autores, inúmeras definições posteriores do termo “ciência da informação” são variações sobre esta formulação, que dizia que esta era

a ciência que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo da informação, e os significados dos processos de informação para otimização da acessibilidade e da usabilidade. Os processos incluem a origem, disseminação, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação e uso da informação. A área é derivada ou relacionada com a matemática, lógica, linguística, psicologia, tecnologia da computação, operações de pesquisa, artes gráficas, comunicações, biblioteconomia, administração e algumas outras áreas.

2 A publicação de 1952, em que o termo “epistemologia social” aparece, é co-concebida com Margaret Egan. O artigo específico é: EGAN, M. E.; SHERA, J. H. Foundations of a theory of bibliography. *Library Quarterly*, n. 44, p. 125-137, 1952.

Alguns anos depois pode-se detectar a definição tayloriana de CI em Borko (1968) como uma, dentre as inúmeras, das mais legitimadas pelas narrativas dos estudos informacionais – a abordagem goffmaniana (GOFFMAN, 1970), apresentada dois anos depois, guarda semelhanças de família bastante próximas deste pensamento, fundamentos dos estudos informacionais bastante relacionados a noção de fenômeno e sistemas de informação. Na formulação tayloriana de Borko (1968, tradução nossa), a CI é

aquela disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo da informação e os meios de processamento para o acesso e uso otimizados. Ela diz respeito àquele corpo de conhecimento ligado à origem, coleta, organização, armazenagem, recuperação, interpretação, transformação e utilização da informação [...] possui um comportamento de ciência pura, que investiga o interior do assunto sem considerar suas aplicações, é um componente de ciência aplicada, que desenvolve serviços e produtos.

Nota-se como a definição de CI que se tornara clássica pela grande ocorrência de citações e posicionou inicialmente a área no contexto científico é extremamente ligada a epistemologias das ciências puras, como a Física, ainda que a área tenha, como já mostrado, forte fundamentação prático-social, ligada a alguns traços disciplinares enraizados, como Biblioteconomia e Documentação. Desta forma, de acordo com Mills (1975, p. 125-126) nos releva no escopo de definição das ciências sociais, neste contexto era bastante comum a presença de formulações como: a ciência social tem por propósito “a previsão e controle do comportamento humano”, ou seja, a analogia entre o “domínio da natureza” e o “domínio da sociedade”, ligada ao slogan dos filósofos tecnocráticos, trazendo os termos previsão e controle como palavras-chave para definição da missão das disciplinas sociais.

Essas seleções e eleições conceituais entre outras diferentes definições da área aqui apresentadas se justificam por características contextuais do bojo do desenvolvimento social da área. Tais formulações – ou declarações, no vocabulário foucaultiano de Radford (2003) – ganharam legitimação diante da clareza semântica, da objetividade científica e de sua correspondência direta com as tendências da área naquele momento histórico, ou seja, um contexto já citado de forte influência de uma tradição epistemológica da Física. Desta forma, este é o contexto que conduzirá Borko (1968) a declarar que a CI representa a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo

da informação e os significados de processamento da informação para otimização do acesso e do uso.

Nessa definição, recebe grau destacado de relevância a análise dos sistemas de informação, da codificação de mensagens e o olhar sobre a eficiência na transmissão – otimização – do desenvolvimento de computadores e da dinamização das técnicas de programação. As preocupações básicas circulam em torno dos pressupostos de comportamento, representação e tecnização informacional – como a informação se comporta nos sistemas de informação, como é possível representá-las nestes sistemas e como podemos desenvolver novos sistemas (GOFFMAN, 1970). CI, neste aspecto, diz respeito a aproximação fundamental da área, dentro de seu escopo teórico inicial, das ciências puras ou exatas, tendo a engenharia da informação como principal horizonte de investigação.

Esta aproximação está na esteira da noção de controle da informação, abordagem que uma tradição epistemológica da Física poderia oferecer experiências de solução bastante satisfatórias. No entanto, já no próprio olhar goffmaniano (GOFFMAN, 1970), esta evidência se faz conflituosa, pois a própria noção de informação não podia, para o autor, ser formalmente definida nem precisamente medida, como o já citado caráter plural, polissêmico, do termo.

Em 1969, Kochen (*apud* Shera; Cleveland, 1977, p. 263) procurava compreender a CI como uma área que tem por núcleo o que chamavam “dinâmicas epistêmicas”. O termo, que muito se aproxima das discussões contemporâneas sobre epistemologia e ação, procurava, no entanto, no discurso de Kochen, o estudo de regularidades que governavam a aquisição de informação e sua transformação em conhecimento, a assimilação do conhecimento dentro da compreensão, a fusão de compreensão dentro da sabedoria.³

Nota-se, pois, a destacada característica empírica da CI. A construção da sensibilidade demarcatória da área a partir da definição generalizadora de seus horizontes verificada em Zunde e Gehl (1972) é bastante íntima desta linha de argumentação. A procura por leis empíricas que governam o fenômeno da informação estaria na lista de tarefas diárias do cientista informacional – um cientista dentro do laboratório. Desta maneira, os estudos bibliométricos representariam, de modo geral, a principal esfera de investigação na área, ligando as demais modalidades de práticas científicas informacionais a campos de estudo que procuram atingir a capacidade de descrever com precisão sobre o fenômeno atingido pelas leis da Bibliometria – o espectro desta fundamentação empírica atravessará o desenvolvimento

3 O citado trabalho de Kochen é: KOCHEN, Manfred M. Stability in the growth of knowledge. *American Documentation*, v. 20, n. 3, p. 186-197, jul. 1969.

dos estudos informacionais, agregando sensibilidades e narrativas à CI, tecendo, assim, a possivelmente mais profícua e sólida teorização, refletida, por exemplo, no trabalho de Pinheiro (1997).⁴

Através de leis e teorias, indicam Zunde e Gehl (1972), os princípios gerais que regem um fenômeno podem ser explicados e previstos. Observação e experimentação são as práticas mais decisivas na atuação dos cientistas empíricos, como os cientistas da informação. Desta forma, para os autores, a CI representaria o campo que estuda a natureza da informação, sua manifestação nos fenômenos diversos ligados a sua geração, transmissão, transformação, acumulação, armazenamento, entre outros processos. Assim, a CI tem por problema central – ou objeto – o estudo da natureza da informação – trata-se de uma disciplina empírica que não diz respeito aquilo que se conceitua como informação em um senso ontológico ou metafísico. Para Zunde e Gehl (1972), estas são questões que respondem pela filosofia e não pelos estudos informacionais – o que deixa à margem as possibilidades

4 Em sua tese, Lena Vania Ribeiro Pinheiro (1997) procurará, a partir da epistemologia histórica de Bachelard, investigar questões como conceitos, metodologias, princípios, teorias e leis formuladas dentro da CI, tendo por delimitação as disciplinas ou subáreas com as quais a área mantém as chamadas relações interdisciplinares. A pesquisa aparece em um contexto marcado por alguns importantes elementos, segundo o olhar da pesquisadora. O primeiro diz respeito à escassez de estudos de fundo teórico acerca da CI, principalmente no Brasil; o segundo aponta para o disperso número de revisões sobre a epistemologia da área; e o último passa pelo discurso de sedimentação desta ciência como ciência social. Diante disso, a preocupação inicial da autora foi conceituar a CI, definindo-a como ciência social com um estatuto científico ali já estabelecido, um estatuto interdisciplinar. É sensível já notar que o trabalho da historiadora da ciência é apresentado justamente na década marcada pela reorientação das narrativas em direção à definição – ou posicionamento – da CI como uma ciência social e da tradição pragmática – manifestação da qual a própria autora faz parte. No entanto, ao formular os antecedentes contextuais de sua história da ciência com base nas ciências sociais e humanas, Pinheiro (1997) parte da conceituação de um agir científico baseado em dois pontos centrais: lei (que envolve observação, descrição e explicação) e teoria (sistematização) – ou seja, a história da ciência dentro da CI na análise da pesquisadora parte de um pressuposto da área como ciência social, mas baseia-se em pressupostos filosófico-científicos bastante próximos da epistemologia das ciências exatas, ou mesmo, ligados diretamente as nascituras manifestações das ciências humanas, profundamente mais preocupadas com a determinação de leis e sistematização/objetivação de conhecimentos, voltadas para a exploração de possibilidades de interpretação do mundo e da problematização/ subjetivação de experiências do conhecer. Sua tese tem, como na fundamentação de uma ciência social, porém essencialmente empírica, uma empiria metodológica – representada pela análise do *Annual Review of Information Science and Technology* (ARIST) – e uma meta-empíria – o estudo das leis de Bradford, Lotka e de Zipf, dentro do plano da Bibliometria, uma vez que esta representa, em princípio, no olhar de Pinheiro (1997), um estágio mais avançado da CI como ciência social e atinge o êxito epistemológico da formulação de leis. Ou seja, a tradição fiscalista demonstra ainda sua relevância e aplicabilidade na epistemologia informacional.

de investigação filosófica dentro da CI, e, até certo ponto, desestimula a produção epistemológica, sublinhando sua necessidade de respostas práticas para um mundo de imediatismos.

Em resumo, para Zunde e Gehl (1972), a área preocupa-se com o fenômeno através do qual a natureza da informação é revelada e personificada. Esta correspondência entre CI e medida natural de um certo fenômeno aproxima-se de toda a constituição da noção de “ciência” ao longo dos séculos XIX e XX no mundo ocidental. Como afirma Moles (1995), esta formulação de ciência, ainda bastante contemporânea, é dominada pela epistemologia “das ciências bio-físico-químicas e as técnicas que elas suscitaram”, e aparece “submetida à ditadura da metrologia dentro de uma interpretação um pouco totalitária da realidade”. É importante, no entanto, registrar que Zunde e Gehl (1972) tecem uma crítica sobre as possibilidades de extensão da teoria da informação de Shannon e Weaver, então principal campo de possibilidade de controle da informação. Desta forma, verifica-se já as limitações desta teoria para a exploração do fenômeno informação pelos diferentes ângulos que ele pode revelar.

Ainda em 1969, Merta, em *Informatics as a branch of science*,

substitui o termo informação por fontes de informação e ressalta a importância da relação entre produtor e usuário, assumindo que a informação somente se dá no âmbito deste relacionamento. Antes disso, toda fonte é apenas informação em potencial.

Também em 1969, Mikhailov, em *Informatics: its scope and methods*, conceitua

informação como sendo a informação lógica que é obtida do processo cognitivo, que reflete adequadamente as leis do mundo material e das atividades espirituais dos seres humanos, e é utilizada na prática. Embora não separe a informação de seu suporte nem vincule a existência da informação à relação entre produtor e usuário, esta definição reconhece que sua produção é resultante do processo cognitivo (CARVALHO, 1999, p. 56).

É interessante notar que estas conceituações começam a chamar atenção para o cognitivismo informacional que, em 1980, com as narrativas de Brookes, será mais nitidamente visualizado.

Wersig e Nevelling (1975) estão entre os viajantes que realizam os primeiros convites a expedições para o oeste dentro da epistemologia da CI, ou seja, para um

núcleo que responda por sua existência científica e filosófica – “se é ciência”, “porque é”, antes de “como é”... –, tanto quanto sua existência social – se é ciência, o que resolve; que necessidades sociais cumprem – para comunidade entre as quais suas expedições se embrenham. Os pesquisadores procuram, por um lado, responder por que a CI surgiu; por outro, conhecer as necessidades sociais que devem ser realizadas pela CI. Nessa viagem, são desveladas as seguintes visões justificacionistas para uma definição da ampla escola dos estudos informacionais:

- a) a visão orientada por/para o fenômeno informação, ou seja, a necessidade de uma ciência que se concentra no estudo de um objeto da sociedade contemporânea;
- b) visão orientada por/para os meios, uma área científica voltada para o estudo do uso corrente de teorias para o trabalho informacional prático, como aquela fornecida por Ranganathan;
- c) visão orientada por/para tecnologia, isto é, uma ciência da informação vista como um ramo da Ciência da Computação;
- d) visão orientada por/para propósitos (ou finalidades), ligada ao olhar de uma ciência da informação como uma disciplina científica que procura a solução de problemas práticos ligados a necessidades sociais correntes.

Wersig e Neveling (1975) abrem, em certas sensibilidades, o debate sobre a neoliberal responsabilidade social⁵ na área científica dos estudos informacionais ao discutirem a justificativa ampla da CI a partir dos diálogos que permitem a esta disciplina responder pelas necessidades sociais da sociedade envolvida no escopo da atividade acadêmica – além de manifestarem um ponto de vista sobre o usuário, ao preocuparem-se com as necessidades sociais de controle informacional na sociedade. Estas sensibilidades não vão diretamente até uma defesa dos fundamentos sociológicos da área, nem o posicionamento explícito da CI como ciência social, mas manifestam o aprofundamento da discussão epistemológica na área – a procura pelas características gerais de uma Ciência da Informação, ou das Ciências da Informação, ou da Teoria Geral da Informação –, buscando a interseção com áreas como Sociologia, Psicologia, Economia, Ciência Política e Tecnologia, algumas das quais ali pouco explora-

5 Esta linha de argumentação, vinculada à relação entre ciência e responsabilidade social, uma sensibilidade intrínseca à tradição pragmática, aparecerá com profundidade na epistemologia informacional nas narrativas de Isa Maria Freire, como nos artigos: FREIRE, I. M. A responsabilidade social da Ciência da Informação na perspectiva da consciência possível. *Datagramazero*: Revista de Ciência da Informação, v. 5, n. 1, p. 51-68, 2004; FREIRE, I. M.; ARAUJO, V. M. R. H. A responsabilidade social da Ciência da Informação. *Transinformação*, Campinas, SP, v. 11, n. 1, p. 7-15, 1999.

das nos trabalhos da área. Pode-se observar ainda que, após revisarem as abordagens possíveis que cercam o termo informação, terminam por optar por uma definição ligada à influência matemática, ou seja, aos trabalhos da teoria da informação de Shannon e Weaver, tratando a informação como uma redução de incerteza, acreditando ser esta uma significância mais próxima aos desafios dos estudos informacionais (CARVALHO, 1999). No entanto, Wersig e Neveling (1975) manifestam, mesmo com a adoção de um conceito aparentemente “físico” de informação, a diferença da CI da Matemática – diferente desta, a CI é, no olhar dos pesquisadores, baseada em uma necessidade social e seu objeto, que inclui processos sociais.⁶

No ano seguinte à publicação do trabalho de Wersig e Neveling (1975), Belkin e Robertson (1976), partindo do discurso destes pesquisadores, procuram compreender a CI como uma disciplina orientada por/para problemas – ou propósitos, finalidades, como em Wersig e Neveling (1975) –, interessada na transferência efetiva da informação desejada de geradores humanos para usuários humanos e que apreende o conceito de informação como mudança de estrutura – a única noção comum (possível) de informação. O fundamental corpo de apreensão dos estudos informacionais, para Belkin e Robertson (1976), está nas instâncias abaixo, a saber,

- a) os textos e suas estruturas;
- b) a estrutura do receptor e as mudanças nessa estrutura;
- c) e a estrutura do emissor e a estruturação do texto. Os autores dão seguimento a questão da responsabilidade social de Wersig e Neveling (1975) relacionada a epistemologia da CI, afirmando que esta área é especificamente interessada na informação no contexto da comunicação humana.

Belkin e Robertson (1976) adotam a noção de estrutura como uma categoria teórica da CI, antes de um conceito. Nessa visão, os diferentes usos do termo in-

6 As abordagens anotadas por Wersig e Neveling (1975) são: abordagem de estrutura, que aborda a informação como um estrutura do mundo, independente da apreensão humana; do conhecimento, que tem a informação como conhecimento estruturado; da mensagem, vinculada aos trabalhos de Shannon e Weaver, que observa a informação como fenômeno semelhante à mensagem; do significado, ou orientada para a mensagem, que parte da definição anterior para compreender a informação como o significado da mensagem; do efeito, ou orientada para o recipiente, ligada a estrutura geral da comunicação, tem a informação como um efeito que se verifica sobre o receptor, ou efeito específico de um processo específico; e, por fim, abordagem do processo, em que a informação é vista não como elemento de um processo, mas como o processo em si. Na visão de Rubens R. G. da Silva (1999, p. 123), trata-se de uma proposta hermenêutica para CI, uma vez que procura diferentes olhares para a interpretação do termo “informação”. Desta maneira, Wersig e Neveling (1975) estão entre os discursos que anunciam, implícita e indiretamente, uma tradição pragmática em formação dentro da epistemologia informacional.

formação ganham, na ciência dos estudos informacionais uma só característica generalizável: a ideia de que informação é estrutura que transforma a estrutura da mente. Todos os contextos – o da genética e o da sociedade – de uso da informação podem, nesse enfoque, ser abordados a partir da categoria “estrutura” e seu desdobramento, “mudança de estrutura” – ou seja, uma formulação intimamente ligada à tradição cognitiva. No específico contexto da CI, a informação é vista como aquilo que muda a estrutura do receptor. Assim, na formulação dos autores, os estudos informacionais investigam as possibilidades de facilitar a comunicação da informação entre seres humanos. O conceito de informação aqui provém da estrutura semiótica (na relação da formação do conceito individual e a comunicação inter-humana) e continua pela vizinhança da interface das estruturas conceituais e do conhecimento formalizado.

Percebe-se o foco no indivíduo – o fator humano – como relevância principal na definição de CI em Belkin e Robertson (1976), além de relacioná-lo com a comunicação inter-humana e formação das estruturas conceituais sociais, que permitem a comunicação entre mais de dois indivíduos – no entanto, o foco ainda é a categoria estrutura, ou seja, a estrutura social no âmbito informacional é aquela que é transformada mentalmente pelo incremento de informação. Nota-se ainda, na sensibilidade provocada pelos autores, que um conceito de informação a partir da preocupação com as questões de mudança de estrutura – individual e social – é formulado para ser aplicado tanto na literatura científica quanto na ficção, ou seja, ir além do escopo meramente científico. É ainda destacada a formulação de uma diferente proposta acerca dos fenômenos estruturais de investigação em CI, ou seja, a área tem por objeto: a) o texto e sua estrutura (a informação); b) a estrutura imagética (estado do conhecimento) do receptor e as mudanças nessa estrutura; c) e a estrutura imagética do emissor e a estruturação do texto⁷. Assim, definindo em um só fenômeno geral, a CI trata de textos e suas informações associadas, e as relações entre estas e o emissor e receptor – os estudos informacionais não podem estudar o fenômeno do texto e suas informações associadas, exceto em associação com o fenômeno que integra o texto ao emissor e o receptor. Há, pois, em Belkin e Robertson (1976), sementes para o pensamento do conhecimento como social ou como instância compartilhada, e da informação como ação, deslocamento entre texto, autor e leitor. Áreas como Antropologia, Psicologia e Educação são explicitamente manifestadas pelos au-

7 Na poética das estruturas de Belkin e Robertson (1976), um texto é uma coleção de signos determinadamente estruturada por um emissor com a intenção de mudar a estrutura imagética de um recipiente, enquanto – reafirmando- é informação a estrutura de qualquer texto que é capaz de mudar a estrutura imagética de um receptor.

tores na formulação de CI, o que avança sobre o posicionamento da área como ciência social, como iniciado em Wersig e Neveling (1975).⁸

Em pesquisa de 1975, Mikhailov, Chernyi e Gilyarevski (1980) procuram definir o campo científico que denominam *Informatika*. Essa linha russa dos estudos informacionais será por vezes confundida com o termo “ciência da informação”, uma vez que objetiva também investigar a informação, confusão terminológica que nessa longa visita ainda trataremos. A definição dos autores traz, no entanto, sensibilidades importantes para a compreensão de CI. Para os três pesquisadores russos, *Informatika* é uma disciplina – e não uma ciência – voltada estritamente para o estudo da informação científica, ou seja, as propriedades desta informação e os processos de comunicação científica.

É sensível notar que a afirmação dos autores de que a *Informatika* é uma disciplina social (1980, p. 73), sendo o tipo de informação que ela estuda, a científica, uma entidade social – podemos aqui afirmar, uma simples atualização da terminologia otletiana para a bibliomática e a documática. Dito isto, o valor desta informação deve ser tomado pela característica pragmática “que afeta o comportamento do receptor” (1980, p. 76). Sublinhamos como mais relevante ainda na definição dos autores a preocupação com a “natureza linguística da informação científica”, ou seja, será a linguagem, “sistema de símbolos” (1980, p. 79) que permite a comunicação e, por isso, a “informação científica não existe, nem pode existir, sob forma pura divorciada da linguagem” (1980, p. 80). Esta evidência é mais um fragmento na tessitura de uma tradição pragmática na CI.

Em outra definição de 1975, oriunda de William Goffman, a CI aparece como um corpo organizado de conhecimento baseado na exploração de princípios que procuram descobrir e formular em termos gerais as condições sob as quais fatos e eventos relacionados com a geração, transmissão e uso da informação ocorrem. Deste modo, os fenômenos fundamentais pelos quais a CI se interessa são: o fenômeno da geração da informação, o fenômeno da transferência – comunicação – da informação – e o fenômeno do uso da informação (GOFFMAN, 1975, p. 5-6). A categoria teórica “uso”, presente na primeira definição sob diferentes significados, cada vez mais é problematizada e posicionada como instância pragmática, oriunda de uma práxis, e não de uma essência estática.

De volta ao ano de 1976, encontramos outra definição. Nesta, Norman Roberts procurava traçar “considerações sociais” acerca de sua formulação de CI. O autor

8 Para clarificação das abordagens de Wersig e Neveling (1975) e de Belkin e Robertson (1976), a influência dos primeiros sobre os últimos, bem como as diferenças entre os discursos, recomenda-se a revisão de Rubens R. G. da Silva (1999, p. 123-125).

chama atenção para se pensar os estudos informacionais, incluindo a categoria fluxo informacional – ou transferência da informação –, dentro de um contexto social. Esta linha de argumentação faz o autor posicionar a CI como uma ciência social com fins práticos. Sua definição preocupa-se com sensibilidades importantes, ligadas a três aspectos fundamentais para o desenvolvimento da área: restrições das áreas específicas de investigação da CI; adoção de definições teoricamente refinadas de informação baseadas no âmbito da CI; e a insistência de que a cientificidade da CI pode ser protegida apenas pelo divórcio de seu estudo dos interesses práticos do trabalho informacional (ROBERTS, 1976, p. 249).

Roberts (1976, p. 250) sublinha o pensamento de Mikhailov em sua preocupação em definir a CI como ciência social. Assim, interpretando Mikhailov, Roberts (1976, p. 250) afirma que o interesse primeiro da CI é a geração, a transmissão e o uso da informação em um âmbito específico da comunidade – no pensamento mikhailoviano, a comunidade científica. Roberts (1976, p. 250) procurará superar, no entanto, os limites “científicos” do discurso de Mikhailov, que negligencia outros grupos sociais.

Outras sensibilidades de Roberts (1976, p. 252) chamam atenção para a necessidade de análise de complexos de categorias como receptividade e manipulação da informação dentro dos estudos informacionais, para além de versões que tomam o ser humano como mero receptor de incrementos de informação. Por isso, Roberts (1976, p. 252) critica as possíveis abordagens para a CI identificadas por Wersig e Nevelling (1975), entre outros,⁹ ligadas ao ser humano – receptor – isolado em sua busca/aquisição da informação¹⁰. Trata-se de uma das evidências mais claras de um pragmatismo informacional em franco desenvolvimento no pensamento dos estudos de organização do conhecimento. Trata-se também de uma crítica antecipada

9 Norman Roberts (1976, p. 252) estabelece uma analogia entre o desenvolvimento da CI e da Economia, lembrando que uma linha de argumentação dos economistas também passou pela constituição de modelos manifestos na irrealidade, ou seja, fora de um contexto social, o que levava a problemática de definição de um “homem econômico”. Desta maneira, a CI, ao focar-se apenas na análise do usuário da informação, poderia ser o sinônimo, no criticismo robertisiano, da busca por um modelo ideal de receptor, ou seja, um “homem informacional”. Desta forma, para Roberts (1976, p. 253), a definição de informação apenas pela ideia de mudança do indivíduo não compreende a realidade que cerca este.

10 Yovits e Whittemore, como Wersig e Nevelling, são também criticados por Roberts (1976, p. 253, 257) pelo seu “psicologismo”, ou ênfase nos indivíduos receptores da informação. Os trabalhos que passam pelo criticismo robertisiano são: YOVITS, M. C. *Information science: toward the development of a scientific discipline*. Computer & Information Science Research Center: Ohio State University, 1969; WHITTEMORE, J.; YOVITS, M. C. *A generalized conceptual development of the analysis and flow of information*. Computer & Information Science Research Center: Ohio State University, 1972.

àquela considerada por Capurro (2003) como a narrativa que “abre” caminhos para a tradição pragmática – ou paradigma social –, isto é, a crítica de Frohmann (1992). Quase duas décadas antes de Frohmann, Roberts (1976) já manifestava a mesma preocupação com o mentalismo das análises do cognitivismo informacional.

Percebe-se a preocupação pragmática da narrativa de Norman Roberts. Sobre este aspecto, Norman Roberts (1976, p. 253) chama atenção para as implicações do contexto social dentro das pesquisas em informação. Roberts (1976, p. 254) recupera a narrativa de Brookes¹¹ em 1975 como a “formidável” obra para atentar o contexto social na análise informacional, uma vez que a aquisição da informação, no discurso brookesiano, para o ser humano não é individual, mas fruto de um complexo de manifestações sociais.

Em Farradane (1979), o elemento usuário aparece na definição da área que desenvolve os estudos informacionais como fator determinante – primeira clareira aberta para uma empresa que atingirá na epistemologia da imaginação a sensibilidade de uma CI sem informação. Para a formulação farradaniana o usuário e seus modos de aquisição do conhecimento merecem maior atenção no desenvolvimento da área. As circunstâncias ligadas à aquisição/compreensão da informação são elementos de grande relevância neste delineamento. Trata-se de uma formulação de ordem cognitiva – a CI mais próxima das correntes das Ciências Cognitivas –, preocupada com a análise do receptor da informação – mais especificamente o estudo do “sistema” de controle da informação deste receptor, a mente, capaz de traduzir pensamentos.

No entanto, a necessidade de traçar medidas, de controlar fontes, distorções e significados ainda é defendida como fundamento epistemológico dos estudos informacionais. A preocupação está pousada na procura de uma resolução do problema da área em termos de ordem mental, no equacionamento da pergunta que o usuário fornece, a busca pela descoberta mais exata das circunstâncias desta indagação. Nota-se que, em paralelo com a construção do pragmatismo informacional, os discursos da tradição cognitiva e da tradição física também se desenvolvem, muitas vezes trocando sensibilidades e limites.¹²

11 BROOKES, B. C. The fundamental equation of information science. In: *Information science, its scope, objects of research and problems*. Moscow: VINITI, 1975. (FID 530)

12 É importante que a definição de Farradane (1979) – marcadamente vinculada a uma tradição cognitiva –, ao chamar atenção para o estudo do usuário – do receptor da informação –, preocupa-se com a análise de uma oralidade dentro da epistemologia da CI. A informação pode ser transmitida diretamente, isto é, através do diálogo, da fala, esfera menos precisa que o texto gráfico, mas com algumas vantagens práticas no que diz respeito aos efeitos de aquisição do conhecimento. Desta forma, existe ali, em 1979, ainda que por meandros diferentes, uma

Em Brookes (1980a) essa exploração do usuário é aprofundada na construção de uma definição de CI – talvez esteja aqui a mais leve, exata e visível formulação cognitiva dos estudos informacionais, já, no entanto, com sensibilidades que indicam a presença de uma tradição pragmática, específica, em desenvolvimento na área. O afastamento de um vocabulário das ciências exatas – as ciências da otimização dos fenômenos – começa aqui a se transformar de maneira bastante explícita, caminhando para uma esfera mais psicológica de construção teórica dos processos informacionais e para o posicionamento da CI enquanto ciência social, manifesto que irá se aprofundar nas décadas seguintes e eclodirá em múltiplas manifestações durante a década de 1990, ampliando sensivelmente o tecido de narrativas de uma tradição pragmática da epistemologia dos estudos informacionais. O discurso brookesiano procura deixar claro que as ciências naturais podem confiar na observação verificada de suas investigações, enquanto as ciências sociais – ciências que analisam o comportamento humano, dentre as quais se encontra a CI – não podem assumir certezas tão mensuráveis sobre seu objeto. A CI é, pois, para Brookes (1980a), uma ciência social voltada para a interação entre os processos físicos e mentais ou a relação entre as modalidades subjetivas e objetivas do pensamento – nesta esfera epistêmica, sua principal meta é a aprendizagem a partir da investigação em contextos objetivos. A extensão de técnicas analíticas das ciências exatas aos estudos informacionais aparece de forma irrefletida no olhar do autor, isto é, não há um verdadeiro discurso filosófico para justificar esta importação.

O profundo trabalho de Brookes (1980a, 1980b, 1980c, 1981) sobre os fundamentos da CI – uma novela de quatro contos que podemos aqui chamar de uma das mais belas narrativas de uma epistemologia da imaginação em CI¹³ – nos

preocupação com o “solo áspero” wittgensteiniano das relações sociais, um cotidiano de troca de informações. A formulação de Farradane, que se segue aos trabalhos de Wersig e Neveling (1975) e Belkin e Robertson (1976), parece concentrar-se no horizonte aberto por estes autores – a preocupação com o receptor da informação – e aprofundar esse horizonte, deixando, até certo ponto, à margem, a circularidade das questões sociais que giram em torno desse receptor, identificadas preliminarmente pelos autores dos trabalhos de 1975 e 1976.

13 São os seguintes trechos do longo conto brookesiano: I) The foundations of information science. Part I. Philosophical aspects. *Journal of Information Science*, v. 2, p. 125-133, 1980.; capítulo em que o autor se baseia no Mundo 3 de Karl Popper para desenvolver seu conceito de CI e criticar as abordagens verificacionistas dos estudos informacionais, a ausência do usuário, a escassez de fundamentos teóricos e filosóficos na área e a não inclusão da relação entre informação e conhecimento na rasa discussão epistemológica, além de explicitar sua equação sobre a relação da estrutura do conhecimento, ou seja, a informação é levada ao conhecimento através da seguinte fórmula: $K[S] + \text{“Delta”}I = K[S + \text{“DELTA”}S]$, onde a estrutura do conhecimento $K(S)$ é transformada em uma nova estrutura modificada $K[S + \text{“Delta”}S]$ pela informação “Delta” I , a “Delta” S indicando o efeito de modificação; II) *The foundations of information science*. Part

revela traços culturais discursivos que se expandirão de forma bastante clara nas décadas posteriores na epistemologia informacional. A discussão entre subjetividade e objetividade é pontuada. A narrativa brookesiana vai até a problematização metafísica para tentar compreender onde se encaixam os pressupostos da CI na classificação histórica do conhecimento, transformando assim o olhar estruturalmente empírico de Zunde e Gehl (1972) sobre os estudos informacionais, procurando um outro horizonte de investigação informacional, ainda que objetivo. Nesta viagem, o argonauta toma como companheiro de viagem Karl Popper e sua obra “Conhecimento Objetivo”. Brookes (1980a) realiza uma análise dos três

II. Quantitative aspects: classes of things and the challenge of human individuality. *Journal of Information Science*, v. 2, p. 209-221, 1980; capítulo em que o argonauta reflete sobre a relevância da objetificação do conhecimento e o delineamento da informação objetiva, apresentando as técnicas estatísticas como alternativas importantes – não completas – para a análise dos dados individuais dos componentes da informação e propondo uma técnica específica – a classificação de frequência – para a CI, contrapondo sua ferramenta às técnicas tradicionais da metodologia estatística; III) *The foundations of information science*. Part III. Quantitative aspects: objective maps and subjective landscapes. *Journal of Information Science*, v. 2, p. 269-275, 1980; no terceiro passo de sua narrativa, Brookes explora teoricamente os aspectos quantitativos que fundamentam a CI, enfatizando a diferença entre espaço mental e espaço físico (este campo de investigação de uma tradição física) e a necessidade de adequar os cálculos aos eventos mentais – através da quantificação dos eventos mentais podemos chegar à quantificação da informação –; além de refletir sobre as possibilidades de aplicação de leis logarítmicas para a informação – ainda na busca pela objetificação das subjetividades, a transformação das visões subjetivas em escalas lineares de um mundo objetivo –, explorando a aplicabilidade da lei de Bradford como amostra de técnica mais útil para a análise dos espaços mentais, menos aos espaços físicos; IV) *The foundations of information science*. Part IV. Information science: the changing paradigm. *Journal of Information Science*, v. 3, p. 3-12, 1981. Bertram Brookes finaliza sua narrativa pontuando a separação entre os componentes físicos e cognitivos do fenômeno da informação, a partir da análise dos periódicos e suas citações, e explora a lei de Bradford e as técnicas de classificação quantitativa como aportes teórico-metodológicos importantes dentro dos estudos informacionais. Nesse conto, o autor reflete que, à medida que o tempo passa, há cada vez mais o crescimento de conhecimento objetivo – mundo 3, o mundo dos artefatos – para contribuir para a compreensão da realidade que nos cerca. Para responder a esse crescimento, são construídas bases de dados, que permitem o acesso às informações. No entanto, aponta Brookes, enquanto as informações armazenadas crescem exponencialmente, o conteúdo cognitivo se desenvolve apenas linearmente, o que nos fornece um problema de redução da informação armazenada ao conhecimento armazenado. Diante deste problema, o autor discutirá a relevância social da lei de Bradford, pontuando, entre as mais sublinháveis sensibilidades de sua narrativa, a dificuldade das ciências sociais definirem uniformidades e constâncias como as ciências naturais e a emergência de se pensar na categoria “contexto” como de grande relevância para os estudos informacionais. Além disso, o autor afirma a necessidade, diante dessa variabilidade e incerteza inerente às análises sociais, de definição, pelas ciências humanas, de normas estatísticas para apreender o comportamento humano, de forma a medir tais desvios.

mundos do filósofo da ciência para delinear os possíveis fundamentos teóricos da CI. No Mundo 1 popperiano, encontramos o território físico, o cosmos; no Mundo 2, identificamos os estados mentais, a esfera subjetiva do ser humano; e, por fim, no Mundo 3, localizamos o mundo objetivo, que relaciona-se com os artefatos ou produtos produzidos pelas sociedades para armazenar e perpetuar seus saberes. Talvez o mais duradouro e belo destes artefatos do Mundo 3 – os *man-made* – esteja na figura do livro. Os elementos fundamentais dos Mundos 2 e 3 são informação e conhecimento.

Cientistas naturais e tecnólogos atuam na exploração do Mundo 1 – o mundo do *god-made* – e os cientistas sociais estudiosos do humanismo exploram o Mundo 2 – o território das flutuações da mente, o objeto com alma – e as relações dos homens com o Mundo 1. Todos estes pesquisadores depositam seus conhecimentos em registros e artefatos – em geral, livros – e passam a fazer uso frequente destes em seu cotidiano de apreensão da natureza e da sociedade. O trabalho prático de cientistas da informação e bibliotecários giraria em torno da coleta e da organização para o uso dos registros do Mundo 3. É aqui que Brookes (1980a) defende uma epistemologia objetiva para uma fundamentação teórica em CI, pois os artefatos do Mundo 3, em sua narrativa de ordem popperiana, deixam de ser subjetivos e inacessíveis, ou seja, ao incorporarem em suportes de informação os saberes adquiridos, os cientistas são capazes de transmitir um conhecimento objetificado. No interior de uma epistemologia objetiva para CI é que o autor afirma sua formulação cognitivista da meta-ciência dos estudos informacionais, que inclui a preocupação com a “posição mental” que o indivíduo ocupa no Mundo 2 – a visão individual de mundo de cada usuário. Desta forma, na formulação conceitual de CI para Brookes (1980a), é necessário atuar filosoficamente com uma epistemologia de entidades puramente mentais, não com a medição de espectros de informação. Para um conhecimento objetivo, uma epistemologia da informação objetiva.

O caminho para a análise objetiva de uma informação objetiva passa, por exemplo, pela exploração de técnicas quantitativas mais sensíveis, isto é, que permitem explorar de forma mais profunda os aspectos plurais das ciências sociais. De modo mais geral, passam pela necessária objetivação. Esta pode ser representada socialmente pela necessidade de organizar o conjunto infinitamente heterogêneo de pontos de vista subjetivos através de leis e regras. Toda objetivação é um processo em curso, nunca completo. Assim ocorre com a quantificação objetiva – o uso prático de números para mensuração. Esse processo, pois, não é produto de uma epistemologia moderna, mas fruto de experiências que passam pelas civilizações egípcia, indiana e chinesa, que podem ser verificadas na Mesopotâmia e entre os gegos. (BROOKES, 1980b)

No entanto, na sociedade moderna, os avanços matemáticos são sensíveis à aplicação no mundo físico, o que resulta uma ampla escala de adoção dos métodos de quantificação, relacionados a estatística, as mais diferentes disciplinas nascentes. Esta extensão da aplicabilidade estatística é profunda na Economia – e tem seus reflexos, naturalmente, na CI. Há, pois, afirma Brookes (1980b), importantes elementos que escapam às técnicas quantitativas na exploração do comportamento humano, mas estas técnicas podem contribuir na captura de alguns aspectos que nos encaminham a um conhecimento objetivo¹⁴.

A procura quantitativa brookesiana está na necessidade epistemológica de modificação do cálculo físico para acomodar a quantificação de eventos mentais – e, como estes eventos dizem respeito ao reconhecimento da informação, essa modificação diz respeito também às possibilidades abertas de quantificação da informação (BROOKES, 1980c). Isso significa que a equação brookesiana parte da quantificação da informação sediada especificamente no território mental, enquanto a frutífera tradição desdobrada a partir da teoria matemática da comunicação partia da quantificação de informações dentro de canais artificiais de processamento de informação – Brookes (1980c) procura modelos de quantificação de espaços mentais – que não podem ser identificados antecipadamente – e não de espaços físicos, como a abordagem shannoniana, em que podem ser definidos a priori. Assim, para o autor (BROOKES, 1981) a CI deve reconhecer que a informação (conhecimento fragmentado) e o conhecimento (estruturas coerentes de informação) não são entidades físicas, mas instâncias que existem apenas em espaços cognitivos (mentais).

Dentre as sensibilidades compartilhadas pela narrativa brookesiana (BROOKES, 1980a) estão, pois,

- a) o posicionamento da CI como ciência social;
- b) a fundamentação de uma epistemologia voltada para o usuário, para o indivíduo que faz uso da informação;
- c) a defesa do “falibilismo” do conhecimento, isto é, a noção, cunho popperiano, de que não é possível a certeza absoluta sobre uma teoria unificadora da informação, pois todo conhecimento é provisório, passível de crítica e correção;

14 Brookes (1980b) argumentará em defesa do método estatístico para a CI que denomina classificação de frequência – frequency-rank -, técnica que considera teoricamente mais rica que as estatísticas de frequência. Para o autor, estas últimas descartam algumas informações que a análise da classificação de frequência retém. As citadas informações dizem respeito aos dados individuais que cercam os estudos das ciências sociais, reafirmando a formulação brookesiana de uma CI fundamentada segundo pressupostos cognitivos, voltados para a interpretação do usuário, enfatizando os níveis estatísticos de individualidade.

- d) a defesa da flexibilidade de vocabulário e da lógica dentro da formulação de teorias e abordagens para a reflexão sobre os estudos informacionais;
- e) a percepção de que o Mundo 2 – o mundo da realidade mental – e o Mundo 3 – o mundo do *man-made* – são guarnecidos não apenas com informação e conhecimento, como também com sentimentos;
- f) inversão das tentativas universalistas de análise informacional estatística – os levantamentos macro estatísticos – para as pesquisas nas categorias de uma microanálise em CI (BROOKES, 1980b) – as explorações micro estatísticas –, capaz de identificar os aspectos da individualidade humana que podem ser objetivamente quantificados;
- g) o apontamento da categoria “contexto” como relevante para o posicionamento dos estudos informacionais;
- h) a percepção de que, se uma Física é fundamental para a compreensão do Mundo I – dos aspectos físicos, do cosmos –, uma certa ciência orientada à informação é elementar para contribuição, entre as ciências sociais, para a compreensão do Mundo 2 – o dos estados mentais, do conhecimento subjetivo, que envolve os estudos humanistas – e do Mundo 3 do conhecimento objetivo, relacionado com os artefatos de informação produzidos pelos sujeitos e suas práticas.

Por outro ângulo, percebe-se que, ao se basear na busca pela objetividade popperiana, Brookes e sua narrativa, mesmo abrindo campo para o debate de inúmeras sensibilidades alternativas na CI, aprofundando visões de mundo sobre a área como as de Wersig e Neveling (1975) e Belkin e Robertson (1976), orienta-se ainda por profundas influências de uma epistemologia das ciências puras: sua investigação procura uma fórmula para medir a informação na mente do receptor, estando atrás de métodos quantitativos mais flexíveis para esta medição.

Heilprin (1989), em seu conceito também vinculado a uma tradição físico-cognitiva – preocupado em diferenciar canais de informação e mente –, considera, de forma preliminar, a CI como ciência que estuda o processo que verifica a transformação da informação e seus produtos – a informação vista como uma manifestação de energia. Trata-se de uma conceituação da área profundamente sensibilizada pelo desenvolvimento dos sistemas de informação, apreendendo, de forma geral, as fundações da CI e a própria disciplina CI como parte das ciências físicas, biológicas e psicológicas. O autor – revisando a Cibernética de Wiener e a Teoria Matemática de Shannon e Weaver – aproxima a CI, por exemplo, da Bioquímica, entendendo que ambas estudam as bases de interação de um organismo, analisando a modulação de fluxos de energia – porém, é necessário sublinhar, a

CI investiga fundamentalmente organismos vivos. Os fundamentos da CI aproximam-se, diretamente, na formulação heilpriniana,

- a) do desenvolvimento do conhecimento acerca de fluxos artificiais que representam o estágio avançado da construção de ferramentas e da adaptação do ser humano;
- b) da análise da trajetória da transformação ocorrida entre duas mentes no processo comunicativo;
- c) a modulação (mudança na estrutura de um fluxo de energia, resultado de sua interação com algum sistema) como a base da informação;
- d) a informação como um produto orgânico feito e usado dentro, e somente dentro, de um corpo vivo. Ainda, voltamos a observar, a presença de uma tradição físico-cognitiva marcante, demarcatória, na formulação de CI.

Capurro (1991) afirmará que o principal conceito em CI não é informação; o principal conceito desta área é o ser humano em sua contextualidade. A justificativa existencial da CI, aponta Capurro (1991), é o compartilhamento de informação que sempre ocorreu entre seres humanos. A informação não é necessariamente produto de um processo de representação, ou algo que é transportado de uma mente à outra, mas necessariamente é uma dimensão existencial do nosso ser e estar no mundo com os outros.

Reconhecendo a área informacional como uma disciplina da Retórica, argumentativo-interpretativa, baseada em uma hermenêutica da relação entre o ser humano e a produção e o registro do conhecimento, o autor formula um conceito de CI baseado na necessidade humana específica de compartilhar com o outro. Capurro (1991) procura uma definição harmônica entre os pressupostos sociais e os tecnológicos da área, e não dicotômica, limitadora. É provável que aqui esteja a mais clara, sólida e direta linha de uma manifestação pragmática, definindo um retorno dos estudos de organização do conhecimento aos estudos do humanismo, voltando a ligar a CI à Retórica e à Filologia, recuperando, implicitamente, o projeto da epistemologia social de Shera, definindo, assim, uma circularidade nos deslocamentos da epistemologia informacional.

Wersig (1993, p. 230) apresentará os sistemas tecnológicos como organizações sociais. Para o autor (WERSIG, 1993, p. 234-235) a CI se apresenta como uma nova classe de ciência, um protótipo de ciência pós-moderna, pois a nova situação do conhecimento – despersonalizado, com a credibilidade no conhecimento e nas tecnologias, fragmentado e racionalizado – exige um novo tipo de ciência. Este novo tipo é voltado para estratégias de resolução de problemas. Na linha de argumentação de Capurro (1991) e baseando-se em Luhmann, Wersig (1993, p. 236)

aponta que, sendo a CI uma ciência preocupada com os indivíduos e o uso de seu conhecimento, a análise do conceito de sistema – conceito luhmanniano – leva à visão de que a CI busca uma compreensão dos atores no processo de transformação do conhecimento; se a base de nosso pensamento são os atores, é necessário compreender as ações. Estas, as ações que nós estamos mais interessados, afirma Wersig (1993, p. 236), são chamadas de comunicação. No contexto da CI, o estudo da comunicação preocupa-se com o processo de redução da complexidade; construção de modelos e interconceitos.

Para Le Coadic (1996), a CI é uma “ciência social rigorosa que se apoia em uma tecnologia também rigorosa”, tendo por objeto o “estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos)”, realizando, a partir disto, de um lado, “o delineamento da análise dos processos de construção, comunicação e uso da informação”; e de outro, “a concepção dos produtos e sistemas que permitem sua construção, comunicação, armazenamento e uso”.

A definição de Le Coadic (1996), como percebemos, desvia, ainda que discretamente, a noção do objeto-fenômeno-fetiche informação, ao compartilhar a necessidade de revisão de processos como o de comunicação e uso informacionais. Mais do que isso, aqui temos o explícito posicionamento da CI como ciência social, cuja preocupação está em “esclarecer um problema social concreto, o da informação”, preocupação voltada para o “ser social que procura a informação”. Nota-se, no entanto, como seu conceito ainda retoma as angústias objetificantes da CI, como levantado por Brookes (1980a, 1980b). A formulação do historiador informacional francês ainda abrange um léxico que se apresenta atrás de um “problema concreto”, e atem-se ao “indivíduo que procura”, ou seja, parte-se do imaginário cognitivo do indivíduo que tem a necessidade de informação.

Definições como de Buckland e Liu, em 1995, e de Ingwersen, em 1992, ambas intimamente ligadas a um pensamento cognitivo-informacional, demonstram como a CI atua, simultaneamente, com a tessitura de tradições diferentes, não necessariamente excludentes. Seria, por estas questões, a CI uma área, ciência, arte ou técnica inclassificável em termos da objetividade científica? Ou a classificação desta ciência é multifacetada como sua suposta base interdisciplinar? É possível ouvir da CI denominações como: ciência social aplicada, ciência social-humana, ciência emergente, ciência pós-moderna, ciência da complexidade. A própria revisão histórica de Pinheiro (2005) aponta como, ainda na década de 1990, de acordo com dadas localidades, o que uns denominam de “Ciência da Informação”, outros chamam de “Ciência da Informação e da Biblioteca”, “Estudos de Informação”, “Estudos de Informação e Biblioteca”, “Ciências da Informação”, “Ciências da Comunicação”, “Biblioteconomia”. Outros autores refletem esta

imprecisão – Frota (1998) está entre estes; a pesquisadora, no entanto, procura, como Pinheiro (1997, 2002), trazer evidências sólidas que atestam os fundamentos sociais da área.

Acreditamos existir semelhanças de família entre as diferentes apreensões do conceito de CI, mas é nítido que a definição da área é algo aberto como sua imprecisão terminológica. Nítido também é que esta classificação tem se apresentado fundamentalmente circunstancial e não cumulativa – uma classificação que imagina atividade científica como Thomas Kuhn (1975), este, influência implícita e explícita em um imenso grupo de autorias dos estudos informacionais. Os epistemólogos da área e pesquisadores em geral têm se baseado nas emergências científico-sociais de seus períodos históricos e situações-problema para tecer suas conceituações¹⁵. Fica clara esta constatação na diferença, por exemplo, de definições, como as de Borko (1968), Wersig (1993) e Pinheiro (2005).

Durante a década de 1990, com o avanço da sociologia da ciência pelas mais diferentes áreas – inserção de Bourdieu, Latour, Fleck e, principalmente Kuhn, dentre tantos outros – nos estudos meta-científicos, a discussão sobre a cientificidade da CI ganha um impulso considerável. Desta forma, chamaremos de CI uma ciência social (AZEVEDO NETTO, 1999; PINHEIRO, 1997; SILVA, R., 1999), ciência interdisciplinar (SARACEVIC, 1996; CARVALHO, 1999; PINHEIRO, 1997, 2002), ciência pós-moderna (WERSIG, 1993), ciência hermenêutica (CAPURRO, 1991), ciência de natureza cognitiva (INGWERSEN, 1992), nem ciência social ou humana, mas heterológica, plural e inter-relacional (LOUREIRO, 1999, p. 74), antes de uma ciência, um saber humano e social (QUEIRÓS, 1999, p. 48); ciência do paradigma emergente (SILVA, J., 1999, p. 79-117).¹⁶

As múltiplas definições, pequena parte delas aqui levantada, têm sua origem, em geral, na análise epistemológica das práticas dos estudos informacionais, antes de verificar a relação entre as práticas e os deslocamentos políticos que levam até a conceituação de termos como “documentação” e “ciência da informação”. Mais do que isso, sustentadas por uma filosofia representacional, a falta de especificidade e consenso entre as denominações sobre os estudos informacionais propiciou e/ou financiou uma permanente troca de nomenclaturas das instituições e das próprias áreas que cuidavam da informação, ainda que não usassem este termo para falar de meta-representação do conhecimento.

15 Esta observação contempla a relação com o pensamento sobre a sociologia e a antropologia da ciência em autores como Kuhn e Latour, ou seja, a própria classificação da CI é fruto de um consenso que se dá sobre contextos específicos entre pares historicamente reunidos.

16 Levantamento importante neste círculo de definições e posicionamentos da CI na ciência em geral pode ser verificado na discussão da própria Júnia Guimarães e Silva (1999).

Muitas vezes, ao ler o conjunto de formulações vindas de diferentes ângulos, nos perdemos em procurar identificar o que é e o que não é uma “ciência da informação”. O pensamento imediatista, a-crítico, pode se sustentar, nesse beco sem saída, com os discursos da interdisciplinaridade e da pós-modernidade no âmbito científico, isto é, se é tão difícil dizer “isto é ciência da informação” ou “isto não é ciência da informação”, é fácil concluir: isto se dá por uma questão contextual; somos uma área de pesquisa interdisciplinar e pós-moderna. O pragmatismo raso e a epistemologia superficial, pela breve contextualidade verificada, sem analisar os sentimentos, ideologias e poderes envolvidos na caminhada científica corroborariam a afirmação.

EXPRESSO BELO HORIZONTE – COPENHAGUE

Ensaio noturno para variações dissimuladas sob-sobre um mesmo tema?

*Ibn ul'Arabi, o grande místico islâmico,
exclama em um de seus poemas:
“Livrai-nos, Alá, do mar de nomes!”.*

Peter L. Berger e Thomas Luckmann

ENTRANDO NO TREM EM BELO HORIZONTE, PODERÍAMOS PASSAR EM NOVA York antes de descer em Copenhague. Por exemplo, passear na *University of Albany*. Mais especificamente, poderíamos conhecer em 1921 o *Department of Librarianship*, o mesmo que em 1927 começa a conceder *Bachelor of Science in Library Science*; o mesmo que em 1979 altera o seu nome para *School of Library and Information Science*; o mesmo que em 1986 altera mais uma vez o seu nome para *School of Information Science and Policy*. Importante: em 2005, formaliza-se o *College of Computing and Information*. Em outros termos: os estudos computacionais, presentes desde 1965 dentro da Biblioteconomia, originados a partir do próprio antigo *Department of Librarianship*, mantém sua tradição. E a materialidade – aqui, podemos dizer, a documentalidade – de corpos, paredes, cadeiras, mesas, constitui a força simbólica bicentenária de um campo em acelerada crise criativa. Mas, antes, partamos de Belo Horizonte.

Richard Rorty (1997, p. 118), discutindo Stanley Fish, traz à lembrança a afirmação pragmática de que “todos os fatos são institucionais”. Procuramos aqui a biografia de um nome, o plano político das justificativas para uma outra demarcação nos estudos de organização do conhecimento e as margens de possibilidade dos mil dedos apontados na direção do horizonte promissor do chamado “novo paradigma”. Em outras palavras, investigamos, sob a luz de uma historiografia também de ordem filosófica pragmática, a política institucional de linha representacional dentro da CI, como das demais áreas que, com outras nomenclaturas, cons-

truíam teorias e desenvolviam práticas de meta-representação, expandindo nossa compreensão da paisagem social epistemológica dos estudos da informação.

A epistemologia, como já colocado, mais justifica que demarca. Este é seu verdadeiro caráter, sua mais abissal personalidade. A demarcação de fronteiras é sempre um processo cotidiano de negociação e troca, tão estável e tão subjetiva quanto a justificação. Ambas, justificação e demarcação, são políticas de deliberação: a primeira, deliberação para provar uma existência; a segunda, deliberação para aprovar as direções do desenvolvimento. No entanto, é a filosófica e epistemológica construção coerente e profunda da justificação – ou solo coerente da-para uma existência – que permitirá a ciência se posicionar politicamente entre seus pares científicos – a práxis da comunidade científica em geral –, entre a sociedade que a cerca – a práxis da comunidade externa – e entre os pesquisadores que estão em ou convergem para seus territórios de pensamento e prática – a práxis da comunidade científica específica.

Exemplo objetivo de complexo de justificações está no número de trabalhos que imaginam o espectro das relações interdisciplinares da CI, como também nas pesquisas que procuram mensurar os eventos que dão origem a área. Não é possível definir a história da gestação da CI, seus mitos descritivos de origem, o complexo de sua paisagem social, nem até onde vão suas fronteiras, senão por narrativas, pela coletânea de relatos que manifestam as presenças e ausências nestes acontecimentos, pois o desenvolvimento científico é simultâneo e permanente, e se define por um contínuo de pesquisas contemporâneas de sua própria errância. Estes trabalhos, pontuados parcialmente na seção anterior, são somados a um conjunto de políticas que se estruturam ou ultrapassam os fundamentos filosóficos e epistemológicos de construção da justificação. É necessária uma fidelidade à “índole justificacionsita” da epistemologia, como nas palavras de Ivan Domingues (2004, p. 25), uma fidelidade aos “aspectos teóricos e normativos do conhecimento”, como também à historicidade e sua sociologia.

Sabemos, a partir das “filosofias da ciência” do século XX, a partir de trabalhos que vão de Karl Popper a Bruno Latour, passando por Thomas Kuhn, por Agnes Heller, Pierre Bourdieu, Ludwick Fleck, pelos filósofos pragmáticos e muitos outros, que a epistemologia deve analisar e problematizar a justificação de suas disciplinas para além da revisão teórica. Um outro conjunto de fatores, não puramente epistêmicos, interferem no desenvolvimento da atividade científica, como ideologias, sentimentos, emoções, ego, relações de poder, utopias. Cabe também, pois, à investigação epistemológica analisar e problematizar a práxis de construção da justificação. Neste aspecto, também retomamos nosso companheiro de viagem, Wittgenstein, em sua reflexão pragmática. Através do pragmatismo podemos caminhar

pelos aspectos dessas políticas, ou seja, apreender a deliberação que sustentará esta ou aquela justificação, objetivando demarcações específicas – demarcações como maior abrangência de escopo de pesquisa, maior acúmulo de fontes de verba para projetos investigativos, maior número de departamentos. Da mesma forma, é-nos necessário, a partir da pragmática, tecer leituras sobre a política que não só é sustentada pela ciência, mas, principalmente, sustenta esta mesma ciência.

Se nos basearmos na Estrutura das Revoluções Científicas de Thomas Kuhn para compreendermos a distinção de áreas/disciplinas/ciências/saberes como Biblioteconomia, Bibliografia, Documentação e Ciência da Informação, para compreender o desenvolvimento científico através de rupturas, saltos, fica clara a diferença em cada “revolução”. Desta forma, podemos financiar a seguinte argumentação: Biblioteconomia e CI, ou Documentação e Biblioteconomia, são áreas diferentes. Após esta afirmação, coerentemente justificada a partir de Kuhn, podemos conjecturar: veremos agora as relações interdisciplinares entre Biblioteconomia e CI, ou entre Documentação e CI. No entanto, como nos diz Foucault (2002, p. 68), “não é fácil estabelecer o estatuto das descontinuidades para a história em geral. Menos ainda, sem dúvida, para a história do pensamento”.

A CI, como nomenclatura institucionalizada e legitimada, é uma categoria recente. A organização do conhecimento, visando à representação, transmissão e preservação, tanto da forma quanto do conteúdo, suas principais práticas, são atividades remotas. Vivenciamos há décadas um período de proliferação não só de tecnologias, como de nomenclaturas e significados (JIMENEZ, 1994). Isto explica, em um olhar, o retorno às discussões sobre o pragmatismo, em sua procura por clarificar o uso e o desuso de noções e conceitos na ciência e nas outras comunidades – um retorno verificado não apenas na CI, como em outras áreas. Como na epistemologia histórica de Bachelard (1974), é necessário, por parte da epistemologia, o estudo crítico e sensível dos “perfis epistemológicos” dos termos, imaginando crítica e sensivelmente suas relações e seus desdobramentos práticos. Podemos descrever e teorizar sobre o perfil epistemológico, segundo Wittgenstein, a partir da análise dos jogos de linguagem, ou seja, o conjunto de discursos que manifestam a vivência de uma palavra.

A justificação de um conceito científico validará suas possibilidades de demarcação – até onde ele pode ir, onde ele não pode, ou não deve ir. Retomando a metáfora inicial de nossa viagem, os limites do universo de uma escola científica são os limites de sua linguagem. Na epistemologia da CI, até a aproximação mais aprofundada do pragmatismo, parece-nos que a base de análise terminológica assumiu apenas uma filosofia representacional – pensar a linguagem como represen-

tação –, e não transmissionista – pensar a linguagem como comunicação¹. Será nas seções seguintes, quando analisaremos as cartografias epistemológicas dos estudos informacionais, que de forma mais clara demonstramos o deslocamento por essas diferentes rotas. Atemo-nos aqui a política de justificação/criação/adoção do termo “ciência da informação” dentro das instituições que historicamente cuidavam da organização do conhecimento.

Para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a Ciência da Informação é uma área do conhecimento alocada na grande área Ciências Sociais Aplicáveis – assim como os conceitos de CI acima demonstrados, ao longo das definições, foram posicionando a área. A Ciência da Informação, nesta classificação, abrange as subáreas Teoria da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia. No escopo da Teoria da Informação, encontramos as subáreas Teoria Geral da Informação, Processos de Comunicação, Representação da Informação; no escopo da Biblioteconomia, as subáreas Teoria da Classificação, Métodos quantitativos/Bibliometria, Técnicas de Recuperação da Informação, Processos de Disseminação da Informação; e no escopo da Arquivologia, a subárea Organização de Arquivos. A discussão sobre a política de adoção e uso de termos como “biblioteconomia”, “documentação”, “recuperação da informação”, “ciência da informação” nos demonstrará o quanto as fronteiras que vivem entre essas noções são confusas, quando não inexistentes.²

É interessante notar que ocorreu, a partir de 1960, uma sequência de substituições dos nomes de institutos, escolas, faculdades, centros de pesquisa em Bibliografia, Biblioteconomia e Documentação para Ciência da Informação e, logo em seguida, os discursos dentro dos estudos informacionais começam a definir as diferenças e convergências entre estas áreas de investigação e a própria CI – e chegam a elencar as chamadas “relações interdisciplinares” entre elas, mesmo tendo em mente que o que vivenciaram, culturalmente, fora, a princípio, uma alteração de nomenclaturas. Como afirma Solange Puntel Mostafa (1996a, p. 32), uma “dificuldade que se põe para os teóricos da universidade no mundo inteiro é a excessiva crença

1 A esse respeito, os trabalhos de Maria Sallet F. Novellino trazem maiores esclarecimentos, na procura pela compreensão da linguagem para além da representação. Entre os citados, temos: A) NOVELLINO, M. S. F. A teoria da ação comunicativa e a representação da informação. *Informare*: caderno do programa de pós-graduação em ciência da informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 73-79, jul./dez. 1996.; B) NOVELLINO, M. S. F. A linguagem como meio de representação ou de comunicação da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 137-146, jul./dez. 1998.

2 As informações foram retiradas do site do CNPq, de julho de 2007: <http://www.cnpq.br/areas-conhecimento/index.htm>.

na lógica formal como a única capaz de dar conta do real”. Baseados nessa linha de argumentação, “os responsáveis pelos cursos se angustiam buscando a mais perfeita adequação entre os nomes das disciplinas e o seu conteúdo” (MOSTAFA, 1996a, p. 32). É a busca pela linguagem ideal, a mesma procura observada no primeiro trabalho de Wittgenstein (2002). Nos estudos da informação, a procura vai além do nome das disciplinas e de seus modelos, chegando até o nome da própria área.

Assim, como muitos autores advogam, a CI nasce da interdisciplinaridade o que, politicamente – e epistemologicamente, esta alteração de nomes não necessariamente revela. A chamada imagem “ciência da informação” não nasce em edifícios “neutros”, ou seja, desligados de uma gramática e de uma tradição pré-definidas, mas aparece como uma superposição de áreas como Documentação, Bibliografia e Biblioteconomia como uma intensificação de estudos de determinadas práticas destas áreas, com o mergulho em uma subtradição. Como nos lembra Cardoso (1996, p. 74), no caso brasileiro, é teórica e institucionalmente coerente afirmar que a CI se construiu a partir da Biblioteconomia, Documentação e da Bibliografia. Em outras palavras, a CI nasce como uma especialização destas áreas, uma especialização da ideia de informação como coisa, da tecnologia como horizonte mais coerente para os estudos informacionais em seu desafio de controlar a grande produção de documentos.

Isto é: a Biblioteconomia, área generalista – diríamos, se usarmos a rasa noção, interdisciplinar, no dizer contemporâneo – apresenta duas frentes de tradição bem delineadas: uma Biblioteconomia Erudita e uma Biblioteconomia Tecnicista, fundadas na co-fusão com a Bibliografia Textual e a Bibliografia Estatística. A partir desta última veremos a exploração de um campo de especialização profunda, no escopo da Biblioteconomia especializada e, a partir desta, a emancipação da Bibliografia que, uma vez ligada ao uso das novas tecnologias de controle de documentos, será chamada, posteriormente, de Documentação.

Instituições de ensino e/ou pesquisa em Bibliografia e Documentação – em muitas destas, os dois termos remetiam ao mesmo significado, indicando apenas um preciosismo pelo fascínio da linguagem ideal – e outras, mais generalistas, como aquelas de Biblioteconomia, se aproximarão cada vez mais das tecnologias de informação, especializando-se gradualmente na dinâmica da informação científica e tecnológica. Aparecem, neste espaço discursivo e prático dos estudos de organização do conhecimento, os termos “informação”, “ciência da informação” e “tecnologia” – como também “recuperação da informação”, supra demonstrando o foco especialista da disciplina – como afirma Carvalho (1999, p. 51), a CI nasce para uma “demanda social pela otimização de processos de coleta, armazenamento, recuperação e disseminação da informação científica e tecnológica”. Estas no-

menclaturas influenciarão o escopo de outras áreas dos estudos informacionais, o que desencadeará uma substituição de nomes por instituições de Bibliografia, Documentação e Biblioteconomia em todo o mundo após os anos 1960.

A chamada “ciência da informação” não nasce, assim, interdisciplinar – muito menos pós-moderna, como alguns discursos defendem. Ela é, ao contrário, no que diz respeito à sua construção sócio-política, uma intensificação da especialização no trato da informação, uma especialização de cunho tecnológico. Ao longo da formação discursiva da CI, o termo “interdisciplinaridade” ganhará cada vez mais foco em paralelo com os discursos de inúmeros outros campos do conhecimento, em paralelo com a própria desmistificação da ciência, em paralelo com a própria necessidade de sobrevivência tanto dos “novos” quanto dos “antigos” saberes. Tanto as ciências naturais quanto as sociais/humanas intensificam seus diálogos e o intercâmbio de teorias e metáforas para explorar o conhecimento ao longo do século XX.

A CI não nasce como uma ciência na fronteira entre áreas de conhecimento, não nasce em um novo espaço de convergência de saberes, como um inaugural projeto científico, como no discurso de Wersig (1993) e de muitos outros pesquisadores da CI – a construção teórica da área, na seção anterior apresentada, como sua justificação sócio-política, aqui discutida, pode nos revelar este ângulo de observação. Ao contrário, política e socialmente falando, a CI aparece, a princípio, sobrepondo planos mais especialistas de investigação de áreas mais “amplas” e generalistas da meta-representação do conhecimento, como a Biblioteconomia, sobreposição esta claramente evidenciada na substituição dos nomes de instituições de áreas como a Bibliografia e a Documentação, no que se refere ao âmbito político; e na definição de Borko, no que se refere ao plano teórico.

O recurso teórico adotado de imputar a CI uma “natureza interdisciplinar” é, antes, uma argumentação política de implantação de um discurso que se fazia presente já em diferentes escopos de estudo, ao mesmo tempo que o aparecimento dos termos “informação”, “ciência” e “ciência da informação” conferiam uma especialização tecnológica cada vez mais profunda na área – especialização tecnológica também comum a outros diferentes campos do conhecimento após a Segunda Guerra Mundial, no processo que d’Alessio Ferrara (1994-95) chamou, como dissemos na abertura, de homogeneização das culturas. Desta forma, as primeiras definições de CI, como anteriormente revisadas, influenciadas por uma teoria matemática da informação, especializarão os estudos informacionais na investigação de laboratório, na construção de modelos lógicos e tecnologias dinâmicas que possam realizar aquilo que os indivíduos – bibliotecários, documentalistas, bibliógrafos e outros mediadores – não mais conseguem realizar a substituição de operadores humanos

por ferramentas de controle da informação (AUROUX, 1998). A CI, teórica e politicamente, apresenta uma “natureza sensivelmente disciplinar”. A CI nasce como uma das mais profundas especializações do século XX. É possível, em um olhar – aquele que aqui apresentamos –, discutir que, com a abertura das discussões sobre o pragmatismo, que leva à discussão sobre o posicionamento da CI dentro das ciências sociais, ou seja, o esclarecimento de sua possível identidade junto as outras ciências, que a área começa a estabelecer projetos interdisciplinares claros.

A CI, em suas bases física e cognitiva, parte de uma tradição epistemológica representacional – fundamentalmente meta-representacional. O pensamento com foco na representação parte da lógica pura e caminha até a lógica de percepção mental entre o fisicalismo e a tradição cognitiva informacional, mas mantém a linha de argumentação voltada para a meta-representação.

“Os manuais de lógica”, nos narra Mostafa (1996a, p. 33), “ensinam que cada termo é igual a ele mesmo, prenhe de significação, fechado em sua essência única, imutável e eterna, como queriam os gregos da Antiguidade”. Desta forma, a vez a raiz etimológica dos termos – ou sua possível construção consensual por uma determinada comunidade em um tempo remoto – sempre retratará o mesmo significado para cada termo. Esta era a base do pensamento de Wittgenstein (2002) no “Tratado Lógico-Filosófico”: a procura por uma linguagem ideal, o nome como algo que denota logicamente o objeto, a construção de um simbolismo preciso. Esta linha explica, em um ângulo, toda a história da organização do conhecimento – ou dos estudos informacionais, ou da Biblioteconomia, da Bibliografia, Documentação, da CI.

Como aponta Mostafa (1996a, p. 36), no século XVI o pensamento é relacional: não havia mediação do conceito, o que permitia que tudo tivesse relação com tudo, o que exigia, por sua vez, diante da grande dança das analogias, uma maior erudição. O erudito, responsável por resolver a mediação ausente dos conceitos, atuava com a construção e transmissão do saber através do comentário, da exegese. Ali, “conhecer é comentar” (MOSTAFA, 1996a, p. 37). No âmbito do Renascimento “desenvolvia-se uma epistemologia baseada na interpretação por analogias, em que as palavras e as coisas se misturavam”, ou seja, “as palavras não representavam as coisas”, eram partes delas. A partir do século XVII, com o barroco, “as palavras e as coisas se separam, nascendo entre elas a representação” (MOSTAFA, 1996a, p. 37). Nesse contexto, aparecem a ordem alfabética e a identidade das palavras – ou seja, ordem (medida) e identidade (precisão) agora governam as relações sociais³.

3 Nas palavras de Foucault (2002, p. 65-66), “a escrita cessou de ser a prosa do mundo; as semelhanças e os signos romperam sua antiga aliança; as similitudes decepcionam, conduzem à visão

Nas palavras de Mostafa (1996a, p. 38), “está aberto agora o caminho para a taxionomia”, para a classificação do século XVIII, o “século da classificação e dos acervos”. Em outras palavras, “as palavras do século XVIII são a nomeação do visível” (MOSTAFA, 1996a, p. 39). No contexto da filosofia do “Tratado Lógico-Filosófico” de Wittgenstein, este estado indicava a investigação que pressupunha a existência de um “paralelismo rigoroso entre a proposição e o fato que ela descreve” (PINTO, 1998, p. 175). No olhar foucaultiano (FOUCAULT, 2002, p. 148), ocorre aqui a separação entre “palavra” e “ação” – o que Benjamin (1985) chamaria de fim da narrativa e nascimento da informação.

O século XX, como indicado em nossa justificativa, promove a “substituição” do sujeito pela informação (MOSTAFA, 1996a, p. 41). Ou seja, o próprio termo “informação” é, por si só, a fundamentação da base representacional da epistemologia da CI. No olhar popperiano, uma das bases teóricas da importante tradição cognitiva da CI⁴, nosso conhecimento deve ser objetivo e este, o conhecimento objetivo, é um conhecimento sem conhecedor, sem sujeito que conheça (MOSTAFA, 1996a, p. 41). Em resumo, usando as palavras de Mostafa (1996a, p. 42), a “representação do conhecimento é o coração” da área dos estudos informacionais. CDD, CDU, tesouros, ontologias, palavras-chave, resumos, tudo isto é meta-representação.

Em 1968, quando Borko apresentava a definição do bibliotecário Robert Taylor que muito repercutiria nos trabalhos dos estudos informacionais – uma variação do conceito apresentado nas Conferências do *Georgia Institute of Technology*, entre 1961 e 1962 (SHERA; CLEVELAND, 1977, p. 265) –, Jesse Shera (1980)⁵ discutia o

e ao delírio; as coisas permanecem obstinadamente na sua identidade irônica: não são mais do que o que são; as palavras erram ao acaso, sem conteúdo, sem semelhança para preenchê-las; não marcam mais as coisas; dormem entre as folhas dos livros, no meio da poeira. A magia, que permitia a decifração do mundo descobrindo as semelhanças secretas sob os signos, não serve mais senão para explicar de modo delirante por que as analogias são sempre frustradas. A erudição, que lia como um texto único a natureza e os livros, é reconduzida às suas quimeras: depositados nas páginas amareladas dos volumes, os signos da linguagem não têm como valor mais do que a tênue ficção daquilo que representam”.

4 Rozados (2003, p. 87) cita Mostafa e Moreira (1999) em passagem que as autoras afirmam que a abordagem cognitiva é a “mais dominante da área da informação”, gozando de vantagem hegemônica” sobre as demais linhas de pensamento. Ao perceber a profunda relação da tradição cognitiva e a filosofia representacional, esta afirmação, acreditamos, pode ser corroborada, mesmo sem uma análise bibliométrica de ocorrências do vocabulário na literatura e uma análise hermenêutica dos usos desse vocabulário nos territórios de prática em CI. O trabalho de Mostafa e Moreira (1999), a saber: MOSTAFA, S. P.; MOREIRA, W. *Referenciais Teóricos da Área de Informação*: sobre Isa e Vania para professores da ABEED. Campinas: ABEED, 1999.

5 O citado trabalho de Shera, “Sobre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação”, foi publicado no *UNESCO Bulletin for Libraries*, v. 22, n. 2, p. 58-63, mar./apr. 1968, e traduzido

conceito de “ciência da informação” e de outros termos ligados aos estudos informacionais. Segundo o pesquisador, quando Otlet e La Fontaine voltaram-se para a construção de uma bibliografia universal, retiraram da Biblioteconomia técnicas e estratégias, mas, por buscarem uma análise mais profunda – mais especializada⁶ – daquelas realizadas pela Ciência das Bibliotecas, deram o nome “documentação” à sua pesquisa. Dessa maneira, revela Shera (1980, p. 91), “começou, na Biblioteconomia, um cisma que ainda não terminou”. Trata-se da corrida pela identidade, pela representação, pela linguagem ideal, definindo a mudança de nomes.

No bojo do desenvolvimento da Modernidade, a Biblioteconomia começou a realizar trabalhos mais específicos – mais especializados –, com focos comerciais e industriais, inferindo o nome de Biblioteconomia Especializada às suas intervenções – nos dizeres de Dias (2002, p. 89-90), a Biblioteconomia Especializada surgiria como uma “espécie de dissidência da biblioteconomia, pois os profissionais que trabalhavam na área especializada se sentiram, a partir de determinado momento, incomodados com os rumos tomados pela grande área”, ou seja, era a Biblioteconomia dita clássica muito ampla, aberta; no vocabulário contemporâneo, interdisciplinar⁷.

Nesse período que compreende a especialização que se movimenta da Biblioteconomia Especializada – via o coração epistêmico da Bibliografia Estatística, arma

e publicado no Brasil em GOMES, H. E. (org.). *Ciência da Informação ou informática?* Rio de Janeiro: Calunga, 1980. 112 p. (Série Ciência da Informação), p. 91-105.

6 A especialização nos estudos informacionais tem uma trajetória que pode ser contada na história das bibliotecas: a especialização vai se afinando ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII. Com a laicização e a democratização das bibliotecas, cada vez mais é adotada uma metodologia de trabalho voltada para comunidades específicas de usuários – aparecerão as bibliotecas universitárias (com suas inúmeras ramificações), militares, industriais, médicas, jurídicas, etc. (MARTINS, 1996, apud LOUREIRO; JANNUZI, 2005, p. 130)

7 Estes profissionais, acrescenta Dias (2002, p. 90), “sentiam que a Biblioteconomia e suas instituições não estavam interessadas em atender à crescente demanda dos usuários da informação especializada”. Assim, nascerá uma Associação de Bibliotecas Especializadas e, “mais tarde, numa outra etapa dessa evolução, vai surgir o termo “documentação”, este “também destinado a expressar o trabalho desenvolvido pelos profissionais voltados para atender a esse tipo de usuários”, acrescentando ao termo “biblioteca especializada” algumas categorias práticas. Assim, aparecerão os centros de documentação, co-existindo com as bibliotecas especializadas – instituições que, em inúmeros casos, podiam significar, na prática, a mesma situação. Na mesma “rota evolutiva”, reflete Dias (2002, p. 91), aparecerá o termo “ciência da informação”, propiciando o surgimento de um outro espaço institucional, o centro de análise de informação que, “além de desempenhar todas as funções de um centro de documentação disporia também de especialistas capazes de gerar informação nova.” Coexistirão, desta forma, no contexto norte-americano, os bibliotecários especializados e os cientistas da informação, ambos atuando para “atender um mesmo alvo: a informação especializada e seus usuários”.

de guerra, energia das grandes empresas informacionais na tardia *web* das “redes sociais”, ou seja, das redes privadas – até a Documentação, a grande novidade tecnológica em organização do conhecimento era a reprodução microfotográfica, o que fez com que o termo “documentação” praticamente vivesse como “sinônimo de microfotografia” (SHERA, 1980, p. 92). Muitas vezes, os “novos” atores dentro do plano da organização do conhecimento procuravam adotar um “novo” nome pelo explícito “desdém” aos antigos atores, os bibliotecários (1980, p. 93) – Dias (2002, p. 95) também contribuirá para esse olhar crítico, verificando uma simulada “tentativa de simplesmente exterminar todo o grupo terminológico associado ao termo biblioteca, ou seja, bibliotecário, biblioteconomia, etc”. Na verdade, o criticismo sheriano, contextualizado dentro da formação discursiva da própria ideia de pós-modernidade, emergida socialmente na virada das décadas 1950 para 1960, é apenas um fragmento da crítica à tendência do “postismo” desse período, a grande corrida por inferência de conceitos novos e de anulação de termos e significados, a corrida por identidade.

Duas orientações definiam a história epistemológica da Biblioteconomia: a primeira, mais remota, de cunho erudito e bibliófilo, humanista, retórico e filológico, dominou a área até o século XIX⁸; a outra, ligada ao aparecimento das bibliotecas públicas, relacionada a uma mudança de orientação da erudição para o serviço público, um serviço dinâmico, objetivo, mais especializado. Esse processo intensifica a redução do termo “biblioteconomia” e, por vezes, a tentativa de anulação do mesmo, o que, na prática, significou a negação de determinadas técnicas da Biblioteconomia, com a posterior “reinvenção” de procedimentos, com novos nomes, que representavam, na verdade, as técnicas renegadas. “Acreditou-se que, mudando-se a terminologia a realidade seria modificada” (SHERA, 1980, p. 93-94).⁹

8 Como comenta Peter Burke (2003, p. 98), entre os séculos XVI e XVII eram necessários “bibliotecários-filósofos” ou “filósofos-bibliotecários”. No seiscentos, alguns governos europeus passaram a nomear organizadores do conhecimento registrado, estudiosos e eruditos em geral, socialmente chamados de arquivistas e curadores de documentos (2003, p. 128)

9 Discutindo diferentes autores, Loureiro e Jannuzzi (2005, p. 132) apontam que a formação dos bibliotecários teve duas grandes correntes: uma linha humanista ligada à *École Nationale des Chartes*, fundada em Paris, em 1821; e outra, de caráter tecnicista, surgida nos Estados Unidos, com a *School of Library Economy*, fundada por Melvil Dewey, em Nova York, na *Columbia University*. A linha francesa apresentava a mesma formação para bibliotecários, arquivistas-paleógrafos e arqueólogos. Também Baptista e Brandt (2006), discutem a relação entre as linhas erudita, de cunho europeu, e tecnicista, de cunho anglo-saxão/norte-americano, identificando que, no Brasil, o curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional possuía um currículo voltado para a erudição. Com o surgimento do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), a erudição – ou linha generalista de educação bibliotecária – é abandonada pela especialização. É a erudição dando lugar, como o foi em grande parte do mundo, à técnica e à tecnologia; ou, dito

É relevante notar que a linha “humanista” da Biblioteconomia de ordem erudita e bibliófila, de cunho francês, muito se aproximava dos estudos filológicos. Estes estudos buscavam, por exemplo, realizar “a exegese dos textos literários documentados historicamente” – filologia primitiva –, a recuperação de publicações de manuscritos e textos – filologia moderna/científica. Além disso, era dever fundamental do filólogo atuar na “custódia e salvaguarda dos textos contra a sua destruição material”, além de transmitir os “textos atinentes ao grupo social a que pertence”, cuidar do “sentido que se deve dar ao conteúdo do texto” e da “integração dos textos em conexões mais amplas, dentro da multiplicidade de textos”. (ARAÚJO, J., 2001, p. 4)

É igualmente relevante notar que por linha “humanista” justamente encontraremos, também, a sede tecnológica do pensamento dito informacional. Ou seja, é sob o desejo civilizatório do humanismo – também conhecido como processo de longo epistemicídio, massacre – que o foco do “domínio da natureza” eleva o mecanicismo ao modelo central de desenvolvimento gnosiológico. Assim o verbo se fez medida: a Bibliografia Estatística não é uma encruzilhada não-humanista: é sua face mais gloriosa, o apogeu da violência da burocracia e do capital nos séculos XIX e XX.

Chama atenção também que, entre as missões sociais do profissional, “quando a sociedade possui escrita, cabe ao filólogo a conservação dos textos em biblioteca pública, procurando, ao mesmo tempo, que se multipliquem as cópias dos textos existentes” (ARAÚJO, 2001, s.p.). Desta forma, a possível linearidade “biblioteconomia clássica”/ biblioteconomia especializada / documentação/ ciência da informação – dito, de forma generalizada, pelo ângulo das instituições: biblioteca pública / biblioteca especializada / centro de documentação / centro de análise da informação – é apenas uma formação discursiva de substituições de atividades vinculadas à biblioteconomia clássica, em suas salas e porões, de setores da biblioteca pública que às vezes respondem por uma carência específica de uma empresa ou universidade, por exemplo.

Assim, a negação aos conceitos como “biblioteconomia” e “documentação” é, a todo momento, um retorno aos fundamentos dos mesmos. Se a CI atinge um grau de formação discursiva que prevê o nascimento de locais onde não apenas se guarda, mas também se produz e se dissemina informação, como no centro de análise da informação (DIAS, 2002), esta evidência é apenas um retorno ao setor da biblioteca clássica, um retorno ao humanismo, um retorno à Filologia, ao bibliotecário erudito – além de um retorno à Retórica, como aponta Capurro (1991), lembrando

que o humanismo marca a ascensão das disciplinas Retórica e Filologia contra a tradição escolástica. Um retorno, naturalmente, em circunstâncias diferentes, pois são tempos e comunidades diferentes envolvidas.

O criticismo sheriano – Jesse Shera, este um representante da Biblioteconomia humanista (MOSTAFA, 1986, p. 175) que trabalhou na *International Business Machines Corporation* (IBM), o humanismo em sua grande face: a tecnologia – repercute na atualidade dos estudos informacionais de forma singular. Ao longo dos quarenta anos da CI enquanto nomenclatura legitimada por um corpo respeitável de discussões e investigações, acompanharemos a mudança dos nomes das escolas, institutos ou faculdades de Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação – alterações, em geral, desembocadas no termo “ciência da informação”.

Uma etimologia – o primeiro grito de significado no nascimento da palavra – pode nada dizer sobre aquilo que pretende representar. É a história, a narrativa do deslocamento da palavra por contextos de interpretações coletivas, que revelará seu nome – no caso de um termo científico, a história epistemológica, na epistemologia que enxerga teoria e práxis, pode contribuir significativamente para essa revelação – na verdade, como nos demonstra a filosofia da ciência de Bachelard (1974), os perfis epistemológicos dos termos nos permitirão compreender sua biografia e, por extensão, sua vivência. Como afirma Peter Burke (2003, p. 78-79), historiador, os termos mudam de significado à medida que muda o sistema intelectual. Visto de fora, pelo estrangeiro, toda forma de classificação pode revelar-se como um absurdo – e logo o olhar estrangeiro, no contexto de seu estranhamento, pode querer questionar e apontar “erros” da categorização contemplada¹⁰. Apenas a viagem aos becos e travessas – o solo áspero – onde são conjugados os termos podem nos revelar seu perfil, como nos diz Wittgenstein (1979).

A etimologia da qual nós e tantos pesquisadores fazemos uso permanente – às vezes abusivo –, pode não representar nada, pois uma palavra é seu uso, não especificamente sua raiz, seu espelho, sua representação objetiva, como nos conta o pragmatismo wittgensteiniano (WITTGENSTEIN, 1979). A etimologia “morre” quando

10 É recorrente, a este aspecto, a citação de Michel Foucault (2002; páginas preliminares; IX), referindo-se a Borges, na abertura de “As palavras e as Coisas”, dentro do escopo dos estudos da classificação epistemológica. A citação fala de uma enciclopédia chinesa onde os animais estão divididos em: “a) pertencentes ao imperador; b) embalsamados; c) domesticados; d) leitões; e) sereias; f) fabulosos; g) cães em liberdade; h) incluídos na presente classificação; i) que se agitam como loucos; j) inumeráveis; l) et cetera; m) que acabam de quebrar a bilha; n) que de longe parecem moscas”. A classificação, que pode parecer absurda no olhar estrangeiro, certamente tem, em sua mitologia, uma explicação coerente, uma categorização culturalmente lógica, apenas compreendida por quem caminhar pelos becos e travessas da sociedade que faz uso deste complexo de categorias.

a palavra nasce no diálogo – na vivência dos jogos de linguagem. A etimologia é apenas a imagem: a mais vaga e remota lembrança de um passado possível, não necessariamente real na atualidade pulsante. A palavra é viva; sua etimologia, estática. O estudo da etimologia nos permite descrever nosso passado a partir do desenvolvimento biográfico do vocábulo. A investigação wittgensteiniana dos usos da palavra nos permite compreender o cotidiano – o presente – e suas circunstâncias.

A CI, fundamentalmente voltada para a organização do conhecimento, redução de redundâncias e ambiguidades no uso de termos no cotidiano do ser humano em suas relações sociais, levando a leveza e a exatidão calviniana à representação e à transmissão do conhecimento e aos vocabulários por onde se movimentam os saberes, tem, em seu nome, um dos exemplos contemporâneos claros de redundância e ambiguidade, de falta de leveza e exatidão – e, por consequência, de baixa visibilidade. Nos dizeres de Schrader¹¹ (apud HJØRLAND, 2000, p. 29), que compilou 700 definições de CI e seus antecedentes entre 1900 e 1981, essas observações são reflexo do caos conceitual¹² – este, também lembrado por Galvão (1993) e pelas “tentativas” de definição realizadas por Heilprin (1963, apud Shera e Cleveland, 1977, p. 265)¹³ – que caracteriza a área responsável pela tessitura de esquemas de classificação, tesouros e ontologias e outros instrumentos de organização e clarificação dos saberes, a partir da construção de metalinguagens.

O mesmo pôde ser verificado por Maria Yêda F. S. de Gomes (2006) em sua revisão da produção acadêmica em CI da UFMG, no nível de mestrado. A pesquisadora afirma, em seus apontamentos conclusivos, que os problemas identificados em seu levantamento refletem os próprios problemas da área. O primeiro deles, na visão da pesquisadora, está ligado à dificuldade de se “definir exatamente o que é ciência da informação” (GOMES, 2006, p. 332) – reflexo que podemos

11 Sobre o citado trabalho de A. M. Schrader, abordado e discutido por Hjørland (2000), trata-se de: SCHRADER, A. M. *Toward a theory of library and information science*. v. 1-2. Ann Arbor: University Microfilms International, 1983.

12 Outros levantamentos podem ser apontados, como as 39 definições apresentadas por Wellich em 1972 (apud Shera e Cleveland, 1977, p. 266), quando os autores encontram um baixo nível consensual sobre o termo, ao estudar a “evolução” do termo “ciência da informação”, indo da “economia das bibliotecas” – library economy – até o termo “informática”. Referência: WELLSCH, H. From information science to informatics: a terminological investigation. *Journal of Librarianship*, v. 4, n. 3, p. 157-187, jul. 1972.

13 O trabalho de Heilprin, na busca por definições do termo “ciência da informação”, que revelou, segundo Shera e Cleveland (1977, p. 265, uma “cadeia de definições”), é: HEILPRIN, Laurence B. Toward a definition of information science. In: LUHN, H. P. *Automation and scientific communication: proceedings of the 26th Annual Meeting of the American Documentation Institute*, Chicago, p. 6-11, oct.; Washington, American Documentation Institute, Short Papers, part 2, p. 239-241, 1963.

perceber na classificação apresentada pelo CNPq, já mencionada e mais adiante problematizada.

Como afirma Galvão (1993, p. 100) em seu estudo representacional dos termos¹⁴, há uma “ausência de delimitação conceitual clara entre os termos biblioteconomia, documentação e ciência da informação”. O termo biblioteconomia se refere, em sua imago, aos termos *biblion* (livro, e não códice vegetal, ou seja, registro de conhecimento) e *theke* (caixa), ou seja, reflete uma arte – nas palavras de Foskett (1980, p. 61) – voltada para a organização do conhecimento dentro de uma instituição específica, a biblioteca. Os traços semânticos do termo, nos narra Galvão (1993, p. 102), revelam, desta maneira, a presença de uma “instituição social” e de uma “prestação de serviços” ligadas à prática milenar de organização de artefatos culturais. Assim, a partir de seus levantamentos, Galvão (1993) nos aponta que o termo não refletia uma ciência, mas um conjunto de técnicas e normas para esta organização. Segundo Barbosa *et. al.* (2000, p. 88), na carta de justificação para alteração do nome da Escola de Biblioteconomia da UFMG para Escola de Ciência da Informação, o termo biblioteconomia dizia respeito “a uma imagem inadequada de seu objeto de estudo e de sua relação com o mercado de trabalho, não destacando o quão importante é um nome como símbolo de determinada instituição”.

O termo “documentação”, como visto em Shera (1980), veio substituir o termo “bibliografia” por tratar-se de uma técnica específica e simultaneamente mais profunda em sua estratégia que àquelas ligadas à Biblioteconomia¹⁵. No entanto, a controvérsia com a proximidade entre estes dois vocábulos era explícita – controvérsia que ganha o elemento crítico de outros termos, como “biblioteconomia especializada” e “recuperação da informação”. Segundo Shera (1980, p. 95), o termo “documentação” chegou a ser indicado apenas como a “Biblioteconomia praticada por aficionados” – ou seja, uma Biblioteconomia Especializada¹⁶. Na Europa, ob-

14 Somados aos termos trabalhados por Galvão (1993), encontramos muitos outros adotados para os estudos de organização do conhecimento. Dentre estes, encontramos o conceito de “informatika”, para os russos MIKHAILOV; CHERNYI; GILYAREVSKI, 1980, p. 73), ou seja, disciplina social voltada para o estudo da estrutura da informação científica. Os autores afirmarão que este estudo está ligado à classificação desta espécie de informação – ou seja, falam de classificação, prática corrente da Biblioteconomia, mas definem um novo termo para suas investigações.

15 Pinheiro (2002, p. 75) aponta que o aparecimento das novas tecnologias, “sobretudo o microfilme”, contribuirão para o nascimento da Documentação e CI. O microfilme, segundo a epistemóloga, ganhou “status” e tomou o corpo de discussão da possível substituição do livro.

16 Briet (1951, p. 9, apud ORTEGA, 2007), levanta outros termos possíveis para distinção daqueles tradicionais para os estudos da organização do conhecimento, como Biblioteconomia, Ciência das Bibliotecas e Bibliografia. Entre os termos estão *documentaliste*, *centre de documentation* e *documentographie*. Esta citação foi recuperada por Ortega (2007) em: BRIET, S. (1951).

servam Shera e Cleveland (1977, p. 250), era utilizado para designar técnicas não convencionais de arquivos e bibliotecas – ou seja, uma especialização de cunho tecnológico. Nos Estados Unidos, o termo praticamente designava a tecnologia de miniaturização fotográfica de documentos, a microfilmagem (SHERA; CLEVELAND, 1977, p. 252)¹⁷. Nos levantamentos de Shera e Cleveland (1977, p. 251) acerca do termo, encontra-se baixa especificidade, um conceito vago e cientificamente insatisfatório. Esse caráter pode ter sua origem na sobreposição de nomes para atividades com focos bastante próximos – quando não semelhantes, apenas diferentes em termos de grau, e não de significado. Como pode-se observar em Goffman (1975, p. 4), a tarefa que visava controlar a “explosão informacional” e dinamizar a comunicação científica no pós-guerra, que primeiro foi chamada de documentação, era agora cientificamente denominada “recuperação da informação”¹⁸.

O termo documentação tem sua imagem no latim *documentum*, que deriva, por sua vez, de *docere*, ou seja, ensinar. Trata-se de um termo ligado ao ensino e a transmissão de conhecimentos, não ligado a um espaço físico – a um centro de documentação, por exemplo. Seu aparecimento está vinculado à “necessidade de obtenção de informações científicas e técnicas urgentes” (GALVÃO, 1993, p. 103). A partir dos contextos de adoção e legitimação do termo, instituições de pesquisa ligadas a Biblioteconomia Especializada – especialização vinculada à subárea “Bibliografia” – “começam a alterar seus nomes, substituindo-os por Documentação ou adicionando a eles o referido termo”¹⁹. Assim, o Instituto Internacional de Bi-

Qu'est-ce que la documentation? Paris: Édit – Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951. 48 p.

17 Segundo Pinheiro (2002, p. 64), o termo Bibliografia, e não Biblioteconomia, foi substituído pelos Documentação, por sugestão de Paul Otlet e Henri La Fontaine, durante a X Conferência Internacional de Bibliografia de 1931. O motivo da alteração era que o termo “bibliografia” estava muito relacionado ao termo “livro”, não correspondendo, assim, à amplitude de documentos, como fotografia, filmes, microfilmes, rádio, cinema. Pinheiro (2002, p. 64) parte de Lasso de la Vega para traçar estes apontamentos – LASSO DE LA VEGA, J. *Manual de documentación*. Barcelona: Editorial Labor, 1969. No entanto, é relevante perceber que, apesar de estar preocupado com a representação do termo “livro”, da raiz “biblio”, Paul Otlet será um dos pioneiros da Bibliometria, em sua preocupação com a estatística dos livros (PINHEIRO, 2002, p. 70) – o termo “bibliometria” é até hoje utilizado, mesmo tendo a raiz *biblion* (livro), apesar também de sofrer alterações para atender a questões de representação, como “informetria” e “cientometria”.

18 Willian Goffman (1975, p. 5) aponta que o currículo de uma “ciência da informação” que nascia estava associado ora aos departamentos de Biblioteconomia – Library Science –, ora àqueles de Ciência da Computação, o que em muitos casos desvelava uma competição pelos direitos à nomenclatura.

19 Cristina D. Ortega define, em 2007, como restrita a relação entre Biblioteconomia e Ciência da Informação, aproximando-se, por exemplo, da narrativa de Robredo (2003). Para a pesquisadora, a Documentação, para além da Biblioteconomia, mantém uma maior “amplitude” por

bibliografia passa, em 1931, a se chamar Instituto Internacional de Documentação – alterado, ainda, em 1983, para Federação Internacional de Documentação. O termo, deste modo, passa a designar uma nova disciplina científica, preocupada em tratar os documentos, independentemente destes estarem sediados na biblioteca ou em qualquer outra instituição. (GALVÃO, 1993, p. 103)

É preciso, para compreender a Documentação – para muitos, a raiz da CI –, compreender a Bibliografia. A Bibliografia, no início do século XX, “deixou de designar apenas uma lista de livros para ser encarada como ciência” por bibliotecários britânicos. Tais ingleses “não fizeram mais do que restaurar uma tradição que remonta à célebre Biblioteca de Alexandria, cujos diretores foram notáveis eruditos” (FONSECA, 1979, p. 30). A especialização promovida pela Bibliografia dentro da Biblioteconomia, voltada para a localização, descrição e transmissão – ou para o recenseamento do mundo dos livros em sua totalidade, a referenciação/representação do mundo –, ganhará, com os estudos estatísticos, um novo escopo e missão: a bibliometria, ou bibliografia estatística, especializada inicialmente na construção de índices de citação (FONSECA, 1979, p. 29-32). É a especialização da Bibliografia, positivista por princípios e práticas, a uma das mais profundas bases da Documentação de Paul Otlet.²⁰

aglutinar informações do tipo bibliográfica, arquivística ou museológica – a Biblioteconomia ficaria como uma gestão de acervos de bibliotecas e a Documentação como a representação do conteúdo de documentos para a recuperação. Percebemos que é exatamente por essa relação que identificamos, em nossa historiografia, ao contrário de Ortega (2007), a Documentação como uma especialização da Biblioteconomia, para alguém desta. Enquanto esta realizava a representação das três espécies de informações citadas, entre outras, como a informação de cunho imediato, fundada na oralidade, a Documentação se disciplinou, positivista, na representação da informação, a quem da gestão generalista dos acervos que foram sendo acumulados do Novo Mundo após a Idade Média. Ferreira Jr. (2006, p. 15), recorrendo a Rayward, lembra que o objetivo de Otlet era, sim, construir uma biblioteca universal, no entanto, uma biblioteca universal centralizada. O citado trabalho de Rayward é: RAYWARD, W. B. H. G. Wells's idea of a world brain: a critical reassessment. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 50, n. 7, p. 557, May 1999. É fundamental sublinhar permanentemente que a Ciência da Informação ocorre, em grande parte dos exemplos, como o termo “ciência da informação” adotado por instituições de Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação, não como a construção de uma instituição paralela a estas. As palavras de Mostafa (1986, p. 174), acreditamos, contribui para clarificar nosso posicionamento. Segundo a pesquisadora, o “nome adotado pela biblioteconomia – Ciência da Informação –” nos mostra que a informação em questão é a “informação científica (predominantemente)”. O meta-estudo da informação científica, intensificado, levará até a institucionalização do termo “ciência da informação”, posterior ao termo “documentação”, mas sem ampliação do potencial epistemológico da noção, principalmente do conceito de Bibliologia.

20 Como nos apresenta Ortega (2007), Otlet utiliza inicialmente o termo “ciências bibliográficas”, posteriormente ladeado ao termo “documentação”. Ao procurar “designar a atividade es-

É interessante notar que, entre o humanismo e o positivismo (dicotomia muito bem dissimulada, como se, de fato, fossem correntes distantes e não bebessem na mesma taça de vinho), a Bibliografia procurava conhecer e controlar o livro do mundo, partindo das bases da Biblioteconomia filológica para tecer as balizas da Documentação. A Bibliografia tem por missão, em primeiro lugar, “a correta identificação de textos e seu estudo comparativo, para determinação do arquétipo e suas variantes” (FONSECA, 1979, p. 35) – variante filológica –; em segundo lugar, é também sua missão “as análises bibliométricas cujo objetivo é a comprovação ou retificação da história das ideias” (1979, p. 35) – variante documentalista. É também importante ressaltar, no entanto, que a Bibliometria, especialização da Bibliografia, esta, especialização da Biblioteconomia, também deve prezar pelo “relacionamento entre os documentos citados e documentos citantes” – vertente filológica –, bem como do “recenseamento ideográfico de bibliografias nacionais” – vertente documentalista. (FONSECA, 1979, p. 35)

Em 1962, “na conferência sobre a formação de especialistas em Ciência da Informação, realizada no *Georgia Institute of Technology*”, nos narra Shera (1980, p. 96), “os delegados reunidos decidiram que deviam evitar os termos “documentação” e “documentalista”. Como afirma Pinheiro (2002, p. 64), na “fase de germinação” da CI, “ainda não era mencionada, especificamente, a palavra informação, e sim Bibliografia e Documentação”. O termo “documentalista” em breve representará um profissional com a chamada baixa visibilidade social – o documentalista tratava a “informação como uma verdadeira massa disforme, fora de contexto” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1999 apud LOUREIRO; JANNUZZI, 2005, p. 134).

Iniciava-se a repressão ao termo “documentação” em razão de outro para representar a organização da informação, o termo “ciência da informação” – processo continuado de busca política por uma linguagem ideal. O termo “informação”, no contexto pós-guerra, “soava bem”, era discurso comum nos círculos de desenvolvimento bélico-tecnológico (SHERA, 1980, p. 97). Como lembra Pinheiro (2002, p. 65), na década de 1950 aparecerá, em eventos técnico-científicos, o termo “informação científica”, antecipando o que, para autora, será uma “nova área”. “Desde logo, se começou a empregar a expressão ‘ciência da informação’ para designar a Biblioteconomia do tipo não tradicional” (SHERA, 1980, p. 97) – ou seja, a Biblioteconomia especializada em “informação científica” e tecnologia eletrônica para armazenar e

pecífica de coletar, processar, buscar e disseminar documentos”, usou o termo “documentação”, em 1905. No “Tratado de Documentação”, de 1934, Paul Otlet buscará um “aprimoramento das atividades de Bibliografia”. Com o avanço de construção das tecnologias sobre os estudos da informação, o termo “informática documentária” passa a representar as aplicações da informática na documentação. (ORTEGA, 2007)

dar acesso a esta informação. Em 1958, foi fundado o *Institute of Information Scientists* (IIS), no Reino Unido. Nesse âmbito, “alguns atores descrevem a origem da nova disciplina a partir das bibliotecas especializadas (em indústrias e organizações)”, principalmente na ênfase à noção de documento. (OLIVEIRA, 2005, p. 14)

Na indústria moderna houve uma crescente demanda de informação para maior desempenho das organizações. Então, alguns cientistas qualificados se deslocaram para a área de pesquisa e desenvolvimento ou de produção com o intuito de estabelecer um serviço de informação ativo para seus colegas. Eles se consideravam como cientistas da informação, já que eram cientistas que pesquisavam para cientistas. (OLIVEIRA, 2005, p. 14)

Podemos perceber que o que a pós-modernidade chama de “cientistas qualificados” ou “cientistas que pesquisavam para cientistas” era o que alguns séculos atrás podíamos chamar de bibliotecários eruditos, de cunho retórico-filológico, com suas exegeses. Estes, certamente, mais “qualificados” – compreendendo qualificação como potencial de compreender, sintetizar e comunicar – que os “cientistas” do pós-guerra, uma vez que não se concentravam na informação para pesquisa e desenvolvimento – P & D –, mas procuravam um conhecimento dialógico amplo do mundo, em que tudo se relacionava, do discurso literário ao discurso político até o discurso científico – isto que hoje é chamado interdisciplinaridade.

É interessante perceber que neste momento – meados do século XX –, quando a “Ciência” passa a ser criticada pela especialização e pelo cientificismo, o neologismo preferido pelos “novos” estudiosos da informação era composto pelo velho, revisado e criticado termo “ciência” – que, segundo os defensores da nova nomenclatura, representava melhor o complexo de estudos da informação. Como nos lembra Cardoso (1996, p. 65-66), o termo “ciência” era utilizado para designar o “saber racional”, o “científico” como o “legitimado”. No entanto, “a promessa da racionalidade e progresso na acepção da Ciência que parecia em fins do século XIX estender-se para toda a humanidade, não se cumpriu”. Em outro olhar, a “Ciência” não pôde evitar, com sua racionalidade, “ser o século XX a era de maior violência e mortandade desde sempre, seja em números absolutos ou relativos”. É no âmbito dessa “crise” do conceito especializado e anti-interdisciplinar de “ciência”, que os “novos” estudiosos da informação virão acreditar que o termo “ciência da informação” representaria com mais acuidade suas teorias e suas atividades do que termos como “biblioteconomia”, “bibliografia” e “documentação”.

No vértice do termo “ciência da informação”, Galvão (1993, p. 103) indica que este apresenta uma série de problemas. Em diálogos com outros pesquisadores, a autora identifica o espectro vasto de noções que o termo “informação”, associado ao termo “ciência”, pode gerar. Em geral, a recente fundamentação de sua imago

identifica o termo como uma ciência que tem por característica principal e especificadora a interdisciplinaridade. No entanto, como argumenta Galvão (1993, p. 106), esse “específico” da CI, sua principal justificação – que salta já para uma demarcação, pois o “inter” já quer refletir sobre as fronteiras da área, e não seus becos e travessas – termina por confundir e obscurecer o que, em verdade, quer dizer “ciência da informação” – ou seja, sob a imagem da interdisciplinaridade poderíamos escrever, como Magritte, “isto não é ciência da informação”.

Se é interdisciplinar – o que alguns olhares na história podem nos revelar o contrário –, vários autores, de diferentes áreas, procurarão defini-la, o que produzirá, ao longo dos últimos quarenta anos, uma soma considerável de significados, como os 700 levantados por A. M. Schrader em *Toward a theory of library and information science* (apud HJØRLAND, 2000). Observemos que o levantamento de Schrader data de 1983. Imaginamos que hoje, 25 anos depois, podemos facilmente recuperar mais de 1000 significados para a expressão “ciência da informação”. É certo que os conceitos de qualquer área de pesquisa, como de qualquer termo, desvelam uma imensa gama de significados e classificações. No entanto, é oportuno notar a velocidade com que as definições para “ciência da informação” se multiplicam e se dispersam. Como afirma Galvão (1993, p. 111),

os conceitos do termo ciência da informação [...] encontram-se sempre relacionados a outras áreas (ciências ou disciplinas), ou seja, ressaltam a interdisciplinaridade e não a especificidade do termo, mais confundindo que explicando seu conteúdo semântico.

Procurando readequar a classificação de sua tabela do conhecimento, o CNPq tem uma proposta de alteração de suas grandes áreas, áreas, subáreas e especialidades que passa pelos estudos informacionais – a proposta parte de setembro de 2005. Na proposta para nova versão das Tabelas das Áreas do Conhecimento, a grande área Ciências Sociais Aplicáveis seria alterada para Ciências Socialmente Aplicáveis. Vinte e uma novas áreas fazem parte da sugestão de alteração. Dentre estas, Biblioteconomia e Arquivologia se “emancipariam” como áreas, deixando de ser subáreas da Ciência da Informação.

A área 9, Ciência da Informação, com a alteração, abarcaria as subáreas Fundamentos da Ciência da Informação, Gestão da Informação, Tecnologias da Informação, Informação Especializada. A nova área, número 10, Biblioteconomia, incorporaria as subáreas Fundamentos da Biblioteconomia, Gestão de Sistemas, Unidades e Recursos de Informação, Técnicas de Tratamento Documental, Documentação Especializada. A nova área 11, Arquivologia, conteria as subáreas Funda-

mentos da Arquivologia, Gestão Arquivística, Técnicas Arquivísticas, Arquivologia Especializada.

É interessante observar, ainda que superficialmente, como áreas como Ciência da Informação e Biblioteconomia, na verdade, mais do que convergirem, tratam do mesmo processo, tanto histórica quanto, cotidianamente, no universo científico contemporâneo. O que em Ciência da Informação, na possível nova classificação do CNPq, se apresenta como a subárea Informação Especializada, pode ser representado como aquilo que, na área Biblioteconomia, se apresenta como subárea Documentação Especializada. A subárea Gestão da Informação, dentro da área Ciência da Informação, pode ser correlacionada com a subárea Gestão de Sistemas, Unidades e Recursos de Informação e um símbolo de = pode ser colocado entre as duas subáreas em inúmeros escopos de investigação. Lembramo-nos que os fundamentos da Ciência da Informação passam, necessariamente, pela Biblioteconomia, pela Bibliografia e pela Documentação. Estas duas últimas áreas, dispersas em meio a nova classificação.

Outras questões chamam atenção: considerável parte das especialidades relacionadas aos estudos informacionais – como Arquitetura da Informação, Automação de Bibliotecas, Bibliotecas Digitais, Cientometria, Comunicação Científica, Gestão do Conhecimento, da Ciência e da Tecnologia nas Organizações, História da Tecnologia, Informação Científica, Informação Industrial, Informação Tecnológica, Informática e Conhecimento, Interfaces Digitais, Interfaces Humano-Computador, Linguagens de Programação, Métodos quantitativos/Bibliometria, Processos de Disseminação da Informação, Recuperação da Informação, Redes Eletrônicas de Informação, Sistemas de Informação, Técnicas de Recuperação da Informação, Webmetria – são fruto da CI, ou seja, uma nova área com grande identificação na “construção” de especializações.

Havia uma proposta inacabada da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB)²¹ –, que tentava esclarecer tal classificação. Nesta proposta, os termos “biblioteconomia” e “documentação”, bem como “arquivologia”, não aparecem mais na classificação da área Ciência da Informação, seja indicando subárea ou especialidade. Sobre as subáreas Biblioteconomia e Arquivologia, a proposta revisada justifica-se, explicando a ausência destas devido ao seguinte ponto:

parte importante da pesquisa e pós-graduação nas áreas da Arquivologia e da Biblioteconomia é elaborada no contexto de programas de

21 As informações apresentadas foram obtidas no site da ANCIB (<http://www.ancib.org.br/>) em maio de 2007.

pós-graduação em Ciência da Informação. A Arquivologia e a Biblioteconomia são campos do conhecimento historicamente imbricados nas Ciências da Informação, de modo que sua separação não contempla a tradição e nem as perspectivas de diferenciação, que justifiquem sua separação;

Atualmente, todos os Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação estão instalados junto a Cursos de Graduação em Biblioteconomia e Arquivologia de todo o país, configurando a Ciência da Informação como área que integra esses diferentes saberes. As unidades universitárias e, na maior parte das vezes, os próprios cursos de graduação, mudaram nas últimas décadas a sua denominação de Biblioteconomia para Ciência da Informação. Outro fato que atesta o abarcamento, pelo campo denominado Ciência da Informação, desse modo conjunto de cursos é a mudança do nome da associação que congrega os cursos de graduação em Biblioteconomia e Arquivologia para Associação Brasileira de Ensino em Ciência da Informação (ABECIN);

“A separação destes campos, na tabela, não corresponderia, portanto, nem à tradição da área nem à realidade hoje constituída”. É destacável a presença, na proposta da ANCIB, da subárea Preservação, Conservação e Restauro de Acervos. A ANCIB sugere ainda a alteração do termo-área “ciência da informação” pelo termo “ciências da informação” e prefere não adotar o termo-grande-área “ciências socialmente aplicáveis”, mantendo o “ciências aplicadas”.

Usando a imagem das primeiras linhas do romance de Gabriel García Márquez (1974, p. 7), “Cem Anos de Solidão”, em que o romancista nos conta que o “mundo era tão recente que muitas coisas careciam de nome e para mencioná-las se precisava apontar com o dedo”, verificamos que, em determinados momentos, no mundo contemporâneo, quase tudo pode ser apontando e dito: isso é “ciência da informação”. No entanto, acreditamos que não é apenas nosso “caráter recente”, como o mundo dos Buendía em Cem Anos de Solidão, ou nosso defendido “caráter interdisciplinar”, que resolve a questão conceitual da CI. É também a fragilidade de justificação da área, que se desdobra a cada década, desde a presença da Biblioteconomia no bojo de formulação e institucionalização das demais ciências sociais durante a virada do século XIX para o XX.

Assim, o termo “biblioteconomia” não justificava uma disciplina; instituições que atuavam com práticas biblioteconômicas alteram sua denominação para “documentação” para justificar mais que estas intervenções; no entanto, o termo “do-

cumentação” não conseguia justificar uma ciência, de modo que as instituições que o adotaram em lugar ou paralelo ao termo “biblioteconomia” agora substituem-no pelo termo “ciência da informação”. Retomando Galvão (1993, p. 110), essa confusão terminológica “compromete a compreensão e a especificidade das áreas a que se referem”. Isso demonstra que a reivindicação de Barbosa *et. al.* (2000, p. 88) pelo termo “ciência da informação” – pautada, dentre outros pontos mais abaixo discutidos, na necessidade de uma “imagem” ou um “símbolo” mais adequado para refletir o objeto de pesquisa dos estudos informacionais – apenas conferiu à instituição e sua pesquisa mais incompreensão que clarificação.

É esta indefinição – a escassez da identidade representacional tão procurada – que leva a reflexão de Galvão (1993, p. 108): “o termo ciência da informação apresenta traços semânticos de caráter investigativo, mas é questionável torná-lo equivalente à ciência devido à ausência de delimitação e clareza nas suas várias conceituações”. A movimentação acima indicada – da Biblioteconomia para a Biblioteconomia Especializada, desta para a Bibliografia, desta para a Documentação / Recuperação da informação, e desta para a Ciência da Informação – resume, guardadas as proporções, uma historicidade cumulativa relacionada a alteração / adoção de nomes para justificar a cientificidade dos estudos informacionais a partir de uma argumentação mais demarcatória que justificacionista – no discurso de Barbosa *et. al.* (2000, p. 84), esta linearidade é assumida e declarada, como na afirmação: “Historicamente, a biblioteconomia antecede a ciência da informação e sua predecessora, a documentação”.

Sabemos, porém, que, no que diz respeito aos conteúdos programáticos das instituições de pesquisa e ao desenvolvimento pontual e contextual destas, a questão é diferente: a questão dos usos – e dos desdobramentos de tais usos da expressão “ciência da informação” – se torna ainda mais complexa e dispersa. Em cada caso, as pesquisas em CI aparecem relacionadas em um corpo específico de disciplinas/ciências. Assim, os estudos informacionais podem aparecer, na hierarquia acadêmica, ladeados a um curso de Administração, ou a um curso de Comunicação Social, ou a um curso de Ciência da Computação, para citar alguns exemplos.

É destacável, no entanto, no contexto brasileiro, que a possível cumulatividade de transformação de nomenclaturas reflete um certo paralelo com o aparecimento do termo “ciência da informação” e de sua aplicação em um corpo de teorias e práticas nos centros de pesquisa, como atestado no citado fragmento da narrativa de Barbosa *et. al.* (2000). O caso especial do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) pode servir como modelo para esta observação, uma vez que ali está não apenas a “apresentação” do termo “ciência da informação” no Brasil, bem como o foco-mor de alterações que influenciará as demais escolas,

institutos e faculdades com os estudos informacionais. A instituição – IBICT – se chamava Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação até 1976, tendo criado o primeiro programa de pós-graduação *stricto sensu* de América Latina e Caribe no campo, no bojo das lutas terminológicas. Em 1956, fornecia um Curso de Especialização de Pesquisas Bibliográficas para a área das ciências médicas, transformado em Curso de Documentação Científica. Este, certamente, um dos campos de prática científica que influenciará a fundação do mestrado em Biblioteconomia e Documentação do IBICT – ali IBBD – em 1970. No caso do IBICT, este mestrado estará vinculado ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ECO/UFRJ. A alteração do *American Documentation Institute* está para o mundo, em termos de influência, como a alteração do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação está para o Brasil.

Em 1968 – ano da apresentação de uma das definições do termo “ciência da informação” mais epistemologicamente legitimadas, a definição de Borko, o ano-símbolo da emergência dos discursos pós-modernos – o *American Documentation Institute* altera seu nome para *American for Information Science* (ASIS). Como lembra Shera (1977, p. 258), durante vários anos procurou-se, no Instituto, um nome para substituir o termo “documentação”²². Do problema histórico de dificuldade de se definir “documentação” passa-se ao problema futuro de definição de “ciência da informação”. A influência teórica da mudança de nomenclatura está diretamente relacionada com a grande emancipação do conceito de informação – de fenômeno social incômodo até objeto científico –, bem como se fundamenta em uma filosofia pura da representação.

Essa ênfase teórica está ainda, revela Hjørland (2000), via Copenhague, onde os mesmos problemas terminológicos se apresentavam, voltada para o enfoque

22 A dança dos nomes vai além daqueles aqui repertoriados. Outras etiquetas para os estudos informacionais e suas especialidades foram cunhadas ao longo século XX. Loureiro e Jannuzzi (2005, p. 139) levantam, além dos termos mais comuns, como Bibliografia, Documentação, Biblioteconomia e Ciência da Informação, termos como Documática, Bibliologia e Informatika. Há ainda o termo “recuperação da informação”, segundo Marlene Oliveira (2005, p. 12), cunhado por Calvin Mooers, em 1951, na busca de descrever intelectualmente a informação, especificar intelectualmente tal procura e definir técnicas, sistemas e máquinas para responder à dita “explosão informacional”. O termo responde por um conjunto de manifestações em torno da preocupação de controlar esta chamada “explosão”, manifestações que têm tendências ligadas ao artigo *As we may think*, de Vannevar Bush, publicado em 1945. Bush, cientista do *Massachusetts Institute of Technology* e chefe do esforço científico norte-americano na Segunda Guerra Mundial, procurava no uso das tecnologias a solução para o problema da informação. Segundo Oliveira (2005, p. 13), a recuperação da informação permitiu o surgimento dos sistemas automatizados de informação.

particular da aplicação das modernas tecnologias – mais uma vez, a especialização dos estudos de organização do conhecimento no horizonte tecnológico. Além disso, a palavra “informação” começa a ser utilizada em relação específica à atividade científica interna, ou seja, à comunicação científica (PINHEIRO, 2002, p. 66). Desta forma, como acima problematizamos, o aparecimento da palavra “informação” dentro dos estudos de organização do conhecimento leva esta área a uma especialização de cunho tecnológico, como também de cunho meta-científico – ou seja, à disciplina dos estudos informacionais cabia investigar apenas uma comunidade, a científica. Nos dizeres de Pinheiro (2002, p. 72), a CI nasce sob a “égide” da Ciência e da Tecnologia.

Simultaneamente, no período em que a “Ciência” é colocada contra o muro pelos filósofos, sociólogos e antropólogos da ciência do pós-guerra, e no mesmo instante em que o Estado e a tecnologia vão discursivamente para o mesmo muro – uma vez verificados os estragos sociais do profundo desenvolvimento da epistemologia da Física Aplicada, na imagem da bomba atômica –, a CI nasce como uma especialidade tecno-científica, voltada para a produção de conhecimentos para a Ciência, para o Estado e para o Exército, não para a sociedade, influenciada pelo pensamento dos físicos.

O termo “informação”, que ganhou rápida legitimação pública no decorrer do século XX e veio sendo anexado a – ou substituindo – nomes de disciplinas como Biblioteconomia e Documentação, é o responsável pela justificativa desse enfoque – ou seja, a influência teórica está ligada a moderna noção de “informação” dentro das ciências naturais, ao conceito de CI de Borko (1968), ao contexto científico-tecnológico de uso da informação; há uma sociedade baseada na “tecnociência” e na “tecnocultura”, segundo o pensamento do teórico francês Marc Jimenez (1974, p. 52).

Assim, os focos dessas substituições de nomenclaturas – alterações que repercutirão em inúmeras escolas, institutos e faculdades voltadas para a organização do conhecimento pelo mundo²³ – atingirão de Copenhague – onde a *Royal School of Librarianship* substituiu seu nome, em 1997, para *Royal School of Library and*

23 Birger Hjørland (2000, p. 28) aponta como “notável exceção”, até a data de sua revisão, a escola de Tromsø, na Noruega, onde o nome Ciência da Documentação (*Documentation Science*) foi mantido. No caso brasileiro, Maria Yêda F. S. de Gomes (2006) indica que, ao longo da década de 1970, os cursos de mestrado em Biblioteconomia e Documentação foram implantados, em geral munidos de um corpo docente formado pelo pioneiro curso de mestrado em Ciência da Informação, na América Latina, instituído pelo IBBD, hoje IBICT. Foi este o veículo institucional e este o evento que introduziram no Brasil o termo “ciência da informação”. Após a década de 1970, os programas de pós-graduação que mantinham os termos “biblioteconomia” e “documentação” foram alterando suas nomenclaturas para “ciência da informação”.

Information Science – a Belo Horizonte, que também atravessará seu período de alterações ao longo da década de 1990²⁴. Como lembra Dias (2002, p. 94), “as escolas de biblioteconomia [...] pelo mundo afora vêm sendo renomeadas de escolas de ciência da informação ou, mais comumente, acrescentando ciência da informação ao nome antigo”²⁵. Observaremos um rápido processo de “internacionalização da corrente estadunidense representada pela expressão *information science*” (ORTEGA, 2007). Simultaneamente, em 2000, os pesquisadores Birger Hjørland e Ísis Paim – junto de outros pesquisadores da Escola de Ciência da Informação da UFMG –, comentam brevemente, no desfecho da década, em narrativas com diferentes intuítos, fragmentos dessa transformação.

Em Belo Horizonte observamos a alteração para o nome Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, antes Escola de Biblioteconomia, ocorrida em 2000, como também da alteração do nome do Curso de Pós-Graduação em Administração de Bibliotecas, em nível de mestrado, implantado em 1976 (GOMES, 2006), para mestrado em Ciência da Informação, modificações ocorridas em meados dos anos 1990. Muito mais do que estabelecer ou verificar a demanda de um novo paradigma, como o apontado por Paim (2000), estas mudanças se relacionam com uma outra experiência de justificação/demarcação da área ou das áreas de estudos informacionais dentro da sociedade científica, estruturada pela filosofia representacional. São reorientações a caminho de um outro vocabulário – acompanhadas também, nesse contexto, pela mudança do nome da própria revista do programa de pesquisa em Belo Horizonte, de “Revista de Biblioteconomia da UFMG” – fundada em 1972 – para “Perspectivas em Ciência da Informação”.

Essas negociações – isto é, políticas – entre as áreas da organização do conhecimento, como Biblioteconomia e Documentação e a própria CI, estão, acreditamos, entre os mais frutíferos campos contemporâneos de aplicação dos estudos do desenvolvimento científico, da sociologia e da antropologia da ciência, representadas nos trabalhos, por exemplo, de Bruno Latour, Laudan, Fleck, Knorr-Cetina, Mills e Thomas Kuhn. Este último ganhará mais evidência na paisagem social da episte-

24 Pinheiro (2005, p. 9) lembra, em sua classificação político-epistemológica da CI, que sua terceira fase, datada nos anos 1990, marca, dentre outras questões, a “consolidação da denominação” da área – na verdade, o desdobramento de alterações de nomenclaturas na busca por uma maior acuidade na representação do escopo dos estudos da informação.

25 Outro exemplo é demonstrado em Campinas. O programa de pós-graduação na área da informação foi criado na PUC-Campinas em 1977. Em 1982, teve seu nome alterado para Mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Em 2003, o programa passou a se chamar Curso de Mestrado em Ciência da Informação. Disponível em: <http://www.puc-campinas.edu.br/pos/curso.asp?id=2>. Acesso em: 22 maio 2007.

mologia da CI, uma vez que sua própria concepção do progresso científico em inúmeras instâncias se aproxima da filosofia representacional assumida pelos estudos da informação no contexto de sua alteração de nomenclaturas. Em Kuhn (1975), os paradigmas são modelos – conjuntos de crenças – que comandam a chamada ciência normal, estável.

Segundo Paim (2000) e Barbosa *et. al.* (2000), é a luz de um novo paradigma que atinge o programa de pesquisa em Belo Horizonte e começa a movimentar o estado de deliberação para a necessidade de um novo nome para representar as práticas da antiga Escola de Biblioteconomia. Barbosa *et. al.* (2000, p. 81) acrescentam a preocupação da escola em “ajustar-se ao novo contexto em que atua”, “adequar-se à nova realidade” (BARBOSA *et. al.*, 2000, p. 82) ou, em outras palavras, atingir uma linguagem ideal para representar a área conforme as representações da sociedade. O mesmo pode ser observado – ainda que superficialmente – no discurso de Hjørland (2000), em relação ao seu contexto de pesquisa. Percebe-se a manifestação de uma filosofia do “novo”, do que aparece como nova carta promissora para o pensamento e prática científica, assim como se dá o paradigma kuhniano – assim como se dá no discurso da pós-modernidade, marcada por uma filosofia cotidiana de nomeação e destruição de palavras. (JIMENEZ, 1994, p. 45)

Além disso, outra preocupação da justificação dentro do corpo científico de estudos informacionais da UFMG é analisar a “evolução do paradigma da biblioteconomia no contexto das novas tecnologias e dos mercados de trabalho” (BARBOSA, *et. al.*, 2000, p. 83), ou seja, uma preocupação com o contexto tecno-econômico – preocupação ligada ao contexto dos discursos pós-modernos e a citada tecno-ciência. Por isso, chamam atenção para a “explosão informacional”, que aqui, lembramos, apenas localizamos, em diálogo com a narrativa de Peter Burke (2003), como o grande crescimento documental resultante da urbanização do conhecimento e desdobramentos deste crescimento.

Se esta luz – um paradigma – é o que interfere diretamente e antevê a urgência de outro vocabulário, as transformações que se seguem da alteração devem ser cuidadosamente analisadas. Desta forma, importa-nos, junto de uma epistemologia histórica crítico-poética de Bachelard (1974) e uma epistemologia da imaginação, compreender as sensibilidades que justificam um novo vocabulário e rejeitam outro, para só então analisar as demarcações que essa alteração proporciona.

O termo “paradigma”, na formulação kuhniana, aparece com recorrência nos levantamentos da historiografia da CI. Exemplos são os trabalhos de Oliveira (2005) e Miksa (1992), sobre o qual a pesquisadora desenvolve sua narrativa²⁶.

26 MIKSA, Francis L. Library and Information Science: two paradigms. *In*: VAKKARI, P.; CRONIN,

Sob ele, aparece como coerente a afirmação de que Biblioteconomia e Ciência da Informação partem de “orientações paradigmáticas diferentes” (OLIVEIRA, 2005, p. 21), por isso, são disciplinas relacionadas – “inter-relacionadas” –, e não variações contextuais de um mesmo tema – “a CI não é uma evolução da Biblioteconomia”, afirma Oliveira (2005, p. 21). O paradigma da Biblioteconomia seria a biblioteca como instituição social, ou seja, a “propriedade institucional” e suas funções (OLIVEIRA, 2005, p. 22-23), como vimos na revisão de Galvão (1993). O paradigma da CI envolveria o “movimento da informação em um sistema de comunicação humana”. Seu surgimento está ligado ao contexto dos anos 1950, “quando as ideias da engenharia de comunicação e teorias cibernéticas obtiveram êxito na representação das propriedades do sistema de sinais em termos matemáticos”. Este êxito teria se tornado “a base das tentativas para caracterizar e modelar o processo de recuperação da informação”. (OLIVEIRA, 2005, p. 23)

O paradigma evidencia particularmente o fluxo de informação que ocorre em um sistema no qual objetos de representação do conhecimento (documentos) são buscados e recuperados em resposta à pergunta iniciada pelo usuário. (OLIVEIRA, 2005, p. 24)

É interessante notar que, se partirmos de um conceito de paradigma segundo Thomas Kuhn, veremos que, antes desses dois grandes modelos levantados por Oliveira (2005), há apenas um paradigma entre as possíveis áreas distintas: um paradigma da meta-representação, diríamos, ou de uma filosofia da representação, como temos repetido. Antes de se preocupar com uma instituição social, o pensamento em Biblioteconomia sempre se pautou pelo estudo da representação do conhecimento: das plaquetas de argila à Classificação Decimal de Dewey, dos microfilmes às ontologias. É uma razão gráfica, baseada na fixação, objetivação e conservação (AUROUX, 1998, p. 74), que alimenta a estrutura da Biblioteconomia, da Bibliografia, da Documentação e da CI. O grande êxito da engenharia da comunicação e das teorias cibernéticas, nos narra Oliveira (2005, p. 23), foi na representação – no contexto citado, a representação de sinais em termos matemáticos. Nas palavras de Oliveira (2005, p. 18), “é preciso esclarecer que na ótica da Ciência da Informação, o objeto informação é uma representação. Como é uma representação de conhecimento, que já é uma representação do real, ela se torna uma represen-

b. (ed.). *Conceptions of Library and Information Science. Proceedings of the international conference of the celebration of 20 th anniversary of the Department of Information Studies*, University of Tampere, Finland, p. 26-28, 1991. London; Los Angeles: Taylor Graham, 1992, p. 229-252.

tação da representação”. Assim como o nascimento das “ciências da linguagem é a passagem de um saber epilinguístico a um saber metalinguístico” (AUROUX, 1998, p. 77), os estudos de organização do conhecimento são frutos da passagem de uma epi-representação (movimento para a representação do conhecimento, como nas plaquetas de argila e nos livros) para uma meta-representação (como na fixação de classificações e expressões numéricas para agrupar plaquetas de argila e livros).

Desta forma, mesmo adotando Kuhn, há um ângulo que nos permite inferir que a Biblioteconomia e CI são apenas variações de um paradigma da representação, variações que, uma vez considerada sua historicidade, têm uma considerável – mas não necessariamente geométrica – relação de deslocamento, ou seja, a CI é um deslocamento oriundo da Biblioteconomia, uma movimentação dentro dos estudos da representação do conhecimento. Assim, não há nenhuma ruptura, nenhuma anulação de paradigmas, nenhuma nova ciência, como a “Estrutura das Revoluções Científicas” nos permite identificar. Há apenas diferentes instrumentos para “velhas” teorias e “velhos” métodos. Retomando a afirmação acima veiculada de Mostafa (1996a, p. 42), a “representação do conhecimento é o coração” da área dos estudos informacionais. CDD, CDU, tesouros, ontologias, palavras-chave, resumos, tudo isto é meta-representação.

Do mesmo modo que há a importação do termo “paradigma” para as ciências sociais, o termo “ciência da informação” passou a ser tomado de empréstimo por uma linha histórica de instituições de pesquisa voltadas para a organização do conhecimento – um “empréstimo permanente”, parece-nos de forma mais clara hoje, quarenta anos depois, quando os cartórios acadêmicos de pós-graduações parecem ter se apaziguado, quase não registrando áreas de pesquisa em pós-graduação denominadas com os termos “biblioteconomia” e “documentação”.

Paim (2000, p. 106) afirma que as conquistas sensivelmente imediatas ocorridas após a alteração do nome da escola, do mestrado e da revista do programa de pesquisa em CI da UFMG – conquistas como: maior número de candidatos interessados a ingressar no programa, maior número de candidatos de outras disciplinas circulando pelos corredores da escola, maior visibilidade e usabilidade da revista no contexto científico – são o resultado prático da adoção consensual de um paradigma nascituro. Em Barbosa *et. al.* (2000) também encontramos a mesma evidência sublinhada. Segundo os autores, “a mudança de nome do curso de mestrado provocou um aumento expressivo na demanda pelo programa. O número médio de candidatos, que nos quatro anos anteriores à mudança de nome era 18, passou para cerca de 70 nos últimos três anos” (BARBOSA *et. al.*, 2000, p. 86).

Trata-se de uma evidência tanto da escola – influenciada na promessa paradigmática internacional da nomenclatura “ciência da informação”, que abrange toda

área que responde pelos desafios da anunciada sociedade da informação – quanto dos diversos pesquisadores de outros campos e comunidades, também seduzidos por uma macro-carta de justificação, de ordem planetária, de respostas objetivas a sociedade por uma disciplina preocupada com a organização da informação, o fetiche da informação, da sociedade da informação. “A mudança do nome do programa de pós-graduação da Escola de Biblioteconomia da UFMG para a ciência da informação”, aprofundam os autores, bem como a “ênfase dada ao fenômeno informação”, mais que aumentar o número de candidatos, atraiu profissionais de outras áreas, transformando, também significativamente, o perfil dos pós-graduandos. (BARBOSA *et. al.*, 2000, p. 86)

O resultado da interdisciplinaridade verificada por Paim (2000), do encontro de novos pesquisadores para o compartilhamento de conhecimentos sociológicos, biológicos, físicos, linguísticos, geográficos etc. na CI em Belo Horizonte – enfim, para o tratamento de continentes e conteúdos por diferentes ângulos – claramente contribui para o desenvolvimento dos horizontes dos estudos informacionais – e parece ser a mesma evidência apontada pelo olhar de Hjørland (2000) para Copenhague, principalmente no que diz respeito às influências das teorias e terminologias da Tecnologia da Informação, a partir da aproximação de físicos e cientistas da computação para a área da organização do conhecimento após a alteração do nome da instituição de pesquisa.

No entanto, é, para uma epistemologia da imaginação e para o pragmatismo informacional, um ponto crítico extremamente agudo pensar porque, se as mesmas escolas, escolas que sempre sustentaram, de forma geral, a informação como objeto sob uma filosofia da representação – ainda que sob outros nomes, sob perspectivas diferentes, pois tratamos de tempos e contextos diferentes –, precisou assumir novas nomenclaturas e novas posturas de um certo paradigma para angariar novos pesquisadores, novas verbas e novas abordagens disciplinares em um escopo multidisciplinar, justificando-se assim a partir de demarcações interdisciplinares – o que, reafirmamos, a história das áreas de organização do conhecimento não corrobora.

Se refletirmos como Kuhn (1975), entendemos que a todo momento somos domados por métodos e teorias que nos prometem soluções para nossos desafios – e, na maioria das vezes, nos solucionam, em verdade. Se imaginarmos a vigência provável de um paradigma em torno de cinco anos – tempo mínimo, acreditamos, para a repercussão das novas propostas, a aceitação, o compartilhamento e a aplicação segura da teoria, bem como comprovação de suas promessas – poderíamos considerar que determinados pesquisadores passam anos e anos internados em um só modelo de conhecimento, alienados em um fazer científico que só analisa um ângulo

do objeto estudado. Assim, em suas reflexões, Barbosa *et. al.* (2000) e Paim (2000) afirmam que o novo paradigma faz com que a Biblioteconomia se reconheça como interdisciplinar, por isso deve se chamar “ciência da informação”. Assim, a Ciência da Informação aparece como uma nova ciência especializada em interdisciplinaridade – para redundarmos, uma disciplina disciplinada em interdisciplinaridade.

Reafirmando a epistemologia crítica de Bachelard (1974) – e, principalmente, uma epistemologia da imaginação –, é a crítica justificacionista e não o discurso demarcatório que poderá justificar uma alteração pela importação de um paradigma. Mas a chegada de um novo paradigma e sua adoção não reflete, pelo menos no paradigma kuhniano, que tem clara influência no discurso de Barbosa *et. al.* (2000) e Paim (2000) e no próprio discurso da CI²⁷ – um incremento de sensibilidade, uma vez que seu caráter de imposição e a liberdade de exploração além das fronteiras da teoria-modelo tende a sufocar a imaginação epistemológica. Neste aspecto, o olhar crítico de Goffman (1970) indica, na verdade, que a procura por novas nomenclaturas identifica apenas uma questão de respeitabilidade científica ou visibilidade, ou seja, uma questão institucional-representacional. Sob uma filosofia da ciência kuhniana, com base teórica representacional, assume-se uma teoria ou modelo consensualmente legitimado – no mundo se fala em “ciência da informação”, desta forma, não sairemos do lugar falando em “biblioteconomia” e/ou “documentação/bibliografia”.

As alterações se desenrolam, no discurso de Paim (2000), pela relevância atingida de um novo paradigma; no olhar de Hjørland (2000), pela influência do termo informação sobre as bibliotecas – bem como, podemos inferir em nossa leitura, a alteração de nomenclaturas de instituições de renome, como a citada *American Documentation Institute*, ainda nos anos 1960. Paim (2000) quantifica as consequências da alteração do nome pela entrada de alunos de disciplinas diferentes que não a Biblioteconomia, como ocorria estruturalmente até então. Desta maneira, o novo nome do curso de pós-graduação – de Administração de Bibliotecas para Ciência da Informação – “passa a refletir a abrangência e a complexidade implícitas na feição que se deseja imprimir ao novo mestrado, que passa a contar com maior número de candidatos oriundos de diversificadas áreas do conhecimento”.

O fenômeno social decorrente da alteração do nome, mais detalhadamente narrado por Paim (2000) que por Hjørland (2000), nos chama atenção para a apresentação e justificação do termo. Acompanhando a narrativa de Paim (2000), em

27 Ísis Paim (1996, p. 7), por exemplo, no número temático-teórico da revista *Perspectivas em Ciência da Informação* de 1996, acredita que os “conceitos kuhnianos revelam-se férteis na discussão a respeito da cientificidade da ciência da informação”, do mesmo modo que Oliveira (2005) também estrutura sua historiografia na filosofia da ciência de Kuhn.

um ângulo pode-se inferir: a relevância da mudança vem de fora para dentro, dos pesquisadores – ou clientes, na linguagem da pesquisadora (PAIM, 2000, p. 108) – que desconheciam ou não se interessavam pela área, ofuscada por nomenclaturas saturadas, por currículos que privilegiavam a biblioteca, e agora se interessaram pelo luzeiro de um novo nome, que trazia disciplinas próximas ao campo de conhecimento desse cliente, e não pela complexidade já inerente aos estudos de organização do conhecimento que nunca precisou ser impressa – complexidade que já era investigada pelo curso, então com outro nome, como Barbosa *et. al.* (2000) afirmavam e atestavam.

A meta-representação, independentemente da própria área de estudos informacionais, independente do termo “dado”, do termo “informação” ou do termo “conhecimento”, sempre foi um desafio para as sociedades, exatamente por isso sempre existiu um coletivo de teorias e meios voltado para a construção de tecnologias para controlar o imensurável informacional produzido pelas relações sociais, coletivo que criou do tablete de argila ao livro, do livro ao microfilme. Basta verificarmos a Documentação no imaginário de Otlet e a Biblioteconomia no imaginário de Shera e Ranganathan para compreendermos que tais nomes de disciplinas justificam, e com profundidade, a complexidade dos estudos informacionais. A Biblioteconomia erudita, do mesmo modo, e até de forma mais profunda, sensibiliza ainda mais esta correlação.

É pontual afirmar que, ao partir da noção de paradigma em Thomas Kuhn, e de uma orientação representacional da linguagem, o discurso de Paim (2000) se apresenta como pertinente e coerente. A estrutura de uma revolução científica, segundo o filósofo da ciência, se dá por rupturas abruptas, como substituição de nomes, abertura de fronteiras e “troca” de perfis de pesquisadores – são os saltos kuhnianos. A linha representacional da linguagem nos conta que uma palavra é seu significado, ou seja, é a essência do seu significado. Assim, sob Kuhn e sob a representação, a historiografia da CI é a-cumulativa: esta é uma nova e revolucionária ciência, com alguns traços de diferentes áreas.

Sabemos ainda que a alteração da nomenclatura veio, como afirma Paim (2000), acompanhada de sensíveis alterações curriculares, ou seja, o termo “ciência da informação” conseguia representar com mais acuidade o complexo de pesquisa em informação que os estudos informacionais em Belo Horizonte realizavam – o que ratifica a coerência justificacionista, partindo de um cunho representacional, no discurso de Paim (2000). No entanto, é com a mudança de nome que tais desdobramentos ganham a chamada “visibilidade”, ou seja, é a partir de um plano de representação, antes que um plano de comunicação da importância dos estudos informacionais na sociedade circunvizinha aos centros de pesquisa.

É importante apontar que, em comunhão com o baixo grau de discussão epistemológica da área, Paim (2000), Barbosa *et. al.* (2000), entre outros autores estrangeiros, não conceituam, filosófica ou epistemologicamente, o que vem a ser “visibilidade” – a não ser vinculando-a a uma filosofia da ciência kuhniana, em que a baixa visibilidade pode ser compreendida como a vigência atávica de um paradigma ultrapassado. Assim, para Paim (2000, p. 106), o contexto político-científico então vivenciado evidenciava “a necessidade de mudança do antigo nome do curso de pós-graduação, com vistas a incorporar a pretendida ampliação de seu escopo”.

Visto desta forma, a novidade de uma suposta nova sociedade – a era da informação (PAIM, 2000, p. 109) – faz nascer uma nova ciência – uma ciência pós-moderna (WERSIG, 1993); “uma nova configuração temática” (MOSTAFA, 1996b, p. 2), uma ciência pós-moderna que transcende todas as demais (ROBREDO, 2005, p. v) –, e atrai novos cientistas para uma nova empreitada, na cadeia de um simulacro do ineditismo – este vinculado ao “postismo” dos anos 1960, década inicial da discussão sobre o termo “ciência da informação”. Como afirma Brookes (1980a), para justificar a reivindicação de um novo nome, os teóricos da CI têm que mostrar que de alguma maneira significativa a “nova ciência” vai além da filosofia e da psicologia corrente, ou seja, precisa de uma justificação teórica interna, de uma “interdisciplinaridade” implícita de seus teóricos, não dos que virão. O que é discutido, tanto em Hjørland (2000) quanto em Paim (2000), apesar dos diferentes interesses – o primeiro não tem o objetivo de manifestar a necessidade da alteração, apenas de analisa-la – é que o termo “ciência da informação” é aquele que dá conta da multidisciplinaridade que é conjugada dentro dos edifícios de Biblioteconomia e Documentação, e que permitirá justificar a natureza da área de organização do conhecimento, uma certa natureza interdisciplinar. Como se um termo é que tivesse vida, e não seus intérpretes e usuários.

Imaginamos, como Brookes (1980a), que não há nada de novo no front. Observamos apenas, como no pragmatismo de Richard Rorty (1997), que o que há são diferenças de grau. O que a CI faz hoje, seus (nomes) “antecedentes” sempre fizeram, em circunstâncias e sociedades sensivelmente diferentes. A CI, como suas “antecedentes” no trato da organização e na transmissão do conhecimento, como Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, Bibliografia e Documentação, concentrou-se em um praticalismo – a aplicação de questões do senso comum, que pode ser verificado em Brookes (1980a) –, deixando de lado suas fundamentações teóricas. Sempre existiram períodos de grande produção de documentos em diferentes formatos – ou “explosão informacional”, como alguns autores preferem –, porém em graus bastante diferentes do que no século XX observamos. Sempre existiram tecnologias da informação, porém em graus diferentes das inovações do

vinte, como também formas de gerenciar a informação em diferentes graus ao longo da história. (AUROUX, 1998)

A necessidade de adotar um paradigma para atingir a multidisciplinaridade – e desta convergir para interdisciplinaridade – não é um privilégio da CI, nem de suas antecedentes, como a Biblioteconomia e a Documentação, nem do seu objeto²⁸. Há uma abertura ao longo do século XX de todas as áreas do conhecimento – com diferentes graus de flexibilização fronteiriça –, mas isso não fez com que diferentes disciplinas substituíssem seus nomes para ganharem maior visibilidade. A Física não se tornou a Ciência do Átomo – para imprimir novos conhecimentos ao seu objeto – quando o mundo científico apenas falava em epistemologia da Física e importava seu pensamento para os mais diferentes usos. A Biologia não se torna, agora, a Ciência do Gene, quando o mundo, científico e popular, se vê preocupado com seus possíveis avanços, ou com seus possíveis recuos. A interdisciplinaridade ocorrerá naturalmente – conforme, claro, o espírito aberto ao diálogo dos pesquisadores de cada departamento –, como ocorreu com filósofos e historiadores aproximando-se das teorias da Física, como o próprio Thomas Kuhn, adentrando seus edifícios para conhecer como os físicos atingiram sua forma de concepção do mundo, como ocorre hoje no caso da Biologia, como ocorreria naturalmente com a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Documentação, desde que essas ciências mantivessem programas fortes de mestrado e doutorado. Se Biologia e Física, diferentemente da Biblioteconomia e das demais ciências sociais, construíram, ao

28 Pensemos, por exemplo, na analogia ilustrativa do objeto aborto – que pode ser substituído por outros, como eutanásia, suicídio, imigração. Quando falamos em aborto, independentemente de onde falamos, de onde quer que parta esta opinião ou pesquisa – de um biólogo ou de uma instituição de proteção a mulheres violentadas –, estamos falando em ética – e/ou ética aplicada, que pode estar estruturada entre a Filologia (preservação dos saberes para ampliação da coerência nas decisões futuras) e da Retórica (sensibilização do discurso para o aprofundamento das bases da justificação). Assim podemos imaginar o discurso que trata da informação: estamos falando em compreensão aplicada. Desta forma, a aplicabilidade informacional é, acima de qualquer coisa, uma ética – um projeto em busca da coerência – das possibilidades humanas de se chegar à compreensão a partir da interpretação de informações. O aborto pode ser o objeto de um estudo sociológico, antropológico, psicológico, biológico, químico; mas é, antes de tudo, um estudo de como encaramos a ideia do aborto, qual é nosso imaginário em torno do abortar e do não abortar. A informação pode ser objeto de estudo da Administração, da Educação, da Computação, da Física, da Biologia. No entanto, para a área dos estudos informacionais, a informação tem por base os estudos em Biblioteconomia e, posteriormente, em Documentação, fundamentados em teorias e técnicas de meta-representação – e seus diferentes, e não novos significados, partem dessas linhas de investigação, ou prática, ou arte. Não é senão por esta razão que Galvão (1993, p. 111) lembra que a CI – que nasce, para muitos autores, da interdisciplinaridade –, “se perde no seu interior e busca nos termos documentação e biblioteconomia, muitas vezes, sua sustentação”.

longo de sua história, um corpo teórico e uma carta de justificação mais socialmente legitimada, é exatamente o ambiente do pós-guerra que confere à Biblioteconomia o espaço para esta exploração teórica e o consequente aprofundamento de sua justificação.

Não há nenhum problema em alterar o nome de uma escola, de um programa de pesquisa, de uma revista científica. Não há nenhum problema em adotar um paradigma a partir de uma filosofia representacional. Como não há nenhum problema com as palavras, com os termos como “ciência da informação”, “bibliografia”, “documentação”. Os problemas são sociais, logo, podem aparecer nas circunstâncias de justificação por nomes e escopos disciplinares. No entanto, compreender uma ciência, sua história, seu desenvolvimento, é compreender seus discursos e suas escolhas, sua paisagem social. Se pensamos a ciência a partir de revoluções paradigmáticas, como Kuhn, são-nos necessárias uma epistemologia do não, bachelardiana, e uma epistemologia da imaginação, provocativa, ainda mais agudas. A adoção de um paradigma e a anulação de outro prescreve um salto (FEITOSA; BARBOSA, 1997, p. 165), a ruptura, e a tomada de uma nova direção²⁹. Sendo assim, é-nos mais preocupante e merecedor de análises cada porquê da ruptura – e devemos entrar, junto de Bachelard (1974), com a filosofia do não e sua interrogação permanente: por que não?; por que só um paradigma?; por que todos devem se chamar “ciência da informação”?

Sem nos atermos agora ao uso do termo “paradigma” – outra arena que merece reflexão em qualquer área, principalmente nas ciências sociais – fixamos nossa caminhada epistemológica na justificativa representacional verificada na Escola de Biblioteconomia da UFMG, como em outras espalhadas pelo mundo. Barbosa *et. al.* (2000, p. 82) afirmarão que o termo ciência da informação “é o que melhor traduz a atual realidade da área e dos programas atuais da Escola, ao mesmo tempo em que abriga as perspectivas de desenvolvimento da Unidade”. Notamos que, se programas atuais da Escola estão alterados, logo, seu nome também tem outros

29 Este processo kuhniano de anulação/adoção de paradigmas não ocorreu plenamente, em verdade, na CI – a não ser em seu aspecto mais superficial, representativo, ou seja, o da mudança de nomes. Mas sabemos que nem neste caso a ocorrência paradigmática é plena, como exemplo apresentado acima por Hjørland (2000). Sabemos ainda que atualmente um dos principais periódicos de divulgação da epistemologia de uma Ciência da Informação – ou seja, um documento que traz boa parte das narrativas que explicam o que significa o termo “ciência da informação” e para onde ele aponta – é uma revista “de documentação”, *Journal of Documentation*, que abriga os trabalhos de teóricos como Birger Hjørland e Peter Ingwersen, amplamente analisados e difundidos. No caso brasileiro, outra evidência nos chama atenção: um dos principais manuais tanto de Ciência da Informação quanto de Biblioteconomia produzido em território nacional é o livro “Documentação de Hoje e de Amanhã”, de Jaime Robredo (2005).

significados. É isso que o pragmatismo wittgensteiniano nos permite refletir. Se o próprio programa já é outro, como a área, o termo “biblioteconomia”, usado para o caso de Belo Horizonte, já ganha outros significados na epistemologia que cuida de seus passos; como está sobre o plano de outra “visibilidade” – vai muito além de uma instituição social, como a biblioteca, e seus serviços.

A primeira, das quatro justificativas centrais de Barbosa *et. al.* (2000, p. 82) para alteração do nome³⁰, nos diz que “a biblioteconomia tem como objeto central de seu estudo a informação que, considerada em uma perspectiva ampla, inclui não apenas o livro e a biblioteca mas também outros tipos de materiais e unidades de informação”. Em uma linha de argumentação representacional, esta justificativa é perfeitamente coerente, mas se pensamos a partir do pragmatismo wittgensteiniano, temos aqui, inversamente, a afirmação de que o termo “biblioteconomia” é o ideal hoje para refletir um campo de estudos informacionais, uma vez que atualmente seu objeto de estudo é a informação, para além do conceito de livro e biblioteca. Do mesmo modo, quando os autores chamam atenção para o fato de que

outras escolas de menor porte, menos equipadas, com corpo docente ainda em processo de qualificação e até instaladas em cidades do interior, vêm acompanhando a tendência nacional e internacional, no que se refere à sua denominação, enquanto que a EB, tida como líder nacional na área de ciência da informação, tem permanecido em uma situação de retaguarda sob esse aspecto (BARBOSA *et. al.*, 2000, p. 83),

temos aqui mais uma afirmação de que, no plano da filosofia do pragmatismo, a Escola de Biblioteconomia da UFMG é uma das frentes que se permite perguntar: por que não? Por que adotar um novo nome, se o nosso não só justifica como vivencia – ou dá vivência, ou anima, como diria Wittgenstein (1979) – o conteúdo que este outro anuncia? Por que falar em “ciência da informação” se “biblioteconomia” pode significar a mesma esfera de conhecimentos, como agora praticamos tanto em teoria como em nossa práxis curricular?

30 As outras três justificativas são: “a maioria das escolas do mundo tem mudado de nome”, argumento pertinente com relação ao uso do conceito de paradigma de Thomas Kuhn, ou seja, os novos paradigmas sempre atendem de forma mais promissora as comunidades de pesquisa e devem ser impressos no lugar de outros; “a Escola de Biblioteconomia – EB/UFMG – além da graduação em biblioteconomia, oferece mestrado e doutorado em CI, tendo já alterado o nome de seus departamentos e de sua revista;” “as diretrizes curriculares da educação nacional, do Ministério da Educação – MEC – incluem biblioteconomia, arquivologia e museologia como disciplinas da área de ciência da informação”.

A resposta para o “não” da filosofia da ciência de Bachelard (1974) voltará ao campo da visibilidade, da representatividade e retomará a questão – também importante – de que a sociedade confere baixa significação – baixo grau de representação – ao termo “biblioteconomia” que, “intimamente relacionada com a questão da denominação da área, a profissão de bibliotecário é pouco valorizada do ponto de vista social e profissional, e isso afeta o nível de interesse por parte dos candidatos aos cursos universitários” (BARBOSA *et. al.*, 2000, p. 88). Mais diretamente, os autores afirmarão que “as oportunidades dos profissionais da área de biblioteconomia no mercado de trabalho são limitadas, em parte, pela visão da sociedade a seu respeito que, por sua vez, encontra-se associada à origem etimológica do termo”.

A via representacional, porém, atinge seu beco sem saída na mesma argumentação, o beco inviável de que nos fala Rorty (1997, 2000). Logo em seguida, para corroborar a afirmativa anterior, Barbosa (*et. al.*, 2000, p. 88), dizem:

No entanto, o termo bibliotecário tem, hoje, significado mais amplo e não mais se refere exclusivamente ao profissional que trabalha em edifícios que armazenam livros. Concretamente, a EB/UFGM tem formado bibliotecários capazes de atuar em contextos mais abrangentes do que a biblioteca. Entretanto as visões equivocadas e estereotipadas a respeito dos bibliotecários ainda persistem em segmentos dos ambientes educacional, organizacional e profissional.

Se assim é – se o bibliotecário formado pela Escola de Biblioteconomia da UFGM não atua apenas nestes “edifícios que armazenam livros” – não há nenhum problema com a visibilidade do nome. Se há um problema de reconhecimento social da área, trata-se de uma questão de visibilidade das práticas que podem ser imprimidas por este profissional em seu círculo de intervenção social. E uma mudança de nome não necessariamente irá colaborar para tal – pode dificultar ainda mais a baixa visibilidade até então verificada por este profissional, o que tem socialmente ocorrido, como demonstrado acima na identificação das definições. Mas, afirmam Barbosa *et. al.* (2000, p. 88-89)

uma das medidas que vêm sendo tomadas por unidades acadêmicas que atuam no campo da biblioteconomia/ciência da informação para superar concepções que não designam adequadamente seu espaço de atuação e buscar novas oportunidades de estudo e de formação de recursos humanos é a alteração de suas denominações.

Compreendendo a atividade científica como uma outra atividade social, podemos observar: não é a ciência que se faz complexa – para usar um termo bastante requerido no discurso da mudança de nomes, vinculado a palavra complexidade –, mas o pensamento complexo de seus cientistas que o pode fazê-lo – por isso a necessidade de trabalhos teóricos, de uma epistemologia própria, de uma viagem para o interior, e não para as fronteiras.

A “pós-modernidade”, evocada por alguns teóricos da CI como justificativa para a imagem que revela seu caráter de ciência diferente, ou nova ciência, ou ciência emergente, configura-se, dentre outras caracterizações, por uma busca desenfreada por identidade – nas palavras de Rolnik (1997, p. 21), uma “toxicomania generalizada” de identidades, um vício por encontrar uma representação fiel – a linguagem ideal – para seus fundamentos. Multiplicam-se, após a metade do século XX – quando, em geral, registra-se o nascimento da CI em paralelo com o nascimento do termo “ciência da informação” –, as reivindicações identitárias das chamadas minorias (ROLNIK, 1997, p. 23). São as minorias étnicas, religiosas, raciais, como também as minorias científicas, as ciências sociais, as ciências imaturas, no vocabulário kuhniano³¹. Como nos lembra Ortega (2007):

Dado o provável uso inicial da expressão ‘informação e documentação’, por Otlet, em 1905, supomos que desde então várias expressões compostas foram e são utilizadas pela área, levando a dificuldades de construção identitária, como: bibliografia e documentação, informação e documentação, biblioteconomia e documentação, ciência da informação e documentação, biblioteconomia e ciência da informação.

31 É importante observar que a CI, a Documentação e a Biblioteconomia, sempre tiveram baixa representatividade dentro dos campi acadêmicos – baixo número de pesquisas teóricas, baixo número de pesquisadores-docentes e baixo número de pesquisadores-discentes em comparação a outras áreas de pesquisa. Registra-se, nesse complexo de fatos, uma das sensibilidades que nos permitem problematizar a influência de uma teoria representacional em quase toda a esfera social do estatuto dos estudos da informação: uma teoria da representação para a epistemologia, outra para as práticas, outra para a política de definição de suas áreas, subáreas e, por conseguinte, suas instituições – teorias que ilustram sua ânsia por uma identificação. O paradoxo da linha representacional, como aparece na crítica de Richard Rorty (1997, 2000), atinge aqui um de seus becos sem saída: como os estudos informacionais não têm uma identidade constituída, eles têm no conceito de pós-modernidade o achado do século – somos uma ciência nova, uma ciência que não precisa de identidade, o que é o mesmo que afirmar: somos uma ciência nômade, que troca de identidade permanentemente.

É necessário neste aspecto, como nos convoca a filosofia crítica goffmaniana (GOFFMAN, 1970), estar permanentemente revendo as fundações dos estudos informacionais – e, como palavras aplicadas “movem mundos”, ou trazem verbas e pesquisadores, ampliam materiais e departamentos e podem fazer mais estragos que um projétil, precisamos rever o cotidiano de uso da atividade teórico-política que agora chamamos, tanto consensualmente quanto impositivamente, de “ciência da informação”. Partindo da crítica goffmaniana e observando o paradigma em Thomas Kuhn como fonte de argumentação dentro dos estudos informacionais, podemos dizer: Documentação e Biblioteconomia – sejam elas artes, técnicas, disciplinas ou ciências – estão mortas ou a caminho do desaparecimento. Ambas são paradigmas anulados por um outro paradigma, chamado ciência da informação. Sabemos que, no solo das práticas informacionais, isto não ocorreu. Os exemplos são inúmeros, como citado em nota nas páginas antecedentes.

O problema apontado por alguns autores, como aqueles apresentados por Galvão (1993), acerca do termo Biblioteconomia, era que este dizia respeito a uma caixa, ou seja, metaforizando, uma ciência entre quatro paredes – ou, dito de outra forma, uma ciência ligada apenas a uma instituição e seus limites práticos – percebemos que, uma vez encarada a cena política pela via teórica representacional, é a Biblioteconomia que aparece como uma ciência especializada ao extremo. Mais tarde, o problema apontado por outros pesquisadores acerca da expressão “ciência da informação” é exatamente o inverso: a expressão não apresentava delimitações rígidas – não estava “presa” entre as quatro paredes de uma instituição social, mas também não possuía limite algum, fronteira alguma – no olhar de alguns autores, a expressão “ciência da informação” indicaria exatamente uma disciplina das fronteiras – pela via representacional de argumentação, o termo “ciência da informação” pouco representar, por muito designar.

Argumentando a partir da epistemologia de Bachelard (1974) – buscando o perfil epistemológico de tais termos – e da filosofia pragmática de Wittgenstein (1979) – investigando significados a partir de usos que são feitos dos termos –, as duas questões acima apresentadas não aparecem como “problemas”. A discussão apresentada por muitos pesquisadores dentro dos estudos informacionais – principalmente na intensa idade discursiva de justificação para alteração dos nomes de instituições de ensino/pesquisa em Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação pelo mundo, principalmente nos anos 1990 – é apenas uma deliberação em torno da representação que os termos propõem em sua essência. Entretanto, trazendo para o jogo social de interpretação e vivência dos termos, pouca relevância tem o que “biblioteconomia” ou “ciência da informação” representam em suas raízes etimológicas, pouca relevância há naquilo que refletem – a relevância representa-

cional deve ser utilizada para corroborar uma essência historicamente mantida em estado perfeito, inalterável, o que, pensando a ciência como uma construção social, como Latour, Bourdieu, Fleck, torna-se incoerente conceber.

A relevância, tomada em um ponto de vista pragmático, revelará que pouco importa a epistemologia se “biblioteconomia” denota uma instituição e “ciência da informação” a ausência de qualquer sustentáculo institucional – importa a coerência teórica pela qual os discursos e as práticas justificam o uso destes termos. Desta forma, uma ciência ou disciplina que organiza o conhecimento pode se chamar “biblioteconomia”, “documentação”, “ciência da informação”, ou “informática”, como propuseram os russos.

O olhar wittgensteiniano nos leva a perceber que, tanto ao conceituar a redução do termo “biblioteconomia” quanto ao legitimar a elasticidade do termo “ciência da informação”, os pesquisadores dos estudos informacionais tenderam a pensar as fronteiras e não o núcleo de suas práticas e teorias. Preocupavam-se em argumentar que os limites do termo “biblioteconomia” eram bastante estreitos, como Barbosa *et. al.* (2000) e todo o conjunto de autores revisados por Galvão (1993); para, em um momento posterior, discutir criticamente o quanto era conflituosa a inexistência de limites para o termo “ciência da informação”, como Goffman (1970). Esta inexistência de fronteiras conferia ambiguidade, fragilidade e redundância conceitual à ciência ou à disciplina ou à arte que cuidava da organização do conhecimento, da classificação de termos das demais ciências e/ou disciplinas, que se afirmava interdisciplinar para levar às demais disciplinas este conhecimento sistemático acerca da organização das categorias dos saberes, enquanto que de suas categorias ela não conseguia dar conta.

Atingimos a reflexão – e a angústia – de Galvão (1993, p. 111):

a inconsistência com que os termos [biblioteconomia, documentação, ciência da informação] são utilizados revela que a história de cada área se constituiu muito mais por uma necessidade imediata do fazer, não imprimindo aos termos caracterizações com precisão crescente.

Mais especificamente,

Este fato fica evidente em relação ao termo biblioteconomia que mantém traços da etimologia da palavra sem refletir o desenvolvimento da área e uma paralela evolução do conceito. Do mesmo modo, ciência da informação que surge como uma área interdisciplinar não consegue, no seu desenvolvimento, uma determinação de limites. Nasce na in-

terdisciplinaridade, se perde no seu interior e busca nos termos documentação e biblioteconomia, muitas vezes, sua sustentação. (GALVÃO, 1993, p. 111)

Assim, justificando a baixa formulação teórica na Biblioteconomia³² e, em seguida, criticando a alta dispersão da pós-moderna Ciência da Informação, formulada pós-1960 no contexto do “postismo” (JIMENEZ, 1994), o pensamento epistemológico informacional, em determinados momentos, preocupou-se apenas com o olhar para fora, com o que a representação dos termos indicava – para usar algumas palavras adotadas nessa discussão, a argumentação estava na “visibilidade” dos termos, ou seja, sua representatividade, antes de figurar na comunicabilidade e na socialidade que deveria ser atingida por tais vocábulos.

A Ciência da Informação seria aquela disciplina – “grande” – que apresentaria teorias para a Biblioteconomia, esta que privilegiava o método experimental e observacional, o empirismo das ciências fáticas (MOSTAFA, 1983, p. 227). Mas é exatamente assim que a CI é “constituída” (se tomada a linha frágil dos mitos sessentistas de origem): com baixa argumentação teórica, baixa justificação epistemológica, grande uso do empirismo das ciências fáticas, estruturando-se em um praticismo imediatista. Basta revisitarmos a justificativa – capítulo 4 – de nossa viagem, para retomar esta problematização. O praticismo parece ter dominado a maior parte dos estudos informacionais no período de institucionalização do termo “ciência da informação”, tanto que Zunde e Gehl (1972) tratarão a área como uma ciência essencialmente empírica.

É interessante que não aparecem entre as justificativas pontos que se referem a uma tentativa político-institucional de valorização dos termos na sociedade. Se o problema era o termo, cabia um estudo de usos epistêmicos e sociais do mesmo. Não é citada uma possível frente de campanha para mostrar à sociedade o que significa “biblioteconomia” ou “documentação”. É possível passar a vida sem saber o que é fonologia, filologia, semiologia gráfica, toponímia, e isso não inviabiliza os estudos científicos em epistemologia, fonologia, filologia, musicologia, semiologia gráfica, toponímia. Se caminarmos por becos e travessas além das fronteiras dos edifícios acadêmicos indagando aos transeuntes o que é um fonólogo, o que faz um filólogo, o que representa o termo musicólogo, o que vem a ser um epistemólogo, as respostas serão as mais variadas possíveis.

32 Criticamente, em 1983, Mostafa exclamará: “Por incrível que pareça, a pergunta o que é a Biblioteconomia está valendo tese de doutorado, porque ainda não foi suficientemente bem respondida”. Do mesmo modo, podemos imaginar quantas teses podem – e precisam – ainda ser produzidas sobre o que é CI.

Do mesmo modo será se perguntarmos, aos que passam, o que é bibliotecário e o que é cientista da informação. Todos estes e aqueles termos são signos dos jogos de linguagem da ciência, e ninguém mais do que os cientistas tratam diariamente com estes, construindo seus significados. Sob uma ampla e cumulativa tradição da meta-representação, Biblioteconomia, Documentação, Bibliografia e Ciência da Informação passam a acusar os termos como “problemas” – sendo que estas eram as áreas responsáveis por apresentar a sociedade, esta espécie de classificadores que é o gênero humano, que os termos são soluções para nossos entraves cotidianos, e não barreiras. Os problemas, dessa maneira, são dos termos: devido aos termos, não somos visíveis, não temos verba, não conseguimos desenvolver teorias, modelos e leis, não atingimos o grau de Ciência, não conseguimos emprego no mercado de trabalho.

Se uma mudança de nomenclatura levou mais candidatos a um programa de pós-graduação, não significa necessariamente que esta nova nomenclatura deu visibilidade. Ao contrário, pode significar que a esvaziou de sentido – retirada completa da *morphé*, ou seja, in-formar, epistemicídio da verdade (por mais tautológica que essa última expressão seja). Assim também, novos temas não significam necessariamente novos trabalhos em CI. Pode significar trabalhos de outras áreas sendo defendidos com pequenas revisões teóricas de autores da CI. Além disso, notamos, como mencionado, que não há uma discussão filosófica ou epistemológica sobre o conceito de visibilidade, apresentado como de baixa representatividade dentro da sociedade. Em uma epistemologia da imaginação, trabalhamos com um conceito oriundo da crítica literária, do escritor Ítalo Calvino, apresentado em nossa metodologia de investigação – conceito que documenta nossa relação filosófica entre pragmatismo e literatura, ciência e narrativas, discutida em Rorty (1994, 1997).

Tratando-se de um conceito voltado para a construção de discursos, cabe-nos também o aproximar da discussão terminológica dos estudos informacionais, visto que ali não encontramos, em nossas visitas, esta problematização. Em Calvino (1990, p. 111), visibilidade diz respeito a necessidade de se enxergar o que está oculto, ver além do que se é mostrado. Pensar a visibilidade é pensar o olhar criativo que investe na amplitude de sua vista além do que lhe é apresentado, busca nos silêncios do objeto, do termo, do fato, do símbolo, as nuances que constituem significados encobertos. A visibilidade diz respeito àquela capacidade de conferir significados claros àquilo que se quer dizer, de ser criativo no trabalho com as palavras, a capacidade “de pôr em foco visões de olhos fechados”. Ou seja, já somos superpovoados por uma multidão de termos. Antes de procurarmos a construção de uma nova palavra, cabe-nos pensar – e agir – de forma mais criativa para explorar a potência dos significados dos termos que temos em mão. Mas a filosofia representacional nos estudos de organização do conhecimento assim não o quis.

Ao invés de realizar, no oportuno momento de transformações tecnológico-científicas do século XX, a argumentação identitária e a criativa justificação acadêmica da importância social e da emergência contextual da Biblioteconomia ou da Documentação como arte, disciplina ou ciência que ali se emancipavam, ganhando diferentes configurações – diferentes, mas não necessariamente novas, buscando parceiros, como os físicos e cientistas da computação para os desafios que tais áreas do conhecimento que vislumbravam –, os teóricos dos estudos informacionais argumentaram pela fragilidade destes termos – e não pela sua auto-fragilidade. Esta fragilidade estava ligada a baixa legitimidade científico-social até então adquirida pelas disciplinas/ciências/artes que estes representavam. Dito em outras palavras, na hora histórica de afirmação do termo “biblioteconomia”, inferiram, no jogo do ineditismo – do “postismo” – do século XX, que ele não era representativo. Adotaram o termo “documentação” para logo perceberem que, também esse, não dizia respeito ao novo – à nova sociedade, ao novo conhecimento, à nova ciência.

Procuraram, assim, estes epistemólogos, um outro termo, chegando até “informática”, para o caso dos russos, e “ciência da informação”, para o pensamento informacional ocidental. Como, no contexto político-econômico, o ocidente “venceu” a disputa silenciosa a partir da segunda metade do século XX, é fácil compreender a rápida legitimação política do último termo. “Ciência da informação” será, pois, o vocábulo instituído pelo discurso dos estudos de organização do conhecimento – uma legitimação mais voltada para a demarcação de áreas de expansão – interdisciplinares – que por fontes de fundamentação – núcleos justificadores. Assumiram, assim, o termo “ciência da informação”, para concluir que este, igualmente, não conseguia representar aquilo que pretendiam dizer.

Em outras palavras, partindo da analogia geopolítica, ali, mais relevante cientificamente era conquistar novos mercados de informação e de conhecimento – na verdade, uma corrida contra a frágil identidade – que tratar da coerência e da compreensão do que é informação e do que é conhecimento para os estudos informacionais – mais relevante que a epistemologia social de Jesse Shera era a conquista de usuários da informação e da tecnologia, resolvendo os problemas práticos de uma sociedade que agora chamavam da informação. Mais dinâmico e imediato era dar um novo nome à Biblioteconomia, à Bibliografia e à Documentação que dar à primeira ou à segunda uma epistemologia.

É exatamente nesse plano de argumentação representacional que o conceito de interdisciplinaridade cai como uma luva para o pensamento epistemológico informacional, financiando um conjunto de justificações que, por vezes, procurava demarcar-se antes mesmo de apresentar-se à sociedade circunvizinha aos seus edifícios: justificação pela alteração do nome das escolas de Biblioteconomia e Do-

cumentação; justificação por uma sociedade da informação e do conhecimento; justificação por uma ciência pós-moderna; justificação pela legitimação científica do próprio conceito de interdisciplinaridade. Se a CI é um conceito tão amplo, tão híbrido, tão complexo, infere-se naturalmente que sua natureza é interdisciplinar, que é um novo modelo de ciência, que é esta a ciência pós-moderna, que transcende as demais.

Como, na ecologia científica, era baixo o grau de representatividade acadêmica da Biblioteconomia e da Documentação – baixo grau de doutores, baixo grau de graduandos, baixo grau de mestrands, baixo grau de argumentação teórica –, a natureza da CI não diria respeito nem a esta, nem àquela – como também não estaria vinculada a nenhuma outra disciplina que teria colaborado simultaneamente no mito de sua origem, como a Tecnologia da Informação e as Ciências Cognitivas, ambas, também, nascituras neste contexto; ambas, também, de “natureza” prematura como a CI, para usar o vocabulário de Thomas Kuhn. A CI diria respeito a um novo conhecimento.

Resultado: de um lado, o frágil termo “biblioteconomia” e o frágil termo “documentação”, agora se tornam mais obscuros – ou permanecem em sua obscuridade; de outro, as práticas bibliotecárias e documentalistas são executadas por cientistas ou profissionais da informação, ou seja, o termo “ciência da informação”, que substitui o termo “biblioteconomia”, é tão ou mais frágil que seu substituto. Os primeiros sofreriam de uma fragilidade pelas ditas limitações; o segundo sofre de uma fragilidade pelas ditas fragmentações. Quase uma década depois das alterações, os bibliotecários continuam atuando, no plano de Belo Horizonte, respondendo pelas necessidades e práticas de seu tempo na arena informacional, independente do nome que trazem.

Retomando, a natureza dessa nova ciência era facilmente explicada por um discurso contemporâneo: o discurso da interdisciplinaridade – este que, com uma clara e leve coerência – um discurso sedutor para um contexto em que a especialização da Física, grande referência, “teria gerado” as possibilidades de uso de uma bomba atômica –, aparecia como alternativa crítica a especialização exacerbada de departamentos de pesquisa da virada do século XIX para o XX, a unilateralidade investigativa, a presença de um pensamento excludente, e não solidário; como uma alternativa crítica a um criticismo apenas reducionista, e não propositivo-provocativo. Além disso, outra linha discursiva também servia de aporte imediato para a CI: o discurso da “pós-modernidade” – ou, podemos simplesmente dizer, o neoliberalismo, pela via da interdisciplinaridade, na produção epistemicida.

Ao invés de estabelecer-se como uma outra disciplina que se preocupa com as questões de uma formação discursiva pós-moderna, a CI também se fundamenta,

em algumas narrativas, a partir desta. Deste modo, Wersig (1993, p. 229) procura compreender a CI como um protótipo de ciência pós-moderna. Podemos buscar compreender nossa vivência em paralelo crítico com nosso tempo, políticas e ideologias – assim falaremos do discurso pós-moderno e o discurso da CI – mas não justificar-nos apenas por estar nesse contexto, em um processo de simples causalidade: estávamos ali, por isso somos assim.

Como na frase anteriormente exposta, não há nenhum problema em alterar nomes. É preciso apenas refletir os usos sociais e epistemológicos que fazemos de nossas denominações, usos políticos e teóricos. Como wittgensteinicamente discute Ferreira Jr. (2006, p. 16), em seu estudo sobre Paul Otlet, “um nome não significa tanto assim”. Como os jogos de linguagem que conferem significado às palavras, palavras “novas” tendem a ter sempre um grau ainda baixo de legitimação social. Não é a atitude – a intencionalidade – da palavra, mas o coletivo de ações que conferem significado e legitimação a sua justificação e permitem delimitar e expandir demarcações. Quanto mais são alteradas categorias em CI, menos se sabe o que é CI, Biblioteconomia, Bibliografia, Documentação. Quanto mais se procura um termo com maior acuidade para representar os estudos de organização do conhecimento – ou estudos informacionais –, mais se amplia a afasia da área, ou seja, mais se aprofunda a crônica patologia do enfraquecimento ou perda da faculdade de transmitir conteúdos, de se fazer compreendida.

Os nomes, como discute Wittgenstein (1979), não refletem, *a priori*, nada, mas sim os usos que damos a eles – ou seja, não há vida nas palavras, o sujeito é que lhe confere vivência. Desta forma, recuperando a justificativa de Barbosa *et. al.* (2000) para alteração de nomes na EB/UFMG, ao dizerem que “o termo biblioteconomia remete a uma imagem inadequada ao seu objeto de estudo e de sua relação com o mercado de trabalho”, os autores conferem mais vida ao termo que às suas práticas, filosofias e perspectivas, argumento comum na pós-modernidade, em que a informação substitui o ser humano, ou seja, a palavra é que é a vida, e não as relações sociais, como afirma Mostafa (1986).

O termo, insistimos, não remete, *a priori*, a nada, a imagem alguma, a não ser aquilo que os profissionais, cientistas e docentes inferem a ele – a sociedade sempre terá baixa visibilidade sobre os conceitos científicos por uma questão de ordem antropológica, e não lógica – de uma lógica representacional. São comunidades diferentes a comunidade científica e a comunidade de taxistas, o grupo de pesquisa em epistemologia da informação e o grupo de lavadeiras do Vale do Jequitinhonha. Também a comunidade científica sabe pouco sobre o significado de termos – mesmo aqueles comuns ao seu cotidiano – usados por taxistas e lavadeiras e não existe nenhum problema nisso, a não ser que os taxistas e as lavadeiras queiram impor o

paradigma de seus jogos de linguagem e sua gramática sobre as demais comunidades – como muitas vezes a comunidade científica tentou fazer com outros grupos sociais. O termo “ciência” como é usado por taxistas e lavadeiras nada pode ter de semelhança com o termo “ciência” usado pelos cientistas – e isso não faz do cientista menos sábio, por desconhecer o conceito de um termo que ele tanto faz uso. São jogos de linguagem diferentes, que podem ou não trocar semelhanças de família.

O pesquisador, o profissional ou o cientista é que refletirão ou não algo a partir dos usos que fazem do termo. Desta forma, quando Barbosa *et. al.* (2000) afirmam que o novo termo “traduz melhor” “os programas atuais da Escola”, podemos afirmar: significa que o termo “biblioteconomia” já não diz respeito a sua raiz etimológica nem a uma “imagem inadequada”, pois já é utilizado, pelo principal jogo de linguagem que o aborda, sob outros perfis epistemológicos, para usar o conceito bachelardiano (BACHELARD, 1974). Se os programas da Escola de Biblioteconomia estão alterados, diferentes significados são elevados ao termo “biblioteconomia”.

A primeira das justificativas explícitas também nos leva a esta argumentação pela via do pragmatismo wittgensteiniano. Barbosa *et. al.* (2000) afirmam, como acima referido, que “a biblioteconomia tem como objeto central de seu estudo a informação que, considerada em uma perspectiva ampla, inclui não apenas o livro e a biblioteca, mas também outros tipos de materiais e unidades de informação”. Ou seja, esta é, precisamente, a afirmação de que o termo “biblioteconomia”, hoje, diz respeito a inúmeros outros contextos que não aqueles que prendem seu reflexo a uma instituição e a um conjunto de técnicas e serviços.

Se a base de justificação pela alteração passava – também – pela questão da “imagem” ou do “símbolo” que os nomes das antigas áreas que estudavam a informação representavam, tratava-se de uma preocupação estética, ou seja, imagética, representacional. Marc Jimenez (1994, p. 45), teórico da estética, nos fornece algumas sensibilidades mais agudas para pensar a linguagem a partir desta noção. Segundo o autor:

A performidade da linguagem se reveste hoje de um aspecto mágico. Com efeito, é suficiente nomear as coisas para fazê-las existir: por exemplo, na comunicação, o consenso; ou então o suprimir as palavras do vocabulário para eclipsar a realidade que elas designam, tal como na ideologia, as classes sociais. Não se poderia sonhar com tão grande triunfo do significante. [...] A pós-modernidade beneficiou-se largamente deste sortilégio, por um lado, assim se autodesignando, por outro, fazendo crer no fim da modernidade. (JIMENEZ, 1994, p. 45)

Em Wittgenstein, “a metáfora da linguagem como imagem é substituída pela metáfora da linguagem como ferramenta. Se queremos saber o sentido de um termo, não devemos perguntar o que ele representa: devemos, ao contrário, examinar como ele é usado na prática” (EDMOND; EIDINOW, 2003, p. 240). Visto através desse olhar, “quando os jogos de linguagem mudam, ocorre uma modificação nos conceitos e, com as mudanças nos conceitos, os significados das palavras mudam também” (WITTGENSTEIN, 1990, p. 31). Tanto o termo Biblioteconomia, como o termo Bibliografia, como Documentação e como Ciência da Informação, entidades dinâmicas que são – “palavras são ações” (WITTGENSTEIN, 1980, p. 46)³³ –, permanentemente estarão ganhando diferentes fragmentos de significados, conferidos pelos seus usuários.

Desta forma, nos alerta Wittgenstein (1992a, p. 61) e toda a pragmática, “a filosofia, tal como usamos a palavra, é uma luta contra o fascínio que as formas de expressão exercem sobre nós”. Uma luta contra o fascínio de denominar, conceituar, classificar – fascínio tanto característico da pós-modernidade, como uma das mais – talvez a principal – características identitárias dos estudos informacionais. “Lembrem-se de que as palavras têm os sentidos que lhes demos; e damos-lhes sentidos através de explicações; [...] são muitas as palavras que não têm um significado preciso. Mas isto não é um defeito. Pensar o contrário seria como afirmar que a luz do meu candeeiro não é uma luz verdadeira porque não tem um limite bem definido” (WITTGENSTEIN, 1992, p. 61). Permanentemente preocupada com a escassez de significado dos termos que representavam suas áreas de argumentação e aplicação, os teóricos da informação, bibliotecários, documentalistas, cientistas da informação, voltaram-se para a construção e fixação de novos nomes.

Afirmando que o termo “bibliotecário” ou o termo “documentalista” representavam uma dificuldade para a própria profissão, os teóricos conferiam o significado à lógica representacional, não à dinâmica de atuação destes profissionais, à pragmática dos vocábulos. No entanto, para o pragmatismo wittgensteiniano, “sem o quadro de referência das práticas e comportamentos humanos comuns, não há absolutamente possibilidade de interpretar qualquer linguagem”, ou seja, o “fundamento antropológico da crítica da linguagem” revela que “no princípio não estava a palavra, mas o feito”. (HALLER, 1990, p. 81).

As palavras de Wittgenstein (1980, p. 50) nos revelam com sensibilidade ainda mais aguda essa noção: “a forma que você usa a palavra Deus não mostra sobre

33 Em outras palavras: “o critério de sentido de Wittgenstein apresenta-se ele mesmo em um círculo dinâmico: o que se deixa usar, é de sentido; o que é de sentido, deixa-se usar. Afirmações da lógica são, por esse motivo, desprovidas de sentido (não tem sentido!), porque elas não se modificam no decorrer do uso” (WALLNER, 1997, p. 77).

o que ela significa – mas, antes, o que você significa”. O bibliotecário não é o seu nome, mas sua voz. O documentalista não é o silêncio do termo fixado pela representação, mas o incômodo ruído permanente de sua ação cotidiana. O cientista da informação não é a representação de um novo termo, mas a vida de uma outra atividade de meta-representação do conhecimento.

Na busca de outras sensibilidades para clarificar nossa argumentação nessa caminhada crítica acerca da política de construção dos termos para a teoria e prática de organização do conhecimento, visitamos Ivan Domingues (2004). Registramos a longa citação de Robert Musil³⁴, que retratou de forma mais nítida a realidade em que Wittgenstein concebe sua obra e suas perguntas sobre a linguagem e o conhecimento. Trata-se do contexto da Viena da virada dos séculos XIX para o XX.

Uma boa ideia das dificuldades que nos esperam nos dá Robert Musil ao falar n’O homem sem qualidades da identidade nacional da Kakânia e dos kakanianos. Especificamente, refere-se à região e aos povos da Áustria, em sua origem germânicos e divididos no início do século XIX em sua dupla pertença, sem poder decidir, ao império austríaco e ao reino húngaro, que os acasos da política reuniram num só, chamando-o Império Austro-Húngaro. Musil se diverte, como bom nominalista, ao dizer que o nome do duplo império em realidade não designava nada, nem do lado dos húngaros, compostos e povos germânicos, ciganos e eslavos (acrescentaria eu), nem do lado dos austríacos, que se viam como “poloneses, tchecos, italianos, friulanos, réticos, eslovenos, croatas, sérvios, eslovacos, rutenos ou valacos”. Quer dizer: tanto o Império Austro-Húngaro, que abrigava os húngaros, como o Conselho do Reino, onde os austríacos e, por extensão, os kakanianos estavam representados, não passavam de um nome feito de nomes, designando reinos que não existem mais, como os reinos shakespearianos da Lodoméria

34 A Kakânia, ou Viena dos Habsburgos, indica o território e o imaginário dos últimos 30 anos do Império Austro-Húngaro, descrito com ironia por Robert Musil em “O homem sem Qualidades”. A cultura representada é a aurora da modernidade, na virada do século XIX para o XX. Vários nomes eram conferidos ao império, como Áustria-Hungria, Monarquia Dual ou Casa de Habsburgo, mas nenhum, em verdade, definia a região e seus povos. Assim, ironicamente, o termo Kakânia indicava, simultaneamente, o significado de Imperial-Real como de Excremência, ou seja, conduzia tanto a um grande estado como a estado nenhum. Assim, as contradições levavam a capital, Viena, a ser considerada uma Cidade dos Sonhos ao mesmo tempo que era tida como Campo de Provas para Destruição do Mundo – um território que abrigou o nascimento da política da Solução Final do nazismo e a criação do Estado Judaico dos sionistas. (JANIK; TOULMIN, 1991, p. 1-8, 55).

e da Ilíria. A situação dos kakanianos nesse quadro é comparada por Musil ao ‘porquinho-da-índia, que não sabe se é porco ou roedor, portanto um ser que não tem nenhum conceito sobre si mesmo’; da mesma forma, os kakanianos que, sem nenhuma identidade certa, num continuum de primos-irmãos e de parentes além fronteiras, desconfiavam uns dos outros e com um horror pânico ‘impediam uns aos outros de serem qualquer coisa’. (DOMINGUES, 2004, p. 18)

Não podendo assumir por inteiro um novo paradigma, anulando os seus antecedentes, os epistemólogos da informação reúnem, na década de 1960, como no caso do Império Austro-Húngaro, os termos *Library* e *Information Science*. Esta reunião parece, como no olhar de diferentes autores discutidos, dificultar o esclarecimento do que era Biblioteconomia e do que viria a ser uma “Ciência da Informação” – ou seja, como na Viena de Musil e Wittgenstein, a reunião contribuiu para esvaziar a identidade de uma e de outra área. O resultado é que tanto bibliotecários quanto cientistas da informação, são “imagens” somadas a um outro conjunto de nomes, como documentalistas, analistas da informação, arquivistas, cientistas da informática, profissionais da informação, ou seja, como os kakanianos, “não passavam de um feito de nomes” que designavam tanto a frágil identidade que o novo paradigma quer anular, quanto representavam a promissora identidade que o novo paradigma ainda não sabe especificar o que é.

A preocupação com a “imagem”, com a representação – a representação do termo e, desta, para a representação do profissional –, postula que “biblioteconomia” ou “bibliotecário” são termos poucos representativos, pequenos para tantos significados que podem abranger; precisam ganhar companhias para representar com maior fidelidade imagética seus conteúdos – ou, em outro ângulo, “ciência da informação” ou “cientista da informação” são termos muito amplos para a necessidade de representação identitária que todo termo precisa especificar; precisam, assim, ganhar companhias para não se perderem no vazio que podem representar. Outras tentativas similares, preocupadas com a busca por uma linguagem ideal, podem ser verificadas, como no nome do curso de graduação da Universidade Federal Fluminense – UFF –, chamado Biblioteconomia e Documentação. Ou seja, a Documentação, historicamente uma especialidade da Biblioteconomia, expandiu-se e precisa ser elevada à categoria de disciplina. Assim, o bacharel formado pela UFF é “mais do que um Bibliotecário”. É um Bibliotecário e um Documentalista simultaneamente, como se estas fossem duas distantes áreas. Nos Estados Unidos e em outras escolas do mundo ocidental, a pesquisa informacional forma mais que um Bibliotecário – ela forma, ao mesmo tempo, um Bibliotecário e um Cientista da

Informação. Ou, dito de outra forma, forma mais que um Cientista da Informação – forma um Cientista da Informação Bibliotecário.

Desta forma, não acreditamos que a CI nasce em um “espaço vazio que a biblioteconomia deixou de ocupar” (MOSTAFA, 1996b, p. 3). Ao contrário, nasceu em um setor/campo de conhecimento/saber da Biblioteconomia que bibliotecários, “a” documentalistas e outros profissionais interessados na organização do conhecimento propuseram expandir. Do mesmo modo, também a CI não se constituiu “como disciplina no espaço do meio entre a biblioteconomia e as comunicações” (MOSTAFA, 1996b, p. 4), ainda que seu discurso assim nos apresente seus mitos de origem. Há outros mitos além daqueles que se repetem afirmando “a CI tem natureza interdisciplinar”, a “CI nasceu de um amplo encontro interdisciplinar”. Os fragmentos narrativos (mitológicos) que nossa revisão procura discutir nessa visita demonstram que, institucionalmente, a CI não apareceu nesse “espaço do meio”.³⁵

Não é por inúmeros autores repetirem e procurarem em suas narrativas cada vez mais disciplinas-fronteira com a CI que devemos tomar esse discurso como o privilegiado da área e continuarmos a repetição acrítica. Como lembra Mills (1975, p. 20), “em toda idade intelectual um estilo de reflexão tende a tornar-se o denominador da vida cultural”, como o foram as epistemologias da física e da biologia durante muito tempo. Institucionalmente falando, como a caminhada nessa seção procura investigar, a CI não nasce nesse “espaço do meio”. Institucionalmente, a CI nasce de uma sobreposição de nomenclaturas sobre as práticas que desde a Biblioteconomia Clássica vinham se transformando gradualmente com o tempo; uma alteração dos nomes das instituições de Bibliografia, Biblioteconomia e Documentação.

Alertando para o risco de o cientista da informação “só visualizar os espaços que ficam ao lado de”, Mostafa (1996b, p. 4) lembra, no mesmo artigo em que comenta que a CI nasceu em um “vazio” que a Biblioteconomia deixou, que “uma área fundante para a ciência da informação é o tratamento da linguagem, pouco desenvolvido pela biblioteconomia e de difícil desenvolvimento também pelos cientistas da informação”. Ou seja, um diferencial – se podemos assim chamar o

35 Cabe-nos lembrar que o “espaço do meio” ao qual Mostafa (1996b, p. 4) se refere é indicado apenas como corredor entre Biblioteconomia e a Ciência da Comunicação. No entanto, no olhar de outros autores, este espaço deixa de ser um corredor entre duas frentes e abre-se para diferentes ângulos. Por exemplo, para Saracevic (1996), o encontro no “espaço do meio”, no “vazio” deixado pela Ciência das Bibliotecas, está cercado, além desta última, pelas Ciências Cognitivas, Comunicação e Ciência da Computação; para Pinheiro (1997, p. 2), a CI é construída a partir da “bifurcação” da Documentação, da Bibliografia e da Recuperação da Informação. Ao longo do desenvolvimento da CI e do aparecimento de narrativas na historiografia informacional, as áreas que cercam esse “vazio” de onde partiu a “nova área” vão sendo listadas, aparecendo novas, desaparecendo outras.

núcleo duro de uma área – para a CI – que não é fundamentalmente a interdisciplinaridade, pois inúmeras ciências/disciplinas/saberes vivem a abertura das fronteiras ao longo do século XX – é o mesmo diferencial da Biblioteconomia, da Bibliografia e da Documentação – o principal diferencial destas últimas. Cabe lembrar que, para o tratamento da linguagem de que nos fala Mostafa (1996b), a teoria rangathaniana, que parte de um cunho fundamentalmente bibliotecário – bibliotecário-generalista, como os velhos bibliotecários, pois o autor também era matemático –, é fonte de uma das mais importantes discussões em CI, ou seja, de uma “área fundante” da CI.

Como indicado, a CI não nasceu em um novo edifício chamado “ciência da informação”, para onde convergiram pesquisadores das mais diferentes áreas em busca de um conhecimento inédito, interdisciplinar – o que era realizado no Humanismo, pelo bibliotecários-filólogos; voltando a Loureiro e Jannuzzi (2005, p. 132), lembramos que a formação francesa para bibliotecários era a mesma para bibliotecários, arquivistas-paleógrafos e arqueólogos, ou seja, o encontro de várias disciplinas em um só espaço de construção de saberes e mentalidades.

A CI nasceu, estruturalmente, materialmente, via a documentalidade frontal, em edifícios de Bibliografia, Documentação e/ou Biblioteconomia – como o caso da CI na UFMG e da CI em Copenhague, como no caso do IBICT. Cabe lembrar que, um ano antes da alteração do nome da *Royal School of Librarianship* em Copenhague, foi realizada, nesta mesma Escola de Biblioteconomia dinamarquesa, a Segunda Conferência Internacional sobre concepções de Biblioteconomia e Ciência da Informação (ROBREDO, 2003, p. 67) – ou seja, dentro da Biblioteconomia havia um amplo, contextualizado e promissor espaço para se falar em CI. A CI foi construída como a especialização de uma subárea dos estudos informacionais que se expandia, voltada para a mecanização da linguagem, ou terceira revolução tecnolinguística. Como aponta Auroux (1998, p. 289), a primeira revolução tecnolinguística foi a invenção da escrita, “cujos efeitos foram amplificados com a criação da imprensa”; a segunda, a gramatização das línguas do mundo, possibilitando as políticas linguísticas nacionais e de alfabetização. A terceira, ligada ao tratamento eletrônico da informação, que se utiliza ao extremo tanto da primeira quanto da segunda revoluções tecnolinguísticas. Dita sob outra forma, o termo “ciência da informação” representa uma especialização da documentação automática, atividade responsável por substituir os métodos tradicionais de análise documentária realizados pelo leitor humano.

O campo hoje conhecido pela expressão *Library and Information Science* foi historicamente construído a partir da grande legitimação da chamada Biblioteconomia tecnicista, deweyana, de origem norte-americana, que influenciou um novo

especialista, o técnico em bibliografia, ou técnico em informação e não em acervos, o chamado bibliógrafo/documentalista. Como comenta Rincón Ferreira (1999) no editorial do v. 28, n. 1, da revista “Ciência da Informação”, a origem do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia “remonta ao início da década de 50, quando a Unesco sugeriu à Fundação Getúlio Vargas (FGV), que promovesse a criação, no Brasil, de um centro nacional de bibliografia”. Assim é criado o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). “A primeira finalidade do IBBDD foi prover informação científica e tecnológica aos pesquisadores que a solicitassem” (RINCON FERREIRA, 1999). Ou seja, uma especialização dos estudos informacionais, como antes lembramos, voltada para a tecnologia e para a ciência.

O positivismo nas ciências sociais é um dos principais patrocinadores do que podemos chamar de disciplinaridade fechada (GUZMÁN GÓMEZ, 2005) – um conhecimento hierárquico que cunha a fragmentação por especialidades³⁶. A partir da profunda corrente de pesquisa defendida por Paul Otlet, a Documentação, estruturada dentro de um corpo de argumentação positivista, a CI será construída como uma outra especialização de cunho positivista – mais precisamente, neopositivista, ou seja, fundada na filosofia analítica. Quais são as principais características da especialização CI: o fragmento do horizonte tecnológico e o recorte meta-científico.

É possível compreender com nitidez este foco especialista nos deslocamentos – movimentações não necessariamente lineares – em todo o mundo – lembremos, como na abertura dessa seção, “os fatos são institucionais” (RORTY, 1997, p. 118). Da biblioteca generalista, erudita, para a biblioteca pública, tecnicista, e desta para a biblioteca especializada, acadêmica e industrial. Aparecem as bibliotecas de Física, de Biologia, de Química, de Sociologia, de Psicologia, da indústria de automóveis e da empresa de contabilidade etc.; as bibliotecas especializadas historicamente conseguem mais verbas para seu desenvolvimento, motivo pelo qual se aproximam de forma mais direta das inovações tecnológicas para o controle da informação – até hoje encontramos esta evidência, ou seja, a automação dos sistemas de bibliotecas sempre chegou primeiro, no geral, às bibliotecas universitárias que às demais; destas bibliotecas especializadas a Bibliografia e a Documentação se emancipam como especialidades dos estudos informacionais, mais preocupadas com a informação e com as tecnologias, bem como com a específica produção do conhecimen-

36 Acreditamos que não é o método que instaura ou barra um estudo interdisciplinar – e mesmo um “método interdisciplinar”, não necessariamente produzirá projetos interdisciplinares. No entanto, historicamente, sabemos que a relação entre o positivismo e a especialização “neutra” foi bastante íntima no século XIX. E cremos, ainda, que, no caso da construção da CI dentro dos estudos de organização do conhecimento, esta relação foi vivenciada.

to realizada pela ciência; destas áreas temos a construção da CI, profundamente especializada em ciência e tecnologia.

Como nos narra Mostafa (1996b, p. 3), “a área de comunicações nunca se propôs a trabalhar a comunicação científica no interior da produção científica; ela sempre visou a comunicação científica nos meios de massa”; “nunca foi sua preocupação entender a produção científica enquanto uma rede de citações” – assim, a CI se ocupará da comunidade científica, enquanto a Comunicação Social, da sociedade. A CI se concentra, desta forma, “no processo de comunicação na ciência. Como este processo passa por canais, a ciência da informação passou a ser a ciência destes canais. A ciência da informação é por isto quase uma ciência das revistas científicas”. Em outras palavras, uma especialidade positivista da produção científica.

A circularidade de que falamos na abertura desta longa visita aqui se apresenta diante do simulacro da terminologia. Neste jogo de indeterminação, não é difícil compreender a sugestão de Chaim Zins, que vem tentando recentemente, entre 2006 e 2007, mapear a CI. A dificuldade de conceituar as áreas Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação leva o epistemólogo, como ocorreu em todo o último século dos estudos informacionais, a propor a alteração do nome da área chamada Ciência da Informação para Ciência do Conhecimento (ZINS, 2006, p. 447). Considerando o nome “ciência da informação” um termo “problemático”, com diferentes significados – fato que pudemos discutir acima –, Zins (2006, p. 447-448) acredita que o termo “ciência do conhecimento” pode explorar o conhecimento e suas construções, como informação e dados, melhor que o termo “ciência da informação”.

Mais uma vez, se nos basearmos em uma linha representacional, com toda coerência, podemos concordar com Zins (2006). Dentro de uma década – talvez menos – voltamos ao cartório para alterar novamente nossa Ciência do Conhecimento para outra etiqueta. Lembremos que hoje o conceito de “saberes” vem substituindo o termo “conhecimento” em alguns discursos. Assim, poderíamos defender, neste período futuro não distante, a substituição do nome da área de estudos informacionais de “Ciência do Conhecimento” para “Ciência dos Saberes”. Se seguirmos uma orientação contemporânea da área, a orientação da tradição pragmática, isto é, se, uma vez afirmada que esta é a tradição que “representa” a área, poderíamos cunhar termos como “ciência da hermenêutica”, “ciência da compreensão”.

A Biblioteconomia sempre trabalhou com conhecimento – com a organização do conhecimento, pela via da documentalidade. Principalmente a Biblioteconomia erudita, humanista, de cunho retórico-filológico. O conhecimento da Biblioteconomia erudita, generalista, amplo, fundamentado nas analogias, conhecimento que por vezes se confundia com a magia, era, por excelência, o que o discurso

pós-moderno chama de interdisciplinaridade – como diz Foucault (2002, p. 66), a erudição “lia como um texto único a natureza e os livros”, ou seja, construía um conhecimento pelo diálogo, pela transleitura do mundo. Esta argumentação é refletida em Mostafa (1986, p. 174). A pesquisadora nos revela que a “vertente humanista” da biblioteconomia – a qual Mostafa também inclui uma linha americana –, “ao invés de uma metaciência postulada pelos cientistas da informação”, atua a partir de um “projeto interdisciplinar onde a biblioteconomia seria a mais interdisciplinar de todas as ciências humanas ou sociais”.

Desta forma, mais uma vez, constatamos a circularidade e o simulacro terminológico aparecendo na formação discursiva da CI, estruturados em uma filosofia da representação. A argumentação de Zins (2006) ao longo do artigo, voltada para a substituição do nome da área é absolutamente pertinente nessa linha representacional de pensamento, como as demais justificativas da área em geral, como aquela apresentada por Barbosa *et. al.* (2000) – e, se partirmos de Kuhn, como em diferentes instituições se usou para justificar a substituição do termo “biblioteconomia” por “bibliografia”, ou “bibliografia” por “documentação”, ou “documentação” por “ciência da informação”, devido ao saltos promissores dos “novos paradigmas” – poderíamos dizer que o termo “ciência do conhecimento” é um salto, uma ruptura com a antiga e defasada área representada pelo termo “ciência da informação”.³⁷

No entanto, se a CI continuar usando uma filosofia da representação em sua epistemologia e sua política – profundamente útil para suas práticas, mas não necessariamente a única base filosófica adequada para seus intuítos –, nunca conseguirá definir-se de forma menos paradoxal, ou nunca se definirá de forma mais clara, pois, pensando a partir de Wittgenstein (1979), definir-se é agir. Na linha representacional, deveríamos dizer que as escolas dos estudos informacionais formam Cientistas da Informação Recuperadores de Informação Documentalistas Bibliógrafos Bibliotecários Especializados e Bibliotecários Eruditos, simultaneamente – para não levantarmos mais termos que consigam representar com maior identidade a área. Nas palavras do pragmatismo de Mostafa (1995, p. 45), “para trabalhar é preciso reinventar os conceitos porque certas tecnologias os encurtam.

37 Em 2000, quando Paim, Barbosa et al. e Hjørland justificavam e/ou comentavam as alterações de nomes nas escolas de Biblioteconomia, Bibliografia, Documentação, outra transformação ocorria: nos Estados Unidos, em agosto, a *American Society for Information Science* mudava seu nome para *American Society for Information Science & Technology*, hoje *Association for Information Science and Technology*. O foco desta sociedade profissional está em áreas como inteligência artificial, desenho de bases de dados, bibliotecas digitais, informática, planejamento de sistemas e arquitetura da informação (ROBREDO, 2003, p. 79), ou seja, especializações de cunho tecnológico.

E porque os encurtam também a prática, o trabalho. E nós ficamos todos reduzidos às novas terminologias e às novas tecnologias”. A CI, especialização profunda, em inúmeros casos, representou isso: uma redução da atividade de organização do conhecimento aos estudos terminológicos científicos e tecnológicos.

O discurso “pós-moderno” pela organização do conhecimento, pela hermenêutica, pela interdisciplinaridade, era exatamente a atuação da Biblioteconomia Clássica, erudita, intimamente fundamentada nas filosofias da Filologia e da Retórica, aberta ao contexto do humanismo. Eram diferentes, sim, os graus discursivos, a argumentação epistemológica em prol do diálogo entre os saberes. Não há nada de novo no front. Pelo contrário, a CI, uma nova nomenclatura para velhas práticas, dispersas na história em diferentes contextos, está cada vez mais preocupada com suas veias identitárias – o que a tradição pragmática da epistemologia informacional desvelará. A hermenêutica defendida por Capurro (1991) é apenas um dos exemplos claros desse retorno – como também é uma referência da historiografia que aqui defendemos, de forma diferente de Robredo (2003) e Pinheiro (1997, 2002).

Cabe a CI, a partir de discussões críticas e contextuais, permanentemente se auto-investigar para relevar até que ponto seus teóricos e profissionais aparecem como kakanianos, para então reclamar demarcações mais amplas, ou identificar relações interdisciplinares singulares. A justificação para tais demarcações parece ainda carente de muitas dessas investigações aos becos e travessas da área. A relativa baixa pontuação dos programas de pós-graduação em CI pelo CNPq – como a dificuldade que o próprio Conselho tem em classificar a área dos estudos informacionais – talvez tenha, nesta vazia identidade política e teórica, uma das mais duras – e provocativas – realidades da área dos estudos informacionais. A mágica da “performidade da linguagem” de que nos fala Jimenez (1994, p. 45), ligada a ideia de que nomear coisas, teorias e instituições nos conduz a novos paradigmas – ou reflete novos paradigmas –, ou o enfeitiçamento da linguagem (WITTGENSTEIN, 1979) parecem ter contagiado o pensamento informacional.

Esta mágica que a representação transforma em realidade pelo fascínio da linguagem permitiu que a CI, política e teoricamente uma especialização da ampla e dispersa Biblioteconomia Erudita, aparecesse nos fins do século XX como uma macro área que abarcava todas as áreas da informação, como Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e Documentação. A mágica faz da Biblioteconomia uma técnica, um mero “domínio de aplicação” (ROBREDO, 2003) da macro Ciência da Informação; esta, campo “onde vai-se encontrar várias especialidades” (DIAS, 2002, p. 91-92). De ultra-especialização técnico-científica, o termo “ciência da informação” passa a representar um manancial de especialidades. Ironicamente, na nova

proposta do CNPq, a Biblioteconomia se “emancipa” como área, para além da CI, esta que, por sua vez, vem se “emancipando” ou se “sobrepondo” à Biblioteconomia nos últimos quarenta anos.

Poderíamos concluir esta visita com uma das últimas palavras de Euclides da Cunha (1985, p. 473) em *Os Sertões*: “Fechemos este livro. Canudos não se rendeu”. Certamente, independentemente do nome, de Copenhague a Belo Horizonte, os estudos acerca da organização, transmissão e preservação dos artefatos culturais permanecerão – ainda que tente ser destruído para promessas de paradigmas, como as promessas do positivismo que aniquilaram o vilarejo de Antônio Conselheiro com os termos “ordem” e “progresso”. Cabe-nos apenas, científica e culturalmente, identificá-los e problematizá-los em seus contextos, como procuramos realizar, concluindo nossa argumentação historiográfica com a discussão do conceito de interdisciplinaridade, hoje palavra tão comum no discurso de pesquisadores em CI, como a frase: “a ciência da informação é uma ciência interdisciplinar...”.

NUNCA FOMOS INTERDISCIPLINARES

A invenção neopositivista da natureza

A ideia de que as instituições em geral estão atrasadas em relação à “tecnologia e à ciência” em geral é muito popular. Envolve uma avaliação positiva da ciência e da transformação progressiva orientada; em suma, é uma continuação liberal do Iluminismo, com todo o seu racionalismo, sua admiração messiânica e hoje politicamente ingênua da ciência física como modelo de pensamento e ação, e da concepção do tempo como progresso.

Charles Wright Mills

UM DOS PRINCIPAIS COMPONENTES DA CIÊNCIA, UMA CRIAÇÃO LIBERAL, É O dinheiro. A “emancipação” de uma disciplina científica é, pois, a sua luta por capital para provar, perante os demais, que realiza pesquisa. A sociedade não é um fim. A teleologia aqui é fundamentalmente a sobrevivência em uma concorrência pelo fomento.

Compreender a noção de CI passa, obrigatoriamente, como visto, pela compreensão do que vem a ser interdisciplinaridade. O discurso da CI como área entre as assim chamadas novas áreas interdisciplinares (GOFFMAN, 1970) nos parece um objeto narrativo de grande provocação para a imaginação informacional. Como afirma Carvalho (1999, p. 51), a partir do trabalho *Interdisciplinary: approaches to understanding Library and Information Science as an interdisciplinary field*¹, de Linda C. Smith¹, apesar do provável consenso entre os principais autores, os es-

1 O citado trabalho de Linda C. Smith se encontra em: VAKKARI, Pertti; CRONIN, Blaise (editores). *Conceptions of Library and Information Science: historical, empirical and theoretical perspectives. Proceedings of the International Conference held for the celebration of 20 th Anniversary of the Department of Information Studies*. University of Tampere, Finland, p. 26-28, ago., 1991.

tudos empíricos mostraram ao longo das primeiras duas/três décadas da CI que a interdisciplinaridade na área é mais teórica que prática, em outras palavras, é mais discursiva (como já dito) que fonte de uma natureza ou de uma imagem identitária e, principalmente, de uma realidade. Ou seja, a CI se especializou em discursar sobre o interdisciplinar. Voltando à Estrutura das Revoluções Científicas (KUHN, 1975), como Mostafa, Lima e Maranon (1992, p. 221) lembram, o pensamento kuhniano nos demonstrou “a camisa-de-força do paradigma científico. A coleta de referências acadêmicas tem a mesma motivação empiricista da coleta de dados do projeto científico”. Ou seja, por um ângulo, a própria teoria dos paradigmas nos faz atentar para o imediatismo a que o paradigma nos conduz, nos chama atenção para a camisa-de-força da ideia da interdisciplinaridade na historiografia da CI.

Desta forma, com a não-definida e não-socialmente legitimada Biblioteconomia e/ou com a não-definida e não-socialmente legitimada Documentação, a nova ciência para informação, mesmo não sendo consensualmente definida e antes de ser socialmente legitimada, se escora em um novo conceito – este, não definido e não-socialmente legitimado, a interdisciplinaridade (esta, aplicada ao discurso epistemológico em parceria com outro conceito que sofre dos mesmos sintomas, o de pós-modernidade).

Convidamos Richard Rorty (1997, p. 38-39) e sua noção de solidariedade pragmática em diálogo com a ideia de interdisciplinaridade, bem como Alain Touraine (2006) e a ideia de autonomia/emancipação do sujeito para realizar uma leitura com mais luz crítica sobre os significados desta noção dentro da área. Solidariedade, no pragmatismo rortiano, é a necessidade de sobrevivência que nos obriga, na práxis, no cotidiano, nos manter em permanente estado de troca com outros indivíduos, comunidades, ciências. A autonomia tourainiana diz respeito à consciência do indivíduo como atora na sociedade que o cerca; ou seja, “o sujeito não é apenas aquele que diz eu, mas aquele que tem a consciência de seu direito de dizer eu” (TOURAINÉ, 2006, p. 113). Trata-se da definição de sujeito enquanto uma “resistência ao mundo impessoal do consumo”, ou seja, o sujeito como o “contrário da identidade”, isto é, como a “convicção que anima um movimento social e a referência às instituições que protegem as liberdades” (TOURAINÉ, 2006, p. 20-21).

Queremos, com estes autores,

- a) clarificar de forma mais sensível nossa argumentação da interdisciplinaridade como um velho discurso e uma velha prática, agora emancipada sob outros nomes;
- b) pontuar o horizonte de nossa problematização, discutindo que é o sujeito – sujeito não preocupado com a identidade, não preocupado com a corrida

identitária da pós-modernidade – a consciência crítica que deve ser levada em conta na hermenêutica do conceito e das práticas da interdisciplinaridade – isto é, em outras palavras, a interdisciplinaridade é mais pessoal que institucional e epistemológica, e menos ainda um método; ou há um pesquisador, cientista ou profissional aberto ao fórum dos saberes, ou não há a vivência do termo “interdisciplinaridade”.

Como para Jesse Shera, é-nos claro que falar em CI é apenas falar em Biblioteconomia ou em Documentação em um outro tom de voz – hoje, o que se faz com um dos termos é semelhante ao que se faz com outro. Como visto nos passos anteriores, a CI é um outro nome dos estudos de organização do conhecimento, um antigo estudo filosófico da representação. Desta forma, só podemos continuar nossa viagem, propondo um outro olhar para a chamada natureza interdisciplinar, para pensar na unidade solidária da produção especializada e competente dos estudos informacionais.

Em estudo recente, Carlos Araújo (2007) questiona professores em CI sobre sua opinião acerca da afirmação da CI como ciência interdisciplinar – 90% dos professores confirmam esta realidade. Dentre as principais observações do pesquisador, estão:

A categoria de justificativa com maior ocorrência é a que argumenta que a CI é interdisciplinar por receber contribuições de outras áreas, se apropriando de conceitos, práticas, métodos, pesquisas, teorias ou produtos oriundos de diferentes disciplinas científicas. Segundo essa concepção, o movimento da CI de apropriar-se de elementos de outras disciplinas é suficiente para caracterizá-la como interdisciplinar.

A segunda justificativa mais frequente é bastante semelhante à primeira, mas vai mais além, por trazer a ideia de que a CI necessita obrigatoriamente da contribuição de outras disciplinas científicas para lidar com seus problemas de pesquisa e compreender seu objeto de estudo. De acordo com essa concepção, a CI não sobreviveria se não mantivesse um relacionamento com outras áreas. (ARAÚJO, C., 2007)

Um terceiro conjunto de respostas se aproxima mais do conceito de interdisciplinaridade tal como desenvolvido pelos teóricos que se debruçam sobre a questão. Na visão dos dez professores que argumentaram nesse sentido (oito da UFMG e dois do restante do país), a CI é interdisciplinar porque promove um diálogo com outras áreas, havendo, nesse caso, uma integração mútua de contribuições (conceitos, teorias, métodos). Para esses professores, para que haja interdisciplinaridade é

preciso mais do que apenas a apropriação, por parte da CI, de elementos de outras disciplinas – e, na visão deles, esse elemento a mais (a contribuição mútua) estaria acontecendo. (ARAÚJO, C., 2007)

É necessária, no entanto, uma hermenêutica profunda, bachelardiana, dos diálogos interdisciplinares, mais próxima a este terceiro conjunto de respostas. E a tradição pragmática parece convocar para esta direção, como aponta Capurro (1991). A aproximação de cientistas da computação, documentalistas e outros pesquisadores é fonte da argumentação que se repete na formação discursiva informacional: a CI nasceu interdisciplinar. Mas não há uma hermenêutica destes encontros, uma interpretação pontual de cada contribuição. O que socialmente foi diálogo e o que foi paradoxo? O que socialmente foi troca e não imposição? O que socialmente foi semente para uma especialidade e/ou o que foi negação de outras já existentes? Todas as aproximações entre cientistas são encontros interdisciplinares? Esse relativismo nos permite permanentemente dizer: até nas mais duras e casmurras especializações, sempre houve interdisciplinaridade. Em outras palavras, podemos apontar para todas as esferas de estudos da informação e dizer: “Isto é Ciência da Informação”.

Uma epistemologia da imaginação aqui proposta procura, desta maneira, olhar criticamente a aura que cobre o conceito de interdisciplinaridade dentro da CI, como se esse fosse para esta um fundamento específico, motor da área. Ao contrário, acreditamos que a interdisciplinaridade é uma prática necessária em todos os campos do conhecimento – e sempre foi praticada, sob diferentes graus. A CI não é muito mais interdisciplinar que a maioria das ciências, nem seu caráter o é. Sua própria idade recente pode significar isto: ao contrário, ela pode ser menos híbrida que o Direito e a História, a Sociologia e a Linguística, conforme os contextos curriculares em questão. A interconvergência de modelos das ciências exatas, ciências da vida e da terra, enfim, sempre ocorreu – em diferentes graus. Apenas justificar contexto e ciência para dizer: a CI nasce interdisciplinar pois assim era a realidade de seu tempo é usar o conceito de contexto em sua mais rasa significância, o que não ocorre na ordem do pragmatismo – nem no pragmatismo informacional. Como nos lembra Gomes (2001),

Uma ciência se estabelece a partir de acordos tácitos entre os pesquisadores sobre quais seriam suas bases, suas atividades e perspectivas futuras, determinando assim seu núcleo básico e orientador das ações investigativas, a partir do qual se torna possível o diálogo com qualquer outra disciplina.

No entanto, para além da questão da “idade” “prematura” da CI, sabemos que no plano da teoria e da prática não um fundamento nem um acontecimento socialmente interdisciplinar. Refletindo sobre a redução da aura – e não da relevância – do termo interdisciplinaridade, podemos caminhar pelo conceito como solidariedade (RORTY, 1997, 2000), ou seja, o encontro de disciplinas como processo de trocas, encontros e sedimentação de novos vocabulários. Deixaríamos de lado o elogio e a supervalorização da interdisciplinaridade – a ideia de que ela é boa e a disciplinaridade é ruim –, para pensarmos seus horizontes, e refletirmos as relevantes questões inerentes à disciplinaridade.

É comum encontrarmos na literatura científica o discurso pró-interdisciplinaridade baseado na crítica à fragmentação em disciplinas fechadas promovida pela ciência moderna ao longo do século XIX – unidade de partida de todo o discurso pelo interdisciplinar na pós-modernidade. Esta é a chamada fragmentação por especializações cada vez mais unilateralistas. No entanto, é mais raro o discurso crítico da fragmentação pela multidisciplinaridade – ainda mais no que se refere nas narrativas pró-interdisciplinaridade da CI. É mais raro ainda o discurso que lembra que, para uma ciência – ou disciplina ou saber –, como o corpo científico dos estudos de organização do conhecimento – que foi transformando suas nomenclaturas por não conseguir legitimá-las socialmente e por acreditar que elas não conseguiam representar suas atividades – os discursos da interdisciplinaridade – e/ou da ciência pós-moderna, e/ou da nova ciência – aparecem como uma justificativa pronta, uma resposta epistemológica e institucional imediata – como o imediatismo da informação no mundo pós-guerra – para seu possível amadurecimento.

São mais escassos os discursos que lembram que, enquanto a ciência dita pós-moderna se abria aos saberes amplos – ao reconhecimento de que não só a comunidade científica produz conhecimentos, mas também a comunidade de lavadeiras, de taxistas, de operários, de atletas – a CI tecia-se como uma especialização para a ciência, reforçando implicitamente a aura do “Conhecimento” como o que é “Ciência”². Enquanto a filosofia da ciência discutia – e bem antes da chamada “emer-

2 No mesmo estudo discutido, Carlos Araújo (2007) também questiona os docentes em CI sobre a situação da CI como ciência pós-moderna, obtendo um considerável resultado de discordância nas afirmativas. Aquelas que concordam com a afirmação CI = ciência pós-moderna, justificam-se, basicamente, assim: a) “a CI possui, entre seus elementos constituintes, características do momento histórico da pós-modernidade. Nesse caso, o termo de comparação utilizado pelos professores são as características culturais do momento histórico da pós-modernidade, como, por exemplo, o fato de ser esse momento caracterizado como uma “sociedade da informação” ou “sociedade do conhecimento.” b) “a CI é pós-moderna por se constituir num tipo diferente de conhecimento científico, com características específicas e diversas das ciências modernas, voltadas para a resolução de problemas causados justamente pelas ciências modernas”; c) “a CI

gência” da pós-modernidade, como no caso do pragmatismo na virada do século XIX para o XX – que a tecnologia era apenas um meio e devia ser criticamente apropriada, a CI construía-se como uma tecnociência voltada para a exploração das novas tecnologias da informação para comunicação científica.

Se nos baseamos na principal linha positivista dos estudos informacionais, a bibliometria pura – ou bibliografia estatística –, é fácil concordar com Oliveira (2005, p. 20), quando a autora afirma que há uma “unanimidade entre os praticantes e pesquisadores da CI sobre o fato de esta ser um campo interdisciplinar” – afirmação que tem, na pesquisa de Carlos Araújo (2007), um diálogo aproximado. Se recolhemos estatisticamente o número de autores que repetem a frase “a CI nasceu interdisciplinar” certamente nos aproximaremos da “unanimidade” referida.

No entanto, é exatamente a historiografia trifocal, como aquela de Capurro (2003) fundo paradigmático-kuhinana, que demonstra o quanto o conceito de “natureza interdisciplinar” da área é frágil – e, principalmente, se apresenta como uma noção reduzida. Se o inter abre as possibilidades de identificar e compreender o objeto, a tradição física – aquela que teria dado origem à CI – reduz a informação a uma entidade coisificada. Mais do que isso: reduz a informação a uma entidade tecno-científica, a-cognitiva e a-social. Se dissermos que todo encontro de teorias e teóricos em torno do objeto define uma interdisciplinaridade, é coerente corroborar o resultado da análise bibliométrica da frase “a CI nasceu interdisciplinar”. Esta frase se reproduz em artigos, dissertações, teses, discursos orais e demais narrativas científicas em CI. Porém, se partimos de uma análise hermenêutico-pragmática, percebemos que, no caso da CI, há uma subversão do conceito de interdisciplinaridade, uma especialização da complexidade e uma afunilação dos olhares, que parte desde a emancipação da Biblioteconomia Especializada.

é pós-moderna simplesmente por ter nascido no momento histórico da pós-modernidade. Não são, assim, suas características próprias que a definem como ciência pós-moderna, mas apenas o momento de seu nascimento”. Os docentes que não concordam com a questão, dizem que “que não acreditam na existência da pós-modernidade, isto é, que acreditam que ainda estamos na modernidade – sendo a pós-modernidade apenas um rótulo, um modismo, um termo inadequado” ou que “a CI tem origem num momento histórico anterior à pós-modernidade (no caso, ainda como biblioteconomia ou documentação) e que defini-la como pós-moderna seria negar todo o trabalho realizado até então”, e, ainda, que “não há fundamentos conceituais suficientemente evidentes na pós-modernidade para que se possa definir uma ciência como pós-moderna”. Notamos que não é identificada a própria questão da institucionalização do termo “ciência da informação”, quando em geral se identifica o nascimento da CI, momento em que eclode o discurso da pós-modernidade e, simultaneamente, esta área aparece como o produto aperfeiçoado de uma ciência moderna, e não o protótipo de uma ciência pós-moderna, como argumenta Wersig (1993).

O encontro, em meados do século XX, de engenheiros, bibliotecários, linguistas, filósofos e tantos outros em torno do objeto “informação”, teria dado origem a uma nova ciência, uma “ciência da informação”, uma ciência reduzida a) à própria ciência – e não aos sujeitos –, legitimando o mito do cientificismo, criticado, dentre tantos, por Moles (1995) e Wittgenstein (1979); b) à tecnologia – e não ao conhecimento – legitimando o mito da tecnocracia, por tantos contestado, como por Mills (1975); c) à realidade a-social – e não à realidade das comunidades que interpretam a seu modo o mundo em que vivem –, legitimando o mito do essencialismo, desconstruído pelos sociólogos e antropólogos da ciência a partir da Segunda Guerra Mundial, e por toda a legião dos pragmáticos, incluindo os atores discursivos do pragmatismo informacional. A informação, quando se dá a formalização da CI, aparece substituindo o sujeito, fragmentando a ciência, separando conhecimento e sociedade, valorizando o cientificismo acima da racionalidade – esta que não necessariamente está nos laboratórios e salas de aula. A CI aparece como uma ciência para o Estado, para o Exército e para o Mercado³, não para o indivíduo. Ou seja, uma ciência que vai contra os pressupostos sociais de uma interdisciplinaridade, uma ciência que nasce contra o interdisciplinar⁴.

Deste modo, em um olhar pragmático, dizer – e repetir – que a CI nasceu interdisciplinar não só apresenta-se como um paradoxo diante dos focos resultantes desse encontro de cientistas nos estudos de organização do conhecimento em meados do século XX, como relativiza o conceito de interdisciplinaridade, permitindo-nos inferir que todo encontro de dois pesquisadores já identifica um diálogo interdisciplinar, independente se este encontro pretende, dentre outras coisas, fragmentar e unilateralizar o olhar sobre o objeto.

É necessário lembrar que a interdisciplinaridade é a crítica da especialização da disciplinaridade, não da disciplinaridade convergente. É, como nos provoca Gomes (2001), exatamente a partir desta última que podemos conviver com o “diálogo concreto entre as disciplinas”, que aqui chamamos a solidariedade pragmática rortyana. Como aponta Pinheiro (2002, p. 82),

3 O termo “informação”, como visto, aparece como no bojo dos estudos de organização, transmissão e preservação do conhecimento para especializar esta área em um forte programa tecnológico de apreensão da sociedade. Passamos pelo filósofo e sociólogo Jean Lojkin (1999, p. 49), para, como ele, lembrar, crítica e pragmaticamente, que o computador, “produto sócio-histórico”, “nasce, por exemplo, de uma precisa demanda do complexo militar-industrial norte-americano ao fim da segunda guerra mundial”.

4 Pinheiro (2005, p. 3), classifica o período 1961/62 – 1969, primeira fase do processo evolutivo da CI, como a fase conceitual e de reconhecimento interdisciplinar. É relevante notar que é nesta faixa histórica o campo de formulação e construção do conceito de “ciência da informação” de Borko (1968), que coisifica e especializa a noção de informação.

sobre a interdisciplinaridade da CI é fundamental ressaltar que a natureza interdisciplinar de uma área tem como pressuposto a disciplinaridade, por meio da qual ‘uma disciplina deverá, antes de tudo estabelecer e definir suas fronteiras constituintes.’

Em 1998, Pinheiro observa que a CI incorpora muito das contribuições de outras áreas. Esta constatação parece-nos, diante das dificuldades de compreensão dos escopos da área de estudos informacionais e de suas mencionadas fragilidades terminológicas, mais preocupante que solucionadora de problemas. Somos abertos apenas para o consumo, não para o diálogo? Esta categoria da interdisciplinaridade – o fundamento interdisciplinar pelo consumo – é a principal frequência de respostas obtidas por Carlos Araújo (2007), como mencionado, quando os docentes responderam porque compreendem a CI como interdisciplinar, ou seja, quando o próprio discurso do interdisciplinar começa a ficar saturado – não por sua importância, mas exatamente pelos abusos do conceito – pensa-se o interdisciplinar apenas por uma via, uma via unilateral. A mesma angústia está na analogia geográfico-histórica saraceviciana da CI com a Austrália, ou seja, como o país da Oceania, a área mais se desenvolve no litoral que no interior (PINHEIRO, 2006). A analogia não nos parece coerente para o contexto científico. Para um país talvez não exista diferença entre desenvolver-se na costa ou no interior, desde que consiga social e economicamente se sustentar. No entanto, para uma disciplina, imaginamos, perceber que há sempre mais combatentes no front que nas salas de desenvolvimento de estratégias, nos becos e travessas, é um tanto quanto arriscado, um tanto quanto suicida.

Até que ponto não seria apenas um mito – um mito pós-moderno frágil, um outro simulacro da linguagem – falar em ciência interdisciplinar, uma vez que é impossível medir o verdadeiro contato entre as disciplinas, a verdadeira convergência, perguntariam os positivistas? O positivismo, uma das esferas discursivas que financiou a especialização da epistemologia complexa dos humanistas, usaria hoje a mesma crítica levantada há mais de um século, a crítica à fragmentação pela dispersão do conhecimento. No entanto, a impossibilidade de medir nos leva, segundo os pragmáticos, até os desafios de uma hermenêutica. Há sempre graus diferentes e as relações estão sob a sombra de fatores políticos, ideológicos e utópicos. Por isso, falar em solidariedade, em comunhão para convivência desenvolvimentista, e não progressista ou evolucionista, acreditamos estar mais próximos do discurso de uma epistemologia da imaginação que aqui pontuamos como urgente. Assim, apenas com um tecido mais sólido do pragmatismo identificado na epistemologia informacional começamos a perceber com mais nitidez, quarenta/

cinquenta anos depois da institucionalização do termo “ciência da informação”, as coerentes possibilidades compreensivas de “sermos” ou “não sermos” interdisciplinares. Mas o que temos hoje, quando o pragmatismo e sua linha hermenêutica da epistemologia se faz presente: uma massa considerável de artigos reproduzindo a frase: a Ciência da Informação nasceu interdisciplinar, e pensando a interdisciplinaridade pelo consumo.

Ser interdisciplinar parece ser a condição única – a matéria de originalidade da CI – dentro do contexto científico pós-moderno. Revendo as profundas revisões de Pinheiro (1997), é-nos difícil, em um olhar imaginativo, apreender o ponto de encontro de disciplinas como Administração e Ciência da Computação, no que diz respeito aos Sistemas de Informação, ou Biblioteconomia, Ciência da Computação e Linguística, no escopo da abordagem dos Sistemas de Recuperação da Informação ou, ainda, Administração, Ciência Política e Direito no plano das Políticas da Informação, e, afirmar, a partir dessa contemplação de convergências, que estes encontros a) significam a interdisciplinaridade, b) identificam trabalhos interdisciplinares da CI, e, principalmente, c) revelam a “natureza” interdisciplinar da área.

Como afirma Gomes (2001)

Muitas vezes se confunde interdisciplinaridade com a mera incorporação de conceitos, teorias e métodos de uma disciplina por outra, ou com o esforço de pesquisadores que, no seu período de qualificação migram temporariamente para o interior de uma determinada área (...).

Ao justificar sua natureza como o multi que converge para o inter o conceito de “ciência da informação”, já confuso, ganha mais fragmentos obscuros. A interdisciplinaridade, que justifica, até certo ponto, a alteração dos nomes das instituições que cuidam dos estudos de organização do conhecimento, não nasce do encontro de disciplinas ou pesquisadores. Este é apenas a última etapa – a ponta do iceberg – de um processo ou projeto de programa interdisciplinar. Reunir vários pesquisadores de diferentes disciplinas em um prédio – e mesmo em uma sala da aula – não reflete, necessariamente, uma prática interdisciplinar. Ao contrário, pode multiplicar os guetos disciplinares, pode projetar conservadorismos e preconceitos de áreas concorrentes. Essa evidência é, em geral, a justificativa para a frase: a CI nasce interdisciplinar, afirmando que o encontro de pesquisadores no bojo de transformação da Documentação/Recuperação da Informação em CI corrobora esta tese.

Observar que todo diálogo entre disciplinas configura um encontro interdisciplinar é generalizar uma possível ideia de interdisciplinaridade – e simplesmente redundar sobre o caráter inter de todas as ciências contemporâneas – e de muitos

saberes remotos –, pois parece raro visitar um trabalho científico atual e não identificar a repercussão interpretativa de diferentes teorias e métodos na construção do olhar sobre o objeto analisado; é impossível identificar uma ciência que nasceu sem vivenciar o encontro de outros cientistas e de outras teorias.

Conjeturar que a CI é interdisciplinar pois seu objeto, “informação”, é essencialmente interdisciplinar também é, do mesmo modo, relativizar a noção de interdisciplinaridade. Aborto, eutanásia, medo, verdade, nada, neurônios, energia, território, todos estes são objetos, se quisermos chamar de interdisciplinares. Dizer “a informação é mais interdisciplinar” porque, por exemplo, vivemos na “sociedade da informação”, é apenas re-afirmar o fetiche “informação” no mundo contemporâneo, o lado não-sistemático e não-rigoroso do pensamento sobre informação, o ângulo imediatista de compreensão da informação. Daqui alguns anos a “ideia da “informação” começa a ficar ultrapassada, como a “ideia de sociedade da informação” – se já não ficou, com a “ideia do conhecimento”, como vimos na proposta de Zins (2006). Da “ideia do conhecimento”, partimos para outra. E não cabe aos cientistas perseguir fetiches contemporâneos, mas contextualizá-los, problematizá-los, buscando, nas narrativas, indícios para sua compreensão.

É importante sublinhar que determinados autores, para definir as diferenças da CI para outras áreas de organização do conhecimento, como Biblioteconomia e Documentação, e tecê-la discursivamente como uma nova ciência, afirmam que estas últimas não atuavam com informação. Para os casos citados: a Biblioteconomia atuava com um foco institucional voltado para biblioteca e para o livro e a Documentação com a recuperação de documentos. O simulacro da linguagem aqui reaparece. Aquilo que chamavam de Recuperação da Informação no contexto da Segunda Guerra Mundial, era, na verdade uma “Recuperação de Documentos”, pois ali “informação” era, longe de uma categoria cognitiva e/ou social, uma entidade objetiva e objetificada, como o livro, como o documento, como a pedra. A questão era apenas, e tão somente, uma questão de linguagem. Assim, o chamado “objeto interdisciplinar” da CI era um velho objeto da Biblioteconomia Especializada e da Documentação – ou, ainda, da Museologia –, um objeto profundamente “disciplinarizado”, e agora de maneira mais intensa, porém sob outro nome – a CI “coisifica” ainda mais o objeto dos estudos de organização do conhecimento, levando-o até a categoria de sinal mensurável.

Em outro ângulo crítico, até que horizonte podemos dizer que o estudo voltado para a Tecnologia da Informação, sediado na CI, que tem por base a Ciência da Computação, é realmente um estudo de CI? Do mesmo modo, uma pesquisa sobre Sistemas de Informação, que tem por natureza interdisciplinar básica o encontro das áreas do conhecimento Administração e Ciência da Computação,

representa, em suas instâncias fundadoras, um trabalho de CI? Dizer que estes trabalhos atuam com informação é uma afirmação verdadeira em qualquer caso. Mas o simples trabalhar com informação já configuraria um estudo dentro da área? Voltamos a metáfora inicial de Wittgenstein (1979): os limites do meu mundo são os limites da minha linguagem. A CI, ciência das fronteiras, não pode ter limites. Assim, podemos apontar para os mais diversos ambientes e fatos e dizer: “Isto é Ciência da Informação”; o que é o mesmo que afirmar: “Isto não é Ciência da Informação”.

Tomemos brevemente o exemplo do jogo de linguagem acima. Se analisássemos esta problematização a partir de Popper, caber-nos-ia verificar o que é CI – tomando por base um conceito amplo e seguro que servirá como ponto de referência para o teste –, estudar o citado trabalho de convergência entre Administração e Ciência da Computação então em CI sediado, criticá-lo, testá-lo segundo este conceito de CI que temos como referência, para então refutá-lo ou não. Mas não temos um conceito geral representativo e confiável de CI, como demonstrado no passo anterior, de modo que não poderíamos partir da análise popperiana para nossa investigação epistemológica. No entanto, sabemos que esta análise é permitida pois, naturalmente, todo trabalho informacional nos últimos quarenta anos precisa se basear em um determinado conceito de CI. É desta forma que começamos a chamar de clássico o conceito de Borko, de 1968, devido ao número de narrativas que partem de sua definição. De qualquer forma, como apresentado, este é um conceito que já mereceu inúmeras revisões, devido a amplitude que sua representatividade pode atingir, e, simultaneamente, as restrições que o conceito levanta, comunicando, por isso, uma constelação de possibilidades ilimitadas que chegam até nossa indagação anterior: onde aparece o termo “informação” temos uma pesquisa em CI? Retomando nosso exemplo do objeto de pesquisa aborto – o fenômeno social aborto – podemos imaginar o seguinte: uma determinada área da Psicologia se emancipa em suas investigações ligadas ao aborto; um grupo de professores consideráveis começam a estudar apenas o fenômeno; e temos a constituição de um curso específico de Psicologia do Aborto. Desta forma, todas as demais áreas que tratam do aborto, como a Biologia e a Sociologia, são exemplos de áreas que estudam Psicologia do Aborto? Naturalmente não.

Se utilizássemos Thomas Kuhn para o exemplo acima, teríamos a seguinte configuração histórico-investigativa: o encontro de Administração e Ciência da Computação em CI pode ser um novo paradigma. Estudamos o processo de constituição de um possível consenso que irá gerar uma teoria a partir desta convergência, para depois estudar o processo de influência deste novo encontro dentro da CI. Tendo o consenso como demonstrado pelas publicações e movimentações

de departamentos e instituições, diremos que Administração/Ciência da Computação é um novo paradigma em CI, tendo anulado os demais – ou a maior parte das demais. Não confirmada a resolução do consenso, diríamos que este encontro permanecerá como uma anomalia. Como em CI não houve nenhuma constituição verdadeira do consenso que permite a ascensão de uma teoria geral para informação, como em anexo discutimos, terminaríamos por dizer que todos estes encontros são anomalias – e, por conseguinte, que a área caminha por anomalias, ou seja, se desenvolve pela e para imaturidade, segundo o olhar da Estrutura das Revoluções Científicas. Sabemos que isto também não é uma colocação pertinente, pois a análise de Kuhn parte de ciências que contêm, segundo ele, grandes paradigmas. Como poderiam existir anomalias se os paradigmas que as colocam nesta situação marginal inexistem?

Na análise bachelardiana, estaríamos atentos ao que rompe até certo ponto com o senso comum e com as noções de uma “filosofia espontânea”, imediatista (FEITOSA; BARBOSA, 1997, p. 160), no plano desse encontro entre Administração e Ciência da Computação dentro de um programa de pesquisa em CI. Procuraríamos também, segundo o pensamento de Bachelard (FEITOSA; BARBOSA, 1997, p. 160), “descobrir os valores ideológicos que intervêm na prática científica”, dentro de um plano de construção histórica do conhecimento. Na análise wittgensteiniana, perguntaríamos pelos usos do termo “interdisciplinaridade”. Como temos discutido, a interdisciplinaridade, assim, como conhecemos a partir de Morin, Japiassu e outros, não foi vivenciada dentro da CI. Estas análises que intencionamos construir na visita anterior, e obtivemos, como outros autores, a indicação de baixa representatividade e comunicabilidade do termo e da área de pesquisa em CI. E esta é também a leitura necessária na hermenêutica da interdisciplinaridade da área, pois afirmar que há o acontecimento interdisciplinar pelo simples encontro de pesquisadores nos parece mais um discurso imediatista.

Assim, caminhamos com diferentes perguntas sobre os termos, como Wittgenstein fez em toda a sua atividade filosófica. Muitos trabalhos não terminariam apenas por utilizar um estado da arte da CI e desenvolver um trabalho absolutamente desconectado de seu ângulo de apreensão da informação? Tudo o que se estuda sobre informação é CI? Não é neste momento que a CI sobrepõe – e negligencia – as noções de fenômeno social, objeto científico e fetiche para o termo “informação”, e vive, ela também o fascínio imediatista pela “informação”? Os estudos sobre Economia da Informação, que tem por base as disciplinas Administração e Economia, ou aqueles estudos sobre Inteligência Competitiva, que também tem por base ambas áreas citadas, representam um estudo interdisciplinar em CI?

Podemos assim justificar: isto se deve (as perguntas em torno do paradoxo do interdisciplinar na CI) ao desenvolvimento ainda prematuro da área – a “juventude” da área (GOMES, 2001) –, a sua legitimação e visibilidade nascituras perante a sociedade – uma justificação de ordem kuhniiana (KUHN, 1975). Mas, retomando, isso não seria mais produto de um discurso imediatista e da confusão terminológica da área que é, por natureza – essa, verdadeiramente sua mais profunda natureza –, responsável por evitar os problemas sintático-semânticos de organização de categorias? Isso não seria a verificação de uma desorientação na classificação interna da própria área científica responsável fundamentalmente por classificar o conhecimento, como evidenciada nas tabelas do conhecimento do CNPq? Não seria também a fragilidade de uma historiografia a-cumulativa? E ainda, ao mesmo tempo, se esta é a “sociedade da informação”, como cientistas da informação costumam afirmar, não aparece como paradoxo também justificar que estamos em desenvolvimento e temos baixa legitimação social, além-fronteiras acadêmicas? Se esta é a sociedade da informação e somos a Ciência da Informação, parece não haver ciência mais relevante e reconhecida que esta na contemporaneidade, pelo menos em uma filosofia representacional, que sustenta parte considerável da CI, inclusive sua nomenclatura.

Além dos corredores acadêmicos as perguntas sobre o que vem a ser Biblioteconomia e Documentação ainda são diariamente comuns. A crítica a baixa visibilidade dos termos apresentada por Goffman (1970) continua viva. No entanto, são perguntas que têm respostas claras e bem delineáveis. Do mesmo modo, perguntas sobre o que é Ciência da Informação também são constantes no cotidiano. A sociedade da linguagem ordinária, da linguagem primitiva de que nos fala Wittgenstein (1979) – os indivíduos além dos portões universitários – pouco sabe o que é Biblioteconomia como pouco sabe o que é CI.

Não podemos responder com a mesma clareza ou mesmo com um delineamento que escape a um relativismo infinito, pois, se realmente devemos formular uma definição de CI, temos que ir, segundo a epistemologia da área nos obriga, da Ciência da Computação até as Ciências Cognitivas, a Estatística, a Cibernética, a Linguística, a Administração e ainda nos acharemos constrangidos, ao fim da tentativa, por não poder falar do mínimo, sabendo que há algo mais para ser anexado a definição. Talvez, se partimos da Biblioteconomia e da Documentação, resumimos a significação dessa ciência – mas não seremos claros e exaustivos o bastante, pois é discurso comum que a CI vai além do limite de tais disciplinas, mesmo sendo um outro nome dos estudos de organização do conhecimento.

Falar dentro da CI em solidariedade científica – e não em interdisciplinaridade, um mito pós-moderno e de grande coerência na contemporaneidade, apesar de

pouco praticado, pois poucos trabalhos sobre a teoria interdisciplinar apresentam o cotidiano dos programas interdisciplinares, como afirma um dos grandes teóricos do pensamento interdisciplinar (JAPIASSU, 2007) – é dizer: não existimos e não nos desenvolveremos sem nos comunicar – apenas isso.

Desta distinção necessária entre interdisciplinaridade e aplicabilidade podemos resgatar a questão a ser mais criticamente sublinhada na ideia do fundamento interdisciplinar da CI. São três as questões: a) a obscura ideia de “natureza” interdisciplinar; b) a ideia de que a interdisciplinaridade só é vista no encontro, e não no espírito; c) a ideia de que todo encontro é interdisciplinar. Não há uma natureza definidora a priori de qualquer área – todas as escolas de conhecimento aparecem no desdobrar de eventos e incidentes sociais e políticos, em um cotidiano cumulativo, ainda que a-demarcável. Se isso é interdisciplinaridade, toda ciência guarda em si esta “natureza”. A interdisciplinaridade parte, na filosofia japiassiana, da competência de cada especialista (PINHEIRO, 1998), da autonomia de que nos fala Touraine (2006), isto é, do espírito sólido e simultaneamente solidário do pesquisador que se preocupa com diferentes leituras de seu objeto dando mais relevância aos diálogos na viagem até o horizonte pesquisado que a medição do horizonte que se impõe, sua dominação.

A informação, nos clarificará a pragmática informacional e toda a sociologia do conhecimento do pós-guerra, não tem natureza, mas, sim, uma solidariedade interpretativa, pois, para a organização dos conhecimentos, seja conhecimentos científicos ou quaisquer outros, é preciso dialogar com as categorias a serem ordenadas, com aqueles que jogam com os jogos de linguagem que fazem o uso de tais categorias. Se o desejo do pesquisador é realizar a leitura mais crítica – que poríamos chamar de trans-leitura – de seu Fernando Pessoa, saberá que a poesia de Fernando Pessoa é objeto de olhares da Crítica Literária e da Matemática, como da Música e da Sociologia, como a eutanásia é objeto da Filosofia, da Psicologia, da Medicina e da Química. A importância fronteira que têm Comunicação, Linguística, Psicologia, Ciência da Computação para a CI é análoga a importância fronteira da Filosofia, da Linguística, da História e da Sociologia para o Direito, ou da Estatística, da Linguística, da Antropologia e da Psicologia, para a Sociologia, ou ainda, da Medicina, da Música, da Biologia, da Física e da Linguística para a Fonoaudiologia. Como afirma Gomes (2001),

a Ciência da Informação padece do conflito entre a sua natureza interdisciplinar e a necessidade de delimitação de suas fronteiras. Frente a isso talvez fosse interessante refletir que sua característica interdisciplinar apenas lhe confere um estatuto mais aberto e flexível, capaz de assegurar

reordenações mais constantes e um exercício científico mais próximo de um novo paradigma da construção do conhecimento, o que não reduz a necessidade de definição do seu núcleo disciplinar. Toda disciplina científica, mesmo na ciência contemporânea, deve adotar comportamentos de abertura e de estabilidade, já que sem alguma base estável que delimite seu campo teórico-prático, não se estabelecerá enquanto disciplina.

Se pensarmos, como Shera (1997) e Le Coadic (1996), na história da CI como a história de certos deslocamentos institucionais-terminológicos – da Biblioteconomia, da Bibliografia, da Documentação, da Recuperação da Informação, entre outras –, diríamos, de forma clara, que a CI é a área que mais trabalha com o diálogo, a solidariedade entre saberes, pois para organizar um acervo ou conjunto de documentos de cunho jurídico, era preciso um jogo de solidariedade entre advogados e bibliotecários e documentalistas. Falando em solidariedade estamos usando um antigo termo que nos permite bem menos confusão, incerteza e fetichização como o termo interdisciplinaridade.

Esse diálogo – a solidariedade – não se configura, em sua natureza, como um evento interdisciplinar. Esse só poderá ser realmente promovido pelo espírito autônomo e transleitor do bibliotecário, do documentalista ou do cientista da informação em questão, o desejo de transexplorar a comunhão dos saberes. Do mesmo modo, parece-nos também frágil a justificativa de defender a interdisciplinaridade em razão do pós-modernismo científico financiado e/ou vivenciado por uma certa “sociedade da informação” sediada em uma certa “pós-modernidade”, como comumente se faz – e mesmo também acreditamos ser frágil o desdobrar de “longas listas” sobre as disciplinas que se relacionam com a CI, como se isso fosse o grande campo teórico a ser investigado dentro da área: o conteúdo que está atravessando nossas fronteiras. Isto é reduzir o conceito de “contexto” ao determinismo da situacionalidade; o conceito de interdisciplinaridade ao consumo que se faz de teóricos e teorias, à simples apropriação.

Ao percebermos criticamente que, ao longo da formação discursiva dos leitores, comentaristas e críticos da pós-modernidade, esta apresenta uma característica ligada à proliferação de nomes – inferência permanente de conceitos – e a corrida por identidades, por representações, traçamos um paralelo panorâmico com evidências destas características na CI. No entanto, isto não nos permite dizer, pelo simples paralelismo contextual, que a CI é pós-moderna⁵. O pragmatismo desen-

5 A CI, lembremos, pode ser em outros ângulos pontuada como ciência pós-moderna, a partir de outros pontos de referência. Se tomarmos a CI a partir de uma referência econômica, e não

volve a importância da reflexão a partir de contextualizações e re-contextualizações, não para afirmar que o contexto representa o objeto, mas para discutir que, dentre outras esferas dialógicas de compreensão dos fenômenos, desejos, instituições, o contexto interfere na constituição de seus significados e deve ser sempre adotado como referência elementar.

A chamada “ciência pós-moderna”, nos lembra Carlos A. A. Araújo (2003), em sua leitura de Boaventura Santos (1987), é marcada pela superação da racionalidade cartesiana, superação da separação entre sujeito e objeto, busca pela ordem, entre outras características. É exatamente na base dessas faces que a CI é construída – a busca pela exatidão, pela precisão e pela eficiência levantadas pela teoria da informação de Shannon e Weaver (1975), seguida pela supervalorização do mentalismo em determinadas linhas de argumentação da tradição cognitiva informacional. Observar que a CI aparece no bojo da formação discursiva da pós-modernidade e que, por isso, é pós-moderna, é basear-se no mais criticado ângulo teórico do pragmatismo, o relativismo infinito.

Não é necessário mencionar as elites e o elitismo das ciências espelhado nas leis bibliométricas para mostrar o imobilismo com que se coloca o cientista da informação em face do seu objeto. A ciência da informação entende e estuda a informação como uma categoria fechada, imóvel, fixa. (MOSTAFA, 1986, p. 196)

Ao invés de partir de uma hermenêutica da dinâmica dos jogos de linguagem, como o fez Wittgenstein em sua filosofia pragmática, adota-se o contexto como determinante para a característica do objeto, da ciência, da instituição – e assim aparecem os discursos da interdisciplinaridade como natureza e a pós-modernidade como característica da CI. Como nos alerta Lojkine (1999, p. 41), “os critérios de gestão e de organização da produção (...) não serão espontaneamente modificados sob a pressão de um novo contexto sociotécnico”. As principais características do processo que identifica o mundo moderno, a revolução industrial, estão nas “máquinas-ferramenta especializadas”; “peças, pautas e produtos estandarizados”; “transmissões mecânicas, cadeias e sequências rígidas, segundo o princípio de uma continuidade mecânica” (LOJKINE, 1999, p. 72).

epistemológica, ela é, sim, um protótipo da ciência pós-moderna: transforma, como nos lembram Mostafa e Maranon (1992, p. 210), a informação em algo factual – em dados -, ou seja, fragmenta seu objeto – a informação – e legitima sua dispersão, legitimando, por outro lado, sua própria justificação – a CI se justificaria por ser a ciência fragmentada, ciência das fronteiras, dispersa.

É esta mecanização da linguagem, definição de padrões de representação e otimização de máquinas especializadas em armazenar e transmitir a informação em uma “continuidade mecânica” a estrutura da CI, no entanto, naturalmente, em contextos diferentes daqueles de três séculos atrás. É esta linha funcional que legitima e institucionaliza o termo “ciência da informação”, uma corrente de pensamento – uma tradição, a tradição física dos estudos da informação – fundamentalmente reducionista, especializada, moderna. Apesar dessa nascer do confronto e do diálogo de diferentes focos de estudo, em uma ebulição que parece lembrar – ou diretamente remete – ao contorno da multiplicidade e circularidade dos discursos apresentados pelo pensamento pós-moderno, a CI se constituirá “exatamente nos moldes das ciências modernas, sobretudo a partir do modelo das ciências exatas, buscando atingir um conhecimento exato” (...). (ARAÚJO, C., 2003).

A linha funcional da filosofia de Shannon e Weaver (1975) coloca a informação como um sinal que atravessa um canal, partindo de um transmissor até chegar a um receptor – assim, as perguntas mais importantes a serem feitas no estudo da informação a partir dessa linha são, entre outras: como podemos medir a quantidade de informação?; como podemos medir a capacidade de um canal de comunicação?; se o sinal que está sendo transmitido é contínuo em vez de ser formado por símbolos distintos, como este fator afeta o problema? Afastando a noção de informação da noção de significado – “especificamente, informação não deve, por equívoco, ser compreendida como significado” (SHANNON; WEAVER, 1975, p. 9) –, a teoria matemática permite compreender a informação como um bit, buscando condições naturais – como o faz a termodinâmica – para empreender o controle desse bit, para identificar os caminhos que levam até sua continuidade mecânica. A CI, aparece, pois, reafirmamos, como uma área dentro dos estudos de organização do conhecimento anti-interdisciplinar.

Shera (1997) nos mostra com clareza essa crítica ao longo trabalho de listagem de disciplinas fronteiriças acima mencionada: a CI, se foi, é ou pretende ser interdisciplinar, o é, foi ou atingirá este grau porque é oriunda da Biblioteconomia, esta, neste conceito de interdisciplinaridade, a mais interdisciplinar das ciências por ser a mais antiga prática de sistematização dos conhecimentos, que não necessitava do termo “interdisciplinaridade” para se representar com mais acuidade. A Biblioteconomia sempre trabalhou com conhecimento – com a organização do conhecimento. Retomando Mostafa (1986, p. 174-175), os estudos de organização do conhecimento na esfera erudita, humanista, de cunho retórico-filológico atuavam a partir de um “projeto interdisciplinar onde a biblioteconomia seria a mais interdisciplinar de todas as ciências humanas ou sociais”. A Biblioteconomia humanista era uma disciplina que ligava as outras, permitia o diálogo.

Isto se dá, como visto, porque CI será fruto de uma corrente oriunda da Biblioteconomia Especializada, que dará origem aos profundos estudos de Bibliografia, que, por sua vez, abrirão caminho para uma Documentação voltada para a mecanização da linguagem, esta, base da institucionalização do conceito de “ciência da informação”. Assim, a CI aparece após uma incessante viagem em direção à especialização dos estudos informacionais, em direção a coisificação do conhecimento. Com os muros da especialização constituídos na ciência moderna, da qual a CI é uma disciplina modelo em sua construção, “não há mais porque fazer filosofia” (MOSTAFA, 1986, p. 176), não é mais necessária uma abordagem humanista, sua retórica e sua filologia. A base teórica da CI – como é a base da Documentação – um positivismo ou um neopositivismo. Há todo um pensamento baseado no fisicalismo da filosofia positiva do conhecimento – muitas das vezes, diretamente influenciado pelo Círculo de Viena, em suas revisões do primeiro pensamento de Wittgenstein (MOSTAFA, 1986, p. 177). O fisicalismo é aquela abordagem que “privilegia a ciência e a considera como a única forma de conhecimento”. Em outras palavras, “os enunciados que não forem possíveis de verificação física são sem sentido para as ciências” (MOSTAFA, 1986, p. 185, 188). Se a informação não puder ser comparada com um bit, como o fez a teoria matemática da comunicação, ficava difícil considerá-la um objeto científico.

Adotando o citado pensamento sheriano, a questão da interdisciplinaridade é tão intrínseca aos estudos informacionais que é justamente esta área a que menos deve se surpreender com a defesa da novidade interdisciplinar do fim do século XX – mais um discurso do novo, da nova ciência, da ciência pós-moderna. Seria precisamente, a CI, a área de pesquisa que mostraria ao universo científico: nós sempre incentivamos e procuramos praticar esse modelo de pensamento, e continuaremos a fazê-lo permanentemente, dia-a-dia, pesquisa ante pesquisa, sob a nomenclatura que os discursos propagarem. Em outras palavras: nós “sempre” fizemos ciência assim, sem precisar de novos nomes; o que hoje se diz interdisciplinar, dizemos bibliotecário, ou bibliográfico.

No entanto, a CI – enquanto uma nova ciência oriunda da institucionalização do termo “ciência da informação” dentro do escopo dos estudos de organização do conhecimento – não pode fazê-lo; e não o pode por uma questão histórico-pragmática: ela não nasce interdisciplinar; não tem uma natureza interdisciplinar; ela institucionaliza-se como uma nova especialização do século XX, exatamente como tantas outras; como uma outra ciência moderna, “positivista e funcionalista” (ARAÚJO, 2003). Para a CI, estruturada em uma historiografia kuhniana, sem passado, fragmentada por saltos, anulações e revoluções, a interdisciplinaridade é

uma novidade, como para as demais ciências que negaram, a partir do positivismo unilateralista, o humanismo amplo e cumulativo, de cunho retórico-filológico.

Essa resposta da CI ao discurso do novo no plano do termo “interdisciplinaridade” é apenas a verificação de que esta é uma prática comum ao conhecimento sustentável. Justamente da CI deveria, nessa reflexão, partir da crítica millsiana (MILLS, 1975, p. 97), que nos lembra que o pluralismo de princípios pode ser tão dogmático – e vazio – quanto o monismo de abordagens. E acreditamos que a epistemologia dos estudos informacionais está entre as escolas de pensamento que mais coerentemente podem discutir essa questão, pois mesmo trabalhando no cotidiano com programas multidisciplinares, muitas vezes a interdisciplinaridade não é construída. Ao contrário, a multidisciplinaridade em inúmeros programas de pós-graduação em CI, pode ampliar o fragmentaríssimo, o conhecimento desconstruído dentro de uma só disciplina, o que pode se demonstrar como caso mais crônico que a dispersão absoluta e o isolamento das disciplinas gerais do conhecimento, pois o inter e o trans devem nascer já no espírito de cada comunidade, nos diria Touraine (2006), e não na chegada de novos olhares, como anteriormente mencionado.

A narrativa brookesiana, lembrada por Matheus (2005), anotada há quase três décadas, nos acompanha nesta angústia. Em uma expedição a uma Escola de Ciência da Informação, nos relata Brookes (1980a), podemos encontrar o professor de linguística para CI, o doutor em ciência da computação que ministra a disciplina de ciência da computação para CI, o mestre em estatística que leciona as técnicas estatísticas para os estudos informacionais, mas dificilmente somos apresentados ao professor de Ciência da Informação. Se insistimos na pergunta: onde estão os professores de CI, a resposta, continua Brookes (1980a), toma os seguintes rumos de justificação, e não de explicação: esta área é uma mistura – “*the peculiar mix*” – de diversos saberes. Se não há professores de CI, haverá uma CI? Como e onde podemos posicionar esta ciência? Como afirma Brookes (1980a), há um território específico dos estudos informacionais, com problemas específicos e uma visão específica sobre as relações humanas – e não há futuro algum em uma mistura incoerente de elementos de um grupo arbitrário de disciplinas.

É preciso recuperar nossas visitas anteriores para lembrar que a grande justificação para o discurso interdisciplinar está na incorporação do termo “informação”. Este aparecerá no bojo dos estudos sobre informação sediados – com outros nomes – em Biblioteconomia e Documentação, como nos lembra Hjørland (2000), para permitir a incorporação das modernas tecnologias como campo fundamental de pesquisa nos estudos informacionais. Desta maneira, a interdisciplinaridade na CI tinha a intenção, dentre outras, de “atualizar” rapidamente as pesquisas na área da

organização do conhecimento com estas modernas tecnologias. Como bibliotecários e documentalistas, em geral, não possuíam “domínio” sobre tais ferramentas, era preciso trazer para o debate uma nova área.

É preciso apreender criticamente que atualização tecnológica foi – e é –, em muitas das vezes, uma corrida do praticalismo científico do século XX, as respostas rápidas de uma filosofia imediatista. Como afirma Mills (1975, p. 100),

a ideia de que as instituições em geral estão atrasadas em relação à “tecnologia e à ciência” em geral é muito popular. Envolve uma avaliação positiva da ciência e da transformação progressiva orientada; em suma, é uma continuação liberal do Iluminismo, com todo o seu racionalismo, sua admiração messiânica e hoje politicamente ingênua da ciência física como modelo de pensamento e ação, e da concepção do tempo como progresso. (...) As noções de progresso, como já se observou frequentemente, são quase sempre congênicas aos que ascendem na escala da renda e da posição.

A interdisciplinaridade, vista a partir, por exemplo, de Japiassu (2007), deve ser tomada tanto pela realização de um espírito, quanto pelo incentivo ao diálogo, e não necessariamente demarcação de um método, e menos por uma definição estrutural, a fundamentação de uma natureza. Mas esse método – se podemos falar de método prefiro, como Wittgenstein (1979), apenas experiência, convívio – já é antigo. É a estratégia de conhecer – a autonomia do conhecer – de Leonardo da Vinci, de Bosch, de frequentemente, de Gauchinha, de Euclides da Cunha.

Todas as ciências humanas carecem de uma gama ilimitada de abordagens para ampliar as esferas de significação de seus olhares, as sensibilidades para interpretação. As demais ciências, da mesma forma, também dependem da convergência de visões de mundo, mas é mais nítida a dependência das áreas humanas e sociais, pois seu objeto é estruturalmente a variedade humana (MILLS, 1975), a complexidade. “A variedade humana inclui a variedade de seres humanos individuais, que também a imaginação sociológica deve apreender e compreender” (MILLS, 1975, p. 145).

Assim, compreender a variedade – ou a diversidade ou a complexidade, este, o novo termo dos discursos epistemológicos – é procurar diferentes estratégias de apreensão, buscar diálogos com áreas aparentemente opostas, é ser interdisciplinar, como tantos espíritos já o foram, independente de seus edifícios de trabalho, independente de seus supostos métodos que monitoram sua atuação. Como afirma Mills (1975, p. 151), “à medida que cada ciência social progride, sua interação com

as outras é intensificada”. Logo, a CI certamente terá cada vez “mais” interdisciplinaridade por uma ordem social do desenvolvimento científico, não por uma ordem natural, ou por razão de sua natureza.

Desta forma, se é relevante a discussão sobre interdisciplinaridade em CI – e ela é, podemos afirmar por um estudo bibliométrico da ocorrência do termo em livros e artigos, por discursos como o de Oliveira (2005), por pesquisas como a de Carlos Araújo (2007) – acreditamos, crítica e poeticamente, segundo Bachelard (1974), que tal deliberação deve mais focar-se em conceitos como solidariedade e autonomia. A solidariedade que reconhece que seu objeto nunca sobrevive socialmente sob um só método e uma só teoria. A autonomia de que apenas o pesquisador que se constrói a partir de múltiplos olhares, como no universo humanista, pode fundamentar a vigência de hábitos interdisciplinares.

Como nos lembra Gomes (2001),

Quando são analisados os resultados dos estudos empíricos e teóricos que buscaram identificar o núcleo interdisciplinar da Ciência da Informação, pode-se constatar que, até mesmo aqueles recentemente divulgados (...) acabam muito mais por indicar as áreas visitadas pela Ciência da Informação e das quais incorpora ou poderá incorporar conhecimentos, o que indica a necessidade de uma certa cautela em afirmações no que tange a definições muito positivas quanto à indicação de disciplinas fronteiriças como integrantes do seu núcleo principal.

Definir a cientificidade da CI como o fez Saracevic (1996) – ou definir sua razão de existir e a razão de sua evolução – nos parece, assim, uma formulação flutuante, que pensa o contexto apenas em sua representacionalidade, ou seja, o que ele representa enquanto realidade situacional. Para Saracevic (1996) a CI se justifica por ser a) participante da sociedade da informação; b) interdisciplinar; c) diretamente relacionada às novas tecnologias da informação.

A CI – ou seus outros nomes, como Biblioteconomia, Documentação, Biblioteca e Ciência da Informação – justifica-se, acreditamos sob uma epistemologia da imaginação, não porque é participante ativa da sociedade da informação, ou porque é uma resposta imediata – e imediatista – aos problemas de uma “explosão da informação”, mas de toda e qualquer sociedade; se é, em determinados espíritos, interdisciplinar, o é por estes perfis de pesquisadores, não porque nasceu de uma essência interdisciplinar; e a CI não necessariamente é mais interdisciplinar que outras; e, por fim, a CI não é uma ciência por estar diretamente ligada as novas

TICs – todas as ciências, ao longo do século XX, estão conectadas a estas, umas muito mais que a CI, outras bem menos.

A CI, repetimos, nasceu como uma especialização. Não tem uma natureza interdisciplinar, nem a interdisciplinaridade é seu critério delineador – ao contrário, aparece em muitos discursos como a categoria que estratifica, fragmenta ou desagra o que são os estudos de organização do conhecimento.

A interdisciplinaridade efetiva é aquela que se atualiza no campo das abstrações teóricas, do estabelecimento das metodologias, mas também nas intervenções que as disciplinas promovem no social. Muitas vezes a característica interdisciplinar é examinada apenas a partir da focalização do movimento interno de uma disciplina e, às vezes, detendo-se apenas na perspectiva teórica. (GOMES, 2001)

A legitimação de uma CI dentro dos estudos de organização do conhecimento esteve inicialmente ligada a uma formação discursiva que não contemplava o social – a informação era vista como um sinal. Esta construção era apenas um movimento interno de teóricos dentro do grande escopo dos estudos da informação, que remontam as tradições ligadas a Biblioteconomia. Em outras palavras, tomando como empréstimo o discurso de Gomes (2001),

(...) tem-se a falsa impressão do exercício da interdisciplinaridade, já que às vezes se realiza um juízo que tende a desconsiderar, ou preterir a um lugar secundário, a ocorrência dessa interdisciplinaridade no interior da realidade social que envolve a práxis que se desdobra do fazer científico, entendida aqui enquanto cenário no qual se realizam as intervenções no social.

Essa reflexão se torna fundamental não para confirmar a característica interdisciplinar da Ciência da Informação, porque seu próprio objeto de estudo aponta para a relevância deste seu caráter, mas, para que se possa verificar quais as disciplinas que de fato dialogam com ela a ponto de atualizarem esta interdisciplinaridade, justificando a inclusão dessas disciplinas na composição do núcleo principal da Ciência da Informação.

Para concluir, os discursos kuhnianos e a pró-natureza interdisciplinar/pós-moderna na área parecem apenas disputar a batalha pelo “prestígio científico”, como nos observa criticamente Guzmán Gómez (2005). No entanto,

Un elemento a destacar en esta etapa definitoria para el área, es el hecho de que su condición interdisciplinar no afectó en ninguna medida la constitución del campo como disciplina científica. De manera paradójica, se encontrará en este rasgo de la naturaleza epistémica del área, por un lado el impulso a su desarrollo en materia de investigación y práctica profesional, mientras que por otro lado, servirá de freno a su constitución en campo o disciplina reconocida dentro de la comunidad científica, como lo fueran los espacios rigurosamente delimitados en materia de fronteras disciplinares.

Assim, a transformação de nomenclaturas verificada pela promessa política de um paradigma internacional- e não pela transformação, a priori, dos próprios pesquisadores da casa que se quer múltipla – bem como a afirmação rasa de uma “natureza interdisciplinar” são exatamente pontos críticos que a epistemologia bachelardiana e o pragmatismo wittgensteiniano nos trazem. Não é imprimindo um novo nome para abarcar novos discursos e promovendo grandes encontros que teremos uma ciência que vivencia o complexo, mas fazendo de bibliotecários, de arquivistas, de documentalistas e museólogos, promotores da interdisciplinaridade, algo que, na prática, sempre foram, apesar de teoricamente refugarem ao longo da história – evidência importante, que talvez justifique, de forma generalizada, o discurso corrente da CI, em diferentes instituições, em se dizer interdisciplinar apenas pela quantidade de mentes de disciplinas diferentes que convergem para seus edifícios, ou de diferentes mentes estudando o tema informação.

Sem uma hermenêutica da interdisciplinaridade, como nos convoca o pragmatismo informacional, a “natureza interdisciplinar” ficará para CI como nosso mais belo e frágil mito de origem. A sensibilidade compartilhada por Goffman (1970), logo após as primeiras alterações que mais influenciarão o restante das instituições da área, em forma de interrogação, acredito, décadas depois, ainda é contemporânea de nossas próprias origens e vivências nebulosas: Ciência da Informação: disciplina ou desaparecimento? Na verdade, desde a institucionalização deste nome, esta indagação goffmaniana é uma angústia que nos cerca, que nos incomoda, que questiona nossa pretensa identidade.

A CI nasceu politicamente – ao cientificar a meta-representação – e epistemologicamente – ao tecno-especializar a meta-representação – como uma ciência contra o interdisciplinar. As afirmações que dizem “a Ciência da Informação nasceram interdisciplinar”, em nossa historiografia, permitem-nos responder: Isto não é Ciência da Informação. Como Magritte, antes de afirmar ou combater uma afirmação, a resposta é uma carta crítica e poética às possibilidades de engano que

as imagens, os termos e os discursos podem nos conduzir; um alerta ao poder representacional de nossas mais revisadas convicções. Antes de negar, o que demonstramos, como na filosofia do não bachelardiana, é que a negação é possível, tão possível quanto a afirmação. Ambas são narrativas, ou fragmentos de narrativas.

DESUSOS DO MESSIANISMO DO PARADIGMA

A corrida para desinventar tradições

Os administradores da instituição científica: guardiões, firmes conservadores de “o que é” (verdadeiro), trazem um julgamento em nome da lógica universal, sobre os atos de errar que o espírito do indivíduo efetua dentro do labirinto onde este circula pois eles o dominam com seu olhar, um olhar passivo, aflito de esterelidade pela constância de sua ética.

Abraham Moles

PRETENDEMOS AQUI DISCUTIR A QUESTÃO DA CLASSIFICAÇÃO EPISTEMOLÓGICA da CI. Mais especificamente, a discussão acerca do conceito de paradigma dentro dos estudos informacionais, discussão esta que nos leva a procurar uma outra noção para denominar as categorias científicas da epistemologia informacional. A partir disso, identificamos e problematizamos o uso de uma outra noção para o contexto desta viagem, noção que acreditamos ser mais coerente para imaginar o desenvolvimento epistemológico da CI – fundamentalmente para compreender o pragmatismo informacional de nossas investigações meta-científicas. Falamos da noção de tradição, amplamente utilizada na viagem, como já pode ser observado.

A justificação para o desdobramento de uma visita específica dentro desta viagem apenas para pontuar a escolha de uma outra noção – o que poderia ser brevemente apresentado na metodologia, junto de nosso vocabulário de mão –, se dá por algumas questões que, no âmbito de nossa investigação, são fundamentais. Dentre estas, a questão que nos parece mais essencial diz respeito ao empréstimo ilimitado, algumas vezes acrítico, do conceito de paradigma, segundo a conceituação de Thomas Kuhn, amplamente utilizado na descrição epistemológica das Ciências

Sociais em geral e, por extensão, da CI, reproduzindo-se em artigos, capítulos e livros¹.

Esta adoção tem suas importantes contribuições – basta analisar, como veremos, a relevância do filósofo da ciência para compreendermos esta questão. No entanto, não só o uso explícito de Thomas Kuhn para contar a história da CI como também os desdobramentos deste uso podem nos levar a uma série de negligências epistemológicas, afastando-nos de uma reflexão crítica. Encontramos na leitura crítica de Assis (1993) para as ciências sociais nossa mais sensível percepção diante dos problemas que se multiplicam com certos usos de Kuhn na área. Este autor apresenta-se como um outro companheiro direto na presente visita.

A importância de Thomas Kuhn para a filosofia da ciência é inegável. Como afirma Rorty (1997) a distinção entre ciência e não-ciência foi minada com o tratado filosófico mais influente do mundo anglófono nos últimos cinquenta anos: “A estrutura das revoluções científicas”. Segundo Laudan *et. al.* (1993, p. 19) Stuart Hughes observou que,

durante as duas últimas décadas, a história da ciência avançou com uma autoconfiança que a isolou de outras áreas da história intelectual. Ele notou também que o campo foi enormemente beneficiado com o prestígio da obra de Thomas Kuhn. Foram boas décadas para a história da ciência, mas há hoje considerável evidência de que as preocupações intelectuais que tanto contribuíram para a atual visibilidade do campo não estão sendo devidamente atendidas. Para florescer o campo deve crescer e para crescer de modo forte e duradouro é preciso outra vez envolver-se profundamente no desenvolvimento de uma teoria geral da mudança científica. E não há melhor lugar para começar do que uma séria apreciação dos modelos de ciência atualmente disponíveis.

Diante das dificuldades de recuperação de uma epistemologia informacional crítica e profunda, como visto no capítulo anterior, estas observações se encaixam de maneira clara à realidade teórica da CI. Acreditamos ser de grande conveniência discutir o conceito de paradigma e sua adoção nas ciências sociais e na CI, pois esta

1 Relacionamos, apenas a título ilustrativo, alguns autores que trabalharam e/ou discutiram nos últimos anos o termo de Thomas Kuhn, desenvolvido na *Estrutura das Revoluções Científicas*, dentro das Ciências Sociais em geral e dentro da CI. Kuhn em narrativas epistemológicas das Ciências Sociais: TOURAINE (2006); Kuhn nas narrativas epistemológicas da Ciência da Informação: FOSKETT (1980); LENZI & BRAMBILA (2006); MATHEUS (2005); NEHMY *et. al.* (1996); CAPURRO (2003); PAIM (1996).

argumentação tem um estatuto circunstancial e limítrofe para o objetivo desta pesquisa: realizar a leitura de uma determinada forma de vida epistemológica dentro da área. Nossa pergunta aqui é: como podemos narrar a história das tradições da CI e que escolhas historiográficas nos permitem narrá-la?

A análise desta presente visita permitirá abrir caminho para exploração de alguns pontos importantes no estudo epistemológico proposto, a saber:

- a) aprofundar as discussões sobre cientificidade em CI;
- b) propor noções sobre a classificação das movimentações epistemológicas da área;
- c) desvelar pontos críticos no posicionamento da CI como disciplina social e aplicada;
- d) rever posicionamentos de justificação epistemológica na epistemologia informacional;
- e) abrir alternativas para um criticismo informacional, na busca por compreender a epistemologia como um campo de revisões, anti-espontâneo, como nos convoca Bachelard (1968, 1974, 1983).

Paradigmas segundo Thomas Kuhn: em direção a Ciência da Informação

Em uma leitura crítica sobre o empréstimo do conceito de paradigma realizado pelas Ciências Sociais, Assis (1993)² aponta que a importação do termo kuhniano, produzida com um olhar sob as ciências naturais, causou mais confusões que resultados relevantes. Com a publicação do clássico trabalho de Thomas Kuhn, *Estrutura das Revoluções Científicas*, em 1962, a dispersão discursiva do conceito de paradigma, grande categoria de análise da obra, ocorre sobre diferentes disciplinas, mesmo diante da pluralidade de significados que sua revisão desdobra. Dentre as motivações que levaram as ciências sociais a importarem o conceito de paradigma de Kuhn, Assis (1993) aponta a necessidade permanente que estas têm de se afirmar como ciências.

Como lembra Assis (1993),

Kuhn divide o desenvolvimento científico de uma disciplina particular em dois grandes componentes: ciência normal e revolução científica. Durante os períodos de ciência normal, os cientistas concordam acerca dos fundamentos de sua disciplina e o grosso de seu trabalho se dá no

2 Jesus de Paula Assis é físico, mestre em Sociologia, doutor em Ciências Sociais e fez seu pós-doutorado na Escola de Comunicação e Artes da USP.

sentido de articular esses fundamentos e de ampliar sua aplicabilidade. Já nos períodos de revolução científica, acontece o debate entre alternativas rivais, no qual os participantes de cada escola baseiam seu discurso em conjuntos diferentes de fundamentos. Logo, não existe campo neutro no qual avaliar as diferentes teorias. O debate não é racional, no sentido de sempre esbarrar em questões que não podem ser resolvidas de comum acordo entre as partes, recorrendo ambas a um foro neutro e reduzindo seus diferentes discursos a um comum, via mecanismos inteiramente lógicos.

Ao longo da “Estrutura das Revoluções Científicas” registra-se que uma atividade científica se torna paradigmática quando cessa o debate em torno dos seus princípios, ou seja, quando há uma espécie de ecumenismo provisório para tal consenso, um acordo em torno do objeto único, validável e promissor. O que antecede este acordo pode ser considerado um debate desorganizado, vindo de diferentes visões de mundo (KUHN, 1975). Como indica Kuhn (1975)

na ausência de um paradigma ou de algum candidato a paradigma, todos os fatos que possivelmente são pertinentes ao desenvolvimento de determinada ciência têm a probabilidade de parecerem igualmente relevantes. Como consequência, as primeiras coletas dos fatos se aproximam muito mais de uma atividade ao acaso do que daqueles que o desenvolvimento subsequente da ciência torna familiar³

Há um momento em que uma dada escola ganha uma evidência consideravelmente vultuosa, e derruba as demais. A partir do momento em que a competição dá lugar a estabilidade de um consenso epistemológico,

3 Assis (1993) demonstrará que esta visão kuhniana da ingenuidade inicial da pesquisa, refém do acaso e não da sistematização crítica, também pode ser apontada no estado de maturidade científica do modelo da “Estrutura das Revoluções Científicas”, pois “nenhuma teoria nova está de acordo com todos os fatos já conhecidos do campo que pretende explicar. Essa característica das teorias científicas é reconhecida, seja por um positivista lógico ortodoxo, seja por um filó-anarquista em epistemologia. Assim, quando a comunidade aceita um paradigma, o que ela está aceitando é, na verdade, uma promessa de resolução de problemas futuros, promessa que se impõe sobre as outras com base no sucesso obtido na resolução dos problemas já examinados. Neste sentido, pode-se também dizer que a aceitação de determinado paradigma é um fenômeno irracional: ele é aceito menos pelo que fez no passado e mais pelo que se sente ele poderá fazer no futuro”.

o paradigma da escola vencedora ganha aceitação geral e passa a ser base de toda a tradição de estudo naquele campo. Depois disso, pode haver especialização, isto é, cada grupo de cientistas pode se dedicar a determinado conjunto de fenômenos, com diferentes grupos podendo estudar diferentes fenômenos. O que importa é todos os grupos admitirem uma ontologia comum e, mesmo estudando fenômenos diferentes, concordarem com que estes sejam manifestações das entidades catalogadas naquela ontologia aceita por todos. (ASSIS, 1993)

Definida a via de um paradigma único – ou, diante da atualização da promessa de sucesso do paradigma (KUHN, 1975) – inicia-se a fase chamada ciência normal. Aqui os cientistas têm por tarefa aperfeiçoar padrões de medida, o cálculo das constantes da teoria e ampliar o campo de aplicação do modelo. Neste momento, não há confronto entre teorias rivais. A decisão racional entre duas saídas é inconcebível, pois o paradigma carrega consigo seus próprios métodos de avaliação. Aquilo que pode resistir como elemento não integracional ao paradigma, será chamado de anomalia. A princípio, as anomalias ficam renegadas, reservadas para um momento posterior incerto. Esta data incerta pode guardar o olhar de um pesquisador ou grupo de pesquisadores de prestígio, que, verificando o esgotamento do paradigma, voltar-se-ão para uma dada anomalia que está na encruzilhada de certos caminhos de solução de problemas. (ASSIS, 1993)

Desta forma,

não há como pesar racionalmente todos os fatores a serem levados em conta na decisão de se abandonar ou não um paradigma, via regras explicitáveis e que devam ser aceitas por todos, sob pena de acusação de inconsistência ou irracionalidade para quem não as admita. Os ligados a prestígio dispensam comentário. Mas também não é possível decidir quanto é *muito tempo* para que um problema resista à solução, ou o quanto um problema é central dentro de uma teoria. Do ponto exclusivamente lógico, não há como definir univocamente tais questões. (ASSIS, 1993)

Kuhn (1975), no posfácio de sua obra, confere ao conceito de paradigma dois sentidos diferentes: de um lado, o vocábulo remete a constelação de crenças, valores e técnicas partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada; de outro, denota um tipo de elemento desta constelação. Esta revisão parece ter sido um dos aspectos que mais levaram os cientistas sociais a realizar uma “auto-análi-

se” de sua disciplina a partir de Kuhn. Trata-se de um esclarecimento proposto pelo autor que aproxima ainda mais sua análise de um olhar antropológico da ciência, e não mais um olhar mecânico. A metáfora da constelação de crenças, valores e técnicas partilhadas parece responder diretamente pela forma como se dá a tessitura coletiva do conhecimento nas ciências humanas e sociais. Desta forma, âmbito das ciências sociais, como afirma Assis (1993), a Estrutura das Revoluções Científicas foi adotada

como um manual para descobrir, de modo mecânico, ciências paradigmáticas ou ciências em vias de paradigmática. Notadamente nas ciências sociais, surgiram autores que, apoiados num mal compreendido Kuhn, descobriram que elas são tão ciência quanto as ciências naturais, visto que *possuem paradigmas*.

É necessário, no entanto, compreender que os paradigmas ou “constelações sociais” se definem como elementos de anulação, e não de reinterpretação da realidade social, ponto-chave que começa a se chocar com a ideia da atividade científica assim como ela se dá nas ciências sociais. À primeira vista, no que diz respeito ao âmbito teórico, o conceito de paradigma realmente muito se aproxima das ciências sociais. No entanto, uma rápida leitura crítica, bachelardiana, de sua forma de sedimentação, demonstra as primeiras incongruências na sua adoção para os cientistas sociais se auto-analisarem.

Para além do ponto de vista teórico, Assis (1993) argumenta que esta importação parte, dentre suas justificativas, da seguinte questão: diante da posição política de prestígio que a ciência ocupa na sociedade contemporânea, a “necessidade aparente que as ciências sociais têm de se mostrar científicas faz com que autores para os quais essa preocupação é mais premente usem Kuhn como seu principal apoio argumentativo”. Esta necessidade política é íntima da CI em diferentes aspectos, e pode ser despreendida de discursos, em vários momentos, como em Brookes (1980a, 1980b), Shera (1973), Araújo (2003).

A plataforma epistemológica da CI, bem como a discussão levantada por Assis (1993) no contexto das ciências sociais, nos propõe uma revisão da utilização do conceito de paradigma dentro da organização do conhecimento. A CI, como ciência social aplicada, tende a importar inúmeros conceitos das ciências sociais e humanas em geral – mas também, como tantas, por necessidade, apresenta uma grande rede de empréstimo de vocábulos de disciplinas de estruturas teóricas e metodológicas diferentes, como as ciências exatas e biológicas. Este empréstimo, como visto, é muitas vezes confundido com uma movimentação interdisciplinar.

Cabe-nos rever o estatuto das traduções e as consequências práticas destes usos. Recentemente, Nehmy *et. al.* (1996), Eugênio, França e Perez (1996), Capurro (2003), Lenzi e Brambila (2006) e Oliveira (2005) realizaram trabalhos dentro da CI que fizeram o uso do conceito de Kuhn, para citar alguns, dentre inúmeros.

Capurro (2003) parte da tese da “Estrutura das Revoluções Científicas” e classifica a história da epistemologia da CI a partir de três grandes paradigmas: o físico, o cognitivo e o social. Em Nehmy *et. al.* (1996), seguindo um olhar oposto, a leitura da visão do desenvolvimento da ciência segundo Kuhn indica que a CI como uma ciência carente de amadurecimento, ou seja, carente de paradigmas. Os autores buscarão em Kuhn o suporte para refletir sobre o estatuto científico da área.

Eugênio, França e Perez (1996) partem do pensamento kuhniano para construir a definição de CI. No cerne desta construção, os pesquisadores afirmam, também em um olhar oposto ao de Capurro (2003), não existem paradigmas dentro da área. “Não há na Ciência da Informação algo que Kuhn chama de paradigma, alguma ideia que seja consensual, hegemônica e que defina limites para o desenvolvimento dessa ciência”. (EUGÊNIO, FRANÇA, PEREZ, 1996).

Desta forma, os pesquisadores percebem a área, feito Nehmy *et. al.* (1996), como uma ciência imatura, “em busca de um paradigma que dê sustentação e abra horizontes para o estudo e a pesquisa” (EUGÊNIO, FRANÇA, PEREZ, 1996). Eugênio, França e Perez (1996) defenderão que, dentro da ciência social aplicada que é a CI, os cientistas, além de afirmar o paradigma vigente – que ainda estaria por se definir – precisavam fundamentar a teoria consensual com um resultado prático.

Lenzi e Brambila (2006), partem, de certo modo, do mesmo olhar de Eugênio, França e Perez (1996) e Nehmy *et. al.* (1996), indicando que, sendo a CI uma ciência jovem, há na área uma grande gama de discordâncias, o que inviabiliza a constituição de um paradigma, ou seja, para os autores a disciplina, dentro da ótica kuhniana, também se configura como imatura.

Oliveira (1996, 2005), por sua vez, dialogando com o pensamento de Miksa (1992), baseia-se em Kuhn (1975) para diferenciar a CI da Biblioteconomia. No âmbito desta adoção, a CI aparece como uma nova ciência, participante de um novo contexto de deliberação científica, distanciando-se da Biblioteconomia por apresentar um paradigma diferente. Enquanto esta seria definida pelo paradigma do acervo, ligado à uma instituição específica, a biblioteca; aquela teria como paradigma a informação em um sistema de comunicação que objetiva a representação do conhecimento.

Percebe-se o extremo de diferenças no uso do pensamento kuhniano sobre a atividade científica e o progresso das ciências dentro da CI. Se por um lado Kuhn (1975) é utilizado para identificar a presença de três paradigmas na área, por ou-

tro é adotado para se discutir a cientificidade da área – ou seja, sua dificuldade de constituir um possível paradigma –, enquanto, em um terceiro olhar, o filósofo da ciência é aproximado para identificar o paradigma identitário da CI – o que, a partir desta definição, conduziríamos a uma diferenciação da disciplina dos outros campos da organização do conhecimento. A seguir, exploramos, criticamente, este pensamento.

Paradigmas nas Ciências Sociais e na Ciência da Informação

O estudo de Thomas Kuhn (1975) acerca do desenvolvimento das disciplinas científicas tem como foco a argumentação sobre o conceito de paradigma. Esta argumentação tem, em sua instância principal, a categoria do consenso. O paradigma é, antes de tudo, um consenso. Este consenso é, de certo modo, dogmático, uma vez que seu caráter de arbitrariedade é implícito em sua sedimentação ou legitimação entre os pares. Assim, “um elemento aparentemente arbitrário, composto de acidentes pessoais e históricos, é sempre um ingrediente formador das crenças esposadas por uma comunidade científica específica numa determinada época”. (KUH, 1975, p. 23)

Este elemento arbitrário, no entanto, afirma Kuhn (1975), não necessariamente indica que o grupo de pesquisadores sobreviverá sem um conjunto de crenças acumuladas, nem limitará a miríade de possibilidades abertas para a realização dos projetos de pesquisa. Vê-se, logo, o caráter antropológico do pensamento do autor contido na “Estrutura das Revoluções Científicas”, iluminado na ideia de constelação de crenças, valores e técnicas que o paradigma indica. A ciência e seu desenvolvimento são vistos a partir de um olhar sobre a vivência das comunidades científicas. O fazer científico se dá através de uma práxis, de práticas sociais coexistentes.

Como somatório de divergências e aproximações, crenças e valores, promessas e satisfações, o desdobramento de uma revolução científica pode ser interpretada com a metáfora de uma revolução social. Uma vez descontentes com o regime vigente, munidos de experiências e observações críticas que corroboram a decadência de um conjunto de leis e deveres, os indivíduos de uma determinada classe identificam a emergência de uma nova agenda. Essa agenda nada mais é do que o novo paradigma que já se faz presente no discurso desta classe, fruto de um amplo processo histórico-deliberativo. O regime vigente é então deposto e é instaurada uma nova ordem.

Há que se observar criticamente que, diante da metáfora, mesmo na questão da derrubada de um regime de poder, velhas formas de organização social são mantidas, ainda de maneira tácita. Um novo vocabulário é compartilhado, mas muitos dos novos termos trazem em seu bojo significados semelhantes às palavras

anuladas – e, inversamente, muitos dos significados ditos novos já possuíam palavras para sua representação no vocabulário específico da área. Assim há, em cada revolução, um estado de continuidade em inúmeros elementos culturais – naturalmente, seria impossível a extinção de tais elementos, uma vez que a revolução é, em suma, como o que foi descrito acima, um somatório de ideologias e utopias, e não é possível descartá-las como um instrumento obsoleto.

No decorrer da formulação do conceito de paradigma, Kuhn (1975) conferirá à noção mais singularidade ao caráter arbitrário do que ao caráter alternativo da constituição das revoluções científicas, mais ao caráter competitivo do que ao deliberativo. Ao final da leitura da “Estrutura das Revoluções Científicas”, é mais viva a imagem dogmática de que o consenso elimina o que não “parece melhor”, do que a imagem inicial, de ordem antropológica, de que o consenso reinterpreta o pensamento do outro, e reposiciona este pensamento dentro de uma outra teoria. Se tomássemos esta linha de leitura, algo que não era a pretensão de Kuhn (1975)⁴, poderíamos chegar à conclusão de que a evolução paradigmática das ciências ocorre de maneira democrática entre as pequenas comunidades científicas dispersas, porém, sob um regime de poder totalitário – ou seja, um regime de exclusão de opiniões, e não de inclusão de diversidades. Como afirma o autor,

quando, pela primeira vez no desenvolvimento de uma ciência da natureza, um indivíduo ou grupo produz uma síntese capaz de atrair a maioria dos praticantes de ciência da geração seguinte, as escolas antigas começam a desaparecer gradualmente. Seu desaparecimento é em parte causado pela conversão de seus adeptos ao novo paradigma. Mas sempre existem alguns que se afeiram a uma ou outra concepções mais antigas; são simplesmente excluídos da profissão e seus trabalhos são ignorados. O novo paradigma implica uma definição nova e mais rígida do campo de estudos. (KUHN, 1975, p. 39)

Definido o paradigma, o grupo de pesquisadores que comunga dos mesmos fundamentos deste novo padrão passa a se orientar unicamente pelo caminho acordado, ou parâmetro, como indicam Nehmy *et. al.* (1996). Os pesquisadores convertidos estreitam seu modo de pensar e de fazer ciência⁵, pois uma comuni-

4 Thomas Kuhn (1993, p. 49) afirma, categoricamente, que “os esforços para articular um paradigma não estão restritos à determinação de constantes universais”.

5 Não há, em Thomas Kuhn (1993), um sentido pejorativo neste estreitamento. Ao contrário, há a constituição de uma rota segura de pesquisa, na qual o pesquisador se sente protegido para “mergulhar” sem receios.

dade, “ao adquirir um paradigma, adquire igualmente um critério para escolha de problemas que, enquanto o paradigma for aceito, poderemos considerar como dotados de uma solução possível”. (KUHN, 1975, p. 60)

O caráter de exclusão de teorias e teóricos dentro da ótica paradigmática de Kuhn (1975), a evidência das categorias arbitrariedade e competitividade sobre as categorias alternatividade e deliberação, parecem integrar um paradoxo dentro das ciências sociais. Como afirma o autor (KUHN, 1975, p. 65), a presença de uma “sólida rede de compromissos ou adesões – conceituais, teóricas, metodológicas e instrumentais – é uma das fontes principais da metáfora que se relaciona à resolução de quebra-cabeças”. Isto significa dizer, segundo a metáfora kuhniana, que, dentro dos paradigmas, os problemas são peças a serem identificadas e encaixadas – o paradigma é capaz de prever o quebra-cabeça, é sempre capaz de dizer, pelo menos para a rede de indivíduos compromissados, o que é o quebra-cabeça. O dogmatismo pode ser localizado em seu nível extremo quando Kuhn (1975, p. 66) argumenta que as “regras (...) derivam de paradigmas, mas os paradigmas podem dirigir a pesquisa mesmo na ausência de regras”, ou seja, os convertidos são levados por uma promessa, antes de serem sustentados por critérios explícitos desta promessa.

Sabemos que nas ciências sociais a estrutura das movimentações científicas não pode narrar sua história do mesmo modo que o projeto de Kuhn (1975). Primeiro, a) porque ali não há revoluções, pelo menos no sentido do autor, que coloca o termo revolução sob as condições da exclusão e substituição⁶; em segundo

6 Acreditamos ser oportuna a revisão, para este debate, das fronteiras do conceito de revolução. Este conceito pode adquirir significados divergentes – e talvez seja, dentre outras, uma das entidades que tornam conflituosa a importação e adoção do conceito de paradigma de Thomas Kuhn (1993) nas diferentes disciplinas além-ciências naturais. A revolução tanto pode ser prejudicial – causar insegurança, ainda que traga respostas – como ser satisfatória, ainda que falhe em suas promessas. E há que se ver, do mesmo modo, as estratificações das manobras revolucionárias, ou seja, determinadas categorias são afetadas negativamente, outras positivamente. Esta descontinuidade não necessariamente se dá pela concordância – adoção – ou não de um paradigma. Podemos, em um jogo de linguagem, estudar a situação de um pesquisador que sempre militou marginalmente por um diferente curso de pensamento e, quando suas ideias passaram a ser sedimentadas como um novo paradigma, este é simplesmente visto como pensador arcaico, e não necessariamente como um pioneiro, uma vez que os “jovens” cientistas traduzem de modo mais claro as novas ideias para o jogo de linguagem em questão – o que é natural, uma vez que são estes jovens, de certo modo, naquele contexto, já sob a sombra de uma outra gramática e um outro conjunto de significados para um vocabulário, que empreendem a sedimentação – a revolução – de uma outra esfera paradigmática, sem obrigatoriamente recorrer – citar – um pensador marginal não contemporâneo. Em artigo recente, Cícero Araújo (2002) reflete sobre o termo revolução em Arendt, onde existe uma distinção normativa entre revoluções desejáveis, as revoluções dos conselhos, empreendidas por uma elite de autênticos “cidadãos”, e revoluções indesejáveis, fadadas à violência e ao terror, feitas pelas massas. Esta distinção teria inspirado Ha-

lugar, b) não há eliminação das teorias em sentido absoluto, pois dentro de uma comunidade científica sobrevivem ideias que continuam sendo manifestadas, ainda que menosprezadas pelos seus pares – exemplo é a própria experiência “revolução” terminológica ocorrida nos estudos de organização do conhecimento que, uma vez analisada em seus significados, não transformou, excluiu ou substituiu os conteúdos gerais desta área de investigação, posicionando-se, em algumas vezes, como a reafirmação destes sob a imagem de outros termos; c) não há a constituição de paradigmas novos de orientação por um determinado período; há, acreditamos, a coexistência de teorias – algumas claramente mais bem sucedidas em termos de aplicação do que outras –, diante da multiplicidade de interpretação do social que cada pesquisador propõe; d) as ciências sociais não sobrevivem necessariamente sob a promessa de uma teoria segura, mas na instabilidade teórica reflexiva da sociedade que busca compreender; as ciências sociais estão permanentemente mais propensas ao imprevisto, do que à regularidade⁷.

bermas a “conceber as manifestações espontâneas da esfera pública como espécies de revoluções bem comportadas”. Outros pensadores que se entretiveram com o conceito de revolução, como o citado Habermas e Ackerman, são revisados. Ackerman “não deixa de fazer sua própria demarcação entre revoluções desejáveis e indesejáveis. As primeiras são aquelas que, embora carregando um programa de reformas econômicas e sociais profundas, não visam a uma revolução total nas relações econômicas e sociais”. Entre todos os pensadores, Cícero Araújo (2002) verifica o debate possível entre ambas as fundamentações do conceito de revolução. Isto significa estender nossa crítica ao conceito de “revolucionário” em Kuhn, caminhando por outra sensibilidade: há, em todo paradigma kuhniano, uma ideia de revolução desejável, uma vez que este novo modelo responde pelas necessidades estruturais do contexto desafiado. No entanto, como na abordagem de Ackerman, são justamente as revoluções desejáveis – ou seja, sustentáveis, não sumárias e desreguladas, ou genocidas – desdobramentos não absolutos, processos de transformação que não podem ser totalizados, pois nunca alteram de maneira radical as relações sociais em questão, deixando, em alguns casos, profundos traços re-traduzidos para a nova gramática conjugada culturalmente. Em Thomas Kuhn (1975), a revolução diz respeito a substituição de um conjunto de suposições diretivas por outro (LAUDAN *et. al.*, 1993). Essa substituição pode ser abrupta ou gradual, mas não deixa de definir, em um tempo, o desaparecimento completo daquele jogo de linguagem que permitia determinados modelos de tomada de decisão.

⁷ Exemplo que acreditamos interessante para o tema “paradigmas nas ciências sociais” seria a relação histórica entre os trabalhos de Emile Durkheim e Gabriel Tarde, dois pioneiros da própria ideia de uma ciência social, o primeiro, amplamente discutido e revistado, o segundo, recuperado parcialmente e pouco investigado no âmbito das ciências sociais, em comparação com Durkheim. No entanto, não é necessário caminhar muito. Uma história de dois olhares sobre a CI poderia aprofundar essa discussão. Trata-se de pensar nos trabalhos de Borko e Jesse Shera entre os anos 1960/70. A definição de Borko (1968) se tornou clássica, mas não acreditamos que tenha se tornado um paradigma, ainda que, analisado o termo em Kuhn (1993), ela tenha suas correspondências. A concepção de Borko (1968) repercute porque legitima uma teoria clássica em seu tempo, a Teoria Matemática da Comunicação de Shannon e Weaver. No entanto, o tra-

De um modo geral, pensar a ciência como Kuhn (1975) nas ciências sociais pressupõe, primeiro, discutir a proximidade e as distâncias entre estas e as ciências naturais, uma vez que o autor parte basicamente da Física para fundamentar seu conceito de paradigma. Uma vez definida esta relação e suas dicotomias, naturalmente a primeira opção que resta é afirmar: a maior parte das ciências sociais são pré-paradigmáticas; a menor ainda nem atingiu este estágio – apenas existe como o rascunho de um projeto de institucionalização.

Assis (1993) enumera algumas razões que justificam por que as ciências sociais não podem ser posicionadas junto de uma ciência natural bem desenvolvida, como a Física, segundo o olhar de Kuhn.

complexidade. Enquanto a física estuda eventos monótonos, a sociologia (ou a antropologia ou a política) estuda eventos em que intervêm fatores demais, o que torna qualquer situação difícil de controlar;

autodecepção. Enquanto os objetos físicos não sabem o que se passa com eles, os objetos das ciências sociais o sabem. Assim, podem atuar contrariamente a suas intenções declaradas, frustrando qualquer possibilidade de pesquisa;

dificuldade em determinar o que seja um experimento. Enquanto em física é possível construir modelos que reproduzam características consideradas essenciais num sistema, para estudo controlado, o mesmo não pode ser feito com sujeitos humanos;

repetibilidade. Um experimento em física pode ser repetido à vontade. Mas, numa sociedade humana, nada de análogo a um experimento pode ser feito. Não é possível repetir situações passadas.

Em suma, aquilo que não se enquadra dentro das ciências exatas pode ser considerado uma ciência subdesenvolvida. As teses acima poderiam ser usadas para as ciências sociais e revelariam que estas não são nem atividades científicas nem pré-científicas.

Uma vez que Kuhn divide as ciências naturais (...) em fases pré-paradigmática e paradigmática e, uma vez que as teses apresentadas acima (referentes à fase pré-paradigmática das ciências naturais) parecem se aplicar perfeitamente às ciências sociais tal como se apresentam hoje,

balho de Shera continuou ecoando nos estudos e nas práticas informacionais, uma vez que a Teoria Matemática não era capaz de abranger todos os problemas da informação, não poderia ser tomada como uma teoria unificada.

uma inferência completamente imprópria justificaria a aplicação do modelo de Kuhn às ciências sociais. (ASSIS, 1993)

Desta maneira, o futuro pode guardar um modelo unificado para as ciências sociais, um modelo satisfatório, cujas promessas atualizem permanentemente todas as angústias dos cientistas sociais. No entanto, este modelo – inexistente até o princípio –, não seria tão rigoroso quanto a noção de paradigma de Kuhn (1975).

Soma-se ao discutido, a questão da incomensurabilidade na “Estrutura das Revoluções Científicas”. Como afirma Parreiras (2006), o conceito de incomensurabilidade em Thomas Kuhn, mesmo retomado pelo autor em discussões posteriores de tentativa de clarificação do conceito, é chave para a formulação do seu paradigma. Como o debatido, a revolução proporcionada pelo novo paradigma substitui o paradigma anterior, seja de maneira instantânea ou em etapas, mas caminha até apagar as visões de mundo anteriores.

Entre os paradigmas, pois, há lacunas históricas, “a ausência de comunicação e de relações entre tradições distintas”. Não há continuidade, por isso não pode haver comensurabilidade. As teorias emergem como novas “especialidades” científicas. No entanto, “esta ‘especação’ kuhniana diverge da de Darwin⁸, pois, naquele caso, não há um processo de continuidade, mas sim, de ruptura, de destruição de ideias anteriormente existentes”. Esta associação, para Kuhn, é totalmente “desarmônica” (PARREIRAS, 2006). Enfim, nas ciências exatas há, essencialmente, sempre um objeto a ser descoberto, ou uma descoberta a ser explicada; nas ciências sociais e humanas há, estruturalmente, sempre um objeto vivo, mutante e acelerado por se compreender.

O paradigma, diante da dinâmica do objeto das ciências sociais – os seres humanos e suas relações – se apresentaria como aquilo que Mills (1975, p. 122) cha-

8 Podemos encontrar correspondências primárias entre a teoria darwinista de evolução das espécies e a teoria kuhniana de evolução da ciência. Darwin viveu em um contexto em que agricultores e criadores se esforçavam para melhorar a qualidade de seus animais e de suas plantas. O princípio era escolher as melhores espécies – aquelas que geravam bons resultados e cobriam as expectativas – e reproduzir sucessivamente estas categorias, segregando-as das demais. O projeto teórico darwinista se sustentaria nesta correlação. A construção do filtro biológico se daria por seleções sucessivas. Aqueles que melhor se adaptavam sobreviveram. E assim as espécies chegaram até ali: em contínuas interseções que foram produzindo categorias mais resistentes e condenando às demais ao desaparecimento (JAPIASSU, 1991). No processo de revolução científica de Thomas Kuhn, do mesmo modo, há um filtro no ciclo de expectativas das comunidades científicas que seleciona as melhores promessas e substitui essas, descartando as anteriores. No entanto, como verifica Parreiras (2006), na *Estrutura das Revoluções Científicas* há a extinção dos próprios traços de fundamentação do paradigma anterior, enquanto na *Origem das Espécies* não ocorre esta anulação sensível, uma vez que as novas espécies trazem, visivelmente, uma soma de características advindas dos cruzamentos históricos e contínuos.

maria de um totalitarismo científico. Em outras palavras, a teoria e os teóricos do novo paradigma se apresentariam como “o estadista da inteligência: pelo seu prestígio, parece prometer que a Teoria e a Pesquisa não só são compatíveis como também partes de um modelo de trabalho integrado na ciência social como um todo”. O paradigma, preocupado com a resolução de um problema, concentraria pesquisadores em um método específico e salvador, até que outro método aparecesse.

As exposições de método e os argumentos sobre ele, as distinções de teoria e outras – por mais estimulantes e divertidas – são apenas promessas. (...) Habitualmente, como já vimos, baseiam-se em algum grande modelo de pesquisa, com os quais vimos atingir outras pessoas. O fato de que esse grande modelo não seja capaz de um uso pleno talvez não tenha maior importância, pois ainda pode ser usado ritualisticamente. (MILLS, 1975, p. 134)

“Kuhn” na Ciência da Informação: analisando as incongruências do uso⁹

Revisando alguns conceitos de CI e os usos do conceito de paradigma a partir da ótica de Thomas Kuhn (1975) verificamos uma certa extensão dos pontos discutidos sobre a aplicação do trabalho de Assis (1993) dentro das ciências sociais

9 É importante sublinhar que a leitura crítica aqui realizada sobre o principal trabalho de Thomas Kuhn (1993) não quer – como jamais poderia – inviabilizar o uso do conceito de paradigma para a CI, inutilizando-o para qualquer possível investigação (como o próprio pensamento de Kuhn, em parte, certamente propõe). Reconhecemos que novas interpretações – necessárias – sobre o importante e clássico trabalho do autor podem vir a trazer contribuições para a apreensão da epistemologia informacional. O que é aqui colocado é o pressuposto de que, até este momento, como foi usado, e diante do que foi e é pensado sobre a cientificidade da CI, as ideias do desenvolvimento da atividade científica de Thomas Kuhn (1993) contidas na “Estrutura das Revoluções Científicas” não parecem ser coerentes para uma epistemologia tão múltipla e dinâmica como a dos estudos informacionais – a não ser sua primeira semente, diretamente correlacionada a uma tradição pragmática na epistemologia informacional, ou seja, o fim da distinção demarcatória e intransponível entre ciência e não ciência (RORTY, 1997, p. 41). Apenas para retomar um aspecto, podemos imaginar que o paradigma kuhniano aplicado a CI transforma, sem dúvida, em uma contradição, o uso do conceito de interdisciplinaridade, assim como é adotado de forma generalizada na disciplina. O diálogo que prega a esfera interdisciplinar do conhecimento estaria fragilizado se pensarmos que a área caminha por paradigmas como Kuhn. Acreditamos, com esta crítica, menos que pensar o não-uso definitivo do termo de Kuhn para a CI, expressa o convite à revisão profunda dos usos que são feitos no jogo de linguagem específico da CI. Tanto Brier (1996), como Capurro (1991, 2003), Hjørland e Albrechtsen (1995), quanto tantos outros dentro da área, já citados, aplicam de forma indiscriminada o conceito, sem uma revisão que realmente remonte os pressupostos kuhnianos das revoluções – e não convivências e deslocamentos – dentro das atividades científicas.

– principalmente porque uma tradição pragmática da epistemologia informacional realiza, dentre suas principais contribuições, o posicionamento dos estudos informacionais dentro do escopo das ciências sociais e humanas.¹⁰

Naturalmente, a CI tem suas peculiaridades teóricas e práticas e demanda a análise específica dentro de sua epistemologia. Mesmo quando reconhecemos seu território como localizado dentro das ciências sociais, é preciso visitar algumas condições para o uso/não-uso da abordagem de Thomas Kuhn (1975). Apresentamos, desta maneira, argumentos que indicam, em nosso olhar, incongruências do uso das noções kuhnianas de atividade científica, como ciência pré-paradigmática, crise, ciência normal, revolução científica e paradigma na epistemologia informacional – algumas aparecem de forma explícita, outras, implícitas, conjugadas junto às sensibilidades que nas primeiras caminhadas desta viagem vieram intermitentemente aparecendo.

Se pensamos que a ciência caminha por paradigmas, incomensuráveis e arbitrários, podemos enxergar com clareza periodizações lineares, como aquela discutida por Capurro em 2003, mas pouco nítidas ficam as categorizações epistemológicas, ou, em outras palavras, as classes de jogos de linguagem paralelamente conjugados e em permanente diálogo. Acreditamos, pois, que este é outro ponto

10 O próprio Capurro (2003) diz: “O problema dessa periodização consiste não apenas no fato de que antes de 1945 existisse já, no campo da biblioteconomia, o que hoje chamamos de paradigma social, mas também, como veremos a seguir, nas transformações posteriores deste paradigma que chegam até os dias de hoje”. Aqui, percebemos, o autor, ao demonstrar que em sua origem a área, mesmo vivenciando um paradigma físico, comportava outro, social, já contradiz o uso do conceito. Lembremos, na mesma linha de argumentação, que, em pleno ano de 1996, Ingwersen está falando de abordagem cognitiva quando, na periodização de Capurro (2003), já estamos sob a “muralha” do paradigma social. A corrente cognitiva não é uma anomalia em CI. No entanto, “aparece” em uma década em que a área está muito voltada para um enfoque social. Estas ocorrências paralelas apenas voltam a demonstrar que as tradições sempre conviveram – e se comunicaram – amplamente dentro da CI, evidência que será melhor compreendida na análise final da viagem à tradição pragmática, onde podemos perceber como o diálogo com os enfoques pragmáticos redirecionam e aprofundam os demais enfoques na área, como da abordagem cognitivista e da abordagem fiscalista. Voltamos, neste ponto, ao próprio Capurro (2003), que afirma: “Dado o seu caráter cognitivo potencial para um sujeito cognoscente, não é de se estranhar que Peter Ingwersen (1992, 1995, 1999) tente integrar dinamicamente o objeto perdido deste paradigma cognitivo sem sujeito cognoscente, que é o usuário”. Mas, apesar deste enfoque social, sua perspectiva permanece cognitiva no sentido de que trata de ver de que forma os processos informativos transformam ou não o usuário, entendido em primeiro lugar como sujeito cognoscente possuidor de modelos mentais do mundo exterior que são transformados durante o processo informacional. Ou seja, compreendemos, nesta verificação capurriana, a existência – e insistência – de uma comensurabilidade entre escolas da informação aparentemente concorrentes e excludentes, mas não paradigmáticas.

que nos leva a não usar o conceito de paradigma em CI – principalmente nas revisões epistemológicas –, pois pensaríamos apenas na anulação de paradigmas e substituição, e não em convivência de abordagens diversas, como é característica dos estudos informacionais – e das demais ciências sociais. Assim, sob uma epistemologia da imaginação e uma filosofia do não, apresentamos algumas provocações – ou sensibilidades abertas para uma leitura alternativa da epistemologia da CI.

a) Não existem três paradigmas em CI, como pressupõe Capurro (2003) e os demais pesquisadores que, sustentando-se na historiografia apresentado pelo autor, comungam do mesmo pensamento. Afirmar o desenvolvimento da área a partir de uma sequência paradigmática físico, cognitivo e social, seria dizer, segundo a ótica de Kuhn (1975), que um paradigma foi anulando outro em períodos não-cumulativos, o que não ocorreu; ou que houve um consenso geral em torno de cada teoria, o que também não existiu e não existe, dada a profusão de trabalhos de revisão e crítica; que verificou-se uma revolução científica na passagem destes paradigmas, o que não pode ser dito – ainda há muito que se explorar sobre as pesquisas matemáticas e cognitivas da informação; que a CI passou por três períodos estáveis de ciência normal, o que nos parece também não ter acontecido, uma vez que a própria definição de uma Ciência da Informação ainda é tema de debates¹¹. Acreditamos que, se se

11 É verdade que o próprio Capurro (2003), na abertura de seu artigo *Epistemologia e Ciência da Informação*, levanta a crítica realizada por Margaret Masterman e David Ellis, e observa que sua utilização do conceito de “paradigma” é esquemática. No entanto, Capurro (2003), como o já citado, se esquia da discussão compreensiva sobre o que pressupõe a importação do termo para a CI, apreendendo, de forma explícita, o desenvolvimento desta disciplina como um desdobramento de três períodos paradigmáticos. Além disso, o autor usa o conceito, também de forma esquemática, no trabalho *What is Information Science for? a philosophical reflection*, apresentado no *International Conference for the Celebration of 20th Anniversary of the Department of Information Studies, University of Tampere, Finland*, em 1991, trabalho revisado e reeditado sob o nome de *Foundations of information science: review and perspectives* (2007). A própria citação do trabalho de Hjørland e Albrechtsen (1995) acerca da Análise do Domínio verifica o uso generalizado realizado por Capurro (2003). O autor identifica a proposta de Hjørland e Albrechtsen (1995) de um paradigma para a CI. Uma leitura crítica da *Estrutura das Revoluções Científicas* pode sustentar que a ideia de propor um paradigma tende a parecer paradoxal, uma vez que paradigmas são, antes de tudo, crenças e valores compartilhados – assim sendo, poderíamos falar na proposta de uma nova teoria, anômala, no vocabulário kuhniano, e não na sugestão de um paradigma. O paradigma, enquanto processo cultural, não existe *a priori*, mas é uma construção conjunta e dinâmica. Nossa leitura crítica aqui parte da seguinte argumentação: é possível propor um paradigma segundo a ótica de Thomas Kuhn? Nossa resposta, para tal, é não. É possível propor, na *Estrutura das Revoluções Científicas*, a identificação e a revisão de anomalias, não paradigmas. Os paradigmas não são produto de descobertas, mas de consensos. Só acontecem após um certo pleito, com campanhas, debates, publicidade, críticas e, principalmente, promessas retoricamente bem elaboradas.

quer falar de grandes teorias no desenvolvimento da área – pensamos que, em parte, um dos principais intuitos no texto de Capurro (2003), essencialmente preocupado com o que foi e o que é a epistemologia da CI, e com uma historiografia perdida da área –, mais adequada, para o caso específico, seria a divisão realizada por Rendón Rojas (1996), isto é, na existência de grandes teorias dentro da epistemologia dos estudos informacionais, uma teoria inicial chamada sintática, uma posterior chamada semântica, e, por fim, um flexível enfoque pragmático. No entanto, para aquém do olhar de Rendón Rojas, procuramos observar um pano de fundo filosófico que passa, quase como uma linha imaginária, sensível às práticas, toda a história da organização do conhecimento que não só sustenta a constituição institucional da CI, como também nos ajuda a compreender o aparecimento do conceito informação seja como objeto, como fenômeno ou como fetiche na área;

b) A CI não está atrás de um paradigma: a área de estudos informacionais não comporta um consenso geral – não pode e nem deve sustentar-se a partir de um macro-consenso, a macro-teoria da informação – e a dispersão das correntes demonstra a despreocupação com este ecumenismo. Rubens R. G. Da Silva (1999, p. 127), lembrando que Wersig (1993), aponta que a “CI não teria uma teoria, mas uma interligação de amplos conceitos ou modelos comuns reformulados”. A profusão de sensibilidades já corrobora esta evidência. A própria justificativa da área a partir de uma certa natureza interdisciplinar – que em nosso olhar parece bastante frágil – identificaria esta contradição. Enquanto ciência que faz uma leitura científica das disciplinas do conhecimento – recolhe, reconhece, classifica, organiza, preserva os documentos produzidos pelos seres humanos – a epistemologia informacional se movimenta sob um golfo cercado por inumeráveis faróis. Isto não significa dizer que os determinados autores, em diferentes momentos, acreditem ter identificado uma teoria ecumênica na área, mas pode ser caracterizado, diante da profusão de olhares que a solidariedade da CI agrega, como um ponto de vista original dentre outros¹². Como afirma Mills (1975, p. 56), na análise das macro-teorias dentro das ciências sociais, as teorias unificadoras parecem embebedar-se de sintaxe, e perder a audição para a semântica, ou seja, “não há uma grande teoria, nenhum esquema universal em termos do qual possamos compreender a unidade da estrutura social, nenhuma resposta ao velho e cansado problema da ordem social”.

c) A CI não é imatura: ao contrário, podemos, através de dois ângulos, observar esta hipótese. Partindo de boa parte da historiografia da CI – narrativa que não

12 A revisão de uma proposta de macro-teoria dentro da CI sempre termina por revelar que esta, na verdade, se adequa mais a um campo fronteiro da área, específico, e não a todas as suas práticas, como foi o exemplo da revisão da Teoria Matemática da Comunicação, que se viu mais próxima de uma engenharia da informação, não de uma CI.

comungamos –, como aquela apresentada por Pinheiro (1997), Robredo (2005) e Wersig (1993), entendendo a área como uma ciência construída durante a Segunda Guerra, temos o conceito de pós-modernidade como um de seus pilares – principalmente o pós-modernismo científico, muito discutido na definição contemporânea de uma ciência emergente chamada “da informação” – e os pressupostos de uma epistemologia da complexidade, diríamos que a CI é das poucas ciências da contemporaneidade, das poucas ciências que hoje respondem pelo que se pode chamar de científico, pois se apresentaria, como no olhar dos autores citados e de muitos outros, como ciência interdisciplinar; se partirmos de uma historiografia como aqui posicionada, que recupera a CI como o deslocamento institucional/terminológico dos estudos de organização conhecimento – voltados para a representação e transmissão de conteúdos e a preservação de formas –, percebemos que a CI nasce no âmbito das ciências sociais, apresentando já uma idade considerável, apenas devedora das mais antigas ciências formalizadas, como a Física. Lembremos, o conceito de ciência não é um paradigma kuhniano em nenhuma comunidade científica – estamos deliberadamente seguros quanto a uma noção geral do que é ciência? Sem dúvida esta ideia é uma falsa salvaguarda – e os viajantes da filosofia contemporânea da ciência, Bourdieu, Latour, Bachelard, Boaventura Santos, como o próprio Kuhn (1975), nos acordaram para isto. O paradigma “ciência” nos fez acreditar – e nos provou na maioria das vezes ser uma promessa passível de desdobramentos felizes – que tudo o que é científico é bom e/ou útil para nosso progresso, pois é fruto da racionalidade. Como afirmou Moles (1995) “é útil examinar as limitações de fato do poder do científico e reconhecer a impossibilidade de atingir certas verdades que parecem perfeitamente ‘científicas’ do ponto de vista do pensamento racional”. O paradigma “ciência” – imposto por instituições que vieram substituir o poder teológico nas sociedades – o que fez, em muitos casos, ao invés de desvelar razões práticas, foi encobrir e/ou apoiar/sustentar grandes erros de interpretação da realidade e da humanidade. Não há um consenso definitivo-local sobre o que é ciência – como afirma Mills (1975, p. 23), em sua “Imaginação Sociológica”, “muito do que se considerava como ‘ciência’ passou a ser visto hoje como uma filosofia dúbia; muito do que se considerava como ‘verdadeira ciência’ frequentemente nos proporciona apenas fragmentos confusos das realidades entre as quais vive o homem” ou, “a palavra ‘ciência’ adquiriu grande prestígio e um sentido bastante impreciso”, ou “a confusão nas Ciências Sociais (...) está envolvida pela controvérsia, há muito travada, sobre a natureza da Ciência. A maioria dos estudiosos da sociedade concordará, sem dúvida, em que a aceitação agradecida da “Ciência” é habitualmente tão ambígua quanto formal”. Há, na verdade, revisões históricas que nos demonstram as diferenças entre ciência, teologia e filosofia; há

instituições legitimadas que demonstram onde a ciência procura se definir; há jogos de linguagem conjugando o verbo “definir” para o sujeito “ciência”, mas dizer “ciência é isso – e apenas isso –” não é cabível. O próprio Thomas Kuhn (1993) é um dos autores – dentre tantos – que divulgarão um conceito de ciência a partir da demarcação da atividade científica – mas como já foi visto, é apenas uma proposta, uma visão de mundo, uma crença. Como sabemos, a imposição de certos paradigmas sobre o conceito de ciência conduziu a barbárie, e não a racionalidade. Exemplo direto é a interpretação das raças aplicada à hierarquização das etnias tutsi e hutu em Ruanda, pressuposto científico que justificaria – com todo o rigoroso caráter justificacionista da epistemologia – um massacre colossal¹³. Se determinados critérios demarcatórios, teorias e métodos de outras áreas não se aplicam às ciências sociais e humanas, como lembrado por Ribeiro (2003), isso não quer dizer que estas últimas estejam em uma infância lenta e precária, mas simplesmente por possuírem em sua produção efetiva diferenças elementares com as demais ciências. As semelhanças – suas compatibilidades verificáveis – existem, mas não podem encobrir e negligenciar as dicotomias mútuas, as especificidades de cada saber.

d) Se a emergência de novas teorias é precedida por um momento de insegurança profissional, com a destruição de paradigmas anteriores, a CI não pode ser paradigmática, pois essa “insegurança” de que nos fala Kuhn (1975) é uma das características fundamentais da área. Se nos defendemos a partir deste pressuposto

13 Japiassu (1981) demonstra o desenvolvimento da teoria eugenista, de Francis Galton (1822-1911), e de outros desdobramentos do paralelismo entre os trabalhos de Charles Darwin e a evolução humana. O eugenismo de Galton visava a preservação das raças consideradas geneticamente mais elevadas, e pregava a omissão àquelas consideradas desprivilegiadas intelectualmente. Desta forma, sustentada cientificamente, a proposta atingirá o imaginário social a partir da imposição de uma corroboração paradigmática de que alguns homens são melhores que outros, por isso sobreviverão, por isso ocupam os melhores cargos e níveis sociais, por isso não devem ser cruzados com as raças inferiores, pois essa condição diminuiria as possibilidades de evolução e sobrevivência do gênero humano. A aplicabilidade desta teoria é mais eminentemente verificada na política de Adolf Hitler na Alemanha antes da metade do século XX. Como afirma Japiassu (1981), em suas metodologias, a “ciência se recusa a formular juízos de valor e de finalidade. No entanto, não somente ela é cada vez mais controlada por forças políticas e sociais, mas coloca um problema grave, na medida em que seu dinamismo de crescimento parece incontrolável: ela dinamiza a tecnologia que, por sua vez, dinamiza a indústria (de paz e de guerra)”. Desta forma, podemos concluir assim esta imaginação provocativa: acreditar em um paradigma pelo fato científico de que este atende às nossas expectativas – nos satisfaz – é assumir a crítica molesiana da ditadura metodológica, a própria capitulação paradigmática, a formulação de que da “medida como método passa-se à medida como frenesi e do frenesi da medida passa-se ao frenesi da precisão”, o fetichismo latouriano do racional, e o frenesi do racional não é em si uma racionalidade (MOLES, 1995), ou seja, somos dominados, ao entendermos “A” ciência como “O” conhecimento, por um cientificismo, não por um racionalismo.

– o que de cada crise abre caminho para um novo paradigma – diríamos que a CI é uma usina de paradigmas, constatada a dimensão múltipla de seus projetos de pesquisa e heterogeneidade de suas teorias. A CI é fruto da crise, pois sobrevive no complexo estudo de compreensão das linguagens que constroem o conhecimento e permitem seu uso – e sua sobrevivência, acreditamos, até certo ponto, só existe na crise – ou na possibilidade de identificação de crises.

e) Não há incomunicabilidade entre as principais teorias dentro da CI. Ao contrário, há um permanente intercâmbio de habilidades e conhecimentos. O vocabulário de Shera (1973) demonstra como sua Epistemologia Social tem forte influência cognitiva, marcada por aquilo que alguns autores, como Capurro (1991, 2003) chamam de “virada cognitiva”. Há vários outros autores e trabalhos marginais, junto de Shera, como: Belkin e Robertson (1976); Belkin (1975); Brookes (1980), Merta (1969); Mikhailov (1980;1969); Roberts (1976); Wersig e Nevelling (1975), todos tratando, de certa forma, de um fundamento “mais” social, e “menos” físico e cognitivo para a área, porém dialogando com ambas as tradições que ali se sedimentavam. Como ficariam tais viajantes se o paradigma predominante entre 1950 e, podemos estimar com grande margem de desvio, meados dos anos 1980, foi “mais” físico e cognitivista, e/ou mesmo físico-cognitivista, pois ambos se completam, até certo ponto? Todos estes importantes autores, que foram relevantes para suas comunidades, ainda que estas estivessem sob a égide de outras teorias “mais” consensuais na época; tais autores contribuíram – contribuem – para o desenvolvimento do fisicalismo e do cognitivismo em CI – como contribuem para a compreensão do pragmatismo informacional –, sem serem adeptos e, simultaneamente, sem serem apagados por estes enquanto existiram. Em *Cotidiano e História*, Agnes Heller (1985) trata, dentre inúmeras instâncias sociais, do preconceito. Este serve “para consolidar e manter a estabilidade e a coesão da integração dada” (HELLER, 1985, p. 53). Fica claro que imaginar o caminhar da ciência apenas sob a noção de paradigmas e revoluções científicas de Kuhn é compreender o progresso científico apenas pelo ângulo antropológico do preconceito epistêmico, e não da solidariedade – a ciência normal estabelece como anomalias os modelos que não comungam sua teoria e vão anulando as demais.

f) Recuperando a última margem da metáfora acima, a CI, podemos afirmar em outra figura de linguagem, não terá momentos de paz epistemológica, o armistício hermenêutico da ciência normal – mas sempre se encontra na dança permanente das interpretações. Será – seria – necessária – e realmente possível – a condição de uma suspensão momentânea da discussão sobre os fundamentos da ciência e da teoria conjugada, como argumenta Kuhn (1975)? Por que a CI deve parar de se perguntar o que é e o que não é uma Ciência da Informação? Racionalmente,

não vemos motivo. Epistemologicamente – dentro de uma epistemologia da ação, bachelardiana, uma epistemologia da imaginação – muitos menos.¹⁴ Exatamente por esta razão a linha de argumentação de longa duração que aqui chamamos de tradição pragmática chama atenção para uma permanente revisão das propostas teóricas e seus contextos ao longo da história da área voltada para a organização do conhecimento. Esta tradição nos chama atenção para o fato de que o próprio conhecimento não é um produto fechado e intocável, mas fruto de uma construção compartilhada de significados, cercada por imaginários que contribuem para sua presentificação no seio das sociedades.

g) Por fim, a CI não surge como uma área dentro dos estudos de organização do conhecimento munida de um novo paradigma. Esta análise é apresentada por Oliveira (1996, 2005), Miksa (1992), e, de um modo geral, comungada por autores que compreendem a historiografia da área como aquela apresentada por Capurro (2003), Saracevic (1996), Buckland e Liu (1995), Brookes (1980a). Estes pesquisadores concordam que o nascimento da área coincide-se com os processos históricos que envolvem a) o aparecimento do termo informação dentro dos estudos voltados para organização do conhecimento, b) a construção e a legitimação, bem como a institucionalização do neologismo “ciência da informação”. No entanto, como já preliminarmente discutido, estes autores concordam ainda que a área nasceu a partir da influência de um pensamento positivista lógico. Nessa medida, ao contrário do que Wersig (1993) e Oliveira (1996), por exemplo, identificam, a área não nasce como “vivenciando” as rupturas paradigmáticas das ciências do século XX – ao contrário, nasce como aquilo que na visita anterior chamamos de ciência clássica, a partir de vocabulário de Morin (2007a). A CI “nasce” “contra” um movimento interdisciplinar, ao separar sujeito e o objeto, ao “simplificar” o problema da organização do conhecimento à lógica de controle de sinais e ao objeto informação. São autores também – por exemplo, Zunde e Gehl (1972), Brookes (1980c), Shera (1980), Heilprin (1989), Miksa (1992) – que demonstram que o “paradigma” da informação, assim como ele era definiria o nascimento da CI, desde seu princípio, demonstrava uma fragilidade, uma parcialidade. Voltando à Kuhn (1975), desde o princípio, aquilo que era definido como paradigma em CI não cumpria suas promessas – em outras palavras, não foi, em momento algum, um paradigma, pelo

14 Kuhn (1993) argumenta que, durante o período de ciência normal, quando o paradigma é sedimentado e orienta os pesquisadores da área, há um período de apaziguamento, um cessar fogo nas argumentações. As discussões praticamente cessam. Seria uma espécie de ciência fria, momento em que os pesquisadores estão mergulhados nas trilhas oferecidas pelo paradigma e preparam, de certa forma, as novas descobertas que podem tornar-se paradigmas futuros e identificam e separam as anomalias.

menos segundo a conceituação kuhniana. Desta forma, neste contexto específico, Kuhn (1975) era utilizado tanto como recurso historiográfico para afirmar politicamente uma nova área – lembremos, estes mesmos autores apontam a fragilidade epistemológica da área neste momento – como para distanciar a suposta nova área dos outros campos da organização do conhecimento, em um claro movimento de procura de visibilidade e respeitabilidade científica, lembrado por Goffman em 1970. Em outro olhar – aquele que aqui nos torna mais críticos –, a CI não apenas não aparece como novo paradigma, como apresenta, em um ângulo filosófico, o ápice da especialização dos estudos orientados para organização do conhecimento, iniciada ainda na Biblioteconomia especializada. A área se constitui como o modelo tardio de ciência clássica, “simplificando”, por exemplo, o significado de informação assim como ele foi utilizado durante todo o século XIX pela prática da Referência dentro da Biblioteconomia (GROGAN, 2001), retirando deste significado o “sujeito conhecedor” (MORIN, 2007). Para a CI “nascente” informação é representação (OLIVEIRA, 2005). Em outras palavras, como visto, a CI é uma continuidade institucional e filosófica de uma tradição representacionista dentro dos estudos da organização do conhecimento que mergulha cada vez mais em um olhar essencialista sobre o conhecer, que, ao tomar a informação assim como a noção se apresentava – como representação – contaminava profundamente estes estudos com o que Japiassu (1975) tratou como “patologia do saber”, Bourdieu (2005, p. 59) como “patologias do pensamento científico”, Morin (2007a) como “tecnologização da epistemologia”, Gusdorf (1995) como redução dos saberes à unidade.

Em resumo, retomando as sensibilidades de Assis (1993),

a disseminação da ERC [*Estrutura das Revoluções Científicas*] fora dos círculos filosóficos se deve, primeiro, à retórica de Kuhn, que produz um livro facilmente assimilável por um amplo espectro de público. Em segundo lugar, a ERC aparece numa era de contestação, numa época de decepção com a ciência, numa época de valorização do relativismo. Em terceiro, Kuhn é adotado por muitos cientistas sociais por oposição a uma caricatura de Popper¹⁵. (ASSIS, 1993)

15 Popper, de onde partia um pensamento mais normativo sobre ciência – a ciência como o progresso de hipóteses que sobrevivem aos mais árduos testes e o descarte das hipóteses que fraquejam. Karl Raimund Popper (1975a; 1975b), afirma que a lógica do conhecimento não está preocupada com as questões de fato – como a maneira em que se dá a ideia -, mas com questões de justificação ou validade. “Justificar” ou “validar” só podem ser obtidos a partir de um dedutivismo, ou seja, de testes críticos, frutos do cruzamento de conclusões e enunciados relevantes que revelam equivalências e compatibilidades da nova teoria. O método, em Popper (1975a),

Diante desta discussão, acreditamos ser necessária a identificação de uma outra noção – mas necessariamente não um novo conceito; no nosso caso, é um velho e reclassificado termo – para identificar momentos ou teorias, ou consensos ou períodos dentro da epistemologia da CI – ao menos para esta viagem se torna fundamental como abrir uma outra estrada para tecer uma viagem aos becos e travessas do horizonte proposto. Uma vez que nosso intuito aqui é recortar e estudar um pano de fundo filosófico no pensamento epistemológico na área, é necessário, antes, definir qual o território desta linha sensível, isto é, que nomes podem receber crenças e valores científicos que comungam semelhanças estruturais que permitem identificá-los como semelhanças epistemológicas. Assim, não vislumbrando a coerência do uso do conceito de paradigma para a área, partimos para o encontro clarificador de outra noção, ou seja, a noção de tradição.

As tradições dentro da epistemologia dos estudos de organização do conhecimento:

A questão de ser ou não ser ciência é tema corrente dentro da epistemologia geral, e aparece como o sintoma de uma patologia. A CI talvez traga em seu corpo de fundamentação e justificação social o vírus dessa doença – e este ataca de tempos em tempos. As próprias justificações a) de alteração do seu nome de suas instituições de pesquisa e b) de existência a partir da interdisciplinaridade, e não de sua especificidade, são evidências desta angústia inaugural.

Como afirma Assis (1993),

o cientista social, seja antropólogo, cientista político, historiador, etnógrafo, lingüista, continua a fazer suas pesquisas como sempre fez, baseado em seus próprios métodos. Pouco importa se existe constante debate acerca de fundamentos, pouco importa se deve ou não chamar a sociologia de ciência (ou questões parecidas: *é a história objetiva?, tem a sociologia um paradigma?* etc.), o que importa é que essas disciplinas contribuam para a criação de um objeto de comparação que elucide o que é a racionalidade ou, melhor, como é ela numa dada época.

Segundo Ribeiro (2003), a crítica as ciências humanas resta mais sobre a questão da linguagem não-matematizada. Recai ainda sobre a questão de que, uma vez

deve ser sintético, deve fornecer este critério – no sentido de não ser metafísico; no sentido de que deve responder por um mundo da experiência possível e deve ser distinto de outros sistemas de conhecimento, na medida que representa um mundo de experiências específico, o científico.

não fundamentada pelas leis matemáticas, este saber é apenas uma troca de opiniões, ou seja, as ciências sociais e humanas se resumem a doxa. No entanto, se

nossa linguagem é tão próxima da natural (sem impedir, porém, que certos textos sejam herméticos e de difícil compreensão ao leigo), é porque está na essência mesma das ciências do homem a passagem do discurso-sobre ao discurso-com e por vezes ao discurso-de. Em outras palavras, o sentido essencial de nossas ciências é o de efetuar a translação da terceira pessoa do discurso, no qual ela opera inicialmente (falando dos homens com “eles”), para uma linguagem dialogada e, finalmente, para uma primeira pessoa. Por isso é que o empreendimento das Humanas (ou, vale retomar, das Humanidades) se mostra emancipador. (RIBEIRO, 2003, p. 98-99)

Esta será a visão que uma corrente de pensamento social de ciência e a tradição pragmática na CI empreenderá, indo, como em uma filosofia pragmatista wittgensteiniana, ao encontro das relações sociais, recuperando o sujeito como objeto. Esta abordagem – que não é incomensurável, não é excludente, não é revolucionária, nem é apaziguadora ou solucionadora *a priori* de nossos problemas gerais, sendo, antes, dialógica, integrante, deslocadora, conflitante e construtora de problemas múltiplos de investigação local – vem, como no discurso de Ribeiro (2003), “restituir, ao homem, através de um discurso que o conheça, a capacidade de proferir ele mesmo um discurso verdadeiro e sem ilusões ao seu próprio respeito”.

Ou seja, esta corrente vem dizer que informação não é, a princípio, nem objeto nem verdade, nem mudança da estrutura nem algo que aumenta ou diminui nossa certeza. Antes, este pensamento procura entender como as comunidades se enfeitam com o conceito de informação que fabricam, como se tornam alienados com suas próprias feitura contra a alienação, como se acorrentam a informação que os encaixota na forma do dito conhecimento, como se iludem com seus próprios artefatos, e como, a partir destas ilusões, suas classificações, a organização de suas estantes e de seu pensamento, a construção de seus sistemas de informação e a formulação das possibilidades de acesso deste são influenciadas por estes fetiches. Assim, a tradição pragmática visa, como toda ciência do homem (RIBEIRO, 2003), “terminar com a alienação do homem, isto é, pretende conquistar para ele um conhecimento – e, portanto, capacidades de ação – de que estava privado”.

Se analisamos superficialmente o processo de revolução científica de Kuhn (1975), o processo de anulação de paradigmas pela comunidade científica é o modelo de um etnocídio. O autor parte de uma antropologia do fazer científico: uma

cultura, ou seja, um grupo de indivíduos, reunidos por crenças e valores intercambiáveis, estabelece um consenso, sob o qual desenharão sua caminhada. Ao notar que as promessas do consenso não permitem mais passos, ou seja, ao esbarrarem nas fronteiras do paradigma compartilhado, anulam-no – ou são anulados – e partem para outra deliberação interna. Esta levará a uma nova cartografia, um novo guia de orientação. Desta forma, uma cultura – ou produto cultural, como a teoria – é anulada – já que paradigma é fruto de um processo socialmente constituído – em razão de outra. E assim se desenvolve a ciência: a partir de densas rupturas, sem cumulatividade, sem continuidade, refém dos limites de um paradigma que vigora momentaneamente, mas livre das limitações e reducionismos de um paradigma eliminado.

Atuando junto de uma epistemologia histórica e uma epistemologia da imaginação, bem como no espectro sensível de uma tradição pragmática, como também na filosofia humanista de Ribeiro (2003), pensar em paradigmas – que a ciência caminha por paradigmas, que a CI avança sobre este comboio – significa pensar em exclusão arbitrária, não em escolha, em anulação pela revolução, não em convívios/solidariedades/reorientações/deslocamentos pela decisão coerente e pragmática, em alienação metodológica, não em autonomia imaginativo-provocativa, que defendemos em uma epistemologia da imaginação.

Entendendo como inadequado o uso do conceito de paradigma para uma divisão das manifestações teóricas – seus períodos, que não podem ser demarcados temporalmente, apenas sugeridos recortes temporais de semelhanças de família para focalização de uma viagem, o terreno a se visitar dentro de um espaço de tantos dias, como aqui é realizado – dentro da área, procuramos, pois, uma imagem mais suave e sensível e menos arbitrária que o conceito de paradigma. Preferimos falar em manifestações, e não estágios, pois acreditamos que a ciência não é nem totalmente cumulativa, nem totalmente fruto de rupturas descontínuas; ela é, sim, uma somatória de elementos – estilos, ou na linguagem de Wittgenstein, semelhanças de família – que se perpetuam como convenções provisórias e úteis, e de construções teóricas que redinamizam a existência destas convenções. Assim, discutimos aqui uma noção que mais coerentemente comunique estas manifestações dentro da CI – transmita com mais leveza, exatidão e visibilidade suas nuances paralelas. Falamos também em noção – e não em conceito – pois sabemos que caberia uma discussão bem mais ampla para construir a justificativa profunda sobre o que, na verdade, são os discursos que se assemelham em inúmeros elementos teóricos e metodológicos e podem ser caracterizados como manifestações íntimas.

Chegamos à noção de tradição nesta viagem por algumas evidências do percurso. Primeiro, por buscarmos uma epistemologia da imaginação, e localizarmos

nesta noção a sensibilidade procurada para ilustrar as manifestações epistemológicas da imaginação. Em segundo lugar, por viajarmos até uma linha pragmática dentro da CI, que, em sua epistemologia estrutural, carrega elementos semânticos bem mais próximos de uma noção de tradição que da dogmatização do paradigma de Thomas Kuhn.¹⁶ Em terceiro lugar acreditamos ser tão relevante quanto à adoção de novos termos, a revisão semântica de velhas noções.

Além disso, tradição é uma noção, podemos dizer, científica. Sua história remonta os gregos. Aristóteles recorria à noção considerando-a garantia de verdade. A tradição teria chegado até os tempos gregos pela transmissão de mitos. A filosofia aristotélica, pois, buscaria libertar a tradição dos seus elementos míticos, ou seja, a busca por uma autêntica tradição, ou, no vocabulário contemporâneo, a noção científica do vocábulo tradição (ABBAGNANO, 2000).

Neste aspecto, percebe-se, a tradição praticamente relaciona-se com a ideia da verdade ideal, da verdade possível, ligada a uma epistemologia moderna, ao nascimento das instituições científicas, a mitificação da ciência como resposta para todos os problemas, como “O” conhecimento, “O” saber. Esta ideia de tradição perduraria até recentemente, quando a crítica ao seu caráter de falibilidade, no entorno do Iluminismo, joga por terra a possibilidade de garantia permanente da verdade, focalizando suas margens de criação de preconceitos e superstições. No âmbito da sociologia esta crítica será mais aguda, acusando a tradição de não comportar o conhecimento crítico, apenas a aquisição inconsciente (não deliberada) de crenças e técnicas – o que, até aqui, muito se parece com a fase da ciência normal kuhniana.

No entanto, a tradição, diante de um mundo de mudanças sensíveis – científicas e sociais –, um mundo sem “Verdade”, mas transbordado de verdades, passa a ser interpretada de forma bastante distinta, e é recuperada por um dos seus mais estruturais traços distintivos: a preservação da memória de um grupo social, a perpetuação de uma gramática diferenciadora, a linguagem – a cultura – que permite a esta comunidade sobreviver e àquela desaparecer. Assim, no desenvolvimento

16 O termo “tradição” também foi o escolhido por Peter Ingwersen (1996) para sua classificação do ponto de vista cognitivo dos estudos de recuperação da informação em CI, bem como suas sub-categorias e demais níveis de divisão. A escolha do autor não passa, entretanto, por uma justificação epistemológica – desnecessária para os pressupostos específicos de seu citado estudo. Retomando, Ingwersen (1996, p. 10-11) divide a tradição cognitiva em duas grandes sub-tradições, uma fundamentalmente experimental, mais remota, ligada a visão de um racionalismo das ciências naturais aplicado a transferência da informação, outra, recente, orientada para o usuário, enraizada na teoria da comunicação e em metodologias psicológicas e sociológicas. O autor ainda subdivide, também sob o termo tradição, o enfoque orientado pelo usuário, classificando-o em abordagem operacional e pesquisa de busca da informação.

científico por paradigmas, temos a constante e não-cumulativa quebra de verdades e a extinção – etnocídio – de culturas impróprias para determinado momento. No desenvolvimento científico por tradições, temos a constante e cumulativa transformação de verdades – redefinições semânticas, processo permanente de realização de diferentes traduções, como aquela realizada na própria noção de tradição – e a intermitente troca com culturas aparentemente marginais, mas que resistem, graças à manutenção de seus traços culturais distintivos, suas manifestações, seus textos, enfim, suas tradições, a memória ritualizada. (ABBAGNAMO, 2000)

Assim, retomamos, nesta caminhada pela noção de tradição, a necessidade crítica de releituras apresentada desde o princípio desta viagem acerca dos conceitos e noções que fundamentam a nossa própria tradição. Ao invés de adotarmos o conceito kuhniano de paradigma, verificamos, com a noção de tradição, as movimentações ocorridas ao longo do tempo com um vocábulo e as diferentes nuances semânticas que este ganha na arena de deliberação atual – um outro significado para um velho termo, e não um novo termo para remotos significados. Percebemos como, na noção mais rasa do conceito de paradigma, ele se desenvolve como uma tradição: o condicionamento de pesquisadores dentro de um ritual metodológico e teórico que responde pelos anseios e angústias da pesquisa que se segue. Partimos, como Kuhn, de uma noção de cunho antropológico, mas evitamos pensar apenas no “etnocídio” da anulação de paradigmas, para recuperar, também, a solidariedade epistêmica humanista. Confrontado o pensamento aqui defendido e o manifesto de Thomas Kuhn revelariam, respectivamente, as seguintes distinções: Tradição x Paradigma; Movimentações científicas x Revoluções científicas; Solidariedade epistemológica x Anulação paradigmática; Abordagens complementares x Abordagens concorrentes; Ciência deliberativa instável x Ciência normal estável.

Tradição: uma noção e seu contexto

Como nos lembra Heller (1985, p. 89), a tradição é uma forma de manifestação do sistema consuetudinário, ou seja, da compreensão e comunhão dos costumes, dos hábitos. Como nos convoca Wittgenstein (1979) e o pragmatismo informacional – da Biblioteconomia humanista, passando pela Bibliografia textual, a Epistemologia Social até a Análise do Domínio e a Antropologia da Informação –, a apreensão dos seres humanos em sua coletividade se dá pela interpretação dos costumes de cada comunidade e seu contexto de atuação.

As tradições funcionam como formas de vida: famílias se expandindo, se ritualizando, trocando semelhanças e compondo, com isso, uma memória compartilhada que nos permita identificá-la como tradição. Assim, o uso da noção de tradição,

parece-nos bastante oportuno para se pensar o desenvolvimento das formas de vida científicas – suas movimentações, a comensurabilidade, ou melhor, a solidariedade no âmbito da atividade acadêmica, bem como, naturalmente, a construção social do esquecimento, que Kuhn chama de anulação.

Como visto, a noção de tradição se aproxima mais de uma leitura wittgensteiniana da ciência, como uma leitura social, que esta pesquisa propõe – como também, acrescentamos, os deslocamentos científicos de Jesse Shera, BierHjørland, Regina Marteleto, Søren Brier etc. A tradição é um conceito ligado fundamentalmente à Antropologia – adotada nos estudos de folclore, cultura popular, religião, por exemplo –, é uma construção da linguagem em sua ordem prática, na ação. A tradição sintetiza um conjunto de tendências – as semelhanças de família e, assim, como o paradigma kuhniano, transmite segurança, uma certa previsibilidade, ou seja, é o que organiza, uma vez que ritualiza o cotidiano.

Tradição vem do latim: traditio. O verbo é tradire, e significa precipuamente entregar, designa o ato de passar algo para outra pessoa, ou de passar de uma geração a outra geração. Em segundo lugar, os dicionaristas referem a relação do verbo tradire com o conhecimento oral e escrito. Isso quer dizer que, através da tradição, algo é dito e dito é entregue de geração em geração. De certa maneira, estamos, pois, instalados numa tradição, como que inseridos nela (...). Assim, através do elemento dito ou escrito algo é entregue, passa de geração em geração, e isso constitui a tradição – e nos constitui. (BORNHEIM, 1987, p. 18)

Percebemos que o conceito está etimologicamente estruturado na noção de comunicação, de passagem, de diálogo entre gerações. Não se cria uma tradição. A tradição é uma somatória de propostas, ideias, experiências, diálogos que se funda em um hábito, uma política de atuação. Persegue-se/segue-se uma mentalidade; uma continuidade; a permanência de padrões teórico-metodológicos – enfim, uma linha de pensamento; enfim: a tradição define uma cultura de pesquisa.

A tradição só parece ser imperturbavelmente ela mesma na medida em que afasta qualquer possibilidade de ruptura, ela se quer perene e eterna, sem aperceber-se de que a ausência do movimento termina condenando-a à estagnação da morte. A necessidade de ruptura se torna, em consequência, imperiosa, para restituir a dinamicidade ao que parecia “sem vida”. (BORNHEIM, 1987, p. 15)

Desta maneira, a tradição não se sustenta nunca como uma verdade – ao contrário, sobrevive sobre o jogo de permanente ruptura dos jogos de linguagem que vão se formando entre as esquinas, entre os becos e travessas de seu território de abrangência, pois a conquista de uma só macro-resposta para seus problemas seria o estágio de alienação definitiva e suicida de sua população, a robotização/esvaziamento de imaginações e sonhos, pensamentos e críticas. “Tudo parece indicar, portanto, que a necessidade interna da tradição só se poderia manter viva pelo recurso à ruptura. E a história seria entendida como a sucessão do estável e do descontínuo”. (BORNHEIM, 1987, p. 15)

Podemos conceber a tradição, a partir de Bornheim (1987, p. 20), como

o conjunto dos valores dentro dos quais estamos estabelecidos, não se trata apenas das formas de conhecimento ou das opiniões que temos, mas também da totalidade do comportamento humano, que só se deixa elucidar a partir do conjunto de valores constitutivos de uma determinada sociedade.

Assim, no mundo contemporâneo, fica claro que a leitura crítica da noção de tradição tende a comportar, embutido, o conceito de ruptura. Como afirma Bornheim (1987), hoje não se pode falar em tradição independente de ruptura; se há uma crise na tradição ocidental, tudo indica que é a noção de tradição que se modifica.

Compreendemos ainda, com Gadamer (1998), que a tradição é a grande viagem da história dos sujeitos à expedição transmitida de todo o mito de formação de nosso conhecimento, ou seja, como chegamos a saber o que hoje julgamos compreender como uma epistemologia da imaginação.

O que chega a nós pelo caminho da tradição lingüística não é o que ficou, mas algo que se transmite, isto é, ele nos diz – seja sob a forma da tradição oral, onde vivem o mito, a lenda, os usos e costumes, seja sob a forma da tradição escrita, cujos signos estão destinados imediatamente a qualquer leitor que esteja em condição de os ler. (GADAMER, 1998, p. 567)

Desta forma, a tradição, repertório oral ou inscrito, é o fim último de uma Ciência da Informação, ou qualquer área que trata da organização do conhecimento, de todo o corpo de baile dos estudos informacionais, pois está na tradição as habilidades que o ser humano foi desenvolvendo por milênios para transmitir seus

conhecimentos – independentes de serem registros físicos ou não. Toda uma tecnologia da informação nada mais é do que a tradução materializada e aperfeiçoada da construção da tradição de uma civilização humana dividida na indecifrável miríade de comunidades dispersas. A oralidade, assim como a escrita, é uma tecnologia da representação e da transmissão do conhecimento; ambas, tecnologias das mais primitivas; e são por vezes negligenciadas em várias definições de CI, Documentação, Biblioteconomia, enfim, como se não fossem ferramentas estruturais da preservação do conhecimento.

“A vida histórica da tradição”, nos revela Gadamer (1998, p. 579) “consiste na sua dependência a apropriações e interpretações sempre novas. Uma interpretação correta seria em si um ideal sem pensamentos incapaz de conhecer a essência da tradição”. Assim, a interpretação diz respeito, antes, ao jogo de linguagem que se compartilha – retomamos a definição wittgensteiniana dos limites do mundo como os limites da linguagem. Gadamer (1998, p. 579) também realiza esta formulação, concluindo que “toda interpretação está obrigada a entrar nos eixos da situação hermenêutica a que pertence”.

Desta maneira, concluímos a explicitação da opção por chamar de tradições as comunhões epistemológicas, como a cognitiva e a física, problematizando que a noção de tradição contribui ainda com maior clareza e exatidão calvinianas para compreender o pragmatismo informacional, o “retorno” à Retórica e à Filologia dentro dos estudos de organização do conhecimento, bem como a relevância da linguagem e da hermenêutica para a CI, recuperadas de modo mais intenso na epistemologia informacional contemporânea.

FÁBULA DA CRIAÇÃO

Uma sociedade sem informação e sua ciência

Wittgenstein disse:

O que não se pode dizer, deve-se calar.

Creio que se pode falar com igual justiça:

O que não se pode dizer, deve-se pesquisar.

Norbert Elias

EM SEU ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DAS DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG, durante a década de 1990, Gomes (2006) levanta diferentes apontamentos, verificados em estudos paralelos ou anteriores sobre a produção científica nos estudos informacionais, sobre a baixa construção epistemológica na área. A baixa produtividade meta-científica é recorrentemente repercutida. Em suas conclusões sobre o plano específico da produção investigativa da escola mencionada, Gomes (2006, p. 327) anota a inexistência de um número significativo de pesquisas sobre aspectos mais teóricos da área, como aqueles ligados à epistemologia, à elaboração de modelos e às questões conceituais.

Cañedo Andalia (2004) aponta, criticamente, que as pesquisas teóricas em CI são ainda pequenas, muitas delas apenas de caráter aplicado, episódicas e fragmentadas. Em 1993, Galvão (p. 111) revelava que a própria formulação das nomenclaturas dos estudos de organização do conhecimento – ou a representação das disciplinas – sobrevive sobre uma inconsistência histórica, evidenciando “que a história de cada área se constitui muito mais por uma necessidade imediata do fazer”, um imediatismo diante do novo, do urgente, da resolução rápida para questões práticas.

Como afirma Mostafa (1983, p. 223), “a reflexão não pode ser adendo da prática, pois esta só será transformada quando tiver recuperado o seu sentido, que é

sempre uma questão filosófica”. A preocupação com o imediatismo do fazer parece ter levado os estudos de organização dos saberes a ultrapassar, em inúmeras investigações, a fundamentação teórica, atendo-se quase unicamente a um praticalismo, apenas preocupado com a aplicabilidade, fazendo, assim, da reflexão, apenas o “adendo” citado por Mostafa (1983). É no sentido contrário deste pensamento que esta viagem se propõe. Neste âmbito, a epistemologia às vezes se apresenta, para a CI, como uma ilha desconhecida, um território utópico e não merecedor de maiores explorações, dada a sua característica subjetiva e não-imediatista.

Onde dormem os trabalhos teóricos dentro da Ciência da Informação: uma passagem na imaginação da crítica da aplicabilidade pelo praticalismo

Por que um trabalho teórico em uma ciência social aplicada? Em uma ciência essencialmente empírica, como no olhar de Zunde e Gehl (1972)? Talvez uma epistemologia da CI até pouco tempo não explicasse tal interrogação, por mais simples que pudesse ser – sua base essencialmente empírica dos estudos informacionais escondia e/ou negligenciava, até certa medida, estas investigações. Em determinadas vezes, talvez a CI tenha se esquivado da provocação. Mas a presente proposta de viagem recebeu esta indagação em seu passo inicial. Naturalmente, indagação absolutamente coerente. Há, sem dúvida, muitos trabalhos teóricos dentro de CI. Isso é possível afirmar – não significa, de modo algum, um contrassenso, mesmo com uma gama de autores lembrando, a todo instante, em diferentes narrativas, o contrário. A sequência de definições que cercam o conceito de Ciência da Informação, a partir da definição de Borko (1968), no contexto dos anos 1960 e 1970, é exemplo desta afirmação.

A procura por conceituar aquilo que, para muitos, significava uma nova ciência faz com que inúmeros trabalhos se interroguem sobre a cientificidade de um campo de investigação para informação e da própria noção de informação. Mas parece que, dada a configuração excessivamente empírica dos estudos informacionais, por mais que vozes teóricas se manifestem aqui e acolá, a memória de seus relatos permanece dormindo entre a grande massa de trabalhos práticos, de cunho imediatista. Estes últimos terminam por recuperar autores que sustentam a relação circunstancial entre justificativa e objeto de pesquisa sem, no entanto, revisitar provocativamente o posicionamento de uma epistemologia que sintetiza e sensibiliza as possibilidades de crítica à investigação a caminho. No entanto, basta uma caminhada pelos becos e travessas da epistemologia da CI para se verificar a profusão de trabalhos e debates, a convergência de teorias e os indícios de meta-teorias, o que é discutido por Pinheiro (2005).

É, em verdade, difícil – mas não impossível, nem inadequado – imaginar que diante do guarda-chuva do enfoque físico da CI – preocupada em controlar ruídos

ou possíveis intervenções no processo de aquisição da informação e construir máquinas capazes de realizar o controle da informação que o ser humano não mais conseguia abarcar – tal resposta pudesse existir. Mas, por outro lado, é fácil pontuar que uma tradição pragmática dentro da epistemologia da CI responde de diferentes maneiras esta indagação – apenas as epistemologias capurriana e Hjørlandiana dão conta de uma miríade de propostas afirmativas.

Para o pragmatismo informacional a resposta é simples: a teoria é uma formulação do uso. Toda aplicabilidade, como nos revelará Wittgenstein (1979), nada mais é do que a construção hermenêutica de experiências possíveis. É preciso, pois, teorizar o uso, ir até os ambientes de deliberação do uso – ou comunhão de práticas – e descrever os processos de manipulação dos objetos de estudos. Como nos alertava Brookes (1980a), em sua clássica crítica do praticismo, os sistemas práticos de informação se multiplicarão indefinidamente, com ou sem teoria e as tecnologias continuarão abundantes, mas as ferramentas verdadeiramente úteis ao conhecimento permanecerão raras.

No pragmatismo wittgensteiniano a filosofia deve resolver o problema – o problema diz respeito aos entraves do cotidiano, e não às abstratas formulações metafísicas (WITTGENSTEIN, 1979). A epistemologia da CI, uma vez orientada pelo imaginário da filosofia da ciência wittgensteiniana busca, naturalmente, o que uma investigação científica quer: compartilhar conhecimentos sobre as possibilidades de resolução de problemas. O “problema” a CI conhece. Os problemas da informação, como afirma Brookes (1980a), não são novos; ou, como no olhar de Mostafa (1996, p. 44), “dizer que a informação é o novo paradigma da sociedade do século XXI não é suficiente para nós, da área da informação”. As disciplinas da organização dos saberes o conhecem como problema há séculos e séculos. O problema – arcaico e profícuo – é: guardar, sistematizar, sintetizar, assegurar, interpretar, preservar e prover acesso aos artefatos humanos e aos seus conteúdos. O problema sempre existiu e sempre foi conhecido – ainda que possa não ter sido identificado neste ou naquele contexto, com este ou aquele nome. A “explosão informacional” – a grande produção de documentos permitida pelo desenvolvimento das técnicas de reprodução e dispersão de registros do conhecimento – não foi um novo problema para as disciplinas da informação: foi apenas um deslocamento do problema para outras arenas discursivas.

A questão da epistemologia da CI pode assim ser formulada: quem desenvolve a filosofia para contribuir para os jogos de compreensão do problema? A epistemologia, ao revisar periodicamente as práticas científicas e abrir horizontes com seu olhar crítico, apresenta aos pesquisadores uma poesia da justificação. Através da investigação epistemológica, os espaços para a dúvida sobre as causas e conse-

quências do olhar científico são ampliados – o que necessariamente leva até uma amplitude ética da análise do fazer na ciência. A epistemologia é tão somente a flexibilização dos sentidos, o relaxamento da rigidez prática e o redimensionamento do rigor da cientificidade – em outras palavras, a epistemologia é a abertura para imaginação. O que a epistemologia – e seus trabalhos essencialmente teóricos – pode fazer – e faz – é conceber uma linguagem que sensibilize todos os sentidos do pesquisador, que incrementa a sensibilidade, como nos diz Rorty (1997). Ao ler os teóricos que investigam o cotidiano de sua prática, o cientista passa a ver, ouvir, sentir e cheirar de forma diferente suas próprias construções diárias – aqui, este cientista ou profissional passa a reconhecer sua prática como reflexiva, e não apenas como “produtiva”.

Como afirma Brookes (1980a), qualquer atividade social que reivindica a categorização de ciência tem que ser tanto teórica quanto prática. O caráter prático da CI – a aplicabilidade embutida – é facilmente verificado. No mencionado trabalho de Gomes (2006), acerca das dissertações em CI da UFMG, na década de 1990, há uma predominância de investigações empíricas, com abordagens quantitativas, com as opções metodológicas mais concentradas nos estudos de caso. Mas as reflexões teóricas não parecem assim tão nítidas. A questão mais elementar da epistemologia da CI, acreditamos, dorme, pois, na sensibilização permanente do conceito de aplicabilidade. Visto desta forma, o epistemólogo informacional é um crítico da razão submetida ao praticismo – uma crítica que se perpetua na árdua caminhada em direção à legitimação da aplicabilidade. Este epistemólogo não refuta nem falseia, mas põe na arena de debate estas duas instâncias. Este teórico da informação não apresenta respostas práticas imediatas para seu pensamento, mas apresenta práticas de pensamento em foco na área, práticas do pensar, fruto das aplicações e seus impactos na sociedade, que se deslocam pela epistemologia informacional e vão redesenhando o modo de teorizar a CI.

Desta forma, como nas propostas de Ítalo Calvino (1990) para a construção literária, um trabalho teórico dentro dos estudos informacionais – uma epistemologia da imaginação, em nosso empreendimento – é necessário para retirar o peso da explicação direta de problemas práticos, da inferência imediata de soluções possíveis – ou, deixar de ver na CI apenas pelo imediatismo da aplicabilidade, identificado por revisões de literatura breves, para realização de questões práticas, para então imaginar a resolução de problemas como uma questão filosófica, acima de tudo. A presença desta epistemologia é de relevância crucial para a pesquisa, pois apresenta a leveza necessária à comensurabilidade dos discursos. Esta filosofia da ciência problematiza e sintetiza os parâmetros instáveis de exatidão, que dão aos pesquisadores a segurança de uma objetividade na formulação e apresentação de

projetos e resultados, na redação de seus trabalhos, na tessitura de seus modelos. Por fim, a epistemologia na CI representa uma prática teórica fundamental na imaginação científica, ao lançar aos pesquisadores diferentes visões do mundo de seus problemas, apresentando diferentes categorias de visibilidade para os mesmos e permanentes problemas, para o arcaico desafio da organização do conhecimento.

Como nos lembra Mostafa (1996, p. 41),

o século XX não vai mais lidar com o homem das ciências humanas. No seu lugar, novas figuras preenchem todos os espaços: informação, cibernética, robótica, ciência da computação, ciência da informação, sistemas de recuperação da informação. Nasce o saber sem sujeito, cujo nome é informação.

Fundamentada por uma epistemologia baseada na Física, as diversas disciplinas que se desenvolvem no século passado apresentam um olhar marcadamente delimitado pela análise quantitativa da sociedade, sua coisificação. As relações sociais são tomadas como relações entre entidades físicas, passíveis de decifração e controle a partir do método científico. No entanto, o conhecimento que se quer complexo e compreensivo, precisa retomar o objeto “homem” como horizonte. Como afirma Renato Janine Ribeiro (2003), a eficácia das ciências humanas e sociais não pode ser tomada na mesma medida das demais disciplinas. Seu conhecimento é diferente e carece de modelos de compreensão específicos. A eficácia, assim, não se dá pela produção de coisas, multiplicação de objetos de uso – no plano das ciências aplicadas, este é apenas a aresta final dos projetos de pesquisa, mas não necessariamente a mais relevante das execuções da investigação. A construção do “mundo humano” (RIBEIRO, 2003), esta é a mais destacada finalidade das viagens investigativas dentro das ciências humanas, como também da CI.

Desta maneira, acreditamos que os trabalhos teóricos dentro do escopo dos estudos informacionais são, antes, a necessária análise crítica e provocativa do conceito de aplicabilidade em CI. Trata-se da análise do que é aplicabilidade aqui e ali – as nuances, os horizontes, a relevância, da aplicabilidade. Dentro da poética da tradição pragmática, diríamos: aplicabilidade enquanto recontextualização, ou seja, analisar o espectro do conceito do que é o aplicável é encontrar as indagações sobre os contextos de delineamento de usos que teorias, métodos e produtos científicos podem realizar.

A comunidade que os trabalhos essencialmente teóricos busca atingir – e dialogar, interpretar, propor atmosferas de compreensão – é toda a comunidade de pesquisa em questão. Desta forma, é a sensibilização – a busca constante por exati-

dão, leveza e visibilidade – da própria família científica que a meta-ciência da epistemologia procura alastrar. As investigações epistemológicas são, pois, a condição das circunstâncias de eficácia da existência, convivência e sobrevivência de uma ciência. O trabalho teórico atua no plano que as antigas páginas sobre epistemologia chamam de vigilância epistemológica, como em um vocabulário positivista – voltado antes para o controle que para a compreensão da realidade social –, mas que uma epistemologia da imaginação, assim como uma tradição pragmática informacional, chama de recontextualização – o permanente retrabalho de recolocar as palavras e os objetos nos seus possíveis contextos, para então problematizá-los. Esta recontextualização se debruça sobre uma suposta verdade aplicável – ou a aplicabilidade de conceitos de verdade. Esta relação se dá, na prática de pesquisa, pela retomada permanente dos resultados de uma investigação não como verdade absoluta, mas, antes, como consequência de um percurso definido e empreendido pelo pesquisador e da dinâmica de contextos que cercam este pesquisar e sua interpretação: o contexto social, o cultural, o ideológico, o político, o afetivo, o estético, entre tantos outros.

Do mesmo modo, para as páginas meta-científicas de um passado recente, a epistemologia se voltaria para a busca da verdade. Mas em uma epistemologia da imaginação, no pragmatismo e na tradição pragmática da CI, não é esta a tarefa cotidiana da meta-ciência. Em seus dias – que assistem o deslocamento permanente de vocabulários, a flutuante interseção de significados –, esta epistemologia cuida da leitura das narrativas sobre as verdades, pois não acredita na existência do consenso final de uma verdade absoluta, que nos forneça a “ética” definitiva. Sua procura não é pela verdade, mas pela coerência dos discursos em seus contextos de fundação e prática. (RORTY, 1997, 2000)

De resto, ao justificarmos a razão para uma procura incessante por outras sensibilidades para a noção de aplicabilidade científica, podemos encontrar alguns significados que dizem respeito a) a socialização de produtos científicos para as comunidades envolvidas no escopo de abrangência da metodologia da pesquisa; b) a transformação do conhecimento científico em senso comum, ou seja, a extensão dos conhecimentos científicos à comunidade não como imposição, mas como alternativa (SANTOS, 1987, p. 57). Em ambas as noções evocadas, podemos compartilhar a ideia de que o trabalho teórico é um produto social – ou um artefato cultural (MOSTAFA, 2004) –, um texto, um complexo de signos a ser interpretado.

A ênfase dos estudos informacionais nos trabalhos técnicos, na aplicabilidade como grande fonte de orientação de uma epistemologia informacional – a *empíria* como fundamento da CI de Zunde e Gehl (1972) –, responde, de certo ponto, pela sonolência das investigações teóricas na área, como se tais textos fossem breves en-

saios intermitentes, que aparecem de tempos em tempos na estrutura prática fundamental das comunidades científicas da CI. Esta ênfase responde também pelo pensamento de que a ciência – e de que a CI – caminha sob o jugo dos paradigmas, como o observado no pensamento informacional. Responde ainda pela importação indiscriminada de terminologias paralelas – como o próprio conceito de paradigma –, pela justificação epistemológica da CI a partir de bases mais utilitaristas que teoricamente fundamentáveis, como a ideia saraceviciana de que a existência da área pode ser verificada pela sua participação ativa na sociedade da informação (SARACEVIC, 1996), pela própria construção e adoção do termo “ciência da informação” sob uma política que parte de uma filosofia da representação.

Nesta busca por respostas práticas imediatas, por soluções para o problema sem apresentar as narrativas da questão, a CI caiu, por diversas vezes, no praticismo observado por Mills (1975) dentro do âmbito das ciências sociais – praticismo abordado na sensibilidade de Le Coadic (1996), ao caracterizar como traços comuns entre as disciplinas da informação, apontando o interesse particular e grande pelos suportes da informação, e não à informação, e, muito menos, ao conhecimento. A escassez de uma epistemologia provocativa e sensível, acreditamos, fez com que a epistemologia dos estudos informacionais se tornasse uma receita de respostas simples para problemas objetivos, um esclarecimento pelo imediato em um mundo em rápida transformação. Parte daí uma série de importações indiscriminadas de bordões como “o mundo atual depende de informação”, “sem informação é impossível adquirir conhecimento”, “a sociedade atual não vive sem a tecnologia da informação”. Estas máximas servem como justificativas superficiais para introduzir um objeto de pesquisa em uma ciência que também leva o termo “informação” em seu nome, a partir da década de 1960. No entanto, não aprofundam a relação entre os contextos ideológicos e mercadológicos que levam à dispersão destas frases e seu consequente esvaziamento.

Como lembra Mills (1975, p. 90), a grande adoração da pesquisa social tem, dentre outras razões, as possibilidades de “utilidade direta para os generais do exército e os assistentes sociais, gerentes de empresas e diretores de prisão”, usos burocráticos que subvertem o intuito “social” desta investigação. O mesmo olhar crítico podemos levar até a pesquisa informacional estritamente determinada pelo conceito de informação. Esta pesquisa especializada em representações nasceu ligada aos estudos do departamento de defesa dos Estados Unidos, no seio de uma guerra, como afirmarão diferentes narrativas dos mitos de origem de uma Ciência da Informação (PINHEIRO, 1998; 2002; ORTEGA, 2002). Desta forma, a CI, acompanhando parte da Sociologia em meados do século XX (MILLS, 1975), desenvolveu um pensamento como instrumento útil às empresas, ao Exército e ao Estado. Como

nos lembra Pinheiro (2002, p. 79), em 1963, o governo dos EUA cria o *Committee on Scientific and Technical Information* – COSATI –, e “muitas pesquisas de informação recebem financiamento de órgãos federais e atividades de informação importantes têm a chancela do Estado”. Somam-se as iniciativas da UNESCO, órgão das Nações Unidas, criado em 1945, responsáveis pela implementação de centros e sistemas de informação (PINHEIRO, 2002, p. 79) e a criação, nos anos 1950, no âmbito nacional, do Instituto Nacional de Bibliografia e Documentação.

Está aqui uma das grandes penumbras que adormecem uma epistemologia da imaginação em CI: a ideia sedimentada de que a área nasceu da guerra, e deve funcionar assim, no arbitrário e, ao mesmo tempo, passível de respostas simples para problemas objetivos, repostas instantâneas, para um frágil estado de sobrevivência – e que esta sobrevivência será sustentada para e pelo Estado. Vista a partir desta ideia de resolução imediatista de problemas práticos, a epistemologia dos estudos informacionais é facilmente justificada segundo as fundamentações de Saracevic (1996): a área de pesquisa da informação se justifica epistemologicamente – atesta sua razão de existir enquanto ciência – pois a) está no bojo da sociedade da informação, b) é íntima das tecnologias da informação e, por fim, c) é interdisciplinar por essência.

Fruto de uma campanha científico-política por uma sociedade marcada pela dinâmica propiciada pelas tecnologias da informação, a noção de sociedade da informação só pode ser aplicada em determinados contextos específicos de produção e uso científico do século XX – e, em grande parte, só se justifica em instituições como as organizações do mercado e a universidade. A ideia de uma “sociedade da informação” traz consigo a promessa de transformação social pelo uso das múltiplas possibilidades abertas pela tecnologia. Em primeiro lugar, em muitos casos, esta transformação não se dá – o que temos é apenas uma ampliação de exclusões, agora encoberta pela noção de aquisição das tecnologias. Em segundo lugar, este uso não significa a incorporação de mais informação ou conhecimento e mesmo um aprofundamento na capacidade de comunicação entre os homens – pode ser, também, um recuo em nossa sensibilidade de percepção do mundo.

Desta forma, uma ciência que se sustenta em um conceito em construção e com justificativas internas de significação ainda carentes de um estudo crítico retrospectivo não parece se apoiar em estacas sólidas. O mesmo apontamento se aplica à ideia de que a CI é interdisciplinar por natureza, por isso se justificaria no âmbito dos anos 1960. No entanto, seu nascimento encarado a partir dessa década é visivelmente marcado por um olhar positivista da realidade, que especializa a ideia de informação enquanto sinal e vai contra a corrente da sociologia do conhecimento que criticava a especialização das disciplinas, em geral baseadas no positivismo. Assim, se nasce interdisciplinar, a CI surge no cenário da árvore do conhecimento

com um grande paradoxo: se diz interdisciplinar em sua justificativa política, mas na prática social e teórica do cotidiano científico atua como a especialização dos estudos de organização dos saberes. No âmbito das tecnologias, vê-se como a CI se estruturou na crença da resolução de problemas a partir de meios, não do sujeito – a erudição é substituída pela técnica e pela tecnologia (BAPTISTA; BRANDT, 2006). A movimentação em torno da automação de bibliotecas, da informatização das práticas documentalistas e da recuperação da informação, analisada e interpretada por Ortega (2002), permite a identificação da área da organização do conhecimento como campo voltado para a engenharia da troca de mensagens e a disponibilização dinâmica e objetiva de representações.

Estas três justificativas saracevicianas carecem, de certa forma, como na adoção de paradigmas, da reflexão construtiva sobre os desdobramentos e desafios de contextos diferentes para um mesmo e desnivelado mundo. O significado de “prático”, como afirma Mills (1975), desdobra-se apenas como aquilo que é útil para vencer a guerra: a guerra da concorrência entre as empresas, a guerra da concorrência entre partidos políticos, a guerra da concorrência entre departamentos acadêmicos para abraçar mais verbas para a manutenção das pesquisas. Prático é o que é prático para instituições de uma certa sociedade da informação, não para as comunidades discursivas, não para o desenvolvimento da coerência. Vivemos séculos e séculos sem a ciência propriamente dita, e não se deixou de se fazer guerra nem antes nem depois da invenção dos edifícios acadêmicos modernos. Vivemos séculos e séculos produzindo e organizando “informação”, e isso não permitiu que o mundo se tornasse um mundo menos ou mais informado nem antes nem depois da institucionalização de uma ciência para a informação.

O enfeitamento que uma imaginação epistemológica enxerga é exatamente a semente crítica molesiana (MOLES, 1995) recolocada sobre uma plataforma antropológica: a necessidade de cientificidade extrapola a racionalidade manifestada, revelando que os objetos científicos simultaneamente são: fetiches – ou “feitiches”, no vocabulário de Bruno Latour (2002) em sua “Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches”. No discurso de Wersig e Neveling (1975) – corroborado e divulgado na narrativa de Belkin e Robertson (1976) –, como também em Wersig (1993), esta manifestação do novo, da missão científica para solução do inédito, da resposta para problemas até então nunca vistos, é clara. Para os pesquisadores, os desafios da informação representam uma nova necessidade científica, pois modificaram completamente sua relevância para a sociedade contemporânea dos meados do século XX – e não porque, afirmam ambos, são um fenômeno específico que sempre existiu. Há um novo fenômeno; há uma nova sociedade; e, para tanto, equacionando, emerge uma nova ciência.

O fetiche é o “objeto animado ou inanimado, feito pelo homem ou produzido pela natureza, ao qual se atribui poder sobrenatural e se presta culto” (LATOURE, 2002, p. 16). A epistemologia da CI, de certo modo, tomou emprestado os objetos de análise de disciplinas da organização do conhecimento e relacionou-os – baseada em um contexto favorável – à grande corrida do século XX: a corrida pela informação e pela informatização – uma corrida pela representação. Desta maneira, ao identificar e manifestar amplamente seu objeto, como nas definições de Borko (1968) e Zunde e Gehl (1972) – o objeto da CI é o fenômeno da informação –, a CI simultaneamente não se dava conta, criticamente, de que sua racionalidade era, antes, um produto do imaginário coletivo, da imaginação da névoa bélica, um mito, seja o objeto de culto manifestado na sociedade “moderna” (com a revolução industrial inglesa), seja o objeto de culto supradorado na sociedade “pós-moderna” (com a revolução tecnológica norte-americana). Assim, a informação passou a ser o significado da organização do conhecimento, quando refletia, na verdade, parte de sua aplicação enquanto ramo da árvore dos saberes.

A revisão epistemológica deste conceito de aplicabilidade – a ideia de que a CI é antes humana, ou social-humana, que social aplicada; antes aplicável socialmente que aplicável burocraticamente – é fruto direto de um pensamento pragmático dentro da epistemologia dos estudos informacionais que pode ser percebido para além do termo “ciência da informação”. A tradição pragmática, ao fornecer sensibilidades para repensar o aplicável, revisa também ideia kuhniana de que a ciência – e, logo, a CI – caminha sob o desdobramento de paradigmas, ainda que alguns autores – influenciados pela epistemologia do praticismo ou apenas seduzidos, como tantos, pelo profundo e original trabalho de Thomas Kuhn (1975) – continuem adotando o termo. Esta tradição nos convida a pensar a aplicabilidade para experiências sociais e atores do cotidiano.

A aplicabilidade de produtos científicos – ou intervenção científica na realidade – na sociedade – é, antes, a aplicação de palavras – ou complexos de palavras, linguagens – do vocabulário científico ao vocabulário ordinário – o cotidiano científico migrando para o cotidiano que está além das instituições científicas. A ciência é uma comunidade propositiva, como a associação de bairros, o clube de futebol e as tribos indígenas. Mas ela deve, por ter por missão o conhecimento, apresentar sugestões para a solidariedade humana – não apenas para a concorrência. Os trabalhos teóricos devem responder preliminarmente, em cada área, por esta missão.

Compartilhamos, pois, o resumo das sensibilidades de justificação para a existência e para a convocação por trabalho teóricos dentro da CI:

a) na sensibilidade de que a prática nada mais é do que o pensamento em ação, de que nos fala Wittgenstein (1979, 1980, 1982), nada mais é do que a epistemolo-

gia do espírito complexo e poético defendida por Bachelard (1968), e que devemos, ao contrário de fortes tendências na área, não permitir uma orientação ao enfoque do praticalismo, provocando o despertar dos trabalhos epistemológicos da área e criando melodias sensíveis nas narrativas para a construção de uma insônia permanente para estes trabalhos;

b) a sensibilidade de que as práticas precisam ser criticadas não apenas em sua aplicabilidade mercadológica, mas também em sua aplicabilidade ética. Quando pensamos em aplicabilidade tendemos pensar apenas em respostas objetivas, a resolução de problemas cotidianos técnicos como apertar um parafuso, e não pensamentos na resolução de problemas cotidianos éticos, como se o aborto é ou não aceitável. Preocupamo-nos em controlar a técnica, dominá-la, sem recuperar as questões que nos levam a controlá-la. Ao falarmos, por exemplo, em aborto, independentemente de onde falamos, de onde quer que parta essa opinião ou pesquisa – de um biólogo ou de uma instituição de proteção a mulheres violentadas –, estamos falando em “ética aplicada”. Assim podemos conceber o discurso científico da informação: estamos falando em compreensão aplicada¹. Assim, a aplicabilidade informacional é, acima de qualquer coisa, uma ética – um projeto coerente – das possibilidades humanas de se chegar à compreensão a partir da interpretação/representação /comunicação de informações. O aborto pode ser o objeto de um estudo sociológico, antropológico, psicológico, biológico, químico; mas é, antes de tudo, um estudo de como encaramos a ideia do aborto, qual é o imaginário que nos cerca sobre o abortar e o não abortar. Mesmo nos casos que em a informação é reconhecida como uma energia ou um *bit* dentro das ciências naturais, ela também ocorre dentro de uma arena de interpretação social, ou seja, como Wittgenstein (1979), Rorty (1997), Boaventura Santos (1989), e muitos outros, diríamos que todo conhecimento puro é social.

c) a sensibilidade de que o conceito de aplicabilidade não pode ser colocado em um trono intocável – principalmente no trono do praticalismo. Ao contrário, deve ser discutido e inter-compreendido. Podemos problematizar assim este aspecto: a construção de um sistema de informação é o resultado de uma expedição científica dentro da CI: tem seu fundamento social – é construído em torno de uma comunidade de usuários – e seu fundamento prático – responde por uma necessidade desta comunidade. Em primeiro lugar, em que medida este sistema foi verdadeiramente constituído em torno do grupo de indivíduos? Temos aqui a questão da

1 Luciano Floridi (2002), ao pensar, no plano da epistemologia, a CI como uma filosofia aplicada da informação, traz mais sensibilidades para esta argumentação. O artigo em que trata do tema é: FLORIDI, Luciano. On defining library and information science as applied philosophy of information. *Social epistemology*, v. 16, n. 1, p. 37-49, 2002.

verdade, ou seja, da própria epistemologia mais rasa: onde está a verdade do fundamento social? Seria necessário um projeto hermenêutico por trás da interrogação. Em segundo lugar, em que medida há uma resposta à comunidade atingida pelo projeto findado – voltamos à questão rasa da verdade, ou seja, a resposta é falsa ou verdadeira. Até que ponto a agrimensura da utilidade é a resposta da satisfação dos indivíduos que farão o uso do sistema de informação? Ou seja, a aplicabilidade nada mais é do que o termo aplicação legitimado por uma epistemologia favorável ao seu significado. Dentro disso, a epistemologia é o verdadeiro contextualmente aplicável, é o estudo da atmosfera ruidosa e áspera das condições de verdade – das múltiplas verdades.

d) a sensibilidade de que é necessário entender a aplicabilidade da CI na sociedade, e isto parte, antes, de um plano filosófico-epistemológico, que de um ponto da resposta-prática, do consequencialismo, do praticismo. Partimos da revisão das principais unidades de análise da CI identificados e explorados por Frota (1998), a saber, usuários, profissionais, instituições e suportes. Além destas unidades, aparece no levantamento da pesquisadora um pequeno quadro de trabalhos diversos, dentro dos quais estão os trabalhos epistemológicos, em sua sonolência verificada. A cientificidade como unidade de análise dentro da pesquisa em CI é, nada mais, que a existência da área enquanto produto social e em qualquer sociedade, independentemente dos jargões do tempo, como o próprio jargão “sociedade da informação”. Se pensarmos em diferentes conceitos de CI, como o de Borko (1968) e o de Capurro (1991), podemos observar que as “Ciências da Informação” estão muito aquém do século XX, porém com nomenclaturas diferentes. Existiram independentes da “sociedade da informação”, da “sociedade do espetáculo”, da sociedade medieval, do termo “ciência da informação”. Se a CI “nasce” devido a um contexto de “explosão informacional” e do âmbito da própria gestação de uma sociedade dita da informação, quando esta noção se primitivista, no sentido wittgenteiniano – a expressão sociedade da informação se torna tão vulgar que já não é mais percebida, já não se justifica, nem pela sua razão prática nem pela reivindicação de sentido, falar-se em “sociedade da informação”. Ela existirá não para uma demanda da “sociedade da informação”, mas para a experiência social de construção do conhecimento da sociedade que lhe cercar, no tempo que se passar, como sempre o fez. A partir de meados do século XX, encontramos incontáveis elementos que justificam a razão de uma expressão “sociedade da informação”. No entanto, um olhar sociológico pelas relações sociais no mundo globalizado – exemplo crítico se encontra em Quéau (2001)², em sua simples

2 Quéau (2001), em seu trabalho sobre a revolução da informação, afirma que a noção de sociedade global é parcial, uma vez que recruta uma certa leva privilegiada de indivíduos, em con-

e profunda interrogação “é a globalização global?” e em Milton Santos (2007) – nos demonstra que há, por outro lado, um grupo também vasto de instâncias que nos permitem afirmar o contrário, isto é, não há uma sociedade da informação. Esta refutação ou falseamento jogaria por terra, pois, grande parte da justificação social da cientificidade da CI, como aquela apresentada por Saracevic (1996). Como lembra Cañedo Andalia (2004), todas as sociedades desenvolveram técnicas de reconhecimento e administração da informação, principalmente após o nascimento da escrita. Todas as sociedades, em menor ou maior grau, tiveram problemas com uma certa “explosão da informação”. A sociedade gráfica, de que nos fala Auroux (1998), é essencialmente uma sociedade cumulativa, e a ciência não é assim tão não-cumulativa quanto sugere a compreensão de Kuhn da atividade científica. Se a CI se legitima socialmente por ser participante ativa da sociedade da informação, o que fará distante desta? O que faria quando esta sociedade chegasse ao fim? Mudaria seu nome, para se adequar à realidade? E se a sociedade da informação não existir? A Filosofia ou a Sociologia da ciência podem nos revelar o fracasso da conceituação desta sociedade no que diz respeito ao social, e não à técnica. Diante disso, esvaziado o conceito sobre a qual a CI teria se construído, para onde caminhará esta área?

e) a sensibilidade que uma filosofia – e aqui caminhamos lado a lado com uma filosofia pragmática da linguagem – é permanentemente necessária para a compreensão das movimentações teóricas, terminológicas e práticas dentro da CI. Discutiremos em nossa caminhada pelo percurso histórico e pelo desenvolvimen-

dições sociais geográfica e economicamente dispersas. Assim seria também com a expressão sociedade da informação: interpretar essa sociedade a) pela sua coexistência com o mundo das tecnologias de comunicação e informação é raso o bastante para dizermos: coexistir não necessariamente seja participar – ao contrário, pode significar negar a relação entre ser humano e máquina sempre revelou aspectos precoces de uma tecnofobia; b) pelo acesso de indivíduos de todo o mundo a tais tecnologias pode ser falseado pela ideia de que acesso não significa letramento – a relação entre indivíduo e tecnologia pode ser muito mais de incomunicabilidade do que o contrário, esta convivência sempre desvelará processos de aprendizagem lentos, incompletos e/ou parciais; c) pelo uso de todas as possibilidades abertas as tecnologias – algo que, por si só, é utópico –, o que pode ser criticado pelo fato de que o ser humano sempre se caracterizou pelo uso das praticidades das inovações de seu tempo – e nem por isso se tornou um indivíduo da informação ou um indivíduo do conhecimento. Ora, este último ponto é bastante intrigante, pois não há maior ferramenta de informação e de conhecimento do que o livro, e nem por isso a sociedade de Guttemberg passou a ser chamada de sociedade da informação ou do conhecimento, nem sociedade do livro, ou milênio do livro, como comentou Calvino (1990). Nem as gerações dos séculos seguintes, que viram o livro popularizar-se. Restaria interpretar a expressão apenas em seu sentido político-econômico, como nos apresenta Cañedo Andalia (2004), ou seja, a sociedade da informação existe pois a informação é a maior fonte de riqueza de uma sociedade pós-industrial, e este lado, o lado clientelista, é justamente o problema epistemológico a ser cotidianamente rediscutido.

to teórico dos estudos informacionais – ainda que não de forma profunda, como pretendíamos –, questões dessa ordem, uma vez que são flagrantes as dificuldades de conceituar a abrangência da CI – e, principalmente, o que aqui mais nos atenta, definir seu núcleo, suas justificativas estruturais. A abertura de discussão nos acomete e aparece como visita obrigatória em um estudo epistemológico na área. É-nos campo crítico e carente de sensibilidades profundas estas justificativas tanto por uma nomenclatura quanto por uma “natureza interdisciplinar” – ou ainda, justificativas por uma relação íntima com as tecnologias da informação e com a chamada “sociedade da informação”. Todos estes termos, “informação”, “ciência da informação”, “interdisciplinaridade”, “sociedade da informação”, somados a outros, desvelam um vocabulário disperso em construção nos estudos informacionais, vocabulário que por vezes reflete um problema dentro da área: a organização leve e exata de suas próprias categorias terminológicas.

Acreditamos que este é um problema crônico, uma vez que a CI é justamente a disciplina que se coloca à frente dos discursos de organização do conhecimento. A falta de exatidão e leveza na categorização da CI – identificada, em parte, acreditamos, pela justificação científica (e o uso irrestrito desta justificação) a partir de termos como estes acima indicados – talvez revele, do mesmo modo, a dificuldade de visibilidade da área na sociedade que a cerca. A visibilidade, como vista em Ítalo Calvino (1990), é a qualidade – e a criatividade – de enxergar – e dar a enxergar, permitir a iluminação – da profundidade e dos silêncios do objeto, dos fatos, dos núcleos – metodológico-teóricos – de cada disciplina. Desta forma, algumas cartas de justificação para os usos do termo “ciência da informação” manifestam que os termos Biblioteconomia e Documentação não traziam a visibilidade necessária para as práticas e teorias dos estudos informacionais. Pensando no conceito-proposta de Calvino (1990) e nos pressupostos apresentados de uma epistemologia da imaginação, é possível compreender que a questão da visibilidade nada tem a ver com nomenclaturas. Sua questão está na criatividade de construção de janelas para o que parece silencioso e obscuro, o que a sociedade negligencia, mas faz permanente uso em seu cotidiano, como os esquemas de classificação na Biblioteconomia e as bibliografias na Documentação. Assim, a CI tem, no escopo da terminologia, fundamentalmente, um problema filosófico, teórico e histórico, um problema de reflexão, de autorreflexão – enfim, um crônico problema epistemológico.

Estas transformações terminológicas anunciam o que Shera (1980, p. 91) evidencia como uma “cisma” que acometeu a Biblioteconomia – e no nosso olhar, toda a área voltada para organização dos saberes – e que parece se reproduzir até a contemporaneidade. O uso irrestrito da noção de interdisciplinaridade – “uma noção mal definida, que se reveste às vezes do aspecto e da função de um slogan

utilizado a torto e a direito no debate ideológico” (GUSDORF, 1995, p. 14) – parece ser um dos elementos que contribuí para esta reprodução.

O interdisciplinar, retomando, para usar um significado que em geral é adotado no discurso epistemológico, representa a síntese de duas ou mais disciplinas, construindo novas linguagens e novas relações estruturais, gerando um novo tipo de conhecimento. Nas palavras de Gusdorf (1995), o movimento interdisciplinar visa a construção de uma nova escrita.

Os mesmos autores que parecem concordar que a CI nasceu interdisciplinar comungam também a ideia de que ela nasceu sob a influência de um pensamento fiscalista, ou de um paradigma físico (CAPURRO, 2003), ou uma teoria sintática (RENDÓN ROJAS, 1996) – no nosso vocabulário, sob um ponto de vista filosófico representacionista. Esta dupla concordância se dá pois os epistemólogos, teóricos e pesquisadores que usam uma ou outra das afirmações – a CI nasceu interdisciplinar, a CI nasceu sob um enfoque fiscalista – consideram que seu surgimento se dá no contexto do pós-segunda guerra mundial. E é exatamente este o contexto em que, dentro da área de organização do conhecimento, o pensamento fiscalista exerce influência direta na área, demarcado por um olhar positivista – e, em determinados olhares, positivista lógico.

Logo, temos aqui a primeira grande provocação da historiografia da CI: como afirmar que é interdisciplinar se esta noção, conceito ou utopia científica parte exatamente contra a especialização fechada promovida pelo olhar positivista sobre as ciências humanas? Saracevic (1996, 1999) aparece como a principal fonte desta reflexão problemática: o autor é adotado como uma das principais referências para corroboração da “natureza interdisciplinar” da CI (SARACEVIC, 1996) e, ao mesmo tempo, concorda com outros epistemólogos que esta área parte da recuperação da informação baseada no aprofundamento da lógica formal, um dos enfoques contra o qual o movimento interdisciplinar parte. (SARACEVIC, 1999)

Preferindo o afastamento da discussão sobre uma certa “natureza interdisciplinar” da área, pontuamos nosso argumento na fragilidade em que repousa esta justificação epistêmica da CI. Aprofundando a linha de pensamento anterior: estes mesmos autores que não se dão conta do paradoxo de afirmar que a CI nasce simultaneamente positivista e “interdisciplinar por natureza” lembram também que a área carece de uma plataforma epistemológica em seus primórdios como também nos dias atuais. São estes autores que nos alertam que a área padece de uma discussão epistemológica profunda, e que a CI nasceu carente da mesma, dependente de um olhar unilateral sobre a tecnologia³ – contudo, é neste período que Shera inicia

3 Trata-se daquilo que Morin (2007, p. 107) chama de grande adoração da técnica, que faz com

suas discussões sobre a Epistemologia Social, abordagem que responde, em muito, pela ideia da interdisciplinaridade como uma das identidades da CI, e a mesma abordagem, por sua vez, não entra no discurso historiográfico como uma das plataformas fundacionais da área. Assim, simultaneamente, temos as afirmações colocadas no mesmo tom: a CI nasceu interdisciplinar, a CI nasceu fisicalista, a CI nasceu sem um discurso epistemológico capaz de sustentar uma justificativa teórica crítica. Como então enxergar uma essência interdisciplinar em uma dita “nova” ciência quando na verdade o que encontramos é um conjunto de práticas sem uma meta-reflexão profunda?

Poderíamos tomar, sob olhar de Wittgenstein (1979), as práticas como reflexão, como construção de conhecimentos... No entanto, os mesmos autores que simultaneamente apontam o nascimento da CI como positivista, interdisciplinar e epistemologicamente frágil percebem que as práticas, a princípio, especializaram a área de organização do conhecimento, legitimando a CI apenas como um campo voltado para a engenharia das mensagens, a partir do olhar matemático sobre a informação de Shannon e Weaver. Esta é a historiografia apresentada, dentre tantos, por autores como Capurro (1991, 2003) e Saracevic (1996), a historiografia que, de um modo geral, percebe o surgimento da área a partir do aparecimento da noção de informação dentro dos estudos de organização do conhecimento e da institucionalização da expressão “ciência da informação”.

A indagação direta que nos cerca, como a outros pesquisadores, como Gomes (2001), é: na verdade, quando “pensamos estar falando” de relações interdisciplinares, não estamos – ou estávamos – no fundo dizendo: intercâmbio de aplicações de métodos e teorias de disciplinas diferentes para determinados fins específicos na CI ou fora dela?; ou: avanço da tecnologia e seus profissionais sobre as áreas humanas, caracterizando a expressão moriniana “tecnologização da epistemologia”? Não estamos novamente caindo aqui nos problemas do praticalismo? Como Morin (2007), por exemplo, percebemos que a ideia da complexidade, inerente aos movimentos inter e transdisciplinares, é também ela “complexa”, ou seja, de “difícilima” demarcação – e dizemos *difícilima* sendo, de certo modo, generosos, pois ainda é raro encontrar exemplos objetivos de “materializações” da interdisciplinaridade para discutirmos suas consequências. Enquanto isto a CI atravessa anos apontando para as chamadas fronteiras interdisciplinares de sua epistemologia e, mais do que isso, ainda afirma ter uma natureza interdisciplinar...

Esquecemos que o “movimento” pró-interdisciplinaridade ou pró-complexidade foi, em certa medida, uma grita da filosofia da ciência contra as disciplinas

como Física, Química e Biologia, que se fechavam paulatinamente em um mundo que se tornava aparentemente mais dinâmico e interligado. Mesmo Morin (2007) tem como um dos focos principais de sua revisão epistemológica estas áreas. Isto não responde necessariamente pelas ciências humanas e sociais – são justamente elas que vão se redescobrando, a partir do afastamento da ideia de que precisavam “se parecer” com estas outras áreas para se tornarem “científicas” ao longo do século XX, revisando os entraves do positivismo. Assim, inicia-se a depreciação do positivismo nas ciências humanas e parece que tudo o que veio atrás era desperdício teórico, que Durkheim e Comte estavam “errados”. Sabemos que, na verdade, muitos dos espíritos ditos positivistas, como Paul Otlet e Euclides da Cunha, realizaram trabalhos bem mais “complexos” do que determinados projetos ou ciências que se querem ou se justificam como interdisciplinares e transdisciplinares.

Em uma crítica mais sensível, parece que a CI está mais preocupada com o “complexo” de ser “ciência imatura”, devido à leitura de seus teóricos realizada a partir de Thomas Kuhn (este que, como outros, falava para aquelas ciências naturais, e não das ciências sociais, e não da CI), que preocupada com a complexidade que há em seus possíveis núcleos identitários. Este complexo de “ciência em vias de acontecer” é, por exemplo, *denunciado* por Brookes (1980a), Goffman (1975) e Frohmann (1992). Nesta medida, a noção de interdisciplinaridade aparece como uma ferramenta política, antes de um conceito epistemológico, pois ela é

muitas vezes compreendida como a tentativa de um rearranjo do universo do discurso científico em vista de assegurar a articulação dos elementos e a coerência das proposições e de fornecer aos especialistas um instrumento epistemológico capaz de dilatar os limites da formulação lógico-matemática. (GUSDORF, 1995, p. 23)

Em outras palavras, como indica Gomes (2001), “muitas vezes a característica interdisciplinar é examinada apenas a partir da focalização do movimento interno de uma disciplina e, às vezes, detendo-se apenas na perspectiva teórica”. Diante desta problemática, não seria mais importante para a CI perguntar quem de seus espíritos realmente realizam projetos interdisciplinares, ou seja, quem procura construir grandes diálogos do que se perguntar que disciplina está nas fronteiras da CI? Pensamos que daquela forma estamos mais próximos de Morin do que de Durkheim; desta última, parecemos “positivistas da complexidade”, agrimensores da árvore do conhecimento. Preocupar-se com demarcações interdisciplinares parece-nos um contrassenso para a própria ideia de interdisciplinaridade. Pensamos ser mais importante estudar o espírito que transversaliza as fronteiras de qualquer

campo, e não as fronteiras da área, estas muitas vezes esvaziadas de significado por falta de grandes espíritos científicos em suas margens, como Leibniz (GUSDORF, 1995) e Paul Otlet (ORTEGA, 2007). Se estamos tão voltados para as fronteiras, parece que não nos preocupamos em realizar projetos interdisciplinares, só identificar e estabelecer os marcos das relações.

A reprodução em artigos e monografias, seja como título dos trabalhos, palavras-chave ou na abertura de textos, da noção apontada por Saracevic (1996) da “natureza interdisciplinar” da área já parece, em si própria, um outro entrave. Em primeiro lugar, o termo *natureza* é em geral utilizado pelas ciências naturais que procuravam, na virada do século XIX para o XX, um objeto específico e concentravam seus pesquisadores em um “projeto único e mútuo”, ou uma ciência normal, como foi analisado por Thomas Kuhn em *A estrutura das revoluções científicas*. O exemplo clássico seria o átomo para a Física. Logo, a CI, sob a profunda influência desta ciência, passa a dizer que a informação é seu objeto – no mesmo tom, para a crítica de Mills (1975) temos o “homem sociológico” como objeto único da Sociologia; para Morin (2007), trata-se de um olhar sobre a ciência que reduz a disciplina à busca por uma ordem *a priori* no mundo, negligenciado o conhecimento local e afastando o sujeito como “conhecedor”.

Por sua vez, o termo *interdisciplinar* é em geral utilizado por teóricos para reivindicar um novo olhar sobre as disciplinas que se especializaram a ponto de negarem a responsabilidade social de suas práticas (JAPIASSU, 1975; GUSDORF, 1995); que concentraram-se em laboratórios, afastando-se de um olhar mais amplo – “mais humano” – do contexto científico. Logo, a crítica da interdisciplinaridade é uma crítica à especialização fechada, ao unilateralismo teórico-metodológico de determinados departamentos, não às disciplinas. E a direção da crítica é exatamente a direção tomada pela CI em sua origem e reproduzida até hoje – entre as frases mais propagadas em nossa paisagem social epistemológica temos “o objeto da CI é a informação”. Quando propomos o olhar sob uma linha sensível de nossa paisagem social epistemológica chamada tradição pragmática demonstramos como a história da CI não é a história da informação e os autores que afirmam o contrário terminam por se contradizer.

Como aponta Carvalho (1999, p. 51), a partir do trabalho *Interdisciplinary: approaches to understanging library and Information Science as an interdisciplinary field*, de Linda C. Smith⁴, apesar do provável consenso entre os principais auto-

4 O citado trabalho de Linda C. Smith se encontra em: VAKKARI, Pertti; CRONIN, Blaise (editores). *Conceptions of Library and Information Science: historical, empirical and theoretical perspectives*. Proceedings of the International Conference held for the celebration of 20th Anniversary of the Department of Information Studies. University of Tampere, Finland, p. 26-28,

res, os estudos empíricos mostraram ao longo das primeiras duas/três décadas da CI – lembremos: a CI tomada como nova área científica que teria nascido com o aparecimento do termo informação e da construção do neologismo “ciência da informação” – que a interdisciplinaridade na área é mais teórica que prática, em outras palavras, é mais discursiva que fonte de uma natureza ou de uma imagem identitária e, principalmente, de uma realidade. Mas o que são estes discursos, se os próprios autores que defendem a “natureza interdisciplinar” lembram que a área nasceu carente de um discurso epistemológico profundo e coerente?

A CI se especializou em discursar sobre o interdisciplinar. Voltando à *Estrutura das Revoluções Científicas* (KUHN, 1975), como Mostafa, Lima e Maranon (1992, p. 221) lembram, o pensamento kuhniano nos demonstrou “a camisa-de-força do paradigma científico. A coleta de referências acadêmicas tem a mesma motivação empiricista da coleta de dados do projeto científico”. O mencionado consenso indica, no fundo, um contrassenso. Por um ângulo, a própria teoria dos paradigmas nos faz atentar para o imediatismo a que o paradigma nos conduz, nos chama atenção para a camisa-de-força da ideia da interdisciplinaridade na historiografia da CI. Dentre muitas outras questões, esta situação nos leva a discutir a historiografia a partir de Kuhn assim como é utilizada na CI em nossa visita seguinte.

A noção de informação, quando se dá a formalização da CI, aparece substituindo o ser humano (MOSTAFA, 1986) – como nas ciências clássicas, ela surge em um ambiente teórico de fragmentação da ciência, de separação de conhecimento e sociedade (BENJAMIN, 1985; DEBORD, 1997), valorizando o cientificismo acima da racionalidade – esta que não necessariamente está nos laboratórios e salas de aula. A CI, como visto, aparece como uma ciência para o Estado, para o Exército e para o Mercado⁵, não para o indivíduo. Ou seja, uma ciência que vai contra os pressupostos sociais de uma interdisciplinaridade, uma ciência que nasce contra o interdisciplinar⁶.

August, 1991.

5 O termo “informação”, como visto, aparece no bojo dos estudos de organização, transmissão e preservação do conhecimento para especializar esta área em um forte programa tecnológico de apreensão da sociedade. Passamos pelo filósofo e sociólogo Jean Lojkin (1999, p. 49), para, como ele, lembrar, crítica e pragmaticamente, que o computador, “produto sócio-histórico”, “nasce, por exemplo, de uma precisa demanda do complexo militar-industrial norte-americano ao fim da segunda guerra mundial”.

6 Pinheiro (2005, p. 3), classifica o período 1961/62 – 1969, primeira fase do processo evolutivo da CI, como a fase conceitual e de reconhecimento interdisciplinar. É relevante re-sublinhar que é nesta faixa histórica o campo de formulação e construção do conceito de “ciência da informação” de Borko (1968), que coisifica e especializa a noção de informação e parte de um olhar anti-interdisciplinar.

Mais do que isso, o termo “ciência da informação” nasce e cresce – se entendemos seu nascimento como o conjunto de processos que envolvem a institucionalização da expressão “ciência da informação” como nova ciência, como em geral nos é narrado – deste modo. Quando Ingwersen (1996) revisa o ponto de vista cognitivo na área em seus primórdios, bem como Frohmann (1992) e Brier (1996), estes autores percebem que, a partir de uma filosofia representacionista, ainda sustentada à luz do positivismo na área, o olhar cognitivista inicial focava-se na busca por uma compreensão ideal, como a das ciências naturais, dos estados mentais do indivíduo. Assim, a CI “nasce” negando a esfera comunicacional dos estudos de organização do conhecimento, identificados, em nossa viagem, pela linha discursiva de um pragmatismo intrínseco, existente, por exemplo, na Biblioteconomia erudita e na Bibliografia Textual, e a Epistemologia Social, contemporânea a esta discussão.

Discursar sobre a natureza, como falam Saracevic (1996) e Pinheiro (1997, 1998, 2005), reproduzidos por inúmeros outros pesquisadores⁷, ou seja, manifestar uma área por sua natureza interdisciplinar, é pensar em fundamentar estacas em uma essência inatingível. O próprio pensamento crítico de Pinheiro (1998) nos traz a sensibilidade de que, em geral, se confunde, dentro dos estudos informacionais, interdisciplinaridade com aplicabilidade. Ao justificar sua natureza como o multi que converge para o inter o conceito de “ciência da informação”, já confuso, ganha mais fragmentos obscuros.

A CI não é uma “ciência da sociedade da informação”. Se esta afirmação significasse o contrário, ela seria uma ciência provisória, que estaria fadada ao desaparecimento quando esta “sociedade” entrasse em declínio. Sabemos, em primeiro lugar, que o conceito “sociedade da informação” é, também ele, bastante frágil. A CI é uma ciência de qualquer sociedade, porque faz parte de uma longa tradição dos estudos de organização do conhecimento – logo, não é uma nova ciência do século XX.

7 Dentre as listas, podemos indicar, sucintamente, além de algumas já citadas: Oliveira (2005, p. 20): “há uma unanimidade entre os praticantes e pesquisadores da CI sobre o fato de esta ser um campo interdisciplinar”; Heilprin (1989): “as ciências que contribuem para as fundações somáticas da CI estendem-se da física a psico-física, da microbiologia a neurociência, da psicologia a lógica, semiótica, cognição computacional e outras”; Kochen (1974, apud Shera e Cleveland, 1977, p. 263): a CI pode ser vista a partir de quatro pontos: teoria da informação, ciências da computação, ciências do comportamento e ciência da informação em sentido específico; Shera e Cleveland (1977, p. 264), a área é derivada ou relacionada com a matemática, lógica, linguística, psicologia, tecnologia da computação, operações de pesquisa, artes gráficas, comunicações, biblioteconomia, administração e algumas outras áreas; Saracevic (1996): a interdisciplinaridade da CI está ligada ao encontro das ciências cognitivas, comunicação, computação e biblioteconomia.

Desta forma, acreditamos que uma ciência não nasce – nem será permanentemente, “todas as horas” do ano – interdisciplinar, mas pode, a partir do espírito de seus especialistas, professores e alunos, ou seja, da autonomia tourainiana, promover hábitos interdisciplinares de pesquisa em seu cotidiano. Do mesmo modo, retomando, dizer que a informação é um objeto interdisciplinar, de natureza interdisciplinar, é apenas redundar sobre o objeto em questão.

É preciso uma linha discursiva que nos sensibilize para o fato de uma CI sem informação. É necessária uma história que nos lembre que o que sustenta a área não é a tecnologia, pois sem ela inúmeras teorias da CI podem ser aplicadas, desenvolvidas e disseminadas para outros campos. A tecnologia é apenas uma importante matéria de investigação e aplicação da área, como tantas outras. Afirmar isto é, mais uma vez, simplificar a história dos estudos de organização do conhecimento. Por fim, é preciso uma narrativa que negue a informação, sem eliminá-la; que negue a interdisciplinaridade, para que ela seja reinterpretada – é necessária uma “filosofia do não” em nossa epistemologia. Enfim: uma narrativa que nos sensibilize para ideia de que a história da CI não é a história da informação; mas que, entre os capítulos de sua biografia, está a história do feitiço que a informação provocou no século XX.

IPÁSIA RESISTE

Advinda da retórica e da filologia

*Compreendi que devia me libertar das imagens
que até ali haviam anunciado as coisas que procurava:
só então seria capaz de entender a linguagem de Ipásia.*

Ítalo Calvino, Cidades Invisíveis

NAS ÚLTIMAS DÉCADAS A PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – CI – RECEBEU a contribuição de teorias oriundas de diferentes campos. Nesse processo, assim como ocorreu e como atualmente se dá em diversos saberes, a CI vivenciou – e vivencia – um processo de reorientação de sua epistemologia, voltando-se para uma meta-reflexão focada na linguagem. Chamada por Habermas (2004) de viragem linguística, este deslocamento filosófico se espalhou por disciplinas que vão da Psicologia à Economia, passando também pelas ciências exatas. Trata-se de uma movimentação que fundamentará uma epistemologia que tem na linguagem seu ponto de partida e seu ponto de chegada – mais do que meio, a linguagem é tomada como objeto, como pedra de toque para compreensão da realidade, esteja ela inserida em um discurso mentalista ou fiscalista.

Este deslocamento epistemológico representará, para Habermas (2004), a passagem das filosofias da consciência para as filosofias da linguagem. Em artigo, González de Gómez (1993, p. 220) demonstra os percursos históricos desta passagem, que ultrapassa os momentos ontológico e gnosiológico, chegando até a orientação pragmática. Neste itinerário, a partir da virada do século XIX para o XX, o signo é menos referenciado pelo seu “papel coadjuvante de instrumento”, e mais pelo seu papel nuclear de objeto do conhecimento, chegando à condição de objeto por excelência.

Trata-se de um regime epistemológico fundamentalmente antiessencialista e antimetafísico. Para Rorty (2000, p. 56-57), guardadas as proporções de cada teoria

e de cada teórico, seus contextos de produção e recepção dos discursos, este regime aparece sob os rótulos de existencialismo, desconstrução, holismo, pós-estruturalismo, wittgensteinianismo, hermenêutica. O olhar aqui apresentado defende a realidade como uma construção social – iluminando o “sujeito da ambiência” – e a consciência como um fato lingüístico – iluminando o “sujeito da linguagem”. Emergem os discursos e os métodos das ciências sociais em direção àqueles das ciências humanas.

Na CI este regime também ganhou diferentes significantes. Traduzido fundamentalmente pela presença de uma filosofia pragmatista dentro do fazer e do refletir sobre a informação, a viragem lingüística informacional será reconhecida por Capurro como paradigma hermenêutico-retórico (1992) e paradigma social (2003), Rendón Rojas (1996) como enfoque pragmático, Araújo (2003), abordagens micro-sociológicas, González de Gómez (1996a) como abordagem comunicacional. Para Capurro (1992), a “virada pragmática” se desenvolve na CI a partir da hermenêutica e da discussão em torno das *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein. Estas movimentações terão implicações decisivas para os estudos de organização do conhecimento.

A virada pragmática informacional demarcaria a passagem da Filosofia naturalista – tratada como fisicalista – e da Filosofia da consciência – tratada por vezes como mentalismo – para a Filosofia informacional da linguagem. Em Rendón Rojas (1997), campo biblioteconômico-informacional orienta-se por signos linguisticamente articulados, para além de meros objetos sensíveis à percepção humana. Desta maneira, o contexto de apresentação e de circulação da informação apresentará para o campo um enfoque pragmático que não poderia deixar de ser visualizado nos estudos informacionais. Através deste enfoque que se orienta pela e para a linguagem, poderíamos compreender de maneira mais coerente as necessidades dos usuários, posicionando o signo pelo seu comunicador – atividade teleológica que a máquina não poderia realizar, atrelada estruturalmente que está a sua natureza sintática.

Na CI, esta viragem seria, no olhar de Capurro (1992), proposta pelos trabalhos de Norman Roberts e Gernot Wersig, entre outros, na década de 1980. Roberts procurará uma aproximação do “homem informacional”. Wersig consideraria os “atores” dentro das “situações problemáticas”. “O tratamento racional-cognitivo dos problemas” constitui para Wersig somente um aspecto do problema do racionalismo. O chamado “homem informacional” não pode ser separado das situações específicas em que está pragmaticamente/socialmente posicionado. Assim, o indivíduo que convive com a informação e a estrutura cognitiva capaz de processar informações não podem ser separados de aspectos inerentes à realidade social como

a ética. Neste entendimento, Roberts e Wersig conduzem a epistemologia informacional para um pensamento hermenêutico-retórico, fundamentado por um ponto de vista pragmático. (CAPURRO, 1992)

Via uma epistemologia histórica, tal viragem não existe. Ela é, na verdade, desde Emanuele Tesauro, a marca de constituição diacrônica do campo. Como demonstrava Suzana Müller (2000), afirmando as modificações oriundas destas abordagens agora mais visualizadas, o objeto de estudo da CI vivencia na contemporaneidade a tendência de mudança do foco de pesquisa, dos documentos para textos, de textos para a informação transformada em conhecimento; mudança dos objetivos centrados em tecnologia para os fatores que englobam a dimensão humana; mudança da concepção da informação científica para a informação em seu sentido amplo; mudança na visão de mundo que separava o “ter acesso” e o “poder usar”, buscando agora a integração de ambos.

Este posicionamento filosófico permite um rápido processo de relativização do conhecimento – junto da redução da ideia dos fundamentos científicos como doutrinas. O absoluto dá lugar ao contextual neste outro regime epistemológico, e a produção da ciência é legitimada a partir do tecido coletivo dos discursos, e não da definição *a priori* de verdades. Nesta medida, o texto – entendido como o processo cultural da discursividade – passa a ser a manifestação do saber construído de forma aberta e deliberativa. As ciências são percebidas a partir de um olhar aberto e interdisciplinar – que respeita o específico das disciplinas e valoriza suas fronteiras. Como revela o pensamento de Novellino (1996, 1998), a CI está em permanente reflexão sobre a linguagem – e esta reflexão deve ser tão aberta e dinâmica quanto a linguagem o é.

No Brasil, esta demarcação apresenta inúmeros indícios. Uma linha recente está na implementação da disciplina “Informação, Ciência e Tecnologia”, no Programa de Pós-graduação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT –, em convênio com a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no ano de 1983. Sua aparição já era apresentada como uma necessidade de aproximação do discurso informacional do território das Humanidades (VALIA, 1983). As políticas públicas do âmbito cultural no contexto brasileiro, dentro do planejamento biblioteconômico, a partir dos anos 1930, com o surgimento do Instituto Nacional do Livro e posteriormente a Revista do Livro, somadas às contribuições poli-epistêmicas e de sólida tradição retórica dos Anais da Biblioteca Nacional, estes oriundos do século XIX, demonstram fragmentos de uma “resistência humanista” no campo da organização dos saberes, ainda carentes de investigações profundas.

Perceber aproximação da CI às Humanidades é ter a linguagem como a terapia – como na metodologia filosófica wittgensteiniana – que demonstra como

erudição e estatística desembocam na formulação epistemológica de nosso campo. Nossa preocupação está na perspectiva socioculturalista. Assim, partimos aqui da leitura de dois pensadores que investigam a Filosofia da linguagem e discutem as consequências destes posicionamentos: Jürgen Habermas e Richard Rorty. Ambos analisaram com cuidado o tema e apresentaram importantes contribuições para perceber as possibilidades de retorno dos saberes tratados historicamente como humanidades, que, por sua vez, sustentarão, em parte, os discursos sobre o humanismo dentro de regimes epistemológicos específicos, como da Sociologia e da Economia.

Ambos os autores demonstram a travessia do pensamento epistemológico no século XX, observando o percurso que vai de uma *epistême* inspirada na Física a uma filosofia da ciência orientada pela sociologia do conhecimento que, por sua vez, desembocaria em uma filosofia da linguagem intérprete dos dilemas científicos. É neste percurso que a teoria literária se emancipa para além dos estudos literários e linguísticos, participando ativamente de abordagens e de métodos das mais diferentes disciplinas da árvore do conhecimento. Ascendem nas páginas científicas aspectos filológicos e retóricos como ferramentas fundamentais para se fazer, se analisar e se compreender o conhecimento. O discurso, o texto, as vozes múltiplas, ou apenas a palavra, evidenciam-se como categorias metodológicas e objetos de investigação. Neste sentido, interagindo com as abordagens habermasiana e rortyana, realizamos a proposta do artigo junto do trabalho de Ítalo Calvino, exemplo de sujeito do universo literário que passa a figurar nas páginas de outros títulos científicos, que não aqueles do mundo ficcional e ensaístico.

Em suas “Seis propostas para o novo milênio”, o escritor italiano oferece um exemplo das possibilidades de integração das Humanidades aos demais saberes. A partir dos conceitos “leveza”, “rapidez”, “exatidão”, “visibilidade” e “multiplicidade”, Calvino (1990) possibilita uma leitura de todo o discurso filosófico-científico a partir da crítica sobre a linguagem por vir. Seguindo a sugestão de Habermas e Rorty, percorremos o presente texto junto do escritor, fazendo uso de um de seus textos literários para aprofundamento do tema investigado, bem como para seu esclarecimento. Escolhemos o fragmento 4, do terceiro capítulo da obra “As cidades invisíveis”, chamado “As cidades e os símbolos”, para tecer esta aproximação, uma vez que o texto aborda com precisão as análises dos filósofos aqui colocados em diálogo.

No fragmento, Calvino (2003) apresenta uma cidade, de nome Ipásia, onde a linguagem está em permanente mudança, provocando no viajante uma constante vertigem diante da multiplicidade de sua vivência. Assim como na proposta pluri-metodológica e *a posteriori* de uma “razão pragmática” no meio informacional, a

linguagem em Ipásia não pode estar fundada em dogmas, nem pode ser congelada por uma normatização. Traído permanentemente pela falsa salvaguarda de uma linguagem estável, o viajante sucumbe às primeiras tentativas de reconhecer qualquer tipo de segurança pré-estabelecida na comunicação. A viragem lingüística provocada por Ipásia espelha a transformação da epistemologia nas últimas décadas, reflete a reinvenção das Humanidades e ilumina os percursos alternativos da CI contemporânea.

O conceito de humanismo pode ser tomado a partir de diferentes visões de mundo e correntes de pensamento. A recuperação nos estudos informacionais de autores que buscam aproximar a pesquisa científica contemporânea das chamadas Humanidades, partindo de um olhar holístico sobre o conhecer, tendem, para alguns pesquisadores, a revelar uma aproximação da CI de um fazer humanístico, como é o caso do ponto de vista filosófico de Capurro (1992).

Segundo Abbagnano (2007, p. 602), o termo “humanismo” é utilizado para indicar duas instâncias diferenciadas. Em um primeiro significado, representa o movimento literário e filosófico, nascido na Itália, a partir da segunda metade do século XIV, que se espalharia para diferentes sociedades européias, definindo, a partir de seus desdobramentos, o conceito de cultura moderna que atualmente reconhecemos. Em sua segunda acepção, a noção retirada do “humanismo” partiria de um olhar genérico sobre o fundamento da filosofia humanista. Desta maneira, o conceito designaria todo movimento ou corrente de ideias que têm como fundamento a natureza humana, e delimita-se a partir dos interesses do ser humano.

Esta última representa a abordagem heideggeriana sobre a ideia de humanismo. Para o filósofo, “humanismo é isto: meditar e cuidar para que o homem seja humano e não des-humano”, ou seja, o humano “fora de sua essência” (HEIDEGGER, 2008, p. 332). Para Heidegger (2008), a idéia do humanismo nasce antes do Renascimento, especificamente na República Romana. Neste contexto histórico, “o *homo humanus* se contrapõe ao *homo barbarus*. O *homo humanus*, aqui, é o romano, que eleva a *virtus* romana, enobrecendo-a pela incorporação da *paideia* adotada dos gregos.” (HEIDEGGER, 2008, p. 333)

Diferentemente do filósofo, para o historiador Peter Burke (2003, p. 40), o movimento humanista, que nos traria os significados do conceito de humanismo, representa um movimento menos de inovação e mais de ressurgimento da cultura clássica. No entanto, seria um deslocamento de ruptura, ao propor um outro olhar sobre o que os historiadores passarão a denominar de Idade Média, referindo-se aos tempos anteriores, e “escolásticos”, ao tratar dos estudiosos e pesquisadores do período anterior, fundamentalmente aqueles filósofos ligados às primeiras universidades dos séculos XIII e XIV.

No olhar de Nepomuceno (2005, p. 159), é preciso destacar que esta noção do humanismo do pós-medievo não surgiria como uma imitação fechada dos antigos – ou seja, o retorno aos clássicos da estética da Antiguidade. Ao contrário, representaria uma tradição em nascimento que apresentava uma nova visão de mundo, com foco antiteológico e anti-racionalista. Nela, o ser humano é trazido para o centro de um programa cultural. Em contraponto com a Escolástica medieval, aqui a conversão da razão às certezas e dogmas é afastada, em busca de uma subjetividade que nega a lógica contemplativa dos fatos.

Para Nepomuceno (2005, p. 156), o humanismo deve fundamentalmente ser tratado como um conceito surgido nos princípios do século XIV, movimento que definiu a si próprio como humanista e se estruturava segundo as artes que diziam respeito à formação do ser humano, a saber: Poesia, Retórica, Gramática, Filosofia moral e História. “Esse Humanismo, à época definido como *studia humanitatis*, é antes de tudo, a reconstituição da linguagem típica do universo retórico clássico. (NEPOMUCENO, 2005, p. 156)

As humanidades, por sua vez, tratariam de representar as disciplinas que, em certa medida, comungam de parte considerável dos pressupostos epistemológicos do humanismo – ou, dito de outra forma, são disciplinas que têm em comum a partilha dos fundamentos estruturais acima citados que identificam e individualizam o conceito de humanismo. Outros exemplos de saberes acadêmicos que representariam as humanidades estariam a Ciência Política, a Sociologia, a Antropologia, o Direito, a Psicologia e a Literatura. (SILVEIRA, GHIRALDELLI, 2004)

No contexto contemporâneo, Boaventura Santos (1987), em seu “Discurso sobre as Ciências”, identifica o nascimento de um novo “paradigma” – ou paradigma emergente, ou da ciência pós-moderna – que viria representar a “recuperação” dos estratos semânticos do conceito de humanismo. Este paradigma teria um cunho especulativo, superando a dicotomia entre ciências naturais e ciências sociais, assim como a revalorização dos estudos humanísticos. Para o autor, à medida que as ciências naturais se aproximam das ciências sociais, essas se aproximam das humanidades (SANTOS, 1987, p. 43).

Como em Richard Rorty (1997, 2000), para Santos (1987, p. 54), a criação científica aproxima-se da criação literária, uma vez que a ciência é, antes, outra construção da linguagem, apenas diferenciável por suas características de método. Como lembra Nepomuceno (2005, p. 157), o princípio fundamental dos humanistas residia em sua preocupação com a linguagem – em outras palavras, em uma reviravolta no olhar sobre a linguagem.

[...] a subversão humanista estaria residindo apenas numa polêmica de linguagem: aos comentários teológicos, às *quaestiones* das sumas medievais, aos exercícios de raciocínio e aos volumosos tratados da Escolástica, os humanistas iriam opor as cartas literárias (de caráter subjetivo), os diálogos, as traduções, a pesquisa filológica, a liberdade de estilo, a poesia latina e vernácula, e por fim, as investigações históricas e morais. (NEPOMUCENO, 2005, p. 157)

O desdobramento da virada linguística na CI veio acompanhado, a partir dos anos 1980, de uma ampla discussão sobre o “lugar” da área dentro da árvore do conhecimento. Um conjunto de discursos se apresentou nestes anos afirmando a posição da CI a partir de diferentes visões... como ciência social (AZEVEDO NETTO, 1999; ARAÚJO, 2003), como ciência social pós-moderna (CARVALHO, 1999), como campo nem social nem humano, mas diferente, envolvendo ambas as manifestações, mas simultaneamente carecendo, em sua estrutura, de outros saberes desenvolvidos em outras grandes áreas (LOUREIRO, J., 1999). Em linhas gerais, estes discursos reafirmaram a posição do campo como uma ciência social aplicada, seguindo a classificação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. No entanto, suas abordagens e seus métodos atravessam hoje, como em outras disciplinas, o território das ciências sociais em direção às ciências humanas.

É importante perceber a dinâmica de reorientação das práticas e das reflexões no campo provinda da viragem linguística. Através deste outro posicionamento, o campo sofre transformações que repercutem, ora na reflexão epistemológica para a prática, ora na prática para o discurso epistemológico em construção, ora na arquitetura de seu currículo. É neste contexto que atentamos para um horizonte aberto pela aproximação a uma “Filosofia informacional da linguagem” na CI, com marcante influência de olhares humanistas.

Neste gesto temporal, histórico, político e epistemológico, o campo volta-se diretamente para as Humanidades, comungando implícita ou explicitamente dos elementos que fundaram e ainda sustentam a noção de humanismo. Habermas e Rorty, ao se debruçarem sobre uma teoria da comunicação e sobre o neopragmatismo, respectivamente, apresentam possibilidades de recompreensão deste movimento. Junto dos filósofos, buscamos aprofundar a hipótese desta aproximação e suas possibilidades abertas ao pensamento epistemológico informacional.

A partir de uma discussão em torno do teórico da literatura Ítalo Calvino, Habermas (2004) abre o debate sobre os gêneros Filosofia e Ciência. No âmbito desta aproximação, percebe-se a ligação do discurso literário com o discurso filosófico.

Para Habermas (2004) esta forma de compreensão é estruturada no processo da viragem da Filosofia da consciência para a Filosofia da Linguagem.

Com efeito, depois de todas as conotações da autoconsciência, da autodeterminação e da auto-realização se encontrarem expurgadas dos conceitos fundamentais da Filosofia, a linguagem (em vez da subjetividade) pode autonomizar-se de tal modo no destino epocal do ser, na vertigem dos significantes, na competição fratricida dos discursos, que as fronteiras entre os significados literal e metafórico, entre a lógica e a retórica, entre o discurso sério e o discurso fictício, se diluem na torrente de um processo textual geral (administrado de forma indistinta por pensadores e poetas). (HABERMAS, 2004, p. 239)

De fato, a teoria da comunicação habermasiana, ou a “teoria da ação comunicativa”, o mundo da vida, um complexo sistema de referências, é identificado como saber que é transmitido culturalmente, e esta transmissão se dá pela linguagem. A ação, compreendida como a “dominação das situações”, se dá a partir do processo circular do ator – este, produtor de atos e produto de tradições. Assim, a perspectiva dos participantes no mundo da vida pressupõe uma perspectiva dos narradores enquanto elemento cognitivo que se insere no mesmo mundo em seu desdobrar-se no cotidiano (HABERMAS, 2003, p. 191-192). O filósofo integra assim a “teoria da ação comunicativa” ao chamado “saber narrativo” de Calvino, investigado no campo literário por Moreira (2008).

Deste modo, o olhar sobre uma perspectiva comunicacional em Habermas (2004, p. 240) superaria a “Filosofia do sujeito”, a partir do dispositivo de desvelar no “auto” da “autoconsciência, da autodeterminação e da auto-realização a estrutura intersubjetiva de perspectivas mutuamente entrosadas e de reconhecimento mútuo”. Valoriza-se, em negação a uma filosofia reflexiva, o conhecimento intersubjetivo, a liberdade comunicativa e a individuação por intermédio da socialização. (HABERMAS, 2004, p. 240)

O afastamento da concepção cientificista da realidade – uma autocompreensão que parece negligenciar todo o complexo de saberes e acontecimentos que envolvem a construção do mundo da vida, retirada do conceito de razão tecido na Modernidade –, é tratada no vocabulário habermasiano como visão pós-estruturalista – este, um dos conceitos lembrados por Rorty (2000, p. 56-57) como representantes do complexo de abordagens que representam a viragem linguística. Ela afasta a estrutura que define a realidade como uma “concatenação de acontecimentos de verdade”, superando a Filosofia do sujeito. O mundo agora é tomado como um

acontecimento do discurso (HABERMAS, 2004, p. 240). Enquanto fato discursivo, o mundo não está nas mãos do sábio, nem do rei, mas daquele que profere o discurso, como em *Ipásia*.

Habermas (2004, p. 241) percebe este movimento, oriundo da viragem no horizonte da linguagem, como o resultado do declínio da subjetividade transcendental. Afastada esta maneira de perceber a realidade que perdurou por séculos, a análise sobre o mundo da vida se dá a partir da apreensão do mesmo como uma “concatenação anônima de acontecimentos linguísticos que tanto dá origem a mundos como os absorve, [...] que tudo perpassa: os limites, tornados porosos, do Eu, do autor e da respectiva obra”.

O ator habermasiano é, deste modo, aproximado do leitor de Calvino: ator-ator do texto que lê a partir da ação que empreende, uma ação de compreensão e de intercâmbio – na teoria da ação comunicativa, esclarece Habermas (2003, p. 199), esta ação não pode ser vista de maneira unilateral como um processo de entendimento, mas simultaneamente como um deslocamento de interação através do qual o ator/autor se reconhece, desenvolvendo, confirmando e renovando seus dispositivos de pertencimento aos grupos sociais dos quais participa.

Em outras palavras, “o leitor que toma posições relativamente às pretensões de validade inerentes a um texto, da mesma forma como o faz ‘lá fora’ no dia-a-dia, tenta apreender algo através do texto – e destrói a ficção” (HABERMAS, 2004, p.253). O ator/leitor/autor se comporta perante os textos filosóficos e científicos assim como se comporta na realidade: atua a partir de uma crítica que visa “pretensões de validade apresentadas no interior do texto”, ou no interior do complexo de discursos que compõe o mundo da vida. (HABERMAS, 2004, p.254)

Desta maneira, a viragem na direção da Filosofia da linguagem aproxima diretamente Filosofia e Ciência, e Ciência e Literatura. As três instituições são tomadas como gestos do discurso. Em outras palavras, esta movimentação íntegra – ou reintegra – saberes filosóficos e saberes científicos às Humanidades, reorientando a racionalidade moderna das filosofias da consciência e da natureza para o estudo da linguagem, assim como o Humanismo o fez a partir do século XIV contra a Escolástica – esta, por sua vez, uma das principais bases da racionalidade moderna.

Como para o segundo Wittgenstein, Filosofia e Ciência são tomadas como crítica da linguagem. A ação que argumenta é entendida, por sua vez, como um saber/fazer específico do teórico da linguagem, de um crítico da literatura, de um mestre das belas letras, como Ítalo Calvino, não coincidentemente abordado por Habermas para sua análise do pensamento pós-metafísico. Percebe-se, assim, uma correspondência entre a forma literária e a convicção filosófica: “quem compreende

o enraizamento da teoria do mundo da vida de um modo contextualista quererá descobrir a verdade nas metáforas da narrativa” (HABERMAS, 2004, p. 254)

A pragmática é percebida por Capurro (2003) como corrente teórica iniciada nos anos 1980 na CI e que terá repercussão de profunda relevância no campo a partir de então, podendo ser reconhecida como um paradigma. A epistemologia da pragmática tem na movimentação dos construtores do conhecimento, pesquisadores e comunidades discursivas, seu primeiro objeto de investigação. No mundo informacional é a informação pragmática – ou a informação observada por um ponto de vista pragmatista – que responde pela complexa agenda de necessidades e usos da informação que os usuários compartilham. (RENDÓN ROJAS, 1996)

Defensor da pragmática e, para muitos, do chamado neopragmatismo, Richard Rorty (1997, p. 17) define esta corrente a partir de diferentes ângulos. Dentre os principais, o anti-representacionismo, ou a insistência na noção de que não há uma “determinidade” em questão no estudo do conhecimento e de nossas relações. A linguagem foi constituída pela “ambiência na qual vivemos” (1997, p. 18). O teórico pragmatista não possui nenhuma teoria da verdade (1997, p. 41), indo em direção contrária à tradição objetiva da ciência moderna, que buscava uma verdade sólida – a verdade como correspondência da realidade.

Segundo Sundin e Joahnnisson (2005), o foco na linguagem, conseqüência direta da virada lingüística na filosofia ocidental, separaria o pragmatismo neo-clássico – representado, por exemplo, por William James e John Dewey –, voltado para a experiência, de um pragmatismo que se orienta para linguagem. Há aqui a ênfase na comunicação – ou seja, na experiência pela linguagem. O neopragmatismo rortiano percebe como infrutífera a distinção entre o que é real e o que parece apresentar-se como real. Para o filósofo norte-americano, é mais útil tratar de justificações de crenças através do uso de vocabulários específicos, do que procurar verdades finalistas. Todo uso da linguagem pressupõe justificação, capacidade de argumentar acerca das crenças selecionadas.

Visto isto, no âmbito pragmático, as sociedades, os textos literários, as moléculas, todas estas categorias podem ser tomadas como complexas (RORTY, 1997, p. 61-62). Se a comunidade acadêmica é percebida como ela é, um grupo de indivíduos produzindo saberes na/sobre a sociedade, “as oposições entre as humanidades, as artes e as ciências poderiam gradualmente desvanecer-se”; “ao invés disso, seriam pensados como denotando comunidades, cujas fronteiras são tão fluidas quanto os interesses de seus membros”. (1997, p. 67-68)

De um ponto de vista pragmático, a racionalidade não é o exercício de alguma faculdade chamada “razão” – uma faculdade que apresenta al-

guma relação determinada com a realidade. Nem é o uso de um método. Ela é simplesmente uma questão de estar aberto e curioso, bem como de confiar antes na persuasão do que na força. (RORTY, 1997, p. 87)

Deste modo, o pragmatismo sensibiliza olhares para o humanismo, uma filosofia ampla e aberta, discursiva, mais ligada à Retórica que à Lógica. Quando levado a definir a “diferença sentida entre objetos concretos e flexíveis, o pragmático diz que a diferença é apenas entre as regras de uma instituição (a química) e aquelas de uma outra (a crítica literária)” (RORTY, 1997, p. 118). Se as palavras são construções vivas dentro da realidade, o pragmatismo evita as tentativas de representar o real. Ao contrário, investiga as possibilidades de usar a realidade, pensando em uma compreensão cultural da mesma, e não em uma relação representacionista. Esta causa é o tecido das crenças, que instituem guias – referências – para compreendermos o mundo. A linguagem, assim, não é um meio de representar as coisas. Antes, é um “intercâmbio de sinais e ruídos”. (RORTY, 2000, p. 60)

A pragmática, outro olhar sobre as narrativas, não crê assim no conhecimento como uma relação entre mente e objeto, assim como o cognitivismo pressupõe. “O que nós sabemos, tanto sobre os textos quanto sobre as amostras, não é nada além dos modos com que eles são relacionados com outros textos e amostras mencionados nas ou pressupostos pelas proposições que nós usamos para descrevê-los” (RORTY, 1997, p. 123). Todo objeto científico é uma narrativa científica divulgada na forma de uma descrição (RORTY, 1994, p. 19). Assim, “filosofia e crítica literária (...) não são coisas que devem ser separadas” (RORTY, 1997, p. 127). O pragmatista norte-americano propõe, desta maneira, uma viragem lingüística radical, afirmando que, uma vez reconhecido o mundo plural da linguagem, ou seja, uma vez dentro de Ipásia, sua saída só pode se dar através da linguagem – único modo de reconhecer a idéia de humano.

Para Rendón Rojas (1996), o enfoque pragmático é um fundamento essencial para o estudo da informação, uma vez que reconhece a dialética do sujeito com o mundo que o cerca. González de Gómez (1996a) partilha da mesma opinião. A autora observa que a pragmática apresenta elementos para superar os limites, as simplificações e exclusões das teorias sintática e semântica da informação. Segundo González de Gómez (1996a), na década de 1980, diversos estudos da informação se concentraram no problema da relação significado-informação, mas a partir de diferentes objetivos. Dentre estes, dinamizar sistemas de recuperação da informação, aperfeiçoar os mecanismos de representação informacional e incorporar a diversidade cultural na programação de ações locais.

Dentro do pragmatismo, os problemas informacionais são tratados como “questões humanas”, não como demandas físicas, isto é, os problemas de classi-

ficação e catalogação não são situações complexas de livros, documentos ou bits, mas entraves/desafios da representação, da organização e da sistematização de culturas, fontes de investigação do conteúdo. Desta forma, a partir da pragmática, não são o livro nem o computador os objetos de estudo da CI, mas, sim, o mundo do saberes construído pelo ser humano, do qual estes e tantos outros artefatos fazem parte.

Para Habermas (2004, p. 68), a passagem da Filosofia da consciência para a linguagem traz algo além das vantagens metodológicas. Há também, na visão do filósofo, ganhos objetivos, contra a crítica em geral remetida ao seu relativismo. As filosofias da linguagem permitiriam abandonar o “círculo improcedente entre os pensamentos metafísico e antimetafísico”, ou “idealismo” e “materialismo”, recuperando problemas históricos da filosofia que a metafísica não podia solucionar. Esta travessia da filosofia analisada por Habermas (2003, 2004), é tomada por Rorty (1994, p. 94) como a tentativa de substituição da noção de crenças verdadeiras tomadas como representação das coisas pela coerência da noção de crenças como “regras auspiciosas de ação”.

O contextualismo anunciado pela Filosofia da linguagem tanto na Teoria da Ação Comunicativa habermasiana como no neopragmatismo de Rorty percebem a persuasão como contraponto à metafísica e à verdade última. Esta concepção permite ao pensamento recuperar os relevantes dispositivos do pensamento oriundo das Humanidades, restaurando alguns pressupostos humanistas abandonados no âmbito das ciências naturais. As experiências estéticas, sobretudo da área da literatura e da teoria literária, diz Habermas (2004, p. 241), são manifestações que nunca abandonaram este contextualismo pragmático.

Deste modo, a interpretação literária pode ser tão “científica” quanto a análise de uma molécula – a diferença é que na primeira “sabemos como formar e defender hipóteses sobre intenções do autor”, mas no segundo caso não (RORTY, 1997, p. 121). Neste aspecto, o pragmatismo supõe um retorno da narrativa deposta, segundo Benjamin (1985), pela informação. É preciso investigar as atmosferas – os contextos – que cercam o objeto, o termo, o diálogo, pois ali está o significado destes elementos. A vivência coletiva da linguagem constituída é o fato que “estabiliza” a pluralidade sem o relativismo *ad infinitum*. A vivência cria a possibilidade de julgar, de significar. O jogo de linguagem de cada produção discursiva, de onde emergem os intercâmbios informacionais e a interpretações dos artefatos de memória, pode expressar muitas formas de vida, sem que uma forma de vida ou linguagem sintetize outras, sem que se estabeleçam como incomensuráveis (GONZALÉZ DE GÓMEZ, 1996a). Este movimento, no âmbito da CI, identifica a modificação de propostas teóricas físico-cognitivas para abordagens pragmatistas, como a análise do

domínio (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995) e a cibersemiótica (BRIER, 1996), que igualmente revelam a aproximação entre CI e Humanidades.

O sétimo princípio da “análise do domínio”, proposta teórica da CI desenvolvida por Hjørland e Albrechtsen (1995) e apontada por Capurro (2003) como reflexo direto da viragem linguística no campo, percebe o conhecimento entre a) aquele que apenas se realiza na atmosfera dispersa da comunicação, não formalizado, isto é, uma espécie de meta-conhecimento, ligada a informações que se sedimentam em tradições no tempo; e b) aquele conhecimento formalizado, que é costurado através de uma sintaxe e legitimado por um vocabulário, por um léxico que sustenta a comunicação. Nesta visão, as múltiplas linguagens – e seus múltiplos jogos – e a arte são também construtoras do conhecimento. Por sua vez, o segundo princípio postula que “viver e agir nos três mundos constitui o *a priori* do conhecimento” (HJØRLAND, ALBRECHTSEN, 1995). Neste sentido, só há conhecimento na vivência.

Como em toda a pragmática, a “análise do domínio” não distingue as formas do conhecimento, privilegiando esta ou aquela, não tratando, por exemplo, a ciência como um conhecimento superior ao conhecimento produzido por outras comunidades discursivas, além da sociedade científica. Nesta medida, para além de pontuar a CI como ciência social aplicada, assim como Capurro (1992) teria observado, a CI faz parte de uma tradição maior, ligada à Retórica, como também à Filologia. Logo, a CI é também uma ciência próxima e/ou íntima das Humanidades.

Assim como Frohmann (1992), Brier (1996) pretende superar uma abordagem cognitiva no plano da organização e da recuperação de informação e realiza uma revisão dos pressupostos cognitivos na CI e aponta caminhos para o aprofundamento das questões que ficam à margem deste modelo de investigação – basicamente questões ligadas a complexidade social e linguística da CI e da recuperação da informação. Brier (1996) também observará que esta tradição negligencia a dinâmica dos aspectos culturais e sociais dentro dos processos informacionais, uma vez que procura identificar apenas uma mente em sua apreensão individual do documento. Por isso, aponta a necessidade de mapeamento das condições pragmáticas de interpretação de conceitos, propondo a experiência metodológica da cibersemiótica.

A partir desta abordagem, Brier (1996) observa a virada nas práticas informacionais: da compreensão mecânica do processamento informacional dentro da recuperação da informação baseada no cognitivismo para compreensão dos sistemas de mediação de documentos vislumbrados a partir de pontos de vista pragmáticos, semióticos, cibernéticos e sociais. Se temos, no campo da recuperação da informação, um certo “paradigma numérico”, que parte da ciência da computação, este apreende resultados não-ambíguos e não-contraditórios, praticando uma de-

-semantização dos objetos. É necessária, ao contrário, uma caminhada no sentido inverso, no intuito de re-semantizar e/ou encontrar outros significados dos signos, pois todos os textos/documentos carecem de referenciais sociais vivos.

Assim, verifica-se uma aproximação, como é tendência no ponto de vista pragmata da realidade, entre os estudos literários e os discursos científicos: são, todos eles, elementos cercados por ideologias e utopias, por instituições e suas regras. No vocabulário da Retórica, a qual a “análise do domínio” e a “cibersemiótica” se integra, são todos eles discursos a serem desconstruídos. A linguagem é um objeto preliminar de estudo. Por isto, todo o conhecimento é, antes, um complexo de discursos compartilhados. Em outras palavras, todas as formas de conhecimento são narrativas sob a sombra de uma cultura específica. Da organização do conhecimento passamos a perceber a prática informacional a partir de micro-estudos, que envolvem agora os atos discursivos. Chegamos, pois, às políticas de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1996b), orientadas para localidades contextualizadas. Aqui em Ipásia a linguagem é processo e produto e a informação não está dada, muito menos estão suas possibilidades de organização contituídas previamente. Ipásia é o acontecimento do discurso por vir e sua ordem a ser informacionalmente negociada.

*Sem dúvida também em Ipásia chegará
o dia em que o meu único desejo será partir.
Sei que não devo descer até o porto mas subir
o pináculo mais elevado da cidadela e aguardar
a passagem de um navio lá em cima. Algum dia
ele passará? Não existe linguagem sem engano.*

Ítalo Calvino, Cidades Invisíveis

*Voltava, a tardos passos. Agora, a despeito de tudo,
eu tinha o livro. Abri-o, li, ao acaso: ‘Eu voltava, para
tudo. A cidade hostil, em sua pauta glacial. O mundo.*

João Guimarães Rosa, Páramo, Estas Histórias

O CONTO PÁRAMO DE GUIMARÃES ROSA, CONTEXTUALIZADO NO FRIO E NA neve das montanhas andinas, tem como epígrafe o conhecido e polêmico diálogo Górgias, de Platão. Recupera-se ali o discurso de Eurípedes... Talvez a vida é uma morte, e a morte uma vida. Porém, no primeiro parágrafo, o escritor de Grande Sertão: Veredas aponta que “o que cumprimos” “não seria mais que o equivalente de um dia comum” (ROSA, 2001). Eis o nosso exercício desde então: a caminhada pragmática pelo sentido a partir do uso dos termos no dia que funda o próprio real.

Com saudades de Fernanda Young, poderíamos listar aqui o que mais nos irrita na construção epistemológica e historiográfica de algo chamado “ciência da informação”:

- a) O discurso que indica que ao usarmos a expressão acima, estamos tratando de algo novo, ou seja, “a Ciência da Informação é uma ciência nova”;

- b) A afirmação equívoca e neopositivista (por mais contraditória para a filosofia analítica que a frase anterior possa ser) de que “o objeto da Ciência da Informação é a informação”;
- c) A epistemicida declaração de que existe uma “natureza interdisciplinar na constituição da Ciência da Informação”;
- d) O fragmento neoliberal que reproduz a máxima de que somos uma “ciência para a sociedade da informação”.

Nos anos 1990, a CI estabeleceu uma lista de teorias gerais, tentando abarcar o tudo e o todo do campo. Nenhuma daria conta. A cibersemiótica, a análise de domínio, a antropologia da informação, a desclassificação, a polirrepresentação, a neodocumentação. Todas igualmente importantes junto de tantas outras, todas incapazes de fotografar a realidade ambulante, na esquina presente, na esquina já fugidia; todas distantes da construção secular e lenta, liberal e crítica, histórica e diacrônica, do campo.

A longa jornada do discurso epistemológico de Gabriel Peignot (1802a, 1802b), estrutura da obra de Paul Otlet no século seguinte e em toda a geração de Robert Estivals adentrando o nosso século XXI, a imensa metodologia para justiça social de Nicolas Roubakin, parece um túmulo vivo que se vê passar na neve andina de Páramo. Eis o grande dilema historiográfico, o grande buraco epistemológico. Uma impressionante ausência de perspectivismo para o próprio documentar: a produção intensa de conhecimentos, de teorias, de conceitos, de métodos no campo nos últimos dois séculos; outra impressionante amnésia predisposta a negar a produção que se avizinha, a esconder as epistemologias horizontais e inaugurar sempre a ruptura frágil, em geral advinda de um simulacro técnico.

Centralmente, cumpre-nos dizer que a despeito do delírio em torno do conceito de informação, prosseguiu na filosofia do livro jamais como simulacro, sempre como o objeto a se apontar. Assim foi com Nietzsche, com Foucault, com Derrida, com tantos outros.

Nosso objeto continua lá, como na profecia mallarmaica, como em Rosa (2001, p. 272), “Um livro, um só. Suponho que seja de poesia. Será o *Livro*. Não posso lê-lo.”
Ecce Liber.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ARAÚJO, Joseph Ildefonso de. *Filologia românica*. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2001.

- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Diversidade na visão dos docentes da ciência da informação sobre sua área. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UFBA.
- ARAÚJO, Carlos Alberto A. A ciência da informação como ciência social. *Ciência da Informação*, Brasília-DF, v. 32, n.3, p. 21-27, 2003.
- ARAÚJO, Cícero. Entre o Estado e a Revolução. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 17, n. 49, jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200004>. Acesso em: 25/03/07.
- ASSIS, Jesus de Paula. Kuhn e as ciências sociais. *Estud. Av.*, São Paulo, v. 7, n. 19, dez. 1993. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ea/v7n19/04.pdf>. Acesso em: 23/04/07.
- AUROUX, Sylvian. *A filosofia da linguagem*. Campinas: ed. UNICAMP, 1998.
- AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Uma face da Ciência da Informação. In: PINHEIRO, Leda Vania Ribeiro (org.). *Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade*. Brasília; Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1999. p. 133-141.
- BAPTISTA, Sofia Galvão; BRANDT, Mariana Baptista. Do manuscrito ao digital: a longa sobrevivência das bibliotecas e dos profissionais envolvidos. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 4, n. esp., p. 21-40, 2006.
- BACHELARD, Gaston. *O novo espírito científico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.
- BACHELARD, Gaston. *Epistemologia: trechos escolhidos*. Rio de Janeiro: Zaharf, 1983.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BACHELARD, Gaston. A filosofia do não. In: BERGSON, Henri. *Cartas, Conferências e outros escritos*; BACHELARD, G. *A filosofia do não; O novo espírito científico; A poética do espaço*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- BARBOSA, Ricardo Rodrigues *et. al.* Novo nome e novo paradigma: da biblioteconomia à ciência da informação. *Perspect. Cienc. Inf.*, Belo Horizonte, v. 5, n. esp., p. 81-91, jan./jun. 2000.
- BARROS, Manoel. *O livro das ignoranças*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- BELKIN, Nicholas; ROBERTSON, Stephen. Information science and the phenomena of information. *Journal of the American Society for Information Science*, [s. l.], v. 27, n. 4, p. 197-204, jul./ago. 1976.
- BENJAMIN, Walter. Narrador; considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e*

- história da cultura. Obras escolhidas. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BORNHEIM, Gerd A. O conceito de tradição. In: BORNHEIM, Gerd A. et. al. *Cultura Brasileira: tradição contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. p. 13-29.
- BORKO, Harold. Information Science: What is it? *American Documentation*, [s. l.], v.19, n.1, p.3-5., jan. 1968.
- BRIER, Søren. Cybersemiotics: a new interdisciplinary development applied to the problems of knowledge organization and document retrieval in information science. *Journal of Documentation*, [s. l.], v. 52, n. 3, p. 296-344, sep. 1996.
- BROOKES, Bertram. The foundations of information science. Part I. Philosophical aspects. *Journal of Information Science*, [s. l.], v. 2, n. 3-4, p. 125-133, jun. 1980a.
- BROOKES, Bertram. The foundations of information science. Parte II. Quantitative aspects: classes of things and the challenge of human individuality. *Journal of Information Science*, [s. l.], v. 2, n. 5, p. 209-221, out. 1980b.
- BROOKES, Bertram. The foundations of information science. Parte III. Quantitative aspects: objective maps and subjective landscapes. *Journal of Information Science*, [s. l.], v. 2, n. 6, p. 269-275, dez. 1980c.
- BROOKES, Bertram. The foundations of information science. Part IV. Information science: the changing paradigm. *Journal of Information Science*, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 3-12, fev. 1981.
- BUCKLAND, Michael; LIU, Ziming. History of information science. *Annual review of information science and technology*, [s. l.], v. 30, p. 386-416, 1995.
- BUDD, John. Jesse Shera, social epistemology and praxis. *Epistemology social*, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 93-98, 2002.
- BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CALVINO, Ítalo. Seis propostas para o novo milênio: lições americanas. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.
- CANEDO ANDALIA, Rubén. De la piedra al web: análisis de la evolución histórica y del estado actual de la actividad bibliológico-informacional. *ACIMED*, Ciudad de La Habana, v. 12, n. 1, jan./fev. 2004. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_issues&pid=1024-9435&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 17 jun. 2007.
- CAPURRO, Rafael. Epistemologia y ciencia de la información. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.

- CAPURRO, Rafael. What is Information Science for? a philosophical reflection In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Eds.). *Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives*. In: International Conference for the Celebration of 20th Anniversary of the Department of Information Studies, University of Tampere, Finland, 1991. *Proceedings...* London, Los Angeles: Taylor Graham, 1992. p.82-96.
- CARDOSO, Ana Maria. Pós-modernismo e informação: conceitos complementares. *Perspect. Ci. Inf.*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 63-79, mar. 1996.
- CARVALHO, Eduardo Costa. A natureza social da Ciência da Informação. In: PINHEIRO, Leda Vania Ribeiro (org.). *Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade*. Brasília; Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1999. p. 51-63.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Círculo do Livro, [1985].
- D'ALESSIO FERRARA, Lucrecia. A imprecisão do mundo. *Perspectivas*, São Paulo, v. 17/18, p. 27-36, 1994-1995.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DIAS, Eduardo Wense. O específico da ciência da informação. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (org.). *O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2002. p. 87-99.
- DOMINGUES, Ivan. *Epistemologia das ciências humanas*. São Paulo: Loyola, 2004. t. 1.
- EDMONDS, David; EIDINOW, John. *O atizador de Wittgenstein: a história de uma discussão de dez minutos entre dois grandes filósofos*. Rio de Janeiro: Difel, 2003.
- ESTIVALS, Robert. *Un sociocrate*. Cahiers du Schématisation, [s. l.], n. 2, 1974.
- ESTIVALS, Robert. La bibliologie graphique. *Schéma et schématisation*, [s. l.], n. 3-4, p. 5, 1972.
- ESTIVALS, Robert. La schématisation et la dialectique de la création scientifique, artistique et politique (premier essai d'interprétation). *Schéma et schématisation*, [s. l.], n. 2, p. 44-59, 1970.
- ESTIVALS, Robert. Prospective, méthodologie et théorie de la schématisation. *Schéma et schématisation*, [s. l.], n. 1, p. 58-67, 1968.
- EUGÊNIO, Marconi; FRANÇA, Ricardo Orlandi; PEREZ, Rui Campos. A Ciência da Informação sob a ótica paradigmática de Thomas Kuhn: elementos de reflexão. *Perspect. Ci. Inf.*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 27-39, jan./jun. 1996.
- FALLIS, Don. Introduction: social epistemology and information science. *Social Epistemology*, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 1-4, 2002.

- FARRADANE, Jason. The nature of information. *Journal of information science principles & practice*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 13-17, abr. 1979.
- FEITOSA, Maria da Conceição; BARBOSA, Maria. Verdade e multiplicidade de métodos em Bachelard. In: BARRETO, José Anchieta Esmeraldo; MOREIRA, Rui Verlane Oliveira (org.). *Imaginando erros*. Fortaleza: Casa de José de Alencar/Programa editorial, 1997. p. 147-166.
- FERREIRA JÚNIOR., Helio da Silva. Otlet realizador ou visionário? O que existe em um nome? *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 2, p. 9-16, maio/ago. 2006.
- FONSECA, Edson Nery da. A bibliografia como ciência: da crítica textual à bibliometria. *R. Bras. Bibliotec. Doc.*, v. 12, n. 1-2, p. 23-28, jan./jun. 1979.
- FOSKETT, Douglas John. Ciência da Informação como disciplina emergente: implicações educacionais. In: GOMES, Hagar Espanha (org.). *Ciência da Informação ou informática?* Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 52-69.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8. ed. Martins Fontes: São Paulo, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Isto não é um cachimbo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- FRANCELIN, Marivalde M. A epistemologia da complexidade e a ciência da informação. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 32, n. 2, p. 64-68, maio/ago. 2003a;
- FRANCELIN, Marivalde M. Uma realidade pós-moderna para a informação. *Perspect. Cienc. Inf.*, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 100-107, jan./jun. 2003b;
- FRANCELIN, Marivalde M. Abordagens em epistemologia: Bachelard, Morin e a epistemologia da complexidade. *Transinformação*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 101-109, maio/ago. 2005.
- FREIRE, Gustavo H. Ciência da informação: temática, histórias e fundamentos. *Perspect. Cienc. Inf.*, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2006.
- FROHMANN, Bernd. The power of images: a discourse of images: a discourse analysis of cognitive viewpoint. *Journal of Documentation*, v. 48, n. 4, p. 365-386, 1992.
- FROTA, M. Guiomar da C. A delimitação das unidades de análise em Ciência da Informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 3, set./dez. 1998. p. 262-267.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. Os conceitos dos termos Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. *Rev. Bras. Bibliotec. e Doc.*, São Paulo, v. 26, n. 1-2, p. 100-114, jan./jun. 1993.
- GARCIA MARQUEZ, Gabriel. *Cem anos de solidão*. 16. ed. Rio de Janeiro: José

- Olympio, 1974.
- GOMES, Maria Yêda F. Soares de Figueira. Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG, na década de 1990: um balanço. *Perspect. Ciênc. Inf.*, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 318-334, set./dez. 2006.
- GOFFMAN, William. Information science: discipline or disappearance. *Aslib Proceedings*, [s. l.], v. 22, n. 12, p. 589-596, dez. 1970.
- GOFFMAN, William. On the phenomena of interest to an information science. In: *The International Research Workshop On The Theoretical Basis Of Information Science*. Londres: Westfield College, 1975.
- GOMES, Henriette F. Interdisciplinaridade e Ciência da Informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação* – v.2, n.4, ago. 2001. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br/ago01>>. Acesso em: 19/06/07.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez. 1993.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Comentários ao artigo “Hacia um nuevo paradigma em bibliotecologia”. *Transinformação*, Campinas, v. 8, n. 3, p. 44-56, set./dez. 1996a.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Da organização do conhecimento às políticas de informação. *Informare: caderno do programa de pós-graduação em ciência da informação*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 58-66, jul./dez. 1996b.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001;
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Dos Estudos Sociais da Informação aos Estudos do Social desde o ponto de vista da Informação. In: Miriam de Albuquerque Aquino. (Org.). *O Campo da Ciência da Informação: Gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Editora UFPB, 2002. p. 25-47.
- GROGAN, Denis Joseph. *A prática do serviço de referência*. Brasília: Briquet de Lemos, 2001.
- GUSDORF, Georges. Passado, presente, futuro da pesquisa interdisciplinar. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 121, p. 7-28, abr./jun. 1995.
- GUZMÁN GOMÉZ, Majela. El fenómeno de la interdisciplinariedad en la ciencia de la información: contexto de aparición y posturas centrales. *ACIMED*, Ciudad de La Habana, v. 13, n. 3, maio/jun. 2005.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la accion comunicativa*. Madrid: Taurus, 2003.

- HABERMAS, Jürgen. *Pensamento pós-metafísico: ensaios filosóficos*. Coimbra: Almedina, 2004.
- HALLER, Rudolf. *Wittgenstein e a filosofia austríaca: questões*. Tradução Norberto de Abreu e Silva Neto. São Paulo: ed. USP, 1990.
- HEIDEGGER, Martin. Carta ao humanismo. In: *Marcas do caminho*. São Paulo: Petrópolis, 2008. p. 326-376.
- HEILPRIN, Laurence B. Foundations of information science reexamined. *Annual review of information science and technology*, [s. l.], v. 24, p. 344-372, 1989.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HJORLAND, B. Empiricism, rationalism and positivism in library and information science. *Journal of Documentation*, Londres, v. 61, n. 1, p. 130-152, 2005.
- HJORLAND, B. Epistemology and the sócio-cognitive perspective em Information Science. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 53, n. 4, p. 257-270, feb., 2002a.
- HJORLAND, B. Domain anlysis in information science: eleven approaches traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*, Londres, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002b.
- HJORLAND, B. Library and Information Science: practice, theory and philosophical basis. *Information Processing and Management*, v. 36, p. 501-531, 2000.
- HJØRLAND, B. Documents, memory institutions and information science. *Journal of Documentation*, [s. l.], v. 56, n. 1, p. 27-41, jan. 2000.
- HJORLAND, B. Documents, memory institutions and information science. *Journal of Documentation*, v. 56, n. 1, p. 27-41, jan. 2000.
- HJORLAND, B. Theory and metatheory of information science: a new interpretation. *Journal of Documentation*, v. 54, n. 5, p. 606-621, dez. 1998.
- HJORLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizont in information science: domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 46, n. 6, p. 400-425, jul. 1995.
- INGWERSEN, Peter. Information and information science in context. *Libri*, [s. l.], v. 42, n. 2, p. 99-135, abr./jun. 1992.
- INGWERSEN, Peter. Cognitive perspectives of information retrieval inferaction: elements of a cognitive IR theory. *Journal of Documentation*, [s. l.], v. 52, n. 1, p. 3-50, mar. 1996.
- INGWERSEN, Peter. Cognitive Information Retrieval. *Annual Review of Information Science and Technology*, [s. l.], v. 34, p. 3-52, 1999.
- JANIK, A.; TOUMIN, S. *A Viena de Wittgenstein*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- JANTSCH, Eric. *Interdisciplinaridade: os sonhos e a realidade*. *Revista Tempo Bra-*

- sileiro, Rio de Janeiro, n. 121, p. 29-41, abr./jun. 1995
- JAPIASSU, Hilton. *Questões epistemológicas*. Rio de Janeiro: Imago, 1981.
- JAPIASSU, Hilton. *As paixões da ciência: estudos de história das ciências*. São Paulo: Letras e Letras, 1991.
- JAPIASSU, Hilton. *Introdução ao pensamento epistemológico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- JIMENEZ, Marc. A síndrome pós-moderna. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 118-119, p. 45-58, jul./dez, 1994.
- KUHN, Thomas. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LATOURETTE, Bruno. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- LAUDAN, Larry et. al. Mudança científica: modelos filosóficos e pesquisa histórica. *Estudos Avançados*, v. 7, n. 19, 1993.
- LE COADIC, Y. *A ciência da informação*. Tradução Maria Y. S. de F. Gomes. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.
- LENZI, Livia Aparecida Ferreira; BRAMBILA, Ednéa Zandonadi. Ciência da Informação, ciência e revolução científica: breve histórico e reflexões. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 11, n. 1, jan./jun. 2006.
- LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- LOUREIRO, Mônica de Fátima; JANNUZI, Paulo de Martino. Profissional da informação: um conceito em construção. *Transinformação*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 123-151, maio/ago. 2005.
- LOUREIRO, José Mauro M. Ciência da informação: nem ciência social nem humana, apenas uma ciência diferente. In: PINHEIRO, Leda Vania Ribeiro (org.). *Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade*. Brasília; Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1999. p. 65-77.
- MAGRITTE, René. *René Magritte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- MATHEUS, Renato Fabiano. Rafael Capurro e a filosofia da informação: abordagens, conceitos e metodologias de pesquisa para a Ciência da Informação. *Perspec. Cienc. Inf.*, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 140-165, jul./dez. 2005.
- MENEZES, Vinícios Souza. *O eco dos livros nas teses da Ciência da Informação brasileira: uma leitura político-epistemológica*. Saarbrücken: Novas edições acadêmicas, 2014.
- MERTA, A. Informatics as a branch of science. In: *FID/RI- International Federa-*

- ration for Documentation. Study Committee Research on Theoretical Basis of Information. *On theoretical problems of Informatics*. Moscow: ALL-Union for Scientific and Technical Information, 1969. p. 32-40. (FID 435).
- MIKHAILOV, A. I.; CHERNYI, A. I.; GILYAREVSKI, R. S. Estruturas e principais propriedades da informação científica (a propósito do escopo da informática). In: GOMES, Hagar Espanha (org.). *Ciência da Informação ou informática?* Rio de Janeiro: Calunga, 1980. 112 p. (Série Ciência da Informação). p. 71-89.
- MIKHAILOV, A. I.; CHERNYI, A. I.; GILYAREVSKY, R. S. Informatics: its scope and methods. In: *FID/RI- International Federation for Documentation. Study Committee Research on Theoretical Basis of Information. On theoretical problems of Informatics*. Moscow: ALL-Union for Scientific and Technical Information, 1969. P.7-24. (FID 435).
- MIKSA, Francis L. Library and Information Science: two paradigms. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (ed.). *Conceptions of Library and Information Science. Proceedings of the international conference of the celebration of 20 th anniversary of the Department of Information Studies, University of Tampere, Finland*, p. 26-28, 1991. London; Los Angeles: Taylor Graham, 1992, p. 229-252.
- MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MOLES, Abraham. *As ciências do impreciso*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a.
- MORIN, Edgar. Os desafios da complexidade. In: JORNADAS TEMÁTICAS (1998: Paris, França: 1998). *A religião dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b. p. 559-567.
- MOSTAFA, Solange Puntel; TERRA, Marisa. Das cartas iluministas às listas de discussão. *Datagramazero: Rev. de Ci. Inf.*, v. 1, n. 3, jun. 2000.
- MOSTAFA, S. P. O artigo de ciência como fato e artefato cultural. *Educação Temática Digital*, Campinas, v. 6, n. 1, p. 68-80, dez. 2004.
- MOSTAFA, Solange P.; LIMA, Ademir B. A. de; MARANON, Eduardo I. M. Paradigmas teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 21, n. 3, p. 216-222, set./dez. 1992.
- MOSTAFA, Solange. Filosofando sobre a área de informação. In: Simpósio Brasil-Sul de Informação; assumindo um novo paradigma acervo versus informação, 1996, Londrina. *Anais [...]*. Londrina: UEL, 1996a. v. 1. p. 31-45.
- MOSTAFA, S. P. Ciência da informação: uma ciência, uma revista. *Ci. Inf.*, v. 25, n. 3, p. 1-5, 1996b.
- MOSTAFA, Solange P. Paradigmas da Ciência da Informação. *R. Bibliotec. Brasília*,

- v. 19, n. 1, p. 91-97, jan./jun; 1995.
- MOSTAFA, Solange P.; MARANON, Eduardo I. M. Os intelectuais e sua produtividade. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 22-29, jan./abr. 1993.
- MOSTAFA, Solange P.; MARANON, Eduardo I. M. O segredo, a informação e a cidadania. *R. Esc. Biblioteconomia UFMG*, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 203-212, jul./dez. 1992.
- MOSTAFA, Solange P.; LIMA, Ademir B. A. de; MARANON, Eduardo I. M. Paradigmas teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 21, n. 3, p. 216-222, set./dez. 1992;
- MOSTAFA, Solange. Ainda sobre metodologia. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 171-201, set. 1986.
- MOSTAFA, Solange. A produção de conhecimentos em Biblioteconomia. *R. Biblioteconomia Brasília*, Brasília, v. 11, n. 2, p. 221-229, jul./dez. 1983.
- MOSTAFA, Solange P. *Epistemologia da Biblioteconomia*. 1985. 147 f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.
- MÜLLER, Suzana P.M. A pesquisa em Ciência da Informação no contexto das Ciências Humanas. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, v. 1, n. 6, dez. 2000.
- NEHMY, Rosa Maria Quadros et. al. A Ciência da Informação como disciplina científica. *Perspect. Ci. Inf.*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-25, jan./jun. 1996.
- NEPOMUCENO, Luís André. A modernidade da História nas raízes do Humanismo. *OPIS - Revista do NIESC (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Culturais)*, vol. 5, p. 151-164, 2005.
- NITECKI, Joseph. *Metallibrarianship: a model for intellectual foundations of library information science*. Washington, DC: Eric Clearinghouse, 1993. v. 1.
- NITECKI, Joseph. *Philosophical aspects: of Library Information Science in retrospect*. Washington, DC: Eric Clearinghouse, 1993. v. 2.
- NITECKI, Joseph. *Philosophical Ancestry: of American Library Information Science*. Washington, DC: Eric Clearinghouse, 1993. v. 3.
- NOVELLINO, Maria Sallet F. A teoria da ação comunicativa e a representação da informação. *Informare: caderno do programa de pós-graduação em ciência da informação*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 73-79, jul./dez. 1996.
- NOVELLINO, Maria Sallet F. A linguagem como meio de representação ou de comunicação da informação. *Perspect. Cienc. Inf.*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 137-146, jul./dez. 1998.
- OLIVEIRA, Marlene de. Origem e evolução da ciência da informação. In: OLIVEIRA, Marlene de (coord.). *Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e novos espaços de atuação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

p. 9-21.

- OLIVEIRA, Marlene de. Os paradigmas da Ciência da Informação. In: Simpósio Brasil-Sul de Informação; assumindo um novo paradigma acervo versus informação. 1996. *Anais...*, Londrina. Simpósio Brasil-Sul de Informação. Londrina : UEL, 1996. p. 143-240.
- ORTEGA, Cristina Dotta. A documentação como origem e base fértil para a ciência da informação. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 8., 2007, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UFBA.
- OTLET, Paul. *Traité de documenatation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelas: Editiones Mundaneum, 1934.
- PEIRCE, C. S. Conferências sobre o pragmatismo. In: *Charles Sanders Peirce; Gottlob Frege*. São Paulo: Abril Cultural, 1974a. (Os pensadores, 36) p. 11-66.
- PEIRCE, C. S. Escritos não publicados. In: *Charles Sanders Peirce; Gottlob Frege*. São Paulo: Abril Cultural, 1974b. (Os pensadores, 36) p. 145-154.
- PAIM, Isis. Apresentação. *Perspec. Cien. Inf.*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 7-8, jan./jun. 1996.
- PAIM, Isis. A Ciência da Informação na UFMG: a trajetória do programa de pós-graduação. *Perspec. Cienc. Inf.*, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 105-110, jan./jun. 2000.
- PAQUET, Marcel. *René Magritte*. Lisboa: Taschen, 1992.
- PARREIRAS, Márcia Maria M. *A historiografia das ciências da vida: um modelo para a história da ciência*. Dissertação em História. 2006. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.
- PEIGNOT, G. *Dictionnaire raisonné de bibliologie*. Paris: Chez Villier, 1802a. t. 1.
- PEIGNOT, G. *Dictionnaire raisonné de bibliologie*. Paris: Chez Villier, 1802b. t. 2.
- PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova área. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (org.). *O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Editora Universitária, 2002. p. 61-86.
- PINHEIRO, Lena Vania R. *A Ciência da informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar*. 1997. 278 p. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da Ciência da Informação. *Informação e Sociedade*, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 13-48, 2005.
- PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. *Investigación Bibliotecológica*, México, v. 12, n. 25, p. 132-163, 1998.

- PINTO, Paulo Roberto Margutti. *Iniciação ao silêncio: análise do Tractatus de Wittgenstein*. São Paulo: Loyola, 1998.
- POPPER, K. R. A lógica da investigação científica. Trad. Pablo Rubén Mariconda. In: *Schlik, Moritz; Carnap, Rudolf; Popper, Karl R.* Coletânea de textos. São Paulo: ed. Abril, 1975a. (Os pensadores, XLIV) p. 263-384.
- POPPER, K R. Três concepções acerca do conhecimento humano. Trad. Pablo Rubén Mariconda. In: *Schlik, Moritz; Carnap, Rudolf; Popper, Karl R.* Coletânea de textos. São Paulo: ed. Abril, 1975b. (Os pensadores, XLIV) p. 383-409.
- QUÉAU, Phillippe. La revolución de la informacion: enla búsqueda de un bien común. *ACIMED*, Havana, v. 9, supl. 4, mayo, 2001. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_issues&pid=1024-9435&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 17/06/07.
- QUEIRÓS, Carlos Fernando G. G. de. É a ciência da informação um saber humano ou social. In: PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. *Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade*. Brasília; Rio de Janeiro: IBICT/DDI/ DEP, 1999. p. 33-49.
- RADFORD, Gary. Trapped in our own discursive formations: toward an archaeology of library and information science. *Library Quarterly*, [s. l.], v. 73, n. 1, p. 1-18, jan. 2003.
- REIS, Alcenir Soares dos. A história da pós-graduação em Biblioteconomia: a interação texto-contexto. 1990. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990.
- RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. Hacia um nuevo paradigma em bibliotecología. *Transformação*, Campinas, v. 8, n. 3, p. 17-31, set./dez. 1996.
- RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. *Bases teóricas y filosóficas de la bibliotecología*. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 1997.
- RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. Cuestiones epistemológicas de la ciência bibliotecológica y la información. *INFORMARE: cad. do prog. de pós-graduação em ciência da informação*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 31-37, jul./dez. 1999.
- RIBEIRO, Renato Janine. *A universidade e a vida atual: Fellini não via filmes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- RINCÓN FERREIRA, José. Editorial: Os 45 anos do IBICT. *Ciência da Informação*, v. 28, n. 1, 1999. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline/viewarticle.php?id=357&layout=html>>. Acesso em 19 jul. 2007.
- ROBERTS, Norman. Social considerations towards a definition of information science. *Journal of Documentation*, [s. l.], v. 32, n. 4, p. 249-257, dec. 1976.
- ROBREDO, Jaime. *Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de*

- informação*. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003.
- ROBREDO, Jaime. Documentação de hoje e de amanhã: uma abordagem revisitada e contemporânea da Ciência da Informação e de suas aplicações bibliotecônicas, documentárias, arquivísticas e museológicas. 4. rev. ed. ampl. Brasília: Edição de autor, 2005.
- RORTY, Richard. *Contingência, ironia e solidariedade*. Lisboa: Presença, 1994.
- RORTY, Richard. *Objetivismo, relativismo e verdade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.
- RORTY, Richard. *Pragmatismo: a filosofia da criação e da mudança*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2000.
- ROSA, João Guimarães. *Estas histórias*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- ROUBAKINE, Nicolas. *Introduction a la psychologie bibliologique*; v.1 Paris: Association Internationale de Bibliologie, 1998a.
- ROUBAKINE, Nicolas. *Introduction a la psychologie bibliologique*; v.2. Paris: Association Internationale de Bibliologie, 1998b.
- ROZADOS, Helen B. F. A ciência da informação em sua aproximação com as ciências cognitivas. *Em questão*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 79-94, jan./jun. 2003.
- SANTOS, Boaventura de S. *Um discurso sobre as ciências*. 9. ed. Porto: edições Afrontamento, 1987.
- SANTOS, Boaventura de S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- ROLNIK, Suely. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, Daniel S. (org.). *Cultura e subjetividade: saberes nômades*. Campinas: Papirus, 1997. p. 19-24.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- SARAMAGO, José; PIZA, Arthur Luiz. *O conto da ilha desconhecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SHERA, Jesse H. Sobre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. In: GOMES, Hagar Espanha (org.). *Ciência da Informação ou informática?* Rio de Janeiro: Calunga, 1980, p. 91-105.
- SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12. 1977.
- SHERA, Jesse H.; CLEVELAND, Donald B. History and foundations of information science. *Annual review of information science and technology (ARIST)*, v. 12, p.2 49-275, 1977.
- SHERA, Jesse Hauk. Toward a theory of librarianship and information science. *Ci. Inf.*, v. 2, n. 2, p. 87-97, 1973.

- SHANNON, Claude E; WEAVER, Warren. *A Teoria Matemática da Comunicação*. São Paulo: DIFEL, 1975.
- SILVA, Júnia Guimarães e. Ciência da informação: uma ciência do paradigma emergente. In: PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. *Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade*. Brasília; Rio de Janeiro: IBICT/DDI/DEP, 1999. p. 79-117
- SILVA, Rubens R. G. da. Ciência da Informação: perspectivas e indicativos para a ação. In: Lena Vania Ribeiro Pinheiro (org.). *Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade*. Brasília / Rio de Janeiro: IBICT/DDI/DEP, 1999, p. 119-129.
- SILVEIRA, Ronie Teles da, GHIRALDELLI, Paulo. Humanidades. Editora: DP&A, 2004.
- SITE do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT http://www.uff.br/ppgci/ppgci_hist_ori.htm. Histórico do programa de pós-graduação em Ciência da Informação.
- SUNDIN, Olof; JOHANNISSON, Jenny. Pragmatism, neo-pragmatism and socio-cultural theory: Communicative participation as a perspective in LIS. *Journal of Documentation*, v. 61, n. 1, p. 23-43, 2005.
- TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma*: para compreender o mundo de hoje. Tradução Gentil Avelino Carvalho Titton. Petrópolis: Vozes, 2006.
- VALIA, Victor V. A Ciência da Informação e as ciências humanas. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 12, n. 2, jul./dez. 1983.
- WENDERS, WIN. No decurso do tempo. Direção. Win Wenders. Berlim: Win Wenders Produktion, 1976. 1 DVD. son., color., legendado.
- WENDERS, WIN. Sob o céu de Lisboa. Direção: Win Wenders. Berlim: Road Movies Filmproduktion, 1994. 1 DVD. son., color., legendado.
- WERSIG, G.; NEVELLING, U. The phenomena of interest to Information Science. *The information scientist*, v. 9, n. 4, p. 127-140, dec. 1975.
- WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. *Information processing and management*, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tratado Lógico Filosófico; Investigações filosóficas*. Tradução M. S. Lourenço. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: Ed. Nacional: Ed. da Universidade de São Paulo, 1968. 152p. (Biblioteca universitária. Serie 1. filosofia;v.10).
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Culture and value*. Oxford: Blackweall, c1980.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. 2o ed. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

- WITTGENSTEIN, Ludwig. *O livro azul*. Lisboa: Ed.70, 1992a.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *O livro castanho*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1992b.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Observações filosóficas*. São Paulo: Loyola, 2005.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Da certeza*. Lisboa: ed. 70, 1990.
- ZINS, Chaim. Redefining information science: from “information science” to “knowledge science”. *Journal of Documentation*, v. 62, n. 4, p. 447-461, 2006.
- ZINS, Chaim. Classification schemes of information science: twenty-eight scholars map the field. *Journal of the american society for information science and technology*, v. 58, n. 5, p. 645-672, p. 2007.
- ZUNDE, Pranas; GEHL, John. Empirical foundations of Information Science. *Annual review of information science and technology*, v. 14, 67-92, 1972.

*Aqui longínquo, tão só, tão alto, e me é
dado sentir os pés frios do mundo. Não sou
daqui, meu nome não é o meu, não tenho
um amor, não tenho casa. Tenho corpo?*

João Guimarães Rosa, Páramo, Estas Histórias

Mais de cem anos de resistência epistemológica: a Biblioteconomia Negra e a invenção da Ciência da Informação

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

A segregação racial das bibliotecas, a inexistência ou insuficiência de coleções e serviços de bibliotecas para minorias e desigualdades para bibliotecários, frequentemente estavam debaixo da superfície – não discutidos ou não reconhecidos. Os esforços para mover a Biblioteconomia para a integração e os direitos civis eram dolorosamente lentos, às vezes refletindo mudanças na sociedade como um todo e, outras vezes, em seu próprio ritmo.

Lipscomb (2004, s.p.)

AS HISTÓRIAS SÃO SEMPRE OUTRAS. E NÓS ESCOLHEMOS AS HISTÓRIAS QUE queremos ouvir, bem como decidimos sobre sua verdade. Assim historiografia e epistemologia, movimento e verdade, se encontram. Por que, por exemplo, escolhemos contar a história da influência estadunidense na formação de nosso ideário a partir do mecanicismo de meados do século XX, se podemos optar pela construção da formação do campo como luta anti-racista, via a *Black Librarianship*? A resposta foi antecipada no início desta obra: porque optamos pelo epistemicídio. Enquanto atravessamos mais de um século de luta de movimentos afro-americanos na construção informacional de nossa realidade, escolhemos discursar sobre uma teoria de reparo de sinais de telefone. Esta não é a outra história que contamos, nem será a que desejaremos escutar como a ladainha da violência epistêmica, perante a ausência absurda do lugar da branquitude na discussão inforracial.

A luta dos bibliotecários negros que atuaram na Biblioteconomia americana teve seu início a partir do *library movement* do século XIX. Em 1900, Edward Ch-

ristopher Willians tornou-se o primeiro bibliotecário negro graduado pela Escola de Biblioteconomia do Estado de Nova York após realizar sua formação no período de um ano ao invés de dois anos (JOSEY, 1969 apud RAYMAN, 2015; JORDAN, 2000). Entre os anos de 1900 a 1936, 180 afro-americanos se graduaram em Biblioteconomia, conforme consta em *A Directory of Negro Graduates of Accredited Library Schools, 1900-1936* (COLUMBIA CIVIC LIBRARY ASSOCIATION, 1937).

A *Hampton Institute Library School* foi a única Escola de Biblioteconomia do Sul dos Estados Unidos a aceitar estudantes negros entre o período de 1925 a 1939. Ao total, o *Hampton Institute* graduou 183 bibliotecários negros durante o período de sua existência. Entre os profissionais oriundos da *Hampton Institute Library School*, podemos citar Eliza A. Gleason, Josephine Thompson, Wallace Van Gleason, Augusta Baker, Zenobia Coleman, Albert P. Marshall, E. J. Josey, entre outros (JORDAN, 1977; SILVA, SALDANHA, 2018). Conforme Jordan (2000, p. 19, tradução nossa) elucidada:

Antes do estabelecimento da *Hampton Institute Library School*, na Virgínia, bibliotecários negros treinados profissionalmente recebiam sua educação em instituições predominantemente brancas. A Escola de Biblioteconomia de Hampton foi fechada em 1939 e, em 1941, a Escola de Serviços de Biblioteca da Universidade de Atlanta assumiu a responsabilidade de educar a maioria dos bibliotecários negros americanos. Das fileiras de graduados de Hampton, então, vieram a maioria dos pioneiros da Biblioteconomia americana que, por acaso, eram negros. Com cerca de cem anos de envolvimento no campo pelos negros, alguns parâmetros foram necessariamente colocados neste estudo. Muitos bibliotecários “pioneiros” estão vivos [anos 2000], alguns ainda trabalhando e outros apenas recentemente aposentados, de modo que este capítulo se refere apenas aos bibliotecários que foram mortos em 1960. Assim, a consideração das carreiras de Eliza A. Gleason, Virginia L. Jones e Hallie B. Brooks, Josephine Thompson, Wallace Van Jackson, Mollie Dunlop, Dorothy Porter, Carrie Robinson, EJ Josey, Annette Phinazee, Augusta Baker, Clara S. Jones, Zenobia Coleman, Morteza Sprague, Mollie Hustson Lee, Jean Blackwell Hutson, Albert P. Marshall, Lawrence Reddick e Milton Byam, para citar apenas alguns, devem ser realizados em outro momento.

Com o encerramento da Escola de Biblioteconomia do *Hampton Institute*, durante algum tempo, os profissionais tiveram acesso somente programas *para-profis-*

sionais¹ de atualização profissional ou cursos de verão. No Norte, eram diversas as Escolas de Biblioteconomia que permitiam o ingresso de afro-americanos em seus cursos (RAYMAN, 2015). No entanto, os estudantes negros que as frequentavam tinham dificuldades devido à desigualdade racial não formalizada (AMERICAN... 1939 apud RAYMAN, 2015; GUNN, 1986 apud RAYMAN, 2015). Conforme Lipscomb (2004, s.p., tradução nossa):

A segregação racial das bibliotecas, a inexistência ou insuficiência de coleções e serviços de bibliotecas para minorias e desigualdades para bibliotecários, frequentemente estavam debaixo da superfície – não discutidos ou não reconhecidos. Os esforços para mover a Biblioteconomia para a integração e os direitos civis eram dolorosamente lentos, às vezes refletindo mudanças na sociedade como um todo e, outras vezes, em seu próprio ritmo.

O racismo também estava presente na vida profissional dos bibliotecários afro-americanos. Na Conferência Anual da ALA de 1936 realizada em Richmond, por exemplo, bibliotecários negros foram impedidos de participar de sessões da Conferência devido às Leis de Segregação Racial (RAYMAN, 2015).

Embora os bibliotecários negros tivessem sido convidados pela ALA a participarem da Conferência, a Associação publicou na imprensa uma carta pública informando as condições para a participação dos mesmos (RAYMAN, 2015).

Apesar de serem autorizados a ingressarem nos hotéis pela mesma entrada que os delegados brancos, os delegados negros não podiam ficar nos quartos dos hotéis anfitriões da Conferência e nem participarem das refeições, devido às Leis segregacionistas da Virgínia. Além disso, haviam assentos das salas de reuniões que eram reservados aos bibliotecários e delegados negros. Essa atitude da Associação causou comentários contra o tratamento desigual dado pela ALA aos bibliotecários e delegados negros (RAYMAN, 2015).

Como resposta, a ALA criou um Comitê contra a Discriminação Racial, em dezembro de 1936. No relatório do Comitê publicado em janeiro de 1937, no *Bulletin of the American Library Association*, a Associação resolveu que estipularia as condições em que aceitaria a hospitalidade “com o devido respeito pelo seu próprio respeito e a de seus membros”. No entanto, não se opôs a qualquer parte geográfica

1 *Para-profissional* é um título de trabalho dado a pessoas em vários campos ocupacionais, que são treinados para auxiliar profissionais, mas que não possuem licenciatura profissional. (Oxford University Press, 2018)

do país para a realização da Conferência anual e informou que a condição para a seleção dos locais da mesma estaria condicionada à admissão de todos os membros em situação de igualdade total (MOKHTAR, 2004, 2005; RAYMAN, 2015). Esse episódio segregacionista ocorrido na Virgínia fez com que somente em 20 anos depois a ALA retornasse a realizar outra Conferência no Sul em um espaço não-segregado. Mesmo assim, os bibliotecários negros encontravam dificuldades para se hospedarem e eram obrigados a ficar com amigos ou parentes ou em pequenos hotéis (MARSHALL, 1970 apud RAYMAN, 2015).

A história da Biblioteconomia Negra dos Estados Unidos não possui somente bibliotecários entre o *roll* dos influenciadores, existiram também “homens ilustres de livros” que marcaram essa vertente, entre eles os bibliófilos Arthur Schomburg e Henry P. Slaughter e o bibliógrafo Monroe Nathan Work (JORDAN, 2000; SILVA; SALDANHA, 2018).

Entre os bibliotecários negros atuantes na luta contra a segregação racial na Biblioteconomia americana e oriundos do *Hampton Institute*, destacamos E. J. Josey (1924-2009) (Figura 1). Professor emérito do Departamento de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Escola de Biblioteconomia e Ciências da Informação da Universidade de Pittsburgh e ex-presidente² da ALA (1984-1985), é considerado um dos mais importantes defensores dos direitos civis e da igualdade de oportunidades para bibliotecários afro-americanos, assim como um mentor para as demais etnias. Participou de movimentos civis contra a segregação e contra a discriminação racial, de idade, de gênero ou orientação sexual, tornando-se “o primeiro bibliotecário afro-americano a ser aceito como membro da *Georgia Library Association*” (AFRICOLOGY..., 2009, p. 235, tradução nossa). Além disso, em 1970 foi eleito pela primeira vez para o Conselho da ALA onde ficou até 2000. Foi membro da ALA por mais de 48 anos e também presidiu o Comitê de Relações Internacionais da Associação (AFRICOLOGY..., 2009). Em 2002, tornou-se “membro honorário da ALA, a maior honra da associação, em reconhecimento a suas destacadas contribuições de importância duradoura para Bibliotecas e Biblioteconomia” (AFRICOLOGY..., 2009, p. 235, tradução nossa).

Entre os fatos importantes da carreira deste bibliotecário afro-americano, educador e intelectual encontra-se a fundação em 1970 da *Black Caucus of the American Library Association* (BCALA)³ criada para atender às necessidades dos biblio-

2 Josey não foi o primeiro presidente negro da ALA. De 1975 a 1976, Clara Jones presidiu a Associação e desde sua eleição já houve quatro presidentes negros. ALA concede bolsas de estudos de Biblioteconomia a bibliotecários negros desde 1997. E a *Black Caucus* concede a bolsa de estudos E. J. Josey desde 1994. (JOSEY, 1994 apud RAYMAN, 2015).

3 A Missão da BCALA é servir [...] como uma defensora do desenvolvimento, promoção e melho-

tecários negros e para “agir ao invés de reagir” (JOSEY, 1994 apud RAYMAN, 2015). Conforme a BCALA:

Em 1969, E.J. Josey foi nomeado para o Comitê de Indicação da Associação Americana de Bibliotecas. Josey encorajou os bibliotecários negros a se reunirem na reunião da Midway de 1970 da ALA, em um esforço para encontrar candidatos negros e brancos socialmente responsáveis pelo Conselho da ALA de 1971. Na reunião, foi decidido que a ALA não estava atendendo às necessidades dos profissionais negros de bibliotecas e que uma Black Caucus [Convenção Política Negra] foi criada para atender às preocupações. E. J. Josey foi eleito presidente da Black Caucus e os dois primeiros objetivos da organização foram apresentar uma Declaração de Preocupação formal à ALA e submeter uma Resolução ao Conselho da ALA que censuraria bibliotecas e bibliotecários oferecendo materiais e serviços a escolas segregadas privadas que foram formadas com o objetivo de evitar a integração. Em 1992, o *Black Caucus* tornou-se formalmente afiliado à ALA e um fundo de bolsas de estudo recebeu o nome de E.J. Josey foi criado para fornecer assistência financeira aos afro-americanos para a procura de grau de graduação em Biblioteconomia e estudos da Informação. Este ano também marcou a primeira Conferência Nacional de Bibliotecários Afro-Americanos (NCAAL). Em 1995, o grupo celebrou seu 25º aniversário e revisou sua declaração de missão para que seja lida como atualmente. (BLACK CAUCUS..., 2018a, s.p., tradução nossa):

No preâmbulo do documento intitulado *Constitution And Bylaws Of The Black Caucus Of The American Library Association* (Constituição e Estatuto da Convenção Política Negra da Associação Americana de Bibliotecas) criado em 21 de janeiro de 1970 e alterado em 25 de junho de 2017, consta que, por considerarem a existência um “atraso crítico no desenvolvimento da Biblioteconomia para os negros e considerando que há saídas inadequadas para os estudos e relatórios sobre questões relativas a cidadãos negros americanos” e por considerar que a profissão bibliotecária, em geral, e a ALA, em especial, haviam sido lentas em responder aos problemas dos negros, os membros negros da ALA resolveram se unir para

ria dos serviços e recursos da biblioteca para a comunidade afro-americana da nação; e fornece liderança para o recrutamento e desenvolvimento profissional de bibliotecários afro-americanos” (BLACK CAUCUS..., 2018a, s. p., tradução nossa).

criar a BCALA (BLACK CAUCUS..., 2017, p. 1, tradução nossa). Em seu artigo II, este documento apresenta o propósito geral da BCALA onde informa que a mesma é “organizada exclusivamente para promover o desenvolvimento de serviços de bibliotecas e informação para afro-americanos e outras pessoas de ascendência africana” (BLACK CAUCUS... 2017, p. 1, tradução nossa). O propósito geral da BCALA é subdividido em oito propósitos específicos, a saber:

- 1) Chamar a atenção da American Library Association para a necessidade de responder positivamente em nome dos membros negros da profissão e das necessidades de informação da comunidade negra. A [Black] Caucus revisará, analisará, avaliará e recomendará ações sobre as necessidades dos bibliotecários negros que influenciarão seus status nas áreas de recrutamento, desenvolvimento, promoção e condições gerais de trabalho.
- 2) Revisar os registros e avaliar a posição dos candidatos para os vários cargos dentro da ALA para determinar seu impacto potencial sobre os bibliotecários negros e serviços para a comunidade negra.
- 3) Participar ativamente das atividades das Divisões, Mesas Redondas e Comitês da Associação Americana de Bibliotecas, participando ativamente desses grupos para garantir que estejam atendendo às necessidades dos bibliotecários negros.
- 4) Servir como uma “casa de compensação” (clearinghouse) para os bibliotecários negros na promoção de uma participação mais ampla de bibliotecários negros em todos os níveis da profissão e da Associação.
- 5) Apoiar e promover esforços para alcançar uma comunicação significativa e uma representação equitativa nas associações de bibliotecas estaduais e nos conselhos de administração e assessoria das bibliotecas nos níveis estadual e local.
- 6) Facilitar o serviço de biblioteca que atenda às necessidades informacionais dos negros.
- 7) Incentivar o desenvolvimento de recursos informativos confiáveis sobre negros e a disseminação dessas informações para a comunidade maior.
- 8) Abrir canais de comunicação para e através de bibliotecários negros em todas as entidades da American Library Association. (BLACK CAUCUS..., 2017, p. 1-2, tradução nossa)

Além disso, o documento informa sobre reuniões, membros, disposição de ativos, estatuto, eleições e emendas. Também consta no Artigo 4, seção 2, que será encorajado a todos os membros da BCALA tornarem-se membros da ALA, o que sugere a importância da participação dos membros negros na Associação visando

o fortalecimento da classe, bem como as pautas dos bibliotecários negros (BLACK CAUCUS..., 2017).

Eis, pois, via a epistemologia histórica, a compreensão de outras formas de contar a construção do nosso campo, sem repetir a reafirmação da hegemonia epistemicida.

REFERÊNCIAS

- AFRICOLOGY: The Journal of Pan African Studies. *In Memoriam*: E. J. Josey (1924-2009), v. 3, n. 1, 2009. Disponível em: http://www.jpanafrican.org/archive_issues/vol3no1.htm. Acesso em: 14 mar. 2018.
- BLACK CAUCUS OF THE AMERICAN LIBRARY. *Constitution And Bylaws Of The Black Caucus Of The American Library Association*. Jun. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/xhw3oE>. Acesso em: 07 abr. 2018.
- BLACK CAUCUS OF THE AMERICAN LIBRARY. *Our History*. 2018. Disponível em: <https://goo.gl/WzQ9sx>. Acesso em: 07 abr. 2018.
- COLUMBIA CIVIC LIBRARY ASSOCIATION. *A Directory of Negro Graduates of Accredited Library Schools, 1900-1936*. Washington, D.C., 1937. Disponível em: <https://goo.gl/u2vErt>. Acesso em: 14 mar. 2018.
- JORDAN, C. L. African American Forerunners in Librarianship. In: JOSEY, E. J.; DELOACH, M. (Ed.) *Handbook of Black librarianship*. 2. Ed. Lanham, Maryland and London: The Scarecrow Press Inc., 2000.
- LIPSCOMB, C. E. Race and librarianship: part I. *Journal of the Medical Library Association*. v. 92, n. 3, p. 299-301, jul. 2004. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC442167/>. Acesso em: 14 mar. 2018.
- RAYMAN, D. Action, Not Reaction: Integrating the Library Profession. *American Library Association Archives*, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/f3wZXP>. Acesso em: 14 mar. 2018.
- SILVA, F. C. G. da.; SALDANHA, G. S. As culturas africanas e afrodescendentes em Biblioteconomia & Ciência da Informação no Brasil: Epistemologia Histórica, pensamento crítico e meio social. In: SPUDEIT, D. F. A. de O.; PEREIRA, D. B.; LOÃO, I. de. S. L.; DAVID, J. G. (org.). *Formação e atuação política na Biblioteconomia*. São Paulo: ABECIN Editora, 2018.

GUSTAVO SALDANHA é Pesquisador Titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), bolsista de produtividade 2 do CNPq (2016-2018; 2019-2021), bolsista Jovem Cientista do Estado da FAPERJ (2019-2021). Atua como docente nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação do IBICT e em Biblioteconomia da UNIRIO. É líder, desde 2011, do grupo de pesquisa “Ecce Liber: filosofia, linguagem e organização dos saberes” (IBICT-UNIRIO). É membro, desde 2019, do Círculo Iberoamericano de Ciencia de la Información Documental (CIIBERCID); desde 2017, da equipe de pesquisadores Médiations en information – communication spécialisée do Laboratoire d’Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales (Lerass) da Université Toulouse III Paul Sabatier, França; desde 2008, da Rede Franco-Brasileira de Pesquisadores em Mediação e Usos Sociais dos Saberes e da Informação (Rede Mussi) e, desde 2014, do International Center for Information Ethics (ICIE). É co-fundador do Fórum Internacional A Arte da Bibliografia (2014) e do Fórum de Estudos Críticos da Informação (iKritika) (2013). Foi vice-coordenador na gestão 2015-2016 do Grupo de Trabalho 1 (Estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação) da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). Atuou como bibliotecário da Fundação Biblioteca Nacional (2006-2010) (FBN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010-2012) (IBGE). Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006), especialização em Filosofia Medieval pela Faculdade São Bento-RJ (2010), mestrado em Ciência da Informação pela UFMG (2008), doutorado em Ciência da Informação pelo convênio IBICT-UFRJ (2012). Realizou, sob o fomento da Capes, no período 2017-2018, o estágio pós-doutoral na Université Toulouse III, Toulouse, França.



50

Realização



Cooperação



Cooperação
**Representação
no Brasil**

Financiamento



Este livro foi composto em Minion Pro 11/13,5
em dezembro de 2020.

Agora, um quarto de século depois, acredito que essa visão de Ciência da Informação de uma perspectiva retórica é tão evidente que muitos não ficarão impressionados ou pensarão que é necessário justificá-la teoricamente - muito menos na prática.

É por isso que saúdo com grande prazer e apreço o livro de Gustavo Saldanha, que assume esta iniciativa e a conecta com a realidade atual e futura daquilo a que se designou a sociedade da informação nos seus primórdios. Espero que este livro leve a uma visão de Ciência da Informação apropriada a este século que busca mais do que nunca um lugar onde possa ser reconhecida criticamente e se distancie de suas obsessões, buscando novos caminhos para o futuro em uma releitura do passado.

RAFAEL CAPURRO

ISBN: 978-65-89167-01-3

CDL



9 786589 167013

EM COOPERAÇÃO



Organização
das Novas Fronteiras
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Cooperação
Representação
no Brasil